

Defesa Nacional



DE DIZIÁRIO

9 4 8

NÚMERO

3 5 3

DR. ARNATO BATISTA RIBEIRO

REDAÇÃO: JERONIMO GALVÃO

REVISTA LIMA FORTES

1947 - 1948

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Vol. XXX

Brasil — Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1943

N.º 353

SUMÁRIO:

	Página
Editorial	301
As forças aéreas de cooperação com o exército — Cel. Armando Vazcencellos	303
A máquina de guerra alemã — 1.º Ten. Nilton Freizinho	327
Cavalaria Soviética — Tradução do Cap. Obino Lacerda Alvares	339
Notas do General Hawkins — Cel. J. Facó	347
A Artilharia Anti-Aérea e as Divisões Blindadas — Trad. do 1.º Ten. Newton C. de Andrade Melo	351
A Tática dos Cossacos — Trad. do Cel. J. Facó	361
Generalidades sobre a Defesa de Costa — Major Newton Franklin do Nascimento	371
Aspecto Militar da Guerra Psicológica — Trad. e adaptação pelo Major Hugo de Mattos Moura	383
Campos de Minas no Deserto — Trad. e adaptação Ten. Cel. Paulo Mac Cord	391
Processo n.º 222 — Breno B. Fortes	903
Abrigos a céu aberto — Major Pastor Almeida	907
Livros Novos	93
Noticiário e Legislação	94

**A Indústria
Metalúrgica**
*não para um
só minuto...*

As Fitas de Aço

RADEMA

suprem a escassez de chapas
polidas, pretas, galvanizadas e
folhas de flandres

Uma a uma, todas as máquinas da nossa poderosa indústria metalúrgica mantêm-se em permanente atividade, para abastecer o mercado. Substituído as chapas de aço polidas, pretas, galvanizadas e folhas de flandres, as fitas de aço RADEMA garantem a produção rápida e contínua que o momento exige. As fitas de aço RADEMA, laminadas em aço doce ou de têmpera, prestam-se à fabricação de milhares de artigos, sendo fornecidas em largura, espessura, têmpera e acabamento adequados às especificações técnicas de cada indústria. Com as fitas de aço RADEMA produzem-se cadeados, chaves, dobradiças, armadores para guarda-chuvas e bolsas de senhoria, fivelas, grampos para correios, brinquedos, peças de bicicletas, conduits, canos para água, gás e milhares de outros artigos.



**FITAS DE AÇO RADEMA PARA
EMBALAGENS**

Fabricamos fitas de aço especial para arreamento de caixas, cintagem de fardos de algodão, lã, lã, estopa, ferro arco para barril.

A Laminação de Aço e Metais a Frio mantém, à disposição das indústrias, um Departamento Técnico Especializado, sob a chefia de engenheiros metalúrgicos, para estudar o tipo de material adequado a sua indústria. Consulte nos



LAMINAÇÃO DE AÇO E METAIS A FRIO

Fundição — Fornos de Tratamento Térmico — Mecânica

Rafael M. D. De Martino

Escritório Central: Rua S. Bento, 3.º - 1.º andar - Fones: 2.5351 - 3.2112 - 1.3778

Telegramas: "RADEMA"

SÃO PAULO

Fábrica: Av. Presidente

Caixa Postal N.º 4698

Brasil

Wilson, 3594 - Tel. 3.0544



UMA INDÚSTRIA NACIONAL A SERVIÇO DO BRASIL

Standard



Sport factor d
S A 100

GYMNASTICA



"Moinho de vento" Gymnastica dos musculos abdominaes 10 vezes



Gymnastica dos musculos das pernas 20 vezes



Extensão dos musculos dos braços 20 vezes



flexão do tronco 10 vezes



Arqueamento da corpo 10 vezes



"Ponte" 10 vezes



Oscillação de arvore 10 vezes



FLEXÕES DE CABEÇA

De 5 a 15 vezes
cada exercício



Para o pescoço, o
thorax e as costas.

O corpo humano tem necessidade de exercicio. A vida sedentaria, impedindo a acção normal dos musculos, affecta saúde e favorece o accumulo de reservas gordurosas. A gymnastica evita esses inconvenientes. Para maior efficiency, deve ser praticada como um habito diario, pela manhã, si possível ao ar livre. É um exercicio racional que não rouba tempo pois requer apenas alguns minutos.

Para sahir de casa disposto, com uma physionomia attractiva, deve o homem moderno fazer tres coisas, todas as manhãs: gymnastica, o banho e a barba. São tres preceitos basicos de hygiene, indispensaveis para se adquirir boa apparencia, que tanto ajuda a vencer na vida. Com Gillette é facil, rapido, economico barbear-se em casa. Adquira uma Gillette e passe a fazer sua propria barba, com laminas Gillette Azul, as unicas rigorosamente asépticas.

Gillette

Caixa Postal 1797 - Rio de Janeiro



Máquinas para Indústrias **Máquinas Agrícolas**

ARADO "PODEROSO"

FABRICAÇÃO PRÓPRIA

FERRAGENS — FERROS

FERRAMENTAS EM GERAL

maior empório do Rio Grande do Sul

SECÇÃO DE VAREJO



BROMBERG SOCIEDADE ANÔNIMA

IMPORTADORA COMERCIAL E TÉCNICA

LOJAS — PORTO ALEGRE — RIO GRANDE

Eu lhe pedi
AGUA TONICA,
porém da



ANTARCTICA

EDITORIAL

Conforme assinala o ilustre sociólogo e educador, Professor Fernando de Azevedo, naquele monumental estudo intitulado "A Cultura Brasileira", dos ensinos especiais criados no Brasil ao tempo de D. João VI, o ensino militar foi o que teve progressos mais lentos durante o Império! Levou mais de 60 anos para emancipar-se. Com efeito, a preparação de oficiais era feita em escolas de cultura geral, comuns a militares e civis, e só em 1874 a antiga Escola Central, que teve sua origem na Real Academia Militar, fundada em 1810, desdobrou-se em Escola Politécnica e Escola Militar.

O Prof. Fernando de Azevedo estabelece, muito bem, três fases do desenvolvimento do nosso ensino militar a partir daí: I — de 1874 "até a criação definitiva da Escola de Estado Maior em 1905"; II — de 1905 até 1930, "período que assinala, com a vinda da missão francesa, uma nova

era na história das instituições militares"; III — "de 1930 em diante, em que o ensino militar adquire o maior desenvolvimento que registra a história do país que se caracteriza pelo enriquecimento e pela maior complexidade das instituições como pela tendência crescente à especialização e à mecanização".

* * *

Esta última fase, cuja caracterização está admiravelmente traçada, pois que a ciência militar dos nossos dias apresenta, de fato, uma acentuada tendência para a especialização, e visivelmente adquire uma grande complexidade, por motivo da própria natureza da guerra moderna, excede em magnitude a fase anterior, marcada pelo contrato da missão francesa, com a qual, no dizer autorizado do Gen. Tasso Fragoso, "aprendemos realmente o serviço capital de Estado Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e provê-las".

Pode-se aferir o sentido e a extensão do desenvolvimento do ensino militar entre nós, nos últimos tempos, à simples enunciação das novas escolas que o Exército possui: Escola Técnica, Escola de Artilharia de Costa, Escola de Moto-Mecanização, Escola de Defesa Anti-aérea, Escola de Transmissões.

Esses rotulos denunciavam claramente as múltiplas e irrecorríveis exigências da técnica. E foi porque compreendemos desde logo o valor e o imperativo delas, que não hesitamos em inaugurar no Exército novos aprendizados, ainda quando não

fosse possível estabelecer perfeita correspondência entre os conhecimentos adquiridos e os elementos materiais em imediata disponibilidade.

Essa inspirada política de pobre — aprender, mesmo sem contar com todos os meios para pôr em prática as teorias aprendidas — valeu-nos decisivamente agora. Nem é por outro motivo que temos podido fazer face, prontamente, aos encargos militares da posição internacional assumida pelo Brasil.

* * *

Outro aspecto da atenção e do alto descortino com que vêm sendo tratados os problemas do ensino no nosso Exército é representado pela criação das Escolas Preparatórias. Estabelecimentos destinados a abrir o acesso à Escola Militar, o seu alcance é extraordinário. Neles os candidatos não só recebem um afinamento intelectual no sentido das matérias predominantes no curso escolar, como são submetidos a um regime pre-militar que os provará, pondo em evidência as verdadeiras aptidões de cada um.

Pelo que toca aos candidatos, as Escolas Preparatórias são um grande benefício: oferecem-lhes a vantagem da preparação para o vestibular da Escola Militar já às expensas e sob a orientação do próprio Exército; de outra parte, o trânsito por elas constitue um período de previa adaptação física, intelectual e moral ao ambiente em que o jovem estudante viverá ao tornar-se cadete.

As Escolas Preparatórias significam, destarte,

um largo avanço no sistema de recrutamento dos nossos futuros oficiais.

* * *

O Exmo. Sr. Ministro Gen. Eurico Dutra já baixou as necessárias ordens e providências sobre o início do funcionamento da ESCOLA MILITAR DE REZENDE no próximo ano letivo.

Esse fato constitue a materialização de uma das maiores, senão a maior conquista do ensino militar brasileiro na nova fase inaugurada em 1930, porque a Escola que ora se desenha, magestosa e tranquila, no ondulado verdejante do vale do Paraíba, será a oficina máxima do nosso Exército. Vamos dar, pela primeira vez, toda a importância, todo o carinho e todos os recursos que requerer a formação do corpo de oficiais. E podemos contar que surgirá no futuro um novo Exército à imagem da nova Escola Militar — maior, mais forte, mais homogêneo, mais consciente do seu valor, das suas responsabilidades e do seu destino.

Tendo por base a nova ESCOLA MILITAR DE REZENDE, onde os mais modernos requisitos pedagógicos se associam às melhores condições de estímulo a um puro e elevado idealismo, o nosso ensino militar consolida-se e diferencia-se através das numerosas escolas especializadas, até chegar às cúpola magestosa que é a Escola de Estado Maior.

Cumpre, pois, reconhecer que o ensino militar brasileiro atinge, na atualidade, o seu ponto culminante.

As forças aéreas de cooperação com o exército

O comando de apoio aéreo

Este artigo é de autoria do Coronel Walfrid H. Hard, das Forças Aéreas Americanas e instrutor da Escola de Estado Maior.
(Military Review de Julho de 1943)

Tradução do Ten. Cel. ARMANDO VASCONCELLOS

O presente artigo tem em vista divulgar as idéas gerais para o estabelecimento do Comando da Aviação de Apoio e qual o metodo de trabalho empregado para executar o apoio das tropas terrestres. Estas operações podem adaptar-se ao quadro esquemático de um Exército e, consequentemente, variar com a situação; portanto, o sistema de controle da aviação de apoio deve ser suficientemente amplo e flexível para poder tomar a sua conta alguma ou todas as situações em que tenha que intervir.

Neste quadro de trabalho ha inumeros aspétos a serem considerados.

A 1.^a questão consiste em que a *Aviação de Apoio às Forças Terrestres* deve ser constituida sob as ordens do Comando do Apoio Aéreo que ordinariamente constitue uma parte das Forças Aéreas. Esta parte das Forças Aéreas é organizada, equipada e especialmente treinada para executar especialmente esta espécie de apoio.

O Manual de Campanha 31-35 prescreve que um Comando de Apoio Aéreo trabalha para um Exército. Esta prescrição no entanto, não deve ser tomada rigorosamente ao pé da letra

porque pode ocorrer que não seja necessário nem desejável atribuir um Comando de Apoio Aéreo para cada Exército.

Em alguns dos teatros de operações, as Forças Terrestres podem ser empenhadas unicamente na guarda de bases aéreas, enquanto as Forças Aéreas aplicam sua potência ofensiva no bombardeio estratégico. Em outros teatros, a ação pode desenvolver-se até que tudo possa concentrar-se no campo aéreo de operações e, neste caso, toda a Força Aérea deve ficar submetida ao Comando do Apoio Aéreo. Dentro de qualquer teatro aquelas condições poderão mudar com o evoluer da situação. Por exemplo — no Norte da Africa a principal tarefa consistiu inicialmente no apoio aéreo às forças terrestres. As forças aéreas podem ainda levar a cabo operações mais ou menos independentes, como por exemplo contra a Italia, antes da invasão começar. Desde esse momento o apoio das forças terrestres retomara de novo o 1.º plano das cogitações.

Quanto ao segundo aspecto, permito-me citar um parágrafo da circular n.º 37, de instrução do Departamento de Guerra, datado de 29 de Junho de 1942: “Ha aparentemente a impressão de que, a montagem eficiente do combate da aviação deve ver-se normal para permitir apoiar certos tipos de forças terrestres. Esta proposição contraria os princípios básicos em que assenta a doutrina para o emprego da força aérea.

“A curta duração do ataque de um unico avião reclama grandes formações de aviação em massa para tornar seu poder de fogo mais eficiente contra um determinado objetivo. Isto é particularmente certo si o fogo tiver que ser sustentado durante um longo periodo de tempo. Esta condição necessita que o combate de aviação seja mantido sob um Controle Central afim de permitir o emprego em massa para cada situação considerada. Com esta organização é possível evitar a rigidez de uma equitativa distribuição do combate aéreo em proveito de um certo numero de unidades terrestres subordinadas.

“A montagem “normal” do apoio aéreo, portanto, não pode ser predeterminada. Cada caso dependerá necessariamente

“te de estimativas tanto sobre a montagem como sobre o número util dos meios para conseguir o resultado esperado”.

Esta condicional serve para dissipar a impressão que alguns de vós possais ter colhido durante algumas das manobras passadas.

Não esqueçai de que nas manobras o fim é treinar e por isso nunca conseguimos fazer exatamente o que planejamos nas condições dos combates atuais. Os resultados têm sido aliás, satisfatórios, mas, no caso da aviação, as quantidades dos meios não têm sido suficientes, nem tão pouco tivemos Exércitos levados ao campo de manobra durante o corrente ano.

Não vos deveis deixar dominar pela impressão de que as unidades aéreas podem facilmente, para muitos principiantes, ser dominadas nos combates pelas outras unidades, terrestres e navais.

A idéia de que o campo da luta pode, a qualquer momento, ser atacado por várias divisões, é não apenas falsa, mas não poderá resistir a nenhuma prova lógica.

A divisão é uma força capaz de ocupar, durante certo tempo, apenas algumas milhas de terreno. Luta somente em terra firme e seus movimentos são extremamente lentos, quando comparados com o das unidades aéreas.

Isto não quer dizer porem, que uma divisão represente uma força insignificante, pelo contrário, é uma poderosa força, admiravelmente apta a certas operações.

A aviação não tem sido e não pode ser considerada como uma *arma de acompanhamento* das forças terrestres, por isso, arreii da mente a noção de que as operações aéreas devam começar pelo lançamento de bombas imediatamente a frente da nossa Infantaria. Conservar a aviação sempre pronta a atender os pedidos de cada comandante de batalhão ou de divisão é uma boa norma para tornar efetivo o apoio aéreo. A designação de missões gerais constitue, desde muito, o melhor meio para assegurar o máximo de apoio.

O 3.º ponto consiste em que o apoio das Forças Terrestres deve ter lugar na seguinte ordem:

- a) — conquista e conservação da superioridade aérea;
- b) — segurança da informação;
- c) — ataque aéreo.
- d) — transporte aéreo.

Uma completa desproporção na montagem dessas fases é frequentemente suscitada nas questões de apoio aéreo, realizado por meio de ataques contra as forças terrestres inimigas. É admissível que esta forma de apoio venha quasi no fim da prioridade estabelecida para os pedidos das forças terrestres. O reconhecimento aéreo e os ataques aéreos do inimigo somente devem ser iniciados para desmoralizar as tropas quando os que realizam estes ataques podem conduzi-los com liberdade, graças a um completo controle aéreo. Exemplos desta natureza ocorreram durante a batalha da França e se repetiram na Malasia. Dai a impressão que póde ficar de falta de assistência por algum tempo, devido a desproporção dos danos causados.

Durante a batalha da França, o Exército Britânico sofreu mais pela falta de apoio no combate do que pela necessidade do apoio de bombardeios.

A única justificativa que posso apresentar para esta ocorrência é que aos combatentes britânicos devia ter sido dada a missão de apoiar o Exército ou de defender a Inglaterra, mas nunca simultaneamente ambas as tarefas. Se esta fosse a correta interpretação da situação, a decisão teria sido evidentemente tomada para defender a Inglaterra porque, durante as semanas subseqüentes, a batalha da França estaria certamente perdida ao passo que, em compensação, a batalha da Inglaterra corresponderia a salvaguarda de sua propria morada.

Durante qualquer engajamento será sempre afoito encerrar a necessidade de se ter que ir "sobre a elevação". Certas informações só são uteis quando fornecidas pela aeronáutica, de modo que o reconhecimento será sempre pesado encargo para o próprio emprego dos meios uteis e, portanto, para assegurar um sucesso eventual. Estas duas necessidades de combater em

apoio e reconhecimento são complementares uma da outra. Assim é que o reconhecimento aéreo será efetivamente eficaz enquanto mantivermos a superioridade aérea, devendo diminuir seu rendimento à proporção que a superioridade diminua até provavelmente se tornar de todo nulo quando o inimigo consegue o controle do ar.

Os princípios interessantes que podemos aplicar na execução do apoio aéreo são pouco numerosos e facilmente assimiláveis. Eles podem ser enumerados como se segue:

- 1 — *A superioridade aérea local, obtida previamente, é essencial para tornar eficiente o apoio aéreo. Os aviões de combate inimigos em número suficiente podem tornar ineficazes os bombardeiros leves e infligir-lhes pesadas perdas.*
- 2 — *A aviação deverá ser empregada primeiramente em tarefas que não podem ser realizadas por outras armas. As aeronaves são mais vulneráveis e menos facilmente substituídas do que os outros meios. Os objetivos pois, devem ser suficientemente importantes para justificar a aceitação dos riscos a que ficarão sujeitas.*
- 3 — *Os ataques aéreos não se devem fazer dentro do alcance eficaz da artilharia, salvo em casos de emergência.*
- 4 — *A plena superioridade aérea será adquirida graças a flexibilidade, raio de ação e velocidade das aeronaves.*
- 5 — *As servidões das aeronaves devem ser bem compreendidas como também conhecidas, características, tanto favoráveis como desfavoráveis, de cada tipo utilizado afim de que possam realizar o máximo rendimento. Estas últimas são inúmeras para cada tipo ou modelo de modo que não podem ser completamente apreendidas a uma simples leitura de livros ou em conferências.*

Sómente com o trabalho, e o trabalho em cada modelo de aeroplano, se poderá saber empregá-lo.

Os modelos com azas baixas, por exemplo, não são de construção favorável para a observação dos objetivos

que não sejam facilmente identificados. Por que? Simplesmente porque a visão do piloto para baixo fica restrita. Assim poderíamos perguntar: "Por que não se constroem então um monoplano de asa alta?" A resposta não é difícil: é que normalmente são projetados modelos com dados incapazes de permitir a construção de um tipo suficientemente forte.

Em aditamento, diremos que todos os princípios de guerra são tão bem aplicados às forças aéreas como a qualquer outra espécie de força, contanto que sejam aplicados consoante as capacidades e servidões de cada tipo de força considerada. A liberdade de ação, que resulta do fato de que a aviação se desloca nas 3 dimensões, constitui o fundamento do poder aéreo. Este poder da aviação começou a ser compreendido exatamente agora e está sendo descrito de várias formas pelos comentaristas militares.

No Norte da África foi reconhecido que o maior tento para as operações havia de ser ganho com a superioridade aérea. Esse mesmo fator habilitou a Força Aérea Germânica a impelir para longe da Noruega a mais poderosa frota do mundo.

Creta constitui um outro exemplo de afinidade com as forças navais podendo qualquer delas ser destruída ou repelida pela aviação.

A batalha de Midway fornece-nos até o presente um outro exemplo: mas por esta ocasião foram as forças navais inimigas que viram destruídas e postas fora de ação. Muitos casos parecidos se reproduziram nos combates do deserto ou nos bambuais da Nova Guiné, si bem que as características dessas operações difiram profundamente. Em todas estas operações as forças terrestres e navais receberam um forte apoio mas a massa deste apoio não foi executada na vizinhança imediata das forças apoiadas. Esse é o resultado do princípio da *aplicação da potencia no ponto decisivo* e não entra em con-

flito com o *princípio da concentração* segundo o qual toda a massa dos meios utilizáveis deve ser dirigida sobre o objetivo mais importante. O princípio da concentração sobre o *objetivo* aplica-se a cada unidade e a todos os meios sob controle do comando daquela unidade. Assim se um comando de apoio aéreo apoia um Exército, devemos admitir que o comando desse Exército deve poder dirigir a utilização racional de seu poder aéreo sobre o mais importante objetivo de acordo com as capacidades de sua força aérea. Isto é possível, porque com a velocidade, flexibilidade e mobilidade da aviação o comandante do Exército poderá aplicar rapidamente todo o seu poder aéreo sobre qualquer parte da frente. Seria, ao mesmo tempo, desarrazoado e errado mesmo acreditar que as frações desta poderosa força desenvolvida tivessem que ser distribuídas entre os comandos subordinados.

Por ocasião da campanha alemã na França, em maio de 1940, e desde então periodicamente, algum poder sobrenatural foi atribuído as F. A. alemães. Essa lenga-lenga surgiu em torno do *infalível* apoio aéreo devido aos comandos subordinados, o qual se exercia no espaço de menos de 10 minutos. Eles pareciam estar em toda parte e em todos os momentos.

Outros atribuem os sucessos alemães ao que vagamente se chamou de "unidade de comando". Essa noção é tão remota quanto o corpo aéreo a que pertence, apareceu "sorrateiramente nos livros" mas os sucessos foram primordialmente devidos às vantagens aéreas e às operações combinadas.

As forças aliadas porém, demonstraram sua habilidade em planejar e executar as operações tão perfeitamente como seus adversários, no E. da África e nas Ilhas Salomão. Estas forças foram detidas não por falta de cooperação ou "unidade de comando", mas, a meu modo de ver, em algumas operações, foi a circunstância de que as forças terrestres foram comandadas por comandantes terrestres, as forças navais por comandantes

navais e as forças aéreas por comandos aéreos. E' que a unidade de ação é facilmente obtida desde que a superioridade aérea tenha sido conquistada pelo combate ou adquirida.

Se tudo que dissemos é verdadeiro, põe-se uma nova questão: "Como então se poderá obter o apoio aéreo?" A resposta é muito simples e fácil. Em concordância com o Departamento da Guerra seria conveniente passar algumas unidades de aviação à disposição do comando do teatro de operações, afim de que possa empregar sua aviação na conquista da superioridade aérea e da informação antes de tudo. Enquanto realizam essa tarefa, o apoio útil ao *comando tático* terrestre ficará provavelmente muito limitado. De chofre, pode acontecer que parte ou tôda a aviação seja solicitada a apoiar uma determinada unidade do teatro de operações tal como um Exército — o que impõe que o próprio ar disponha da autoridade de um comando tático. Dest'arte, teremos um comandante tático terrestre e outro aéreo, os quais, assistidos pelos necessários oficiais de E.M., devem combinar uma linha de conduta para tôda a força em combinação. De sua decisão conjunta decorrerá um plano de operações para as forças terrestres e outro para as forças aéreas. E' óbvio que, desde que o ar neste caso deva ser reservado ao apoio, o plano de manobra aéreo deve basear-se nessa condição e condicionar sua adaptação ao plano de sua força terrestre. O mais antigo comandante apoiado deve assumir inteira responsabilidade sôbre a conduta das operações e deve ter plena iniciativa e sua decisão, sôbre se certo apoio deve ou não ser prestado, deve ser definitiva.

Um plano de manobra aéreo não é mais difícil de ser formulado do que um plano terrestre — conseqüentemente, podeis ter um plano terrestre assim concebido: "atacar em tal e qual tempo, com tal força para, tendo em vista envolver um flanco, atingir determinado objetivo". O plano aéreo para apoiar semelhante operação poderia ter em vista conquistar a vantagem aérea, obter a informação concentrando os ataques aéreos e, talvez ainda realizar o transporte ou suprimento das tropas em alguma zona, afim de apoiar seu ataque principal.

Naturalmente pode ocorrer que tropas dispostas em outras partes da frente, tenham que partir com a mínima montagem de apoio aéreo e quiçá sem nenhum auxílio desse gênero. Por isso, um plano de manobra da aviação de apoio necessita saber alguma coisa a respeito da natureza das forças inimigas, sua situação geral, sua possível atuação e, o que é mais importante, compreender a operação de nossas próprias forças, interessando também a natureza da ação e o provável momento de sua ocorrência. Um plano previamente concebido e coordenado trará sempre os melhores resultados porque então as unidades aéreas poderão estar perfeitamente preparadas. A informação é necessária; se não for suficiente, deve ser completada antes de se lançar à ação para poder empreendê-la em boas condições de êxito.

O comando das esquadrilhas de apoio aéreo ficam encarregados de fornecer o equipamento e o pessoal necessário para atuar junto aos Contrôles de Apoio Aéreo, bem como às Frações de Apoio Aéreo.

Um *Contrôle de Apoio Aéreo* é constituído por uma unidade ou destacamento aéreo que é enviado para o quartel geral da unidade apoiada e pode exercer três funções:

1 — Controlar as operações da aviação de apoio;

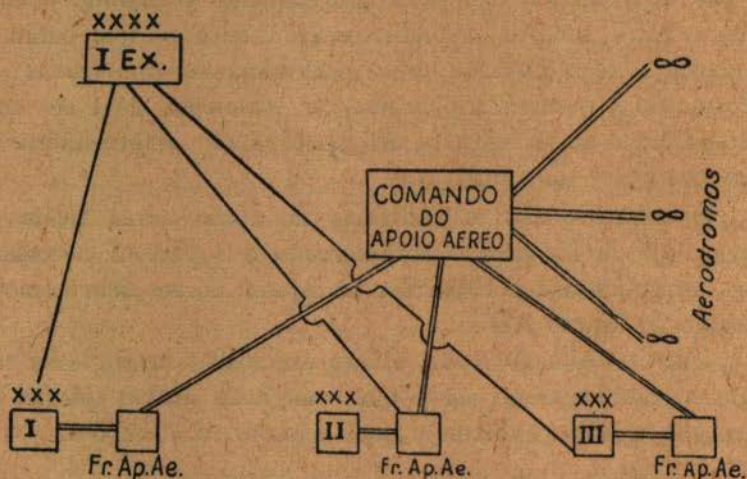
2 — Exercer as atribuições de conselheiro técnico do comando apoiado tanto sobre as possibilidades como sobre o emprêgo da aviação;

3 — Manter-se em ligação com outras unidades aéreas. Estas podem ser unidades de bombardeio, de observação, o comando de bombardeio, o comando da aviação de combate ou outra qualquer força aérea.

Uma *Fração de Apoio Aéreo* é uma unidade aérea grandemente móvel que é destacada pelo Comando de Apoio Aéreo para integrar os elementos da unidade apoiada. Sua principal tarefa consiste em transmitir diretamente a um *Contrôle de Apoio Aéreo* os pedidos de ataques aéreos apresentados pelos comandantes subordinados.

Como esquema de uma situação típica procuremos agora descrever as operações aéreas e as funções do Contrôlo de Apoio Aéreo e das Frações do Apoio Aéreo.

A fig. 1 mostra um Exército tipicamente organizado com três corpos de Exército. A corrente normal entre o Exército e os vários Corpos de Exército é indicada no esquema por uma linha singela. Agora examinaremos a disposição do Comando de Apoio Aéreo em apoio a êste Exército.



A primeira coisa a fazer é instalar o Pôsto de Comando do Comando de Apoio Aéreo imediatamente junto ao PC. do Exército (justaposto). Preferiríamos, se possível, tê-los em salas contíguas ou muito próximas. Cada um destes PC. é constituído de várias pessoas e, ordinariamente, uma sala não seria bastante para fazer funcionar todos seus elementos — mas certamente os dois PC. se instalarão numa mesma localidade, isto é, na mesma cidade ou vila e tanto quanto possível, devem ficar isolados de qualquer outro. Se porém ficarem distanciados é necessário estabelecer vários meios de comunicações para assegurar a ligação entre os PC. interessados. O Comando de Apoio Aéreo recebe do Comandante do Exército diretivas, (instruções particulares) que o indicam ou orientam sôbre as condições da operação terrestre a ser apoiada.

O Comando de Apoio Aéreo, em consequência, terá que montar o plano para as operações aéreas. Afim de controlar a aviação junto ao PC. do Comando do Apoio Aéreo faz-se necessário instalar um Contrôlo de Apoio Aéreo que se destina a fazer executar o plano da aviação concebido, isto é, redige e expede as mensagens sob forma de ordens, de execução dêste Comando de Apoio Aéreo. O Contrôlo portanto incumbe-se de preparar tôdas as missões planejadas. Para as missões imprevisitas teremos que confiar em alguém quo possa descobrir e identificar tão cêdo quanto possível, os objetivos que possam prejudicar nossas operações. Aliás, as Frações de Apoio Aéreo são acionadas pelos elementos subordinados ao Exército em concordância com as Diretivas (Instruções particulares às F. Ae., entre nós) do Comandante do Ex. Em qualquer tempo, um Comando Subordinado necessitando de apoio aéreo deve transmitir seu pedido à primeira unidade de uma Fração de Apoio Aéreo que, a sua vez, o transmite diretamente ao Contrôlo de Apoio Aéreo. Ao transmitir estas mensagens, a Fração de Apoio Aéreo passa a considerar como prioridade a execução do pedido que constitue a única função de que pode se encarregar além das constantes do plano. Obviamente esta Fração de Apoio Aéreo deve também concorrer para sugerir aos Comandantes Subordinados sôbre a maneira prática de localizar os objetivos, o tempo provável que carecerá para executar os ataques, etc., mas sua missão essencial consiste em transmitir os pedidos feitos pelos Comandos Subordinados. As transmissões entre o Contrôlo e as Frações de Apoio Aéreo são feitas diretamente e pelo rádio (linhas duplas indicadas na fig. 1).

As transmissões entre o Comando de Apoio Aéreo e os Aeródromos são estabelecidos e conservados pelo Batalhão de transmissões (de Aviação), que delas se encarrega normalmente.

Neste caso, o fio é o primeiro meio de comunicação, seguindo-se o rádio. Das ligações por fio, o teletipo é o método mais convenientemente empregado porque com êle podemos

fornecer despachos escritos e rapidamente; constitue-se assim no meio mais rápido e útil. As comunicações por fio, do Contrôlo de Apoio Aéreo para as Frações de Apoio Aéreo, são muito inseguras. Elas poderão ser estabelecidas durante uma situação de parada — mas durante as operações estabilizadas são duvidosas, motivo porque as Frações de Apoio Aéreo deverão instalar sempre todos os meios normais. Numa frente móvel seria impossível montar as comunicações por fio; somente o rádio poderia assegurar as transmissões entre as Frações de Apoio Aéreo e seu Contrôlo.

Nota-se aqui que centralizamos o controle de modo que todos os meios de aviação poderão ser empregados sobre um flanco das forças, como facilmente poderão também aplicar-se sobre o outro.

Este controle constitue um artifício muito importante pois que permite dirigir a aviação contra todos os objetivos qualquer que sejam as missões previstas no plano ou que venham a ser impostas depois de desencadeadas as operações. Cada Comandante de Apoio Aéreo estuda atualmente a reforma deste Contrôlo de Apoio Aéreo. Em alguns casos conviria que fôsse numeroso; em outros pode consistir em um simples par de oficiais com poucos auxiliares, mas em qualquer caso sua composição comporta os seguintes elementos:

Contrôlo de Apoio Aéreo

Secção de Transmissões . . .	{ fio rádio
Secção de Execução	{ representante do Comando terrestre representante do Comando aéreo
Secção de Operações	{ situação das esquadrilhas ordens de ataque e para transportes vias aéreas, etc.
Secção de Informações . .	{ Mapa da situação Informações necessárias aos planos e ordens

- 1 — *A secção de comunicações* (transmissões) maneja os meios de transmissões entre o Contrôlo de Apoio e o Posto de Comando do Apoio Aéreo. Além disso, incumbe-se do serviço no centro de transmissões. Sua função, por conseguinte, consiste em receber e transmitir mensagens.
- 2 — *A secção de execução* (acceptance) é realmente o coração de todo o Contrôlo. E' constituída de representantes dos Comandos terrestres e aéreo, como verdadeiro delegados podendo tomar decisões em seu nome. Isto se faz necessário não só para abreviar como para simplificar o processo de satisfação dos pedidos que possam ser encaminhados pelas unidades subordinadas. Cada representante do Comando interessado deve ter uma idéia perfeita, completa e apurada do quadro geral das operações e estar imbuído da idéia do Chefe. Para isso, aquele quadro deve ser conservado rigorosamente em dia. A função desta secção consiste simplesmente em aceitar ou rejeitar os pedidos dos elementos subordinados para a execução do apoio aéreo.
- 3 — *A secção de operações* organiza o *quadro da situação* em que é indicado o estado de eficiência de cada esquadrilha capaz de realizar o apoio. Esta secção expede as ordens, depois de seleccionar a unidade mais apta para executar a missão pedida. O objetivo e sua localização devem estar bem definidos. A carga de bombas, as rotas, e os objetivos, devem ser especificados nas ordens, inclusive outros dados, como o tempo limite de ataque e a possibilidade de seguramente ser estabelecida uma linha de bombas.

Esta secção também recomenda um objetivo secundário se já não estiver indicado no pedido.

sorte de uma potencia europeia. Inversamente, acenemos a qualquer potencia europeia com a possibilidade de entrega-las á sorte dos E. U.

Tornemos as bases uma ameaça potencial para qualquer nação.

Si os E. U., por exemplo, precisarem lutar ao largo de Fernando de Noronha, a sua Aviação poderá ir de salto em salto, sobre os campos comerciais concedidos, até á zona de operações, ao passo que a potencia europeia oponente terá de executar um grande salto de Dakar a Natal.

Facilitar, ao contrario, as bases, á potencia europeia, tornará um suicidio, para a frota americana, qualquer operação ao largo de Fernando de Noronha.

O nosso interesse está em ficarmos equidistantes de todos os partidos. Sob o ponto de vista brasileiro, a defesa das bases do Nordeste é mais um problema de forças aereas.

Para os partidos americano e europeu, a luta pela supremacia aérea, naquela estratégica região, *precederá* e não *seguirá* a ação naval.

Qualquer ação a empreender contra o Nordeste, vinha da Europa ou da Norte America, não virá em forma de uma anunciada e vagarosa força expedicionária, partida de Brest ou de Norfolk, mas na de uma ligeira ação de surpresa, vinda de Dakar ou de Porto Rico.

Começará pelo desembarque de forças especializadas, destinadas a tomar os nossos aerodromos, afim de possibilitar a citada supremacia aerea ou de forças de fuzileiros navais, embarcadas em navios rápidos.

Para nós, portanto, trata-se de armar as bases de modo que sejam capazes de impedir a conquista da supremacia aerea, ali, por outros povos.

Aviação, esquadra, forças mecanizadas ligeiras, em terra, apoiadas num sistema perfeito de comunicações.

Natal, particularmente, deve estar ligada, para o Sul, até Recife, pelo menos e para N. W. até Fortaleza, pontos complementares e que, nas mãos de um dos partidos, isolaria Natal.

Mantendo em nossas mãos o triangulo Natal-F. Noronha-Recife, isolamos toda a costa Leste da America do Sul da influencia americana e europeia.

Mantemos o trunfo em nossas mãos.

Indicar qual a repartição exata de forças para atingir esse fim seria avançar de mais. Porem, deduz-se facilmente que, em Natal e Fernando de Noronha, deve haver forte proporção de caça e bombardeio de longo raio de ação.

A' medida que vamos de Natal para Belem diminuem as necessidades de bombardeio e aumentam as de caça. Uma força naval de batalha está indicada para estacionar em torno de Natal, em que pese á deficiencia de ancoradouros. Em Belem e Fortaleza, forças ligeiras, com predominancia de meios defensivos.

De Recife até o Rio, ainda forças ligeiras, de escolta e patrulhamento.

Em terra, predominância de forças moto-mecanizadas apoiadas em boas comunicações.

O destino militar do Brasil, em termos de guerra moderna, é manter um forte agrupamento de forças aero-terrestre-navais no Nordeste e outro no Sul do país. No centro é fatal o aparecimento de um vácuo estrategico, a corrigir por um sistema completo de comunicações.

Com a repartição de forças acima ou com outra melhor, estremos em condições de equilibrar as ameaças latentes continentais ou extra-continentais.

A discussão sobre o tipo de sociedade internacional a ser creada depois da guerra já começou. E é significativo o vêr-se propôr, sem cerimônias, nessas discussões, o desaparecimento de certos países, a criação de outros, a aglutinação de grupos de países, etc., tudo em beneficio do equilibrio de poder das grandes Nações. Portanto, devemos conhecer os nossos problemas e o papel que nos cabe no concerto das Nações, estudar as consequencias que as transformações mundiais trarão para nós

e principalmente saber o que queremos. E' o que procuramos esboçar neste artigo.

BIBLIOGRAFIA :

- America's strategy in world Politics, by Nicholas John Spykman.
- U. S. Foreign Policy, by Walter Lippmann.
- The coming battle of Germany, by William B. Ziff.
- You can't do business with Hitler, by Douglas Miller.
- Vitoria pela força aerea, de Alexandre de Sewersky.

FASANELLO VENDERÁ
NATAL - 23 DE DEZEMBRO
5 MILHÕES
DE CRUZEIROS NOS CLASSICOS
AVENIDA, 110 - AVENIDA, 147

ELETRODOS PARA SOLDA ELÉTRICA



MARCA REGISTRADA
 RUA TEOFILO OTONI, 52

Tipo MARRON/BRANCO

Para: Construções, Consertos e Enchimentos
 em ferro fundido

Fabricantes: HIME-COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

RIO DE JANEIRO

Telefone 23-1741

possibilitava o seu confecionamento com a composição ferrea em movimento, a paciencia, a resignação e o bom humor da tropa não se alteravam. E' que os soldados sabiam que jamais os officiaes fariam suas refeições, embora estas já estivessem prontas no carro *restaurant*, sem que se encontrassem todas as praças alimentadas.

E era cheios de orgulho e de satisfação que, nas horas de lazer, eles se distraiam enchendo os ares, e deliciando os habitantes dos lugares em que passavam, com as palavras vibrantes e quentes da bela canção do Grupo "SENTINELA DA BAHIA" e com os sons de um samba ou de uma valsa que o conjunto musical improvisado executava, composições dos proprios soldados e em que eram exaltados os meritos do *Gemac* (como são conhecidos os Grupos) ou feito humorismo a qualquer fato ocorrido na Unidade.

Era essa a distração predileta da tropa e os "cantores" sentiam-se altamente lisongeados quando eram chamados á presença dos Officiaes para uma ligeira exhibição...

2 — como um *psicólogo*, estudar minuciosamente o caracter, as aptidões, o temperamento de cada um daqueles que estão sob suas ordens, afim de distribuir-lhes convenientemente as missões, explorando-lhes as qualidades pessoais, para obtenção de melhor rendimento no serviço.

Quantas vezes o incentivo habil á vaidade do subordinado — pois isso é humano — produz um maravilhoso resultado, jamais alcançado em condições diferentes.

E' do seu *tato* em avaliar as situações surgidas e resolvê-las no momento preciso, com energia e de forma a não provocar melindres, que ele conseguirá manter em harmonia, perfeitamente coesas produzindo o maximo em proveito do conjunto, tantas individualidades dispaes.

3 — Imprimir a mais absoluta *justiça* no julgamento dos atos de seus subordinados.

Nada revolta mais uma pessoa e a predispõe ao desanimo e á resistência passiva — o mais pernicioso inimigo da boa

marcha do serviço — do que uma decisão ou punição injustas. O chefe necessita analisar a infração, qualquer que seja o faltoso, com serenidade e isenção de animo, evitando julgamentos preconcebidos porém obedecendo a uma norma pre-estabelecida, dentro dos preceitos e princípios regulamentares.

Todo aquele que, tendo cometido determinada falta pela qual é punido, tem a certeza de que nenhum outro, em semelhante situação, deixará de sofrer idêntico castigo, não sendo ele, assim, o “bode expiatorio”, conforma-se com a aplicação da pena.

O rigôr na manutenção da disciplina não caracteriza o comandante “mão” na crítica que lhe faz o subordinado. Ele pode ser *rigoroso* e ao mesmo tempo *bondoso*, embora pareça isso um paradoxo. Rigôr na repressão às faltas, bondade para fazer certas concessões áqueles que as merecem.

A aplicação justa das *punições* e das *recompensas*, constitue um dos fatores preponderantes com que um comandante conta para conservar alto e constante o grau de disciplina de sua Unidade.

4 — exigir que, durante as horas fixadas nos “quadros de trabalho”, todos estejam em atividade, tanto os que se dedicam á instrução, como os que se entregam ao serviço burocrático. O tempo empregado em ociosidade, além de prejudicar o resultado que se tem em vista obter, findo cada periodo, permite também ás praças, divagações prejudiciais á disciplina, que podem leva-las á pratica de atos desaconselháveis ou mesmo condenáveis e que seriam perfeitamente evitados si estivessem elas entregues aos seus afazeres militares. Para isso, uma assidua fiscalização por parte de cada chefe hierarquico se torna necessária. Ao comando compete, em casos especiais em que os trabalhos estão suspensos, encontrar habilmente um meio de trazer presa a atenção dos subordinados, seja promovendo competições esportivas em que todos os elementos da Unidade se engajem, seja efetuando certas revistas em forma de confronto entre as sub-unidades, seja ainda por meio de preleções

atraentes, diversões, etc., de maneira, porém, que nunca estejam os subordinados *sem ter o que fazer*.

5 — manter assíduo contacto com os subordinados.

Nada auxilia mais um comandante a ter *força moral*, *prestigio*, a ganhar a confiança e a simpatia de seus homens e a contar com o respeito e com a dedicação de seus oficiais e de seus soldados, do que um estreito contacto com os mesmos.

O comandante que conhece uma praça pelo seu numero ou nome, que lhe fala, que lhe faz perguntas, “sôbe 90 por cento no seu conceito”...

Engana-se redondamente todo aquele que julga obter maior disciplina e ter mais força moral, *deixando-se vêr poucas vezes de perto*.

O que acontece em tais casos é haver *receio* e *timidez* por parte do subordinado ao enfrentar o superior, nunca, porém um *respeito consciente*.

6 — ter habitualmente *bom humor* e ser *paciente* com certos individuos que, devido a atrazo intelectual ou fisico, nem sempre executam, com a esperada perficção, determinada tarefa.

E' sabido que a “atmosfera”, no quartél é, geralmente, reflexo do estado de animo do comandante. Si este está irascivel, nervoso, impaciente, transmite aos demais perturbação semelhante e o ambiente se torna intoleravel. Ao contrario, o seu bom humor permite a todos o trabalho sem sobresaltos, havendo, assim, maior rendimento no serviço.

Com relação aos tipos atrasados, podemos ainda trazer, como exemplo, o soldado OZORIO, do 4.º G.M.A. C. a que já nos referimos linhas atrás. Tendo um pequeno defeito em uma das espaduas e o sistema nervoso facilmente excitavel, esse soldado era incapaz de andar de passo certo, de oscilar o braço esquerdo e de cantar, ao mesmo tempo que marchava. A menor correção que lhe fosse feita, perturbava-o mais ainda e fazia piorar a situação. Durante 4 meses, foi preciso que mo-

nitores e instrutores se dedicassem a um trabalho quotidiano de paciência, de estímulo e de sugestão, para conseguirem que ele tivesse confiança em si e se compenetrasse de que podia fazer como os outros. Não foi tempo perdido, pois, findo aquele prazo, enfileirava-se o Ozorio entre os 3 melhores atletas da Unidade.

7 — saber *decidir* rapidamente e ter *noção de responsabilidade*.

Nenhum chefe indeciso, tímido ou receioso de assumir a responsabilidade por um determinado ato, pode ter moral sobre os subordinados. A disciplina enfraquece quando é sentido “que não ha homem no leme” como se diz vulgarmente. Em contraposição, si o superior decidir sem hesitação e sem receio das consequencias que possam advir de seu ato, produzirá sobre o subordinado uma profunda impressão, conquistar-lhe-á a admiração e infundir-lhe-á mais confiança.

8 — saber crear o *amôr á Unidade*.

E’ esta uma virtude militar que nem sempre é bem compreendida. E’, no entretanto, um fator ponderavel, quando bem explorado, para a obtenção da disciplina no corpo.

Têr amôr á Unidade, não é esconder as faltas cometidas pelos seus elementos, não é deixar de puni-los, não é *fazer farol* e enganar os escalões superiores, ostentando um gráu de instrução ou uma perfeição de administração que o corpo está longe de possuir.

Ter amôr á unidade é dedicar-se a ela inteiramente, cuidando com esmero de sua instrução, de sua disciplina.

E’ ser inflexivel na repressão a faltas que possam reflectir sobre a coletividade, como sóem ser aquelas que são cometidas no exterior, fóra do quartél, isto é, embriaguez, desordens, roubos, indisciplina e falta de correção nos uniformes (gola aberta e tunica desabotoada, boné, gorro e capacete no alto da cabeça ou caídos para a frente e para os lados como capadocios, etc.).

E' desejar sempre que a unidade se destaque das demais pelo seu garbo, pela sua correção, pelo seu alto gráo de instrução, evidenciados nos exames e nas demonstrações, pela pres- teza em atender ás ordens emanadas das autoridades superiores.

Ter amôr á unidade, é estimular por todas as fórmãs os seus subordinados, elevar-lhes ao máximo o moral, defenden- do-os desassombradamente, sem permitir jamais que sejam eles menospresados, caluniados, humilhados, ofendidos em seus brios e relegados a plano inferior no meio civil.

E' procurar falar seguidamente aos soldados, mostrando- lhes o caminho do dever, o procedimento que necessitam ter para honrar e dignificar a *sua unidade*, elevando-a no conceito dos chefes, no dos camaradas e no do povo, enfim. Quantas vezes uma preleção bem conduzida ou uma lição de moral feita em momento oportuno, têm mais influênciã sobre certos indivíduos do que mesmo um severo castigo e conseguem até a regeneração de elementos transviados e contumazes na pratica de atos delituosos.

A educação moral orientada dessa fórmula, permite serem alcançados resultados surpreendentes e facilita ao chefe "ter os soldados na mão", prontos para segui-lo cegamente, a qual- quer momento, em defesa da Pátria.

Lembramo-nos, a proposito, de uma praça do já citado 4.º G. M. A. C. e que se distinguira pela *constancia* de seu número e de seu nome na 4.ª parte do Boletim da unidade, entre os punidos disciplinarmente.

Viajava essa praça, juntamente com outras, em um bonde, na Bahia. Nesse mesmo veiculo ia tambem uma pessoa amiga do comandante e desconhecida dos soldados. Algum, dentre estes, convidou a praça em questão para qualquer ato que implicava em transgressões disciplinar e desrespeito a ordens reiteradas do comando. Com agradavel surpresa, aquela pessoa, que prestava a maxima atenção á conversa dos soldados, ouviu da praça citada a seguinte declaração:

— Não, não farei tal coisa, porque o nosso comandante *não merece que se faça isso com ele !...*

Dias antes, o comandante, reunido o Grupo, tornára publico um fato altamente desabonador para o nome da unidade, si confirmado — um civil dirigira-se ao Cmt. da Região denunciando os soldados do Grupo como depredadores da economia particular e quicá da nacional, por terem assaltado um coqueiral de sua propriedade, desrespeitando os moradores.

Inquerito immediato havia sido aberto e ficára provado ser infundada e malévola a attitude do paisano autor do telegrama.

Em consequência, apesar de sua situação social, fôra ele convenientemente castigado. Tivera de passar pela humilhação de retratar-se, junto ao General, pelas infamias assacadas contra a tropa e de pedir aos soldados desculpas pelo que deles disséra, mal informado, “leviana e impensadamente”, segundo suas palavras textuais.

A oportunidade fôra tambem aproveitada para ser frisado ás praças que lá estavam em defesa da costa e da população da Bahia contra possiveis inimigos e que lhes competia não cometer atos semelhantes aos que seriam praticados por quem tinham ido combater; que do seu procedimento, da sua correção, dependia a simpatia que lhes consagraria o povo e o conceito que a unidade haveria de gozar perante os superiores e perante as autoridades civis; que qualquer elemento da unidade que cometesse faltas de tal natureza seria indigno de continuar pertencendo a ela e de ombrear com os demais.

9 — ter *attitude militar* e exigi-la de seus subordinados.

Não se compreende um militar sem a característica propria do mesmo — a attitude. Aquele que veste uma farda, deve esforçar-se por se tornar diferente dos que não têm essa honra. Para isso não é necessário ser arrogante, insolente. E’ sufficiente que guarde uma linha de conduta irrepreensivel, que tenha garbo e que não se esqueça, nas suas relações com os superiores ou subordinados, de praticar rigorosamente os preceitos regulamentares sobre continencias e sinais de respeito. Jamais

o militar deverá, por comodidade, falsa bondade e modestia ou por negligencia, dispensar dos seus subordinados as provas de respeito e de consideração a que tem direito e que os regulamentos prèscrivem.

Impedir que o corneteiro dê o sinal de comando, dispensar não só o cumprimento dos subordinados como que os mesmos se levantem á sua passagem ou quando a eles se dirige para falar, são procedimentos que concorrem, de maneira notável, para o enfraquecimento da disciplina do corpo e da autoridade do chefe. Este não deve abrir mão, absolutamente, de suas prerrogativas.

Deve, igualmente, dar aos subordinados todas as provas de consideração a que fazem jús, respondendo-lhes corretamente ás continencias, levantando-se para receber-lhes as apresentações e concedendo-lhes a atenção devida, quando vão á sua presença.

10 — possuir *valor profissional*.

E' esta, talvez, embora não o pareça, uma das mais importantes qualidades do chefe. E' ela que leva, insensivelmente, o subordinado a respeitá-lo, reconhecendo nele superioridade intelectual e cultura acurada. O superior que mostra ao subordinado conhecer, pelo menos tanto como ele, os assuntos pelo mesmo tratados, que assume, com proficiencia, a direção de uma instrução ou de um exercicio, que sabe fazer a critica sobre qualquer trabalho, apontando-lhe as falhas e indicando o meio de corrigi-las, conquista a admiração daqueles que comanda, bem como o seu respeito e obtêm deles uma *disciplina consciente*.

11 — demonstrar *valôr pessoal, coragem*.

Ninguém ignora que um comandante, isto é, um *condutor de homens*, conseguirá tanto mais destes, em qualquer situação, quanto maior for a fascinação que sobre os mesmos exercer e maior a confiança que tiverem eles nos seus dotes pessoais de coragem e de bravura.

Estas qualidades podem perfeitamente ser demonstradas nos periodos de paz. Ocasões ha, inumeras, para um chefe evidenciar seu destemôr, seu sangue frio, sua coragem pessoal, os quais ficarão profundamente gravados na memoria de seus subordinados.

.....

Com um chefe que saiba conduzir-se pela forma indicada, os subordinados darão fatalmente, quando preciso, as mais surpreendentes provas de heroismo e de combatividade, porque eles só esperam o momento de patentear o orgulho que sentem em tê-lo como comandante e de provar que os exemplos que dele receberam fôram de molde a não serem jamais esquecidos.

Seu entusiasmo, sua energia, seu valor, sua fibra, refletirão sobre toda a tropa, que o seguirá sem receio, qualquer que seja o perigo a que estiver exposta, porque ela sabe que tem a dirigí-la *um chefe* na verdadeira exprssão da palavra, o qual a conduzirá sem dúvida ao sucesso, á vitória.

.....

Estamos em guerra.

Breve marcharemos para os campos de batalha. (*).

Meditem todos os militares que estão investidos das funções de comando, sobre as responsabilidades inerentes a esse cargo.

Façam um auto-exame. Ponham a mão. Deixem de lado vaidades pessoais e procurem corrigir-se de possiveis defeitos.

Lembrem-se que de seu tato, de sua competencia profissional, de seu tirocinio militar, da propriedade e do acerto de suas ordens, talvez mesmo o futuro do paiz e que a Pátria não lhes perdoará jamais o deslustre de sua honra e de sua dignidade nem o sacrificio de tantos de seus filhos, si oriundos de sua confiança que ela em nós deposita e façamos por elevar bem ao alto, junto ás Nações aliadas em luta contra o nazismo, o valôr do nosso soldado e o renome de nosso idolatrado BRASIL!

(*) — Este artigo foi escrito antes da partida da F.E.B. para a Europa.

951.

GOVÊRNO MILITAR ALIADO NA SICÍLIA

(Pela Divisão de Negócios Cívís do Departamento de Guerra dos Estados Unidos. — Traduzido da revista "Military Review" pelo Tenente-Coronel PAULO MAC CORD).

O *Governo Militar Aliado* (Allied Military Government-AMG), tal como foi estabelecido na Sicília, representa o esforço feito pela primeira vez na História por duas grandes potências no sentido de empregar pessoal do exército em uma organização destinada a exercer a administração civil de uma região inimiga conquistada.

Por êste motivo, é natural o interêsse que surge em tórno dos métodos adotados pelo AMG e dos resultados obtidos. Estudaremos aqui, particularmente, sua organização tática, sua integração no conjunto das forças armadas e o modo pelo qual desempenhou o seu papel à medida que os exércitos avançavam.

Foi regra normal de procedimento dos oficiais do AMG desembarcarem no dia D com as tropas combatentes, permanecerem a seu lado nas horas amargas do combate e penetrarem nas cidades fumegantes enquanto ainda troava a artilharia.

Os problemas relacionados com os interêsses da população civil no caminho cortado por nossas forças através da Sicília apresentavam dificuldades da maior monta, dadas as condições de extrema violência da campanha, pois que cidades inteiras haviam sido reduzidas a escombros pelos bombardeios aéreos e de artilharia. O inimigo em retirada esvaziava os armazens, requisitava todos os transportes motorizados e destruía ponte por ponte, parализando a economia pública.

O povo fugia para os morros durante os assaltos, mas regressava logo após a chegada das nossas tropas. Chorava sobre as ruínas e sobre os cadáveres dos parentes e amigos, mas nada podia fazer em proveito próprio: achava-se estarecido, consumido pela guerra; clamava por alimento e por abrigo. As autoridades que não haviam fugido com o inimigo declaravam-se impotentes para assumir a iniciativa de qualquer providência.

Os modernos princípios de guerra exigem que os comandantes de exércitos demonstrem comiseração para com os civis. Mas, mesmo que assim não fôsse, e aqueles chefes permanecessem insensíveis à desgraça destes, o seu próprio interesse ditaria a necessidade de uma organização capaz de cuidar dos assuntos civis.

Sem alimentos e sem abrigos, os moradores das regiões situadas na retaguarda de um exército passam a constituir, dentro de pouco tempo, séria ameaça às linhas de comunicação. Amotinam-se contra a tropa acantonada nas cidades, assaltam os armazens e os combôios de suprimentos, praticam atos de sabotagem nas linhas telefônicas militares, pontes e veículos e prestam informações e auxílios diversos ao adversário.

Antes do dia D na Sicília, os oficiais do AMG, ao se incorporarem às unidades táticas, tiveram fria recepção da parte de alguns comandantes que ainda não compreendiam o alcance da sua missão. Mal decorrida, porém, uma semana de campanha, os mesmos chefes apelavam entusiasticamente pela vinda de mais elementos da organização, cujo trabalho recebeu posteriormente a mais alta apreciação de todos os escalões.

O plano do AMG para a invasão da Sicília centralizava-se no Quartel General Aliado em Argel, sob a Seção do Governo Militar, da qual o general de brigada Julius C. Holmes era o chefe.

Escola de treinamento, com seção de planejamento, foi instalada em um recanto desportivo de inverno, pequena vila francesa do Norte da África, denominada Chrea, e situada no topo de u'a montanha de quase dois mil metros de altitude, perto de

Argel, dominando o Mediterrâneo. No seu comando achava-se o major general Lord Rennel of Rodd, cujo pai havia sido, durante muito tempo, embaixador britânico na Itália, e que tinha passado muitos anos de sua vida naquele país. Rennell fôra designado "Chefe dos Assuntos Cívís" para o 15.^o Grupo de Exército, que compreendia duas unidades estratégicas, o Sétimo Exército Americano de Patton e o Oitavo Exército Britânico de Montgomery.

O general de brigada Frank J. McSherry, do Exército dos Estados Unidos recebera a nomeação de "Delegado dos Assuntos Cívís".

Algumas centenas de oficiais americanos e britânicos — muitos dos quais habilitados pelas escolas de administração civil mantidas pelo Exército em Charlottesville, Virgínia, e Wimbledon, Inglaterra — reuniram-se em Chrea, em fins de maio de 1943. Procurou-se, intencionalmente, manter entre os mesmos a mais estreita intimidade, já intercalando, na mesa das refeições, os de uma nacionalidade com os da outra, já organizando, em promiscuidade, os alojamentos que lhes eram destinados.

Diversos oficiais britânicos possuíam experiência de governo militar da Abissínia, Eritréa, Somalilândia e Tripolitânia, sendo, assim, de grande valia, a contribuição que podiam dar. As diferenças de temperamento, de costumes e, acima de tudo, dos regulamentos militares, ocasionaram, a princípio, alguma dificuldade. Mas havia conveniência em assegurar uma administração unificada e um programa harmonioso de ocupação.

Um comissão de administração e planejamento foi constituída e empenhou-se na preparação de ordens e proclamações, bem como de instruções minuciosas para o governo a ser exercido na Sicília.

O plano básico adotado fixou os seguintes objetivos:

a) Restabelecer a lei, a ordem e as condições normais de vida da população civil, tão cedo quanto possível; dentro

dos recursos disponíveis prover-lhe os meios de subsistência, socorrendo os necessitados, onde necessário.

b) Promover o aproveitamento, pelas forças ocupantes, dos recursos econômicos do território.

c) Fornecer pessoal especializado para aliviar as unidades de combate, até onde fôsse praticável, da necessidade de cuidar da administração civil.

d) Colaborar na realização dos objetivos políticos e militares das Forças Aliadas relacionados com as operações futuras, por meio de eficiente direção do território e aplicação das diretivas baixadas pelo Comando em Chefe.

O General Alexander, como Comandante do 15.^o Grupo de Exército, foi designado pelo General Eisenhower para o Governador Militar. Os grandes comandos subordinados, até o escalão divisão, foram investidos de responsabilidade integral e autoridade para exercerem o governo militar em suas zonas de ação, utilizando-se, assim, nesses limites, a cadeia hierárquica do comando.

Nestas condições, enquanto o General Alexander enfeixava as rédeas do governo militar geral e transmitia diretivas para a administração civil no seu mais amplo significado, Patton e Montgomery assumiam, nas zonas atribuídas a seus exércitos, pleno contróle daquela administração, regulando-a ainda junto aos comandantes de corpos de exército, os quais, por sua vez, exerciam completa autoridade na matéria dentro dos limites de ação das suas unidades. Até aos comandantes de divisão foi estendida, analogamente, a incumbência de dirigir os assuntos civis na esfera de ação de suas atividades.

Em cada escalão, os oficiais do AMG ficaram sob a autoridade dos combatentes das grandes unidades mencionadas.

A subordinação funcional dos mesmos oficiais variava, entretanto, nas diversas formações. No grupo de exército, o Major General Lord Rennell desempenhava o papel de oficial especial de estado-maior; nos quartéis-generais dos dois exércitos, os oficiais em aprêço desfrutavam idêntica situação, diretamente subordinados ao chefe do estado-maior.

No corpo de exército, o regime foi alterado. No II Corpo do Sétimo Exército, os oficiais do AMG foram colocados no Serviço de Justiça, que funcionou intensivamente com o encargo dos negócios civis do General Bradley. Os corpos britânicos mantinham o controle dos assuntos civis no próprio estado-maior, com pouco rigor inicial, provindo quase toda a orientação do quartel-general do Oitavo Exército.

No nível da divisão, alguns comandantes entendiam-se diretamente com o oficial do estado-maior encarregado dos assuntos civis. Em outras divisões, a função era desempenhada através da 1.^a Seção, do Serviço de Justiça, ou, como sucedeu em um caso singular, por intermédio do Comandante da Polícia.

Abaixo da divisão, não havia organização prevista para a direção dos negócios civis nos estados-maiores, conquanto em certas circunstâncias oficiais daquele ramo ficassem adidos temporariamente a brigadas, e mesmo a regimentos, de maneira a poderem ser imediatamente aproveitados, após a queda de uma cidade, nas missões que lhe eram peculiares.

Enquanto, assim, a parte militar propriamente dita transitava pelos canais do comando, assegurava-se a remessa das informações de natureza técnica diretamente através dos escalões do AMG. O Chefe dos Assuntos Civis utilizava êsses canais técnicos diretos para, por exemplo, orientar a política fiscal e econômica. Caso concreto merece citado, com relação ao preço do trigo.

Reclamação generalizada contra o baixo preço daquele cereal havia sido formulada pelos agricultores em todos os pontos da Sicília primeiramente ocupados pelas tropas aliadas. Isto constituía pretexto para desinteresse pelo cultivo do artigo, eminentemente necessário à alimentação dos civis nas cidades. Naturalmente, os comandantes de corpos de exército e divisões não podiam, isoladamente, fixar o preço do trigo em suas zonas, sem causar perturbação ao conjunto. Entretanto, um oficial encarregado da administração civil, precipitado e mal orientado, chamou a si a resolução do problema, elevando

arbitrariamente o custo de aquisição do mencionado cereal no seu setor, dando lugar, imediatamente, a pedidos de idêntica concessão da parte de agricultores de outras áreas.

O Chefe dos Assuntos Cívís interveiu, então, e notificou todos os subordinados, através dos canais do AMG, de uma política uniforme a respeito do preço do trigo. Isto poderia ter sido feito por intermédio dos comandos militares, mas com maior perda de tempo e desnecessária ocupação de oficiais táticos, completamente absorvidos pelos assuntos que lhe interessam diretamente.

Ficou também estabelecido que, quando uma zona diminuísse de importância militar e as condições ambientes o permitissem, os comandantes dos exércitos seriam aliviados da responsabilidade da administração cívíl, passando o contrôlê respectivo a ser feito, por ordem do General Alexander, pelo Chefe dos Assuntos Cívís, diretamente.

No Quartel General do 15.º Grupo de Exército e nos do Sétimo e Oitavo Exércitos, as seções de estado-maior do AMG compreendiam seis divisões especiais: legislação, finanças, suprimento cívíl, segurança pública, saúde pública e propriedade inimiga. Às vezes, mas sem regularidade, representantes dessas divisões estacionavam, também, nos quartéis-generais dos corpos de exército.

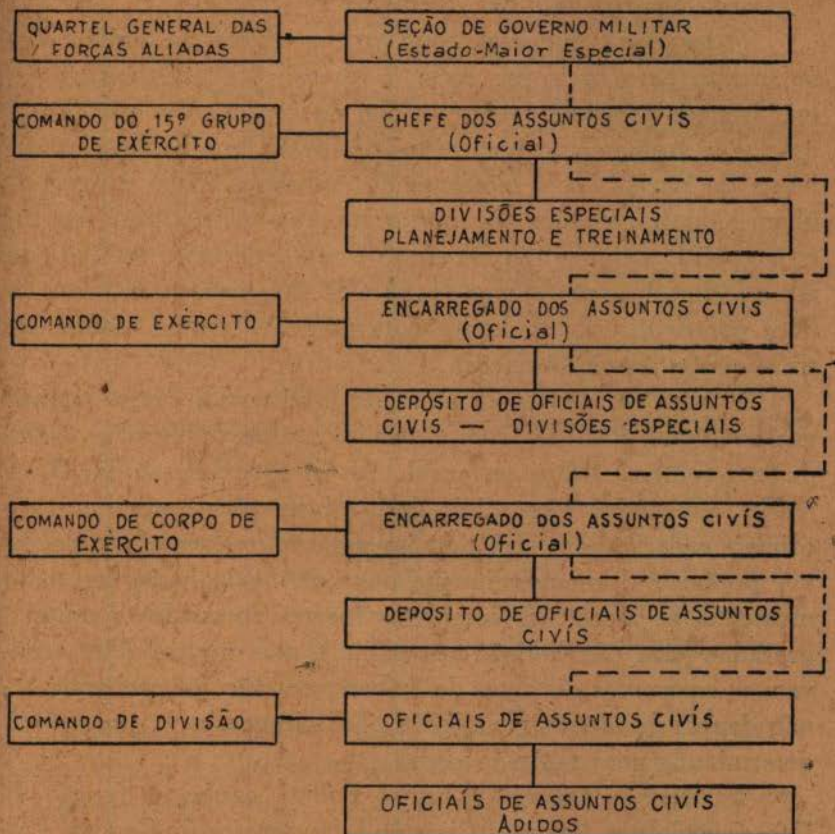
Os chefes dessas divisões especiais eram os conselheiros técnicos de todos os escalões inferiores do AMG, atuando por vezes através dos canais técnicos respectivos, mas não estavam impedidos de procurar os representantes das divisões correspondentes dos outros quartéis-generais ou de lhes escrever sobre assuntos técnicos, e até mesmo de se entender diretamente com os oficiais dos assuntos cívís das cidades situadas no campo de operações.

Em todas as ocasiões, antes das operações e durante as mesmas, houve a mais estreita ligação e cooperação entre os oficiais de estado-maior do AMG e as outras seções dos estados-maiores general e especial. Os oficiais de saúde pública encaminhavam seus planos e informações através do Serviço de

GOVERNO MILITAR ALIADO
ORGANIZAÇÃO ADOPTADA NA SICÍLIA

AS LINHAS CHEIAS INDICAM OS
CANAIS DE COMANDO

AS LINHAS PONTUADAS INDICAM OS
CANAIS TÉCNICOS



Saúde; os dos suprimentos trabalhavam intimamente com a 4.ª Seção. O abastecimento civil foi uma das maiores preocupações do AMG, tendo sido providenciado para que as mercadorias fossem armazenadas, transportadas e distribuídas na Sicília sem perturbar os suprimentos militares. Ao mesmo tempo, o AMG foi incumbido de auxiliar os Intendentes do Exército a obter vegetais frescos e artigos de abastecimento local.

Os problemas do tráfego e a manutenção da ordem foram estudadas pela divisão de segurança publica em entendimento com o Comandante da Polícia. Simultaneamente, a mesma divisão discutia com a Segunda Seção e o próprio Comando as medidas a estabelecer para a prisão de fascistas perigosos e a segurança das tropas e das operações.

Todas essas minúcias constituíram objeto de prévio planejamento em Chrea, em meio às precauções drásticas ali tomadas para proteger o segredo das operações. Os oficiais da escola de treinamento ignoravam os locais fixados para as cabeças de praias até o momento do embarque. Nem mesmo tinham sido informados de que o ataque será realizado na Sicília, pois, qualquer notícia nesse sentido deveria ser adiada até o último instante e, como a partida se procedeu de cerca de doze pontos diferentes, houve naturalmente certas falhas na transmissão das informações.

A todos os oficiais haviam sido ministrados cursos intensivos de lingua italiana, com fornecimento de publicações e dados referentes à Itália em geral. Ao se aproximar o dia D, os chefes das divisões especiais deram instruções específicas aos oficiais encarregados das missões particulares, continuando estes, porém, no desconhecimento das ações principais. Em dado momento, as instruções completas foram aprovadas e mimeografadas para distribuição aos oficiais, mas muitos deles achavam-se em pontos distantes de embarque e não as receberam senão depois de alcançar a Sicília. Foi circunstância inevitável, determinada pelo rigor do sigilo.

Ao Tenente-Coronel Charles Poletti coube a função de Encarregado dos Assuntos Cívís no estado-maior do General Patton; ao Capitão de Grupo C. B. Benson, da Royal Air Force, missão análoga junto ao General Montgomery. Poletti tinha um ajudante britânico, Tenente-Coronel Peter Rodd. O ajudante de Benson era americano, Tenente-Coronel Harvey Gerry, que havia anteriormente servido com o Oitavo Exército na Tunísia, com encargos de administração civil. Havia cinquenta e quatro oficiais do AMG no estado-maior do Sétimo Exército e

103 no estado-maior de Montgomery. Êsses números foram aumentados posteriormente, de acôrdo com as necessidades.

Um mês antes do dia D, mais ou menos, o Tenente-Coronel Poletti e o Capitão de Grupo Benson, bem assim determinados auxiliares seus, foram mandados adir aos estados-maiores dos dois exércitos, afim de com êles se familiarizarem. Expediram-se ordens e instruções no sentido de explicar a função que lhes cabia. Os chefes das divisões especiais do AMG foram apresentados aos oficiais do estado-maior encarregados de assuntos correlativos, tornando possível, a partir de então, o estudo em conjunto dos planos.

A princípio, de acôrdo com a organização do AMG, certas utilidades civís não ficaram sob sua direção, sendo, ao invés, controladas por outras seções do estado-maior. Os serviços de telefone, telégrafo, cabo submarino e radiotelegrafia estiveram a cargo do oficial de transmissões. Gás, energia, abastecimento d'água, pontes, estradas, cáis e estaleiros passaram a depender do Serviço de Engenharia.

Contudo, os oficiais de engenharia do AMG sempre atuaram em cooperação com os oficiais de transmissões e de engenharia do efetivo orgânico do Quartel General, procurando entendimento com as autoridades civís e providenciando para que todo o auxílio possível fôsse prestado pelas repartições oficiais e estabelecimentos particulares.

Logo que o interêsse militar pelas utilidades terminava, o AMG assumia o contrôle integral das mesmas.

À proporção que o dia D se aproximava, grupos de oficiais do AMG eram destacados para unidades de combate, com a missão de acompanhá-las durante a invasão.

Exemplares impressos de todas as proclamações e ordens eram levadas por êsses grupos, de modo a poderem ser afixadas imediatamente após o desembarque na Socília. As sete primeiras proclamações versavam sôbre os seguintes assuntos:

1) Declaração do estado de ocupação e do estabelecimento do governo militar;

- 2) Atribuição do caráter de crime a certas contravenções;
- 3) Criação das Côrtes Militares Aliadas;
- 4) Provisão da moeda e fixação das taxas de câmbio;
- 5) Fechamento dos bancos e concessão de moratória para determinados débitos e obrigações;
- 6) Anulação de certas leis, inclusive das que haviam sido intencionalmente elaboradas contra os Góvêrnos Aliados ou seus cidadãos, bem como das que envolviam discriminação racial;
- 7) Organização da Custódia da Propriedade Aliada e Inimiga.

Dois avisos foram também publicados para conhecimento geral: o que fixava as horas em que era proibido sair às ruas (do pôr do sol ao amanhecer) e o que determinava o recolhimento de armas, munições e aparelhos de rádio.

Três divisões americanas, a 1.^a, a 3.^a e a 45.^a desembarcaram na Sicília no dia D, todas trazendo consigo oficiais do AMG. O Tenente-Coronel Poletti, vindo da África com o Quartel General Avançado do Sétimo Exército, também desembarcou no dia D e passou, desde logo, a coordenar o trabalho de todos os grupos do AMG das diversas divisões americanas.

Os problemas que imediatamente se apresentaram aos oficiais do AMG no desembarque foram análogos em todos os pontos da invasão. O caso da 1.^a Divisão fornece um exemplo típico.

O Tenente-Coronel W. R. Irish deixou Chrea e juntou-se à 1.^a Divisão em Sidi Chami a 21 de junho, ficando adido à seção de estado-maior do Coronel Kiroe, do Serviço de Justiça. Poucos dias depois, nove outros oficiais do AMG incorporaram-se à divisão. O Coronel Irish e seu estado-maior realizaram consultas sucessivas com os oficiais de estado-maior das outras divisões, elaborando minucioso plano de ação. Organizaram diretivas para a administração civil, que foram aprovadas pelo General Comandante, por intermédio do Chefe do Estado-Maior.

Um relatório oficial das primeiras atividades apresentado pelo Coronel Irish nos dá conta do modo interessante pelo qual as cousas se passaram.

“O Tenente-Coronel Irish e o Tenente Asquini (oficial americano que falava italiano) desembarcaram na praia de Gela às 7 horas da manhã do dia D, sob fogo de granadas, e dirigiram-se para o quartel general divisionário, situado a um quilômetro de distância aproximadamente. Às 2 da tarde, partiram para Gela em um “jeep”, entrando na cidade por volta das 3 horas. Renhida luta ainda se travava em certas partes da cidade e seus arredores, até mesmo com o emprêgo de carros de combate. Instalaram-se em um edifício da zona ocupada da cidade e convocaram o juiz, o prefeito e os representantes da Igreja para uma reunião, três vezes interrompida por incursões aéreas. A luta prosseguiu durante todo o dia e pelos dois que se seguiram.

“As autoridades italianas, apesar das dificuldades, revelavam espírito de cooperação, mas estavam completamente inativas por efeito dos acontecimentos e pouco auxílio podiam prestar.

“Os problemas principais que o Tenente-Coronel Irish teve de enfrentar nos primeiros dias foram os seguintes:

“a) Havia 170 cadáveres para serem inumados, a maioria dos quais já se achava em decomposição. Tinham de ser enterrados sem caixão e as pessoas do povo esquivavam-se de carregar os corpos. Por isso, teve êle de utilizar para tal fim os prisioneiros de guerra italianos e as carroças existentes no local. Não havia medicamentos nem assistência médica para os atacados de tuberculose, febre tifóide e sarna, moléstias que predominavam na região.

“b) Faltava água na cidade, porque os encanamentos tinham sido sangrados em muitos pontos, tanto pelos civís como pelos militares. O Tenente-Coronel Irish pôs a trabalhar a engenharia municipal e em trinta e seis horas a rede d'água estava de novo em funcionamento.

“c) Não havia energia, porque a estação geradora estava completamente desmantelada por efeito do bombardeio. Com exceção da usina elétrica, a cidade não havia sido seriamente danificada pelo ataque aéreo. A situação da energia elétrica continuou a ser precária por algum tempo.

“d) Todas as padarias, que se achavam fechadas, tiveram de reiniciar os seus trabalhos utilizando como combustível a madeira tirada das casas bombardeadas. Isto foi feito no dia D mais 1.

“e) Gela foi utilizada como artéria principal para o recebimento de provisões para a tropa, o que, inevitavelmente, complicou o problema do restabelecimento da vida normal da cidade.

“No dia D mais 1, o Coronel Irish organizou os Carabineiros.

“O Prefeito da cidade, um preeminente fascista, havia fugido três dias antes da ocupação, tendo sido substituído por um professor escolar sem a necessária experiência. O Coronel Irish foi obrigado a afastar o mestre escola e a nomear para o cargo pessoa mais competente.

“Multiplicavam-se os casos individuais de extrema penúria e crescia o problema dos refugiados. Ali, como alhures, os militares apelavam para os oficiais do AMG, no sentido de conseguirem solução para muitas cousas que não podiam orientar através dos canais militares regulamentares.

“Desde o comêço, as autoridades italianas foram claramente informadas de que era do seu papel tomar a iniciativa de todos os assuntos que lhes dissessem respeito, resolvendo-os por sí, somente recorrendo ao Coronel Irish quando absolutamente necessário. O problema da falta de alimentos não se apresentava muito crítico, porque a cidade havia sido ocupada ainda a tempo de se apreenderem os armazéns de abastecimento e de se organizarem os Carabineiros, afim de impedir o saque”.

O Tenente-Coronel George H. McCaffrey e um outro grupo de oficiais do AMG foram mandados servir com a 3.^a Divisão

de Infantaria, então reunida em um bosque de oliveiras próximo de Bizerta. A divisão deveria estabelecer uma cabeça de praia perto de Licata, cabendo a um regimento de infantaria o assalto inicial. Afim de poder atuar em Licata sem demora, o Major R. Ashworth, do AMG, foi destacado junto àquele regimento e entrou na referida cidade uma hora após a sua queda.

O Coronel McCaffrey e os outros oficiais puseram os pés em Licata no mesmo dia. O Major Ashworth já se tinha instalado no Edifício da Prefeitura e organizado os Carabineiros. Proclamações e ordens estavam devidamente afixadas.

O Prefeito havia fugido com outras autoridades. Dessas, as que permaneceram foram convocadas para uma conferência com o Coronel McCaffrey, que fez um apêlo ao clero para que pregasse com veemência o acatamento às referidas ordens e proclamações.

As crateras de minas e granadas existentes nas ruas da cidade constituíam ameaça ao tráfego militar, tendo sido, por isso, requisitada a mão de obra civil para a execução dos reparos. Os gêneros escassejavam, causando êsse fato inquietação no povo. A rede de abastecimento d'água tinha sido destruída pelo bombardeio. A princípio a água foi transportada para a cidade em viaturas, mas tal medida em breve foi sustada, porque cavalos e viaturas passaram a ser utilizadas pelo exército.

Outras cidades foram tomadas no segundo dia, predominando o saque na maioria delas. O saque de cereais pelos civís foi sobretudo prejudicial, agravando o já trabalhoso problema de alimentação do povo. Alguns saqueadores foram apanhados e no dia 13 de julho o Coronel McCaffrey presidiu ao primeiro Tribunal Militar Aliado na Sicília, julgando três homens acusados daquele crime.

A escassez de alimentos em Canicatti deu lugar a um levante a custo dominado por quatorze policiais militares de serviço naquela cidade. Haviam os policiais procurado intimidar,

a princípio, o populacho, atirando para o ar, mas aquele deitou-se nas ruas e continuou a vociferar.

O Coronel McCaffrey relatou a situação ao Chefe do Estado-Maior da 3.^a Divisão, que lhe deu instruções para atirar nos insurretos encontrados em flagrante, se necessário, afim de restabelecer a ordem, e para recorrer ao Coronel Johnson, comandante do regimento de infantaria, para obter auxílio. Um pelotão de infantaria foi enviado pela última autoridade, com a incumbência de recolher todas as armas e munições porventura existentes na cidade. Nessa ocasião, o Coronel McCaffrey prendeu certo número de amotinados em fuga, sobraçando barras de sabão. Diligenciando descobrir de onde provinham, foi ter a uma fábrica daquele artigo, que estava sendo saqueada por enorme massa de povo. O Coronel McCaffrey, com o auxílio da força, acabou com a pilhagem, prendendo os seus executores.

Fora do saque generalizado, contudo, a população era dócil, mesmo quando reclamava. As autoridades do Governo, purgadas de fascistas, foram chamadas a reassumir suas funções, sob a orientação superior dos oficiais do AMG.

Por ocasião da queda de Palermo, em 22 de julho, o Coronel Poletti instalou o quartel-general do AMG no edifício da Prefeitura e submeteu os trabalhos referentes à administração civil a uma base de controle local. Se bem que todos os oficiais continuassem a depender dos comandantes das grandes unidades, admitia-se relativa autonomia nas administrações provinciais, entregues ao critério de oficiais experimentados.

A prisão de criminosos e fascistas perigosos era da competência do Corpo de Contra-Espionagem e do seu correspondente britânico, o Serviço de Segurança em Campanha. O afastamento dos fascistas dos cargos era tarefa do AMG, desempenhada a princípio nos próprios locais pelos oficiais respectivos, mas organizada posteriormente numa base limitada, com questionários distribuídos a todas as autoridades, inclusive professores escolares, pertencentes ao partido fascista ou com o mes-

mo relacionadas, de modo a permitir às comissões especiais depurarem os elementos indesejáveis. Era claro que o AMG não podia afastar todos os membros do partido fascista das funções públicas, porque isto equivaleria praticamente a eliminar todas as autoridades, inclusive as de mais baixa categoria, e os funcionários que haviam ingressado no partido somente para angariar as posições que usufruíam, e conservá-las.

Quando as forças combatentes se deslocaram para leste e tomaram Messina, toda a ilha ficou em poder dos aliados, e o papel do AMG descambou do campo das considerações militares propriamente ditas para o da reconstrução das cidades desmanteladas, do aprovisionamento de gêneros e remédios, da reconstituição dos serviços essenciais, do restabelecimento da Justiça, etc.

Banco do Estado de S. Paulo S. A.

AGÊNCIAS :

Amparo — Araçatuba — Atibaia — Avaré — Barretos — Batatais —
Bauru' — Botucatu' — Braz (Capital) — Caçapava — Campinas —
Campo Grande (Mato Grosso) — Catanduva — Franca — Ibitinga —
Itapetininga — Jaboticabal — Jau' — Jundiaí — Limeira — Marília —
Mirasol — Novo Horizonte — Olimpia — Ourinhos — Palmital — Pira-
juí — Pirassununga — Pres. Prudente — Quatá — Ribeirão Preto —
Sto. Anastacio — São Carlos — São Joaquim — S. José Rio Pardo —
Santos — Tanabi — Tupan.



DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — CÂMBIO — COBRANÇAS —
TRANSFERÊNCIAS — TÍTULOS — AS MELHORES CONDIÇÕES —
SERVIÇO RÁPIDO E EFICIENTE.

Sport factor de
SAÚDE

GYMNASTICA



"Moinho de vento" Gymnastica dos musculos abdominaes 10 vezes



Gymnastica dos musculos das pernas 20 vezes



Extensão dos musculos dos braços 20 vezes



Flexão do tronco 10 vezes



Arqueamento do corpo 10 vezes



"Ponte" 10 vezes



Oscilação de arvore 10 vezes



FLEXÕES DE CABEÇA

De 5 a 15 vezes
cada exercicio



Para o pescoço, o
tórax e as costas.

O corpo humano tem necessidade de exercicio. A vida sedentaria, impedindo a acção normal dos musculos, affecta a saúde e favorece o accumulo de reservas gordurosas. A gymnastica evita esses inconvenientes. Para maior efficiencia, deve ser praticada como um habito diario, pela manhã, si possivel ao ar livre. É um exercicio racional que não rouba tempo, pois requer apenas alguns minutos.

Para sair de casa disposto, com uma physionomia attrahente, deve o homem moderno fazer tres coisas, todas as manhãs: a gymnastica, o banho e a barba. São tres preceitos basicos de hygiene, indispensaveis para se adquirir boa apparencia, que tanto ajuda a vencer na vida. Com Gillette é facil, rapido e economico barbear-se em casa. Adquira uma Gillette e passe a fazer sua propria barba, com lammas Gillette Azul, as unicas rigorosamente assepticas

Gillette

Caixa Postal 1797 - Rio de Janeiro



A ARTILHARIA NA DEFESA DE STALINGRADO

Por "Esen" — do A. Polonya. Tradução do
"The Field Artillery Journal", pelo Ten. Cel. Ar-
mando Vasconcelos.

No primeiro periodo da presente guerra estivemos inclinados a supor que as modernas condições de defesa não mais constituíam forma eficiente de combate. Aquela noção surgiu pelo fato de que um certo número de campanhas foram decididas a maneira "Blitz krieg" como ilustram brilhantes exemplos, em que poderosas fortificações não puderam resistir aos modernos métodos de ataque.

A batalha de Stalingrado tornou-se por isso objeto de interessantes estudos, como modelo de defesa eficiente sob as mais modernas condições, porque é um dos muito poucos casos da presente guerra (Junho de 1944) — que se revelou extremamente eficiente, constituindo proveitosa experiência. Não resta dúvida de que de ambos os lados ali, foram tomadas as mais severas medidas, ambos os partidos revelaram a máxima pertinácia e inexorabilidade, no proposito de submeter o adversario. O combate nesse setor merece a mais acurada análise para o julgamento das valiosas sugestões que proporciona às futuras operações.

Desafortunadamente, as fontes originais de informação ainda não estão utilizáveis; portanto, devemos contentar-nos no momento de possuir, em segunda mão, o material obtido pela imprensa. Os relatórios coligidos de alguns escritores militares

russos, dão apenas um panorama superficial sobre o desenvolvimento das operações em Stalingrado, mas, ainda assim, permitem estabelecer os principais princípios em que se baseia a defesa soviética. Os acontecimentos revelam que o ataque alemão contra Stalingrado foi montado como uma operação rápida em que os tanques desempenharam o papel principal, tendo a força aérea como principal fonte do fogo de apoio, ao passo que a I. e a A. eram apenas elementos auxiliares; daí a defesa geral de Stalingrado basear-se, antes de tudo, na defesa anti-tanque.

Os alemães verificaram muito rapidamente a extensão e eficiência da defesa anti-tanque russa, de tal forma que todos os seus esforços tiveram que ser concentrados para descobrir e neutralizar os elementos de defesa que obstruíam os tanques.

A técnica do ataque alemão em Stalingrado obedecia a um certo chema:

Reconhecimento — Para descobrir a localização das armas anti-tanque. Os alemães utilizaram tanques leves em ataques de diversão tendo por fim conhecer a defesa.

Preparação — Esse fogo nem sempre foi empregado. Quando o fizeram, deixavam a força aérea bombardear as posições da A. e atirar a frente dos pontos fortes da defesa inimiga.

Ataque principal — Era normalmente feito sobre uma estreita frente e partia justamente depois do fogo de preparação ou durante seu desencadeamento, com o fim de aproveitar os máximos efeitos da ação aérea. O ataque era realizado por tanques médios e pesados isolados ou apoiados pela I.. Em condições especialmente difíceis o ataque principal dos tanques foi precedido pelo ataque da I. que consistiu em ações de caráter preparatório pelo menos para liquidar as armas anti-tanques nos pontos avançados da posição inimiga, abrindo caminho para os tanques.

A defesa soviética estava adaptada para a esperada e preferida ação do inimigo, portanto, toda calcada na defesa anti-tanque. Daí a organização e conduta da defesa poder basear-se em 2 características:

- 1 — combate ativo contra as armas blindadas inimigas.
- 2 — segurança das armas anti-tanques.

De acôrdo com os relatórios soviéticos, todos concordantes, a artilharia desempenhou papel fundamental na defesa de Stalingrado, constituindo a verdadeira espinha dorsal da defesa. A experiência revela que a defesa anti-tanque, para ser eficiente e duradoura, deve possuir *profundidade*, e a organização do fogo deve ser *planificada*.

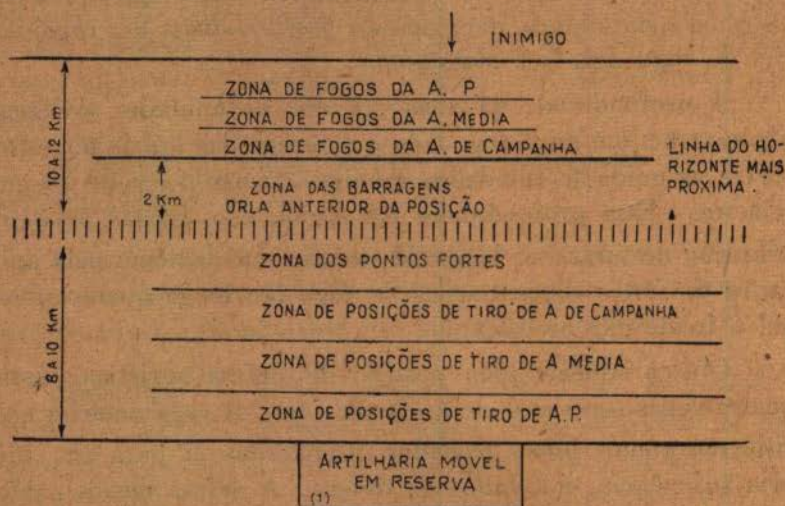
A profundidade da zona em que as unidades soviéticas organizaram um ativo fogo com o emprêgo das armas terrestres contra as unidades blindadas inimigas, atinge cerca de 20 quilômetros. Essa profundidade foi obtida não apenas pela distribuição de armas ao longo da posição mas também pela aplicação de fortes concentrações de fogo tão longe quanto possível á frente das posições.

Ordinariamente toda posição de defesa soviética possui quatro vagas sucessivas de armas de fogo. A vaga anterior consiste em pontos fortes fechados, preparados já para sua própria suficiência, e isolados da defesa. A defesa desses pontos fortes baseava-se somente na pontaria direta contra as armas localizadas. Havia canhões anti-tanques e canhões de campanha destacados.

As 3 vagas que se sucedem foram organizadas pelo fogo das posições de A. localizadas em uma profundidade de 8 quilômetros da orla anterior da posição. Essa A. normalmente toma parte no combate pelo fogo indireto, mas quando o inimigo irrompe através a vaga anterior suas posições transformam-se em novos pontos fortes, o que torna possível deter o inimigo pelo tiro direto enquanto se refaz a defesa.

Na defesa de Satlingrado utilizou-se um tipo especial de A. (1), chamado "destruidor de tanque" dispostos em locais convenientes e importantes. As tropas de "destruidores de tanques" possuem os canhões ordinários de A. da Campanha mas sem nenhum meio de comando para habitá-los a realizar o tiro indireto.

Uma das mais importantes partes da defesa Soviética era constituída das unidades moveis de A., deixadas em reserva como armas anti-tanques. O gráfico que se segue indica aproximadamente o esquema geral da organização da defesa anti-tanque utilizada em Stalingrado.



O plano de fogos a frente da posição de defesa, no limite de alcance das armas, era baseado em um certo numero de poderosas e bem ajustadas concentrações. Esta ação era destinada a retardar as forças blindadas inimigas, para infligir-lhes perdas e, eventualmente, tornar impossível um assalto organizado. A experiência ensina que as armas dispostas para atirar diretamente tinham que resignar-se a só abrir fogo no momento crítico, em que se venha pedir o tiro. Entretanto, via-se na defesa soviética, uma nítida tendência para ao emprêgo do tiro indireto na escala, a mais ampla possível.

Para o plano de fogos à frente da posição havia sido estabelecido um principio pelo qual as especies de A. abriam fogo, separadamente, a começar pelos mais recuados.

Assim, a A. pesada inicia o ataque contra o inimigo, seguida da A. Média e da de Campanha e, finalmente, são desencadeados os tiros diretos das armas da defesa.

A profundidade dos fogos de defesa, como se pode verificar, aumenta a medida que o inimigo se aproxima da posição, atingindo o máximo na disputa da orla anterior da posição de defesa.

A experiência tem demonstrado que não se poderá contar que a frente da posição de defesa possa permanecer intacta. Por isso, as armas conservadas em reserva constituem um excelente recurso a ser utilizado no local mais ameaçado. A invasão dos tanques verifica-se sempre em momento muito critico para os defensores, pelo que a intenção do alto comando russo era, antes de tudo, tornar impossivel ao inimigo iniciar o movimento. Daí, quando os tanques alemães irrompem na posição, os defensores não contra atacam geralmente, mas trazem, de ordinário, sua reserva em recursos anti-tanques para a brecha com a tarefa de deter o adversário e restabelecer a normalidade da posição neste novo ponto. Os contraataques a base de tanques só foram feitos em ultimo recurso.

Si os tanques tomam posição, a reserva da A. Movel deve sempre provar-lhes o apôio de fogos quando partirem ao contra ataque, pelo que a eficiência da reserva da A. depende mais da qualidade do que da quantidade. A reserva seria relativamente pequena, mas deve possuir altas qualidades combativas, um perfeito equipamento técnico, como também extrema mobilidade.

Durante a batalha o comando soviético foi compelido algumas vezes a reagrupar sua A. para enfrentar as mudanças de situação. A experiência ganha na batalha mostra que todas as unidades de A., principalmente as que foram empenhadas

na ação, deveriam ser encaradas como uma reserva de armas anti-tanques, possuidoras da tática necessária e de uma eficiência técnica.

A eficacia do tiro direto tornava-se incontestavelmente mais elevada do que a do tiro indireto, motivo por que as unidades de A. de campanha localizadas na retaguarda imediata dos pontos fortes foram empregadas como reserva local de recursos anti-tanques para substituir as armas de tiro direto que já tenham sido perdidas.

Na organização da sua defesa, o Cmt. da defesa soviética tomou particular consideração pela centralização da A. da mesma forma que a cuidadosa preparação dos planos de fogos, tendo em vista assegurar ao máximo a flexibilidade na aplicação e controle do tiro. Neste sentido, foram habéis os russos, competindo com as vantagens adquiridas pelo inimigo que, tendo a iniciativa, podia escolher o mais favorável local de ataque. O comando soviético dotou esta solução, a despeito de sua convicção sobre o superior mérito do tiro direto. A superioridade do fogo era contrabalançada pela quantidade de munições consumida. A organização da A. sobre o principio da centralização, proporcionou muito valiosas vantagens sobre a possibilidade de concentrarem em massa o fogo em qualquer ponto, de acôrdo com as exigências da batalha.

Um outor beneficio dêste sistema está no fato de que as armas que participam das concentrações de fogo, estando completamente dispersas, ficam mais seguras contra possíveis destruições, especialmente pelo ar. Além disso, a A. sendo empregada em ação indireta nunca era completamente aproveitada pelo combatente e desse modo, quando necessário, poderia ser retirada e transferida para o ponto mais avançado no momento. Uma outra ampliação de defesa soviética recaia nas armas anti-aéreas que foram sempre preparadas contra qualquer ameaça ao terreno.

Em geral, as experiências soviéticas foram colhidas na batalha de Stalingrado segundo a formula "*a eficacia da mo-*

derna defesa anti-tanque é função da perícia em manobrar a A. e aplicar seus fogos”.

Este “record” de meios que foram postos em prática na defesa de Stalingrado, revela a essência do plano de manobra de alto comando soviético. Tudo isto foi empregado para constituir um sistema conveniente de luta ativa contra os meios blindados inimigos. Unidades complementares foram adotadas para a segurança das armas anti-tanques. O comando soviético estimou que o maior perigo é a ameaça dos tanques inimigos, portanto em sua organização previa alguns meios tendentes a impedir a sua utilização, ou pelo menos, tornar impossível qualquer surpresa. O inimigo tomou particular interesse pelas armas localizadas na orla anterior da posição de defesa dispostas para o tiro direto. Esta espécie de A. era realmente a mais temida. Para preservar estas importantes armas, o comando soviético proibiu o engajamento contra tanques leves inimigos quando aparecerem na zona fronteira da defesa. Aos fuzis anti-tanques e a A. de posições mascaradas é que competia atirar contra os tanques nesta fase da batalha. (Preliminar). Ao mesmo tempo, a A. localizada no interior da posição de defesa tinha que organizar uma rede de observação para proteger suas posições de tiro contra a surpresa dos tanques inimigos que as penetrassem. As fontes soviéticas de informações, no interior das linhas, procurando verificar longinquamente a aproximação, integravam-se pelas próprias guardas da A. durante a batalha de Stalingrado.

Sendo a defesa soviética baseada principalmente no sistema anti-tanque, fazia-se necessário reforça-la adicionalmente por Inf. e metralhadoras, tendo em vista proteger as armas anti-tanques contra os ataques de infiltração da I. inimiga. A prática provou que das várias unidades anti-tanques adotadas, inclusive a A., posições de tiro no interior da defesa, tinham sido escudadas por I. munida de metralhadoras.

Os canhões “Thommy” provaram ser os de melhor aplicação ali. Em consequência, um sistema de defesa a base de I.

tinha que ser imposto no sistema básico, isto é, a defesa anti-tanque. A experiência revelou que a força aérea era o principal meio de apoio de fogo que os alemães empregavam. Eis portanto, a razão por que o comando soviético atribuía particular consideração à defesa anti-aérea.

A principal fisionomia da defesa anti-aérea do lado soviético era a defesa passiva. Cuidadoso disfarce, desenfiamiento e entrincheiramento de armas, deram na prática resultados plenamente satisfatórios.

Os autores soviéticos chegaram a conclusão de que o apoio básico de fogo proporcionado pela força aérea era substancialmente falho nas ações realizadas pelo alto comando germânico.

“Alguns povos têm exagerada confiança nos efeitos destruidores do fogo aéreo. Ele pode constituir apenas uma ameaça desde que lançado de surpresa. Sem embargo, quando se está suficientemente preparado para enfrentar o inimigo no ar, êle não poderá vencer e a A. assumirá as rédeas da batalha”.

As fontes soviéticas citam alguns fatos para confirmar esta tése.

Os comandos, alemão e soviético, aparecem como autores de diferentes modos de ver a questão do emprêgo do apoio aos tanques. O principio soviético consiste em que “os tanques não se devem engajar contra a A. adversa sem que tenham assegurado o apoio de sua própria A. e da força aérea”.

“A ação eficaz contra as armas deve ser assegurada somente pelo fogo de sus próprias baterias. Por isso não é razoável que a força aérea seja empregada com esta tarefa. Ao contrário, deve-se sempre procurar reforçar o fogo de A. com o bombardeio aéreo”.

Para a estimativa do valor dos vários meios de apoio de fogo nas modernas condições, o Soviét preparado cuidadosamente para um duelo de A. com o adversário em linha, poudé garantir-se contra a ação destruidora do inimigo que na opinião dos russos, constituia perigo real para os defensores.

Os relatórios russos levando em conta as experiências obtidas com os sucessos da defesa de Stalingrado prescrevem as seguintes conclusões gerais:

- 1 — A A. e não a força aérea, constitue a principal fonte do fogo de apôio no combate entre dois modernos adversários mais ou menos equivalentes em força;
- 2 — Nenhum sistema de defesa deve ser chamado moderno desde que não esteja primeiramente habilitado a resistir aos elementos blindados;
- 3 — Os defensores deverão sempre procurar estabilizar a luta quando atacados por adversários blindados; antes de tudo, para destruir os adversários "panzers" fogo bem ajustado da defesa; depois, deve seguir-se o momento conveniente para empregar os tanques; o contrataque de tanque contra tanque seria cuidadosamente evitado salvo como ultimo recurso.
- 4 — A essencia da defesa moderna anti-tanque é baseada na organização e potência do fogo de A.; as metralhadoras devem frequentemente desempenhar um papel de auxiliar como segurança das armas anti-tanques contra eventuais ameaças da I. inimiga.
- 5 — A potência de fogo assegurada constitue a real base da defesa anti-tanque e ela é representada pela A.
- 6 — A eficácia da defesa anti-tanque depende em extensão e densidade da sua preparação.
- 7 — A profundidade da área dos fogos ativos contra as forças blindadas inimigas pode ser obtida não só através a localização das armas dispostas em profundidade, mas também, mediante a aplicação de fogos organizados na frente da posição.
- 8 — O tiro indireto da A., para ser eficiente, precisa ser produzido em massa.

- 9 — O controle da A. empregada na defesa, deve ser flexível pelo que deve basear-se nos princípios da máxima centralização.
 - 10 — A existência de uma reserva de armas de fogo é muito importante para a defesa.
 - 11 — Se, em momentos críticos, os defensores são incapazes de se oporem aos tanques inimigos mediante uma concentração organizada de tiros de A., devem puxar suas próprias armas (canhões) para a primeira linha com a missão de deter o adversário pelo tiro direto que, muitas vezes, é a única colução correta e eficaz.
 - 12 — A habilidade na plicação do fogo de A. e na manobra dos canhões é uma prova de vitalidade e durabilidade da moderna defesa.
-

Nota do Tradutor — O artigo que acabamos de transcrever contem preceitos muito úteis e de uma objetiva aplicação na guerra moderna com fôros dogmáticos, porque tiveram a sanção dos campos de batalha da memorável e heroica resistência de Stalingrado, o marco inicial da derrocada alemã no continente europeu.

Parece-nos muito oportuna divulga-lo na íntegra porque, não só contem o mérito da realidade dos fatos da guerra, como porque veio trazer luz aos preceitos regulamentares que adotamos, esclarecendo certas disposições que pareceriam, na sua apressada interpretação, inoperantes ou revolucionários dos princípios gerais consagrados na luta contra carros.

Fica assim compreendido o *porque* de se prescrever que “na defensiva a A. constitui o arcabouço da organização de uma posição”. (R. G. U.).

A defesa contra carros então é que vai comandar a organização que se completa e harmoniza com todo o cortejo de medidas e atos próprios da situação, desde que o adversário que se enfrenta tenha grandes possibilidades em carros.

“A defensiva então é” e continuará sendo “o fogo que detem” e se pode completar dizendo “e que destrói”.

Por conseguinte nada de novo.

A novidade, *por uma idéa preconcebida*, estava no fato de que os alemães procuravam o apoio de fogos para os blindados a base de aviação, talvez impressionados pelos seus efeitos iniciais de surpresa, esquecendo-se que a arma dos “fogos potentes, largos e profundos” ocupa papel proeminente também na defensiva. Contra os elementos de I. adversos o “fogo que detem” ainda pertence a I. que se completa com o da A.. A aviação, utilíssima pelo seu raio de ação e potência, é também o *elemento complementar* do fogo de defesa que se organiza ainda em sistema. A luta contra carros é comandada pelo fogo da defesa especializada e o contra-ataque, a forma normal de reação quando o inimigo é dominado.

Eis os verdadeiros princípios permanentes, comprovados nos campos de batalha com a sanção dos acontecimentos, e que devem ser tomados no seu verdadeiro papel de orientadores dos processos que, estes sim, se amoldam as possibilidades dos meios e se adaptam às circunstâncias para produzirem os efeitos desejados.

Portanto, a eficiência das ações na batalha, antiga ou moderna, repousa essencialmente na harmonia, coesão e solidariedade das missões de combate dos elementos que se acionam. Esses elementos de luta, ontem, hoje como amanhã, existem em sistema o seu valor combativo depende da ação combinada das armas para o cumprimento da missão comum.

Essa combinação está intrinsecamente ligada e dependente do melhor aproveitamento das características de potencia, mobilidade e raio de ação dos meios utilizáveis sem nenhum preconceito de predomínio de uns sobre outros. A Infantaria ainda é a arma principal a cuja tarefa auxiliam as demais em proporção variável com as circunstâncias para produzir a potencia de fogo necessária a dissociação do sistema adversário — de defesa ou de ataque — sem o que não poderá ser vencido.

Mascotes



Não garantem...

Há quem acredite em mascotes. Mas é preciso construir o futuro sobre bases mais sólidas. É por isso que o Sr. já deve ter pensado no seguro de vida, garantia de tranquilidade futura para o Sr. e para os seus. O Agente da Sul América mostrar-lhe-á, sem compromisso, qual o plano de seguro que melhor se adapta ao seu caso particular.



Sul America

Cia. Nacional de Seguros de Vida
Fundada em 1895

J.W. T.

A ENGENHARIA DESCOBRE NOVOS MÉTODOS DE GUERRA

DO RADIO DE MOSCOU

Pelo Cel. Y. RANOV, do Exército Russo
Traduzido por "The Military Engineer" de Agosto
de 1944, pelo Cap. *Newton Faria Ferreira*.

A ENGENHARIA do Exército soviético demonstrou ser esta arma, a mais capaz de resolver certos problemas táticos, tais como o forçamento de passagens através de defesas ou obstáculos inimigos, o rápido fortalecimento de posições capturadas, anulação dos esforços inimigos nos ataques e contra-ataques, destruição de linhas de comunicação à retaguarda do inimigo e restabelecimento de nossas próprias comunicações.


Até bem recentemente a palavra "SEGURANÇA" definia todas as atividades da Engenharia. Hoje, esta definição não é mais adequada. A Engenharia não somente proporciona segurança às operações das outras armas como também, quase sempre, coordena as suas atividades com a infantaria, com a artilharia e com os carros de combate, e, algumas vezes, resolve independentemente certas questões táticas como, por exemplo, as operações de minagem.

As minas e outros obstáculos são destruídos ou neutralizados pela Engenharia. Assim como a granada e a blindagem, a artilharia e a fortificação, estão em luta constante para ganhar a supremacia, do mesmo modo, existe uma luta constante entre o carro de combate e a mina, entre os obstáculos com explo-

sivos e os aparêlhos detetores da Engenharia. Os aviões e os carros de combate na realidade não são mais do que uma artilharia movel ou aérea; sua potência repousa no poder explosivo de suas armas e na sua relativa invulnerabilidade aos ataques de forças terrestres; os aviões possuem grande velocidade, porém os carros de combate são pesadamente blindados. Si considerarmos a força aérea como uma artilharia aérea e os carros de combate como uma artilharia blindada movel e si ambos infligem danos, soltando ou despejando sôbre o inimigo altos explosivos sob a forma de bombas ou obuzes, as tropas de engenharia que fazem os trabalhos de minagem poderiam ser também denominadas como uma "artilharia secreta ou silenciosa", pois possui uma qualidade especial de minas explosivas, que são secretamente lançadas contra o inimigo ou colocadas nos seus locais provaveis de passagem. As tropas de Engenharia encarregadas dos trabalhos de minagem possuem as mais diversas armas e engenhos, que poderão ser applicados conforme as circunstancias, possuindo além disso a vantagem da surpresa. Os engenhos das unidades de Engenharia são particularmente terríveis, pois, até serem removidos ou neutralizados, constituem fonte permanente de perigo. As bombas da aviação e os obuzes da artilharia mostram os seus efeitos immediatamente, enquanto que a força destruidora das minas está sempre presente e constitue séria ameaça para o inimigo durante seu movimento.

Uma das carateristicas das operações das tropas de engenharia em trabalhos com minas e de sitio, consiste em que suas atividades são conduzidas por pequenos grupos moveis especialmente formados, armados e equipados, tendo em vista as missões particulares a cumprir. Êsses pequenos grupos conseguem com facilidade passar desapercibidos, iludir o inimigo, cortar as suas comunicações, abrir brechas nas suas defesas, e obstruir as passagens em suas tentativas de contra ataque. Elas localizam e destroem os CC do inimigo enquanto êstes se preparam para o combate. Muito frequentemente êsses pequenos grupos

noveis mudam de um para outra forma de atividade. Os sapadores de sitio efetuam a minagem do terreno; as tropas encarregadas da minagem transformam-se em destruidoras de carros de combate; as destruidoras de carros, desorganizam as linhas de comunicações; etc. Durante as grandes operações do Exército russo os sapadores de toda espécie desempenharam um papel importantissimo. Em algumas batalhas no setor de KURSK-OREL, em Julho de 1943, nas regiões a sudoeste de ZHLOBIN, em dezembro do mesmo ano, a este de Vinnitsa em fins de Janeiro de 1944, os sapadores moveis destruíram centenas de carros, canhões auto propulsados, caminhões blindados e outros veículos inimigos, causando ainda o descarrilamento de centenas de trens de munição e transporte de tropas.



Espadas que protegem
- precisam também
de Proteção!

*Brasso
dá brilho
aos metais!*



O 15.º ANIVERSÁRIO DA “Sul América Capitalização”

O transcurso do 15.º aniversário de fundação da Sul America Capitalização, a grande organização difundidora da economia popular, serviu para que fosse realizada uma série de comemorações as mais expressivas. Iniciaram-se as eloquentes festividades com uma visita da imprensa ás sóbrias instalações centrais da Companhia, no primeiro andar do grupo de edificios Sulacap que ela está construindo nas capitais do país.

Essa reunião proporcionou aos jornalistas uma visita interessante e instrutiva que lhes permitiu conhecer curiosos detalhes da organização técnica dos serviços centralizados na séde, onde a simplicidade do mecanismo administrativo manejado por menos de duzentos funcionários mantém a eficiência do funcionamento de toda a vasta rede de atividades da empresa, disseminadas no território nacional.

Na sala do Conselho da Administração, a Companhia ofereceu aos seus hóspedes uma taça de “champagne”, sendo intérprete da Diretoria o Sr. João Picanço da Costa, veterano da alta administração da Sulacap como das demais empresas do grupo Sul-América.

Nesta mesma tarde e também na séde da Companhia realizou-se a reunião oferecida pela Diretoria aos funcionários e suas famílias. No vasto “hall” do edificio Sulacap foi armado um irrepreensível serviço de “bufet”, tendo sido a reunião aberta pelo vice-Presidente, Sr. Antonio Sanches de Larragoiti Junior, que em seguida deu a palavra ao gerente Sr. Mario de Andrade Ramos, que dirigiu aos funcionários da empresa uma calorosa saudação. Encerrou a serie de brindes o dr. James Darcy, também vice-Presidente da Diretoria, que felicitou muito especialmente os funcionários que receberam o distintivo Sulacap.

O antigo parlamentar e eminente jurista, com aquela fluência admirável que desde muito o consagrou entre os grandes oradores brasileiros, traçou um quadro brilhante de significação daquela festa de trabalhadores e da contribuição que eles davam à prosperidade geral da Nação expandindo o raio de ação da previdência racionalmente praticada.

Outras festividades, todas elas expressivas, foram realizadas, ressaltando o officio religioso na igreja da Candelaria, em ação de graça, pelo marcante êxito que tem marcado a existência da Sul America Capitalização nestes quinze anos de sucessos e empreendimentos notáveis, que muito credenciam a capacidade realizadora de seus ilustres dirigentes.

III-Reconhecimento de Pontes

Capitão *TASSO DE AQUINO*

(Cavalaria)

Dentre as diversas missões confiadas ao oficial de Cavalaria, uma assume particular importancia: — Reconhecimento de pontes.

Ninguém desconhece a influencia que as pontes têm sobre as operações militares. Elas são motivo de constantes preocupações dos Chefes em todos os escalões de Comando.

Informações precisas, baseadas em cuidadosos reconhecimento de pontes, poderão ser de grande valôr para os planos estratégicos do Alto Comando, bem como para as decisões de ordem tática dos Comandos subordinados.

O oficial de Cavalaria deve ter um conhecimento prático e seguro da maneira como reconhecer uma ponte, inclusive de processos rápidos de calcular sua capacidade, dê maneira a estar habilitado a cumprir as missões normais de reconhecimento.

O reconhecimento de uma ponte compreende três fases distintas :

Inspeção

Calculo da capacidade

Informação á autoridade interessada.

Inspeção — Pode ser subdividida em três partes. A primeira tem por fim verificar a existencia ou não de minas antetanque ou ante-pessoal, bem como de preparativos para destruição da ponte, realizados pelo inimigo. Uma cuidadosa inspeção, utilizando-se os meios em mão, acusará a presença de minas nas proximidades, ou na ponte mesma, assim como os preparativos para destruição, deixados pelo inimigo. As minas encontradas e os preparativos de demolição devem ser ime-

diatamente neutralizados, ou claramente assinalados quando a escassez de tempo ou de recursos não permitir completa neutralização.

A segunda parte da inspecção consta do exame das partes componentes da ponte: piso, vigas, pilares, suportes, juntas, etc., e das aproximações da mesma, isto é, da estrada nas proximidades da ponte. Muito importante, ela tem por objéto verificar se o material está com a resistencia inicial, ou diminuída pela ação do tempo e do movimento de veículos sobre a ponte.

A terceira parte compreende inspecção das proximidades, com o fim de verificar a existência de material de reparação e de passos sobre o curso d'agua, para o caso de danificação ou demolição da ponte.

Calculo da capacidade — Com o emprego cada vez maior da máquina na Guerra, o que importa na utilização de veículos de grande tonelagem, a determinação da capacidade das pontes, torna-se cada dia mais necessária.

Está claro que essa determinação é aproximada, uma vez que os calculos para se ter precisamente a capacidade de uma ponte são muito demorados e implicam no emprego de formulas que fogem ao conhecimento daqueles que não são especializados.

A determinação aproximada, entretanto, por processos rápidos, simples, práticos e ao alcance de todos, satisfaz perfeitamente, para o fim que se tem em vista.

Ela é necessaria apenas para as pontes construidas de madeira, ou que tenham o piso desse material, por isso que as pontes de ferro ou de concreto são, em geral, construidas com resistencias bastante para suportar qualquer dos veículos utilizados na Guerra.

O processo que vai aquí é baseado na resistencia do piso e das longarinas, no comprimento dos vãos ou lances, e no principio de que todas as partes componentes de uma mesma ponte devem ser calculadas para suportar um mesmo peso máximo.

Esse processo é um dos ensinados na Escola de Cavalaria dos Estados Unidos. Achei-o muito simples e prático, razão porque resolvi falar sobre ele neste trabalho, embora apresente o inconveniente de ser empregado com unidades do sistema inglês (polegadas e pés). A conversão das unidades do nosso sistema métrico nas do referido é, entretanto, muito simples (2,5 centímetros correspondem a uma polegada e 30 centímetros a 1 pé).

Piso — Para ser considerado suficientemente forte deve ter espessura em polegadas pelo menos igual a 1, 1/2 vezes o lance em pés. Além disso, essa espessura deve ser no mínimo de 2,1/2 polegadas (6,3 centímetros), para que o peso dos veículos seja igualmente distribuído pelas longarinas.

Longarinas e Lances — Desde que a espessura do piso foi considerada satisfatória, contam-se o número de longarinas e tiram-se a largura e espessura da longarina, para, com o auxílio da tabela abaixo, determinar-se a capacidade da ponte em toneladas.

Espessura da longarina em polegadas											
		6	8	10	12	14	16	18	20	22	24
Lances em pés	10	0,19	0,34	0,55	0,80	1,05	1,40	1,75	2,15	2,65	3,15
	12	0,15	0,28	0,44	0,65	0,90	1,15	1,45	1,80	2,15	2,60
	14	0,13	0,24	0,37	0,55	0,75	0,95	1,25	1,55	1,85	2,20
	15	0,12	0,22	0,35	0,50	0,70	0,90	1,15	1,40	1,70	2,05
	16	0,11	0,20	0,32	0,47	0,65	0,85	1,05	1,30	1,60	1,90
	18	0,10	0,18	0,28	0,41	0,55	0,75	0,95	1,15	1,40	1,70
	20		0,16	0,25	0,36	0,50	0,65	0,85	1,05	1,25	1,50
	24		0,11	0,19	0,27	0,38	0,50	0,65	0,80	0,95	1,15
	28		0,09	0,15	0,22	0,32	0,42	0,55	0,65	0,80	0,95

Para isso, multiplica-se o numero de longarinas pela sua largura em polegadas e o resultado pelo numero encontrado na tabela no ponto de interseção da coluna correspondente á espessura da longarina em polegadas com a linha que corresponde ao lance em pés. O resultado é a capacidade da ponte em toneladas.

Exemplo: — Determinar a capacidade de uma ponte que tem 7 longarinas de 25x30 centímetros (10x12 polegadas) e lances de 6 metros (600 centímetros ou 20 pés).

$$\begin{aligned} 7 \times 10 &= 70 \\ 70 \times 0,36 &= 25,2 \end{aligned}$$

Capacidade da ponte, aproximadamente 25 ton.

Quando a ponte for construida com longarinas circulares, toma-se o diametro da longarina co mespessura e 0,4 desse diametro para largura; procede-se então como no caso anterior.

Si os lances não são uniformes, toma-se o maior para calcular a capacidade da ponte.

Informação á autoridade interessada — Concluidos os trabalhos de reconhecimento propriamente dito, segue-se a informação dos resultados á autoridade interessada. Nessa informação devem constar:

1. Data e hora em que o reconhecimento foi terminado.
2. Localização precisa da ponte.
3. Capacidade em toneladas.
4. Dimensões do piso.
5. Tipo e dimensões das longarinas.
6. Tipo dos pilares e suportes.
7. Intervalo entre as longarinas.
8. Intervalo entre os pilares.
9. Comprimento da ponte.
10. Estado das aproximações da ponte.
11. Altura das margens do curso dagua nas proximidades da ponte.
12. Profundidade do curso dagua e velocidade da corrente.
13. Natureza do leito do curso dagua.

14. Existencia de material de reparação e de passos sobre o curso d'agua.

15. Estado de conservação da ponte.

As três fases acima tratadas, poderá ser acrescentada uma quarta: Calculo da quantidade de explosivo necessário para a destruição da ponte e colocação da carga.

Muitas vezes o oficial de Cavalaria terá de acrescentar essa quarta fase ao seu reconhecimento, dependendo, entre outros fatores, principalmente da situação da ponte em relação às operações.

Nesse caso, também, na informação á autoridade interessada deverá ser acrescentado mais esse item.

Em trabalho proximo pretendo fazer um estudo ligeiro das destruições geralmente atribuidas á Cavalaria e dos processos de leva-las a cabo.

Washington, maio de 194.

A Ação Social do Iapetec

A realização de um programa de amplitude extraordinária em favor de seus associados

O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, uma das nossas maiores organizações de previdência social e que ampara, entre outras, a numerosa e laboriosa classe dos motoristas profissionais, vem, através de uma sadia administração, trazendo aos seus associados a satisfação e uma ampla e eficiente assistência.

Cumprindo, com fidelidade, o programa Social sabiamente traçado pelo Governo, tem-se preocupado aquela Instituição em oferecer o decidido amparo que bem merecem os trabalhadores que lhe são vinculados, e cujo maior mérito não repousa tão sómente no aspecto quantitativo dos benefícios outorgados mas na facilidade com que os procura oferecer o IAPETEC, fugindo sempre às incompatíveis e desastrosas demoras burocráticas.

O IAPETEC, tem, hoje, à disposição da grande massa de seus vinculados, incluindo-se trabalhadores e beneficiários, excelentes ambulatórios, cuidadosamente montados nos centros mais populosos do país e que já estão sendo estendidos às demais regiões.

Através dos relatórios do IAPETEC, conseguimos saber que o serviço de assistência médica foi iniciado cerimoniosamente em 1941, para logo tomar grande vulto nos anos seguintes. Naquele primeiro período, já se fazia sentir bastante a influência dos associados e de membros de suas famílias, de modo que o número de pessoas atendidas foi de 5.331. Esse número subiu para 9.603 em 1942 chegando em 1943, à apreciável soma de 43.981 pessoas, que se valeram dos diversos serviços especializados, os quais contam, presentemente, com o concurso de mais de 70 médicos.

ACABA DE SAÍR

FORMULARIO para o processo de desertores e insubmissos

Ten.-Cel. NISO MONTEZUMA

3.ª Edição

**ADAPTADO AO CÓDIGO PENAL MILITAR APROVADO PELO DE-
CRETO-LEI N.º 6.227, DE 24 DE JANEIRO DE 1944 E AUMEN-
TADO COM UM APÊNDICE CONTENDO:**

- 1). — **A LEGISLAÇÃO SOBRE O ESTADO DE GUERRA;**
- 2). — **OFICIAIS DA RESERVA:** — instruções para convocação; disponibilidade; insubmissão; tempo de convocação; classificação; uniforme; transporte; ajuda de custo vencimentos; precedência; promoções; mudança de domicílio; permissão para contrair matrimônio; amparo do Estado à família, quando falecem em campanha, etc.;
- 3). — **PRAÇAS CONVOCADAS:** — alunos de escolas superiores; dispensa diária; que fizeram prova de seleção nos C. ou N. P. O. R.; apresentação; prazo para apresentação; donos ou sócios de casas comerciais; portadores de diplomas; possuidores de curso secundário; incorporação adiada; arrimo de família; operários empregados em obras militares; trabalhadores encaminhados para a extração e exploração de borracha no vale amazônico; operários da Fábrica Nacional de Motores; empregados em construção de aeroportos; pessoal admitido para obras; demissão de empregado convocado; obrigações dos empregados e dos empregadores; em caso de dissolução de firma; mudança de residência; vencimentos e vantagens, etc.;
- 4). — **PARECERES E DECISÕES do D. A. S. P. e do MINISTÉRIO DO TRABALHO** sobre a situação de funcionários públicos e de empregados, em geral, convocados para o serviço militar ativo;
- 5). — **RESERVISTAS E ESTRANGEIROS,** operários de Estabelecimentos Fabris Militares e Civis produtores de materiais bélicos;
- 6). — **ESTABELECIMENTOS FABRIS CIVIS** considerados de interesse militar.
- 7). — **A MULHER** em face da legislação de guerra;
- 8). — **ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR** junto às Forças Expedicionárias;
- 9). — **C. P. O. R.** — Faltas e entradas — tarde de alunos — funcionários ou empregados; frequência; alunos de escolas superiores; execução de provas parciais.

E' UM LIVRO DE INTERESSE GERAL

PREÇO: CR\$ 15,00 — Pelo Correio: — Cr\$ 16,00

PEDIDOS: — A DEFESA NACIONAL (4.º andar da ala dos fundos) Edifício do Ministério da Guerra. — Praça da República — Rio.
Telefone: — 43-0563 — Caixa Postal 32 — Rio.

Sendo a edição limitada, convém que os interessados façam seus pedidos.

Economia de Fardamento

Regimento Andrade Neves — Fiscalização Administrativa

Vila Militar, em 29 de Novembro de 1943

W. MENNA BARRETO

Major

A) — Bases

1. “As unidades serão normalmente supridas do fardamento necessário durante o ano para os seus efetivos de instrução” (I. D. F., art. 16), consoante a respectiva tabela de dotação.

2. As sub-unidades, porém, só pedem à sua unidade, no máximo:

- a) do ponto de vista do *efetivo existente*, as quantidades, necessárias a todo esse efetivo;
- b) do ponto de vista da *necessidade das praças*, apenas as quantidades indispensáveis para suprir as peças que não estejam mais em perfeitas condições (I. D. F., art. 3.º § único e art. 4.º).

3. Dessa diferença entre a quantidade que o órgão provedor fornece à unidade e as que as sub-unidades lícitamente lhe pedem, resulta:

- a) Segundo 2a) — um *saldo de fardamento*, não tocado no almoxarifado da unidade, por motivo de vagas no efetivo de instrução;

- b) Segundo 2b) — uma *economia de fardamento*, realizada graças à assistência assídua e desvelada dos Cmts. de sub-unidades, secundados pelos seus subalternos e sargentos, e produzida pelas próprias praças detentoras do fardamento, graças aos seus permanentes cuidados de conservação.

4. Essa economia de fardamento, revelação concreta de esclarecido zelo por êsses bens da fazenda nacional, não deve, porém, resultar do forçado prolongamento do uso das peças, ainda com detrimento do indispensável bom aspecto do homem fardado.

Nesse particular, além do que é intuitivo e está expressamente recomendando nas I. D. F., também o R. I. S. G. (art. 156, n.º 31) estabelece como um dos deveres do Cmt. de sub-unidade “zelar pela bôa apresentação de suas praças e pela correção e asseio dos uniformes”.

5. *A economia de fardamento, propriamente dita, resulta portanto do uso das peças por um tempo maior do que sua duração média normal estipulada nas tabelas.*

Assim é que as I. D. F. estabelecem no seu art. 3.º, como um dos principios fundamentais, que o “tempo de duração constante das tabelas representa apenas o mínimo” e “deve” ser empenhado todo o esforço para que as peças em uso ultrapassem a duração fixada”.

B) — Realização da Economia

6. As I. D. F. complicam o problema e essa idéia racional da economia, com as peças de fardamento que devem, em principio, ser todas restituídas pelas praças no ato da sua exclusão (I. D. F. art. 10); todas, com exceção do borzeguim da roupa branca, e de agasalho.

Dentre tais peças cumprirá distinguir:

- a) as que já terminaram o tempo de duração da tabela, talvez mesmo a duração suplementar oportunamente

arbitrada, e que por isso já são integrantes da economia de fardamento; si ainda estiverem servíveis, se destinarão oportunamente a outra praça, para serviços F. (faxina, etc.); si estiverem inservíveis, serão descarregadas;

- b) as peças que ainda não terminaram o tempo de duração da tabela.

7. O natural seria considerar essas peças 6b) — simplesmente com a distribuição interrompida; continuariam na carga, anotada a suspensão da contagem do tempo de uso, tal qual as próprias I. D. F. prescrevem para os casos em que as praças deixam de concorrer ao serviço por mais de 15 dias (art. 9.º § único). E as I. D. F. aplicam precisamente esse critério, porém, apenas para limitadas espécies de fardamento (capote, cano de bota, capacete, coturno, cinto de couro castanho, espora de metal amarelo, perneira e roupa de cama) (art. 10.º § 1.º). Estas peças serão recolhidas à “arrecadação da sub-unidade, para ulterior redistribuição”. Entende-se, pois, que tais peças continuam em carga e que oportunamente serão redistribuídas a outras praças, como si novas fossem, apenas com o tempo de duração diminuído consoante o tempo que já estiveram em uso.

8. Quanto às restantes espécies de fardamento recolhido da praça excluída (correia de espora, botões, calça, calção, camisa de instrução, camisa mescla, distintivos, divisas, gorro, sunga e túnica), pelo § 2.º do mesmo art. 10, são *descarregadas* e “escrituradas no caderno de economia”.

Assim é que o modelo n.º 5 desse Caderno consigna duas fontes: fardamento de tempo de duração terminado; e fardamento de duração não terminado, aqui limitadas as espécies às que vêm discriminadas no § 2.º do mesmo art. 10.

Evidentemente aí estamos em presença de uma complicação inútil e irracional, a qual, é de esperar, de futuro há de ser eliminada; mas enquanto estiverem em vigor as atuais I. D. F., de 1938, é a isso que temos de nos cingir.

9. De par com os cuidados de conservação constantemente dedicados ao fardamento pelo consumidor — a praça que

o usa — duas providências são essenciais por parte do Cmt. de sub-unidade:

- a) medida de ordem — *marcação do fardamento* distribuído, com o numero da praça e a data da distribuição I. D. F. art. 4.^o § 3.^o), excetuada a roupa branca e aquelas peças que não importa sejam objeto de troca (botões, correia para espora, distintivo, divisa, espora, fecho de metal oxidado e gorro); acresce que essa marcação deve ser indelével mas também aplicada em sitio que não prejudique o aspecto do fardamento;
- b) medida de vigilância — *revistas de fardamento*, para verificar não só a existência de tudo que foi distribuído, como o seu estado de conservação. Dessa verificação resultarão recomendações e também distribuições, seja de peças novas, seja de peças F. E' também dessas revistas que resulta a marcação com esse F., “em lugar bem visível, (I. D. F. art. 5.^o § 4.^o) das peças de duração terminada, não mais em condições perfeitas, mas ainda suscetíveis de uso em trabalho de faxina e outros equivalentes”.

10. E' fácil de compreender que as revistas de fardamento, para que sejam concludentes, devem ser passadas simultaneamente na Unidade, isto é, no mesmo dia e na mesma hora em todas as sub-unidades.

A sua frequência não deve ser excessiva, mesmo porque não sobra tempo, mas deve ser tal que fique assegurada a sua eficiência, no ponto de vista da intervenção oportuna com recomendações, notadamente de pequenas reparações. Si o Cmt. da sub-unidade, interpretando apressadamente as I. D. F. artigo 3.^o, § único, limitasse suas revistas de fardamento àquelas que deve fazer 10 dias antes dos termos de duração, abriria mão do seu dever precípua de zelador da economia, porquanto não restaria tempo, nesses 10 dias, para surtirem efeito quaisquer providências a respeito de conservação do fardamento, para seu bom aspecto e para maior duração.

11. Nessas revistas especiais de vésperas de termo de duração, o Cmt. da sub-unidade encontrará:

- a) peças como novas, isto é em boas condições para continuarem em uso para o serviço externo;
- b) peças não mais em tais condições mas ainda capazes de serem usadas (para poupar as peças novas) em serviços de faxina, limpeza de animais e material, trabalho de cozinha, rancho e oficinas (art. 5.º § 5.º);
- c) peças, que já eram da coleção F. ou ainda não e que se acham de todo inservíveis.

12. Para as peças 11a) — O Cmt. da Sub-unidade arbitra um *periodo suplementar de duração*. As peças 11b) — dão lugar a apresentação dura “relação nominal assinada pelo Cmt. da sub-unidade, da qual conste a data de distribuição”, para que o Cmt. da Unidade as descarregue (art. 5.º).

Finalmente as peças do 3.º grupo (11e) — si já eram da coleção F, são *reduzidas a trapos* e é anotada no Caderno de economia essa operação, sendo que (art. 5.º § 6.º) os trapos de algodão poderão ser aplicados na própria sub-unidade, à guisa de estopa, isto é, para limpeza do armamento e do alojamento, mas os de lã devem ser encaminhados ao almoxarifado da unidade com destino ao Estabelecimento provedor.

13. O caso que ficou mencionado, de aperecerem peças inservíveis sem o tempo de duração concluído, dá lugar a procedimento regulado nas I. D. F. e que aqui deixamos de lado, porque foge do assunto (Economia de fardamento).

14. A *duração suplementar*, fixada pelo Cmt. de sub-unidade, basta anota-la no “ajuste de contas” (modelo 8), documento em que se baseia toda revista de fardamento.

E’ prudente não exagerar a suplementação arbitrada, é preferível que, tal qual a duração da tabela, também a duração suplementar venha a ser ultrapassada, pelo menos integralmente conseguida.

Fica bem compreendido que pode o Cmt. da sub-unidade arbitrar *novo suplemento* de duração às peças que tenham correspondido ao 1.^o arbitramento e ainda continuar em perfeito estado. Quando finalmente conincidir a verificação do estado de inservível com o vencimento do tempo suplementar que fôra arbitrado, será o caso da redução a trapo.

15. No duplo problema da suplementação e da economia apresenta-se uma particularidade que não está explícita nas I. D. F., mas que se impõe pelo raciocínio e se coaduna com certos dispositivos particulares das I. D. F. Trata-se do borgeuim, da roupa branca e de agasalho: não devem ser objeto de economia, nem do suplemento de duração. O modelo n.^o 5, do caderno de economia não especifica tais peças, e o art. 10.^o os exclue da restituição pela praça excluída.

Realmente tais peças, impróprias para mudança de dono, naturalmente se impõem a serem consideradas propriedade da praça a que são distribuídas; mas principalmente a roupa branca, longe de retinha-la, deve-se cuidar que seja sempre usada, porque são peças internas, por isso amortecedoras da ação do suor do corpo sobre as peças externas, e por êsse seu papel contribuem para que essas peças externas durem mais, o que é o desejável para a economia.

Em suma, nas peças em questão revela-se particularmente o que é o justo senso da economia.

Não distribuir às praças o fardamento a que têm direito e que é necessário, conquanto tenha a pretensão a bôa, não é economia, é abuso de poder.

16. As peças que passam para a coleção F. continuam em poder das próprias praças a que foram inicialmente distribuídas. Quando porém recolhidas pela sub-unidade por exclusão da praça, serão objeto de distribuição adicional a outras praças, notadamente aos recrutas (I. D. F. art. 8.^o § único).

17. As peças da economia de fardamentos provenientes de praças excluídas e sem terem vencido em uso o tempo da tabela, embora pertencentes a essa economia, quando redistribuídas são

consideradas como novas, apenas com o tempo de duração diminuindo de acôrdo com o uso que já tiveram.

Igual obrigação de duração e igual consideração como novas aplica-se às peças recolhidas por exclusão do 1.º detentor, as quais não tenham vencido a duração suplementar.

18. A determinação do fardamento necessário, como base do pedido para novo período de duração, só pode ser feita para cada indivíduo; isto é, *não se podem somar suplementos de diversos indivíduos*, para transformar essa soma, por meio de uma divisão, em numero de peças a abater do pedido. Só não se pede fardamento para os casos de suplementação arbitrada superior a um mês, isso para evitar excessiva frequência de pedidos.

E' claro que a unidade de tempo dos suplementos é o mês.

19. O tempo, o uso, que desgasta o fardamento novo, igualmente desgasta o fardamento de economia, isto é, chega o momento em que ele fica de todo inservível, a não ser reduzido a trapos, e deve então ser eliminado dessa espécie de "carga particular", escriturada no caderno de economia. Semelhante limpa é feita anualmente (I. D. F. art. 6.º § único). E' uma oportunidade para intervenção do Fiscal Administrativo, não só com a intenção restrita geralmente atribuída a qualquer fiscalização, mas também com o propósito de animação, pela tomada de conhecimento dos esforços feitos. Assim, o Cmt. da sub-unidade, antes de abrir o caderno de economia do novo ano, no qual figurará somente o que restar de aproveitável, convidará o fiscal para proceder a uma revista na escrituração e no estado do fardamento de economia.

20. Uma das características do sistema de economia das I. D. F. é que o resultado concreto final da acumulação de suplementos de duração não aparece em poder das sub-unidades. Segundo as I. D. F., em tese, as sub-unidades podem ter em sua arrecadação peças de fardamento inteiramente novo, que não tenham tido uso lícito; a economia que elas conseguem penosamente realizar se traduz em redução nos pedidos periódicos.

Por isso o fardamento economizado pelas sub-unidades fica no almoxarifado da Unidade.

21. Infelizmente as sub-unidades não têm a patriótica compensação do seu esforço pela economia, em ver que se acumule ano por ano esse fardamento no almoxarifado da Unidade, até formar o respectivo stock de mobilização. Porque os fornecimentos pelo órgão provedor são calculados "levando-se em conta os saldos existentes" nas unidades (art. 16 § 3.º). De modo que, tais as sub-unidades, também as unidades não podem tem em depósito fardamento que exceda à necessidade do efetivo de instrução: o saldo que houver no fim de cada período de fornecimento será deduzido do novo fornecimento.

C) — *O Aviso de 9-11-1943*

22. Em aviso n.º 377, data referida, o Sr. Ministro recomendou:

- a fiel observância das I. D. F.,
- assinalou a associação das mesmas com as atribuições da Fiscalização Administrativa, ou do Agente Diretor,
- prescreveu revistas semanais de fardamento,
- salientou que os subalternos e os sub-tenentes devem auxiliar na realização da economia de fardamento,
- reiterou a recomendação de se exigir das praças conveniente limpeza e conservação das peças de fardamento e equipamento, e
- estabeleceu que depois do encerramento do ajuste de contas ou ao deixar o comando, o Cmt. da sub-unidade em parte especial ao Fiscal administrativo informe sobre as economias feitas e sobre o estado de conservação do fardamento e equipamento.

23. Uma particularidade a esclarecer é que o fato de estar um Cmt. de sub-unidade, na ocasião dessa referida parte,

pouco tempo na função, não justifica que não haja economia. A realização desta é contínua, acumulativa, não recomeça do zero a cada mudança de comando, nem o Cmt. da sub-unidade que se afasta do cargo pode destruir ou fazer desaparecer a economia em andamento.

24. Quanto às revistas semanais, não devem ser procedidas sempre formalmente; terão por fim apenas objetivo particular definido e dispensarão as formalidades essenciais duma verdadeira revista de fardamento.

As verdadeiras revistas de fardamento se realizarão aproximadamente uma vez por mês, segundo ordem do Cmt. do Regimento, ao mesmo tempo em todas as sub-unidades.

Os Cmts. de sub-unidades aproveitarão uma dessas revistas para as finalidades das I. D. F. art. 3.^o § único.

25. As *partes* prescritas pelo aviso de referência, preencherão os seguintes quesitos:

- a) equipamento;
- b) fardamento;
- c) alterações pessoais.

§ 1.^o — No fardamento se discriminarão:

- estado de conservação das peças distribuídas, com o tempo de duração não vencido;
- estado de conservação das peças distribuídas, com o suplemento arbitrado;
- economia em peças novas não pedidas ao almoxarifado do Regimento, com indicação das datas e numeros dos pedidos em que se traduziu essa economia.

Nota: — Não há necessidade de tratar do fardamento que faz objeto do caderno de economia, porque este dá motivo a exame especial.

§ 2.^o — No quesito 25c — serão mencionados motivadamente os auxiliares que se tiverem distinguido na cooperação em prol da economia, bem assim as praças que se tenham distinguido na realização da economia, de par com o ótimo aspecto do seu fardamento.

A Defesa Nacional

em

SÃO PAULO

A representação exclusiva desta revista no Estado de São Paulo, capital e interior, está a cargo do Bureau Interestadoal de Imprensa, cuja sucursal se acha instalada na Rua Barão de Piranapiacaba, 61 - 4.º andar, — Telefone 2-5841.

Os interessados pôdem dirigir-se ao endereço supra para anuncios, assinaturas, etc.

Chefe da Sucursal: — Mario Herédia.

Só podem efetuar recebimento de contas de **A DEFESA NACIONAL** os cobradores devidamente autorizados pelo chefe da Sucursal do B.I.I.



**Anunciar na A Defesa Nacional é fazer
publicidade eficiente.**

Emprego das Minas na Guerra

Pelo 1.º Ten. D. Bernardino Bagur, do Exército Argentino

Tradução feita pelo Major Felicissimo de Azevedo Aveline, do n.º 6 volume 80, da "Revista Militar" publicação argentina de Junho de 1943. Publicação autorizada pelo autor.

CAPITULO I

Fundamentos basicos que regem o emprego das minas

Em principio é imprescindível que a colocação de minas e bombas obedeça a um plano concienzoso, produto de uma profunda reflexão baseada nos resultados de um reconhecimento para tal fim.

Uma conciente apreciação do valor que os accidentes naturais do terreno possam ter é de grande importância, visto como obstáculos naturais, engenhosamente preparados com minas, podem ser de grande eficácia na execução de interdições, pois que as minas completam sua ação.

Em geral se pode dizer que a ação do explosivo é de muito valor nas interdições, e assim é comum vêr-se como pequenos obstaculos aparentemente inofensivos, podem ocasionar grandes paradas ante a duvida de que possam achar-se minados.

A colocação de minas nos obstaculos constitue um reforço destes e um consideravel acrescimo em seu valor, adquirindo deste modo um papel ativo que os torna mais perigosos para o inimigo.

A eficacia das minas e dos obstaculos para a construção de barreiras, deve ser completada sempre com o fogo das ar-

mas, para tornar deste modo mais perigosa a tarefa de destruir barreiras obstáculos e minas, tendo-se sempre em mente a ideia de que se deve tratar de ganhar todo o tempo possível por meio das paradas que se ocasionar ao adversario.

E' tambem de muita importância tratar de não espalhar os fogos em um esforço para bater todos os campos, caminhos, etc.

A ação das armas se deve completar com a função ativa que compete aos obstaculos iniciados.

Por meio de um habil emprego dos obstaculos e das minas, se consegue um grande efeito sobre o inimigo, pois se o obriga a executar numerosos e variados trabalhos de reconstrução o que lhe exigirá muito tempo e meios que nem sempre terá á mão; para executar as reconstruções e limpezas se verá obrigado a praticar varias tentativas.

As minas deverão ser colocadas especialmente em todos os lugares onde não se possam eyitar, como sejam, pantanos, caminhos com margens elevadas e tambem nas curvas fechadas e cortes nos quaes a visibilidade seja pouca. As bombas de tempo applicam-se especialmente nos edificios que possam ser ocupados pelo inimigo e na destruição de localidades em que devem ser destruidos todos os edificios importantes. especialmente os que possam servir para acantonamento, inutilizando as paredes, tetos, moveis, assim como as fontes, afim de que não fique agua potavel.

Tambem se deve ter em conta a necessidade de destruir inteiramente todas as partes que possam servir de referencia ao inimigo ou que permitam a instalação de observatorios para a sua artilharia.

Devemos ter presente que é necessário retirar as tropas e viaturas antes da colocação das minas, para o que deverão ser assinalados todos os lugares minados e indicados quaes os caminhos a seguir durante a retirada ou retraimento.

A tarefa de localizar as minas e de inutiliza-las, requer muito tempo, deve ser executada por pessoal especializado dispondo de meios e aparelhos proprios para tal fim.

Como dado geral a duração do trabalho de levantar minas pode ser calculada em horas ou até em dias.

As barreiras e obstáculos minados são de grande valor para retardar o avanço e movimento das colunas motorizadas, pois que geralmente, si se faz um emprego judicioso deles, é preciso dete-las até que se tenha a certeza de que todas as minas tenham sido destruidas ou retiradas, perdendo-se assim parte da vantagem que a motorização proporciona.

Finalmente, se deve ter em conta que as minas, campos minados, barreiras, etc., não devem ser considerados como um meio para sanar a falta de soldados; nem tão pouco como uma forma exclusiva de combate, mas se deve considera-los, e por conseguinte esperar deles, um meio para dar maior eficiencia aos obstáculos que se empregam constantemente em escala ascendente, como uma consequencia logica do desenvolvimento e importância que adquire a motorização e de alguns novos aspectos de guerra em seu conceito integral, que amplia o campo de suas atividades.

CONSIDERAÇÕES DE CARATER GERAL REFERENTES AO FUNCIONAMENTO DAS MINAS

Quanto maiores forem as tampas das minas, maiores serão as probabilidades de que sejam tocadas ou pisadas.

O tamanho comum é de trinta por vinte centímetros, porém qualquer dos tipos apresentados neste trabalho se presta para aumentar estas dimensões, considerando-se que uma medida muito pratica é a de sessenta por trinta centímetros.

Para a grande maioria das minas os poços feitos no terreno devem estar proporcionais ás quantidades de explosivo a empregar, levando-se em conta que quanto menor fôr o movimento de terra, mais fácil será o disfarce.

Contra infantaria e contra animaes bastará um cartucho por mina (1 quilo), e contra veiculos blindados se deve tomar como base a quantidade de seis quilos.

A construção das minas é muito simples, podendo-se prepara-las nas povoações ou no proprio terreno onde serão colo-

cadadas; uma bôa pratica é de levar-se muitas minas preparadas em uma ou varias viaturas; desta maneira se ganha muito tempo, ficando para ser realizada no terreno unicamente a tarefa de coloca-las nos lugares que forem determinados nos conhecimentos e ordens.

Quando se prevê que possa chover na zona onde estão colocadas as minas ou aí devam ficar muito tempo, é necessario aperfeiçoar as medidas de precaução para evitar a inutilização do sistema pela ação da agua.

A mina Standard dos graficos ns. 13 e 14 é muito eficaz para atuar contra a infantaria, porquanto possui uma caixa com balins ou pedaços de ferro ou metralha que, em consequencia da explosão do trotil, se projetam em todas as direções como outros tantos projetis, que forem aos que se encontrem ao seu alcance.

A qualquer das minas descritas no capitulo II, se pode adicionar um quilograma de trotil e uma caixa com metralha, adquirindo assim um grão ofensivo muito eficaz, visto como ao efeito proprio do explosivo se soma a ação dos balins.

A grande maioria dos elementos que se utilizam na construção das minas e bombas consideradas neste estudo, são de uso regulamentar (ver R. R. M. 37 — R. M. E. Ip).

DISFARCE

Este assunto é de grande importancia para assegurar o funcionamento e eficiencia das minas e bombas.

Deve ser considerado como um principio axiomático que as diferenças de côr e restos de terra nas imediações da mina, serão suficientes para despertar a atenção do inimigo e delatar o local da mina.

As armadilhas que funcionam sob pressão devem ser cobertas por leivas, que as dissimulem, as quaes devem ser colocadas em quantidade sufficiente, tarefa muito simples e facil de efetuar, tendo-se especial cuidado para que não fique terra solta nas imediações.

Deve se prestar muita atenção para não se deixar rastros de pisadas muito marcados, capim achatado ou trilhas de veículos, como sejam caminhões, carros de mão, etc. pois que estes sinais são pontos de referencia excelentes para que o inimigo possa descobrir os locais de colocação das minas e destrui-las.

Em todas as cargas em que se utilizem arames estes devem ser opacos, afim de que os raios solares não os tornem visiveis de longe.

Quando se precisar utilizar estacas é preciso pinta-las da cor do terreno ou disimula-las com terra ou pedras; de preferencia deverão ser empregados troncos de arvores, ou arbustos e no possivel qualquer elemento natural do terreno.

Modo de cortar as leivas: Marca-se com a pá os contornos dos pedaços de terra (0,30 x 4,40m) e se os aranca com uma espessura de sete centímetros aproximadamente.

Um bom disfarce feito com leivas é quasi impossivel de ser distinguido á simples vista.

As minas empregadas nos teatros de guerra europeus são na sua maioria metalicas, por isso existem varios tipos de aparelhos detectores destinados a descobrir as minas ao se passar sobre o metal tais aparelhos.

As minas que se apresentam neste trabalho, são fabricadas na sua maioria com madeira, e por esse motivo anulam facilmente a ação dos detectores, sendo muito dificil a tarefa de localiza-las e, para destrui-las, é preciso faze-las explodir por pressão sómente e isto, além de ser perigoso, consome muito tempo e materiais.

Nos terrenos arenosos o disfarce torna-se muito facil, porque é bastante cobrir-se as tampas das minas com um pouco de areia, com o que se executa um excelente disfarce.

CAPITULO II

CAMPOS MINADOS

Ideias Gerais

Os campos minados devem ser preparados para reforçar uma posição ou uma zona francamente defendida, tratando-se de conservar o sigilo e a surpresa, e por isso sua instalação deve ser feita de preferencia á noite, para impedir que o inimigo os localize e os possa assim evitar a tempo ou destrui-los.

Os caminhos que passam pelos campos minados, devem ser assinalados com grande precaução para evitar-se que as tropas inimigas sejam submetidas a seus efeitos.

Ao construir um campo minado se devem deixar caminhos para facilitar a retirada das proprias tropas, devendo o pessoal que passa por ultimo retirar os sinais, e se procedendo por fim á colocação de minas nestes caminhos afim de completar definitivamente o campo minado.

Deve-se procurar obter um efeito integral sobre o fisico e o moral do adversario e neste sentido se deve requintar nos processos para obter-se uma engenhosa coordenação de minas, armadilhas automaticas, bombas de tempo, bombas de estrondo, queima de polvora, minas simuladas, etc. que atuando isoladamente ou por grupos, conjuguem seus efeitos na resultante final, que deve se concretizar em uma ação conjunta dirigida contra o fisico e o moral do inimigo, que se achará assim submetido a uma guerra de nervos no campo tatico.

Correspondendo á finalidade esposta precedentemente, acrescente-se que é conveniente colocar por cima das minas conjugadas, grande quantidade de pedras, pedaços de ferros, balins, metralha, etc. que no momento da explosão se projetam em todas as direções cobrindo uma zona perigosa que aumentará grandemente o valor ofensivo do explosivo, especialmente contra a infantaria.

No geral podemos dizer que não é conveniente dispor as minas em forma geometrica ou simetrica em relação a algumas linhas de referencia porquanto tal fato pode constituir uma indicação para o inimigo que procede á retirada de minas de um campo, ao passo que quando se as dispõem em formas irregulares, se torna mais perigosa e ardua a tarefa de descobrir a localização das mesmas.

Quando se resolver a colocação de zonas minadas na zona principal de combate, é muito conveniente colocar entre as minas, algumas que estejam ligadas ás cercas de arame e outros obstaculos defensivos, de modo que ao tentar destruir os mesmos, o inimigo acione sem querer os dispositivos de inflamação que se tenham colocado, e com isto cairão sob a ação das minas.

Deve-se ter o cuidado de que ao explodir estas não danifiquem as proprias obras da posição abrindo brechas que facilitem a penetração.

Quando se instalam campos minados os mesmos devem ser assinalados na carta, dando-se conhecimento ás tropas amigas.

Ao se projetar um plano de fogo deve-se assegurar uma ação de conjunto entré as armas de fogo, os obstaculos e as minas, completando-se entre si uma ação combativa.

No trabalho para minar um campo, deve-se empregar as ferramentas de dotação regulamentar; observe-se que em alguns exercitos europeus se utilizam especialmente ferramentas mecanicas para fazer escavações em menos tempo, o que é de grande importancia quando se tem de colocar grande numero de minas.

As minas que deverão ser colocadas são as estudadas neste trabalho, podendo empregar-se tambem, cargas de polvora colocadas em garrafas, nas quais se adaptam estopins eletricos para produzir a explosão e em latas com meios de inflamação pirotecnicos e eletricos.

Com o fim de dar uma ideia aproximada do modo de distribuir as minas em um campo minado, consideremos dois modelos, livre de esquemas, que servem de base para os calculos

referentes á quantidade de explosivos e outros materiaes para a sua construção.

Os modelos que se seguem devem ser variados constantemente, porém sem ser diminuido o efeito por um aumento inconveniente das distancias entre as minas.

No que se refere á densidade de campo se mencionará em cada caso quantas minas correspondem; como tambem a porcentagem de minas contra a infantaria e contra carros que se deve dar ao campo minado em face das informações que s possui das tropas e armamento do inimigo, de acôrdo com a situação tatica dominante.

Campo fracamente minado: constituido por duas filas de minas separadas por distancias e intervalos de 1,60m.

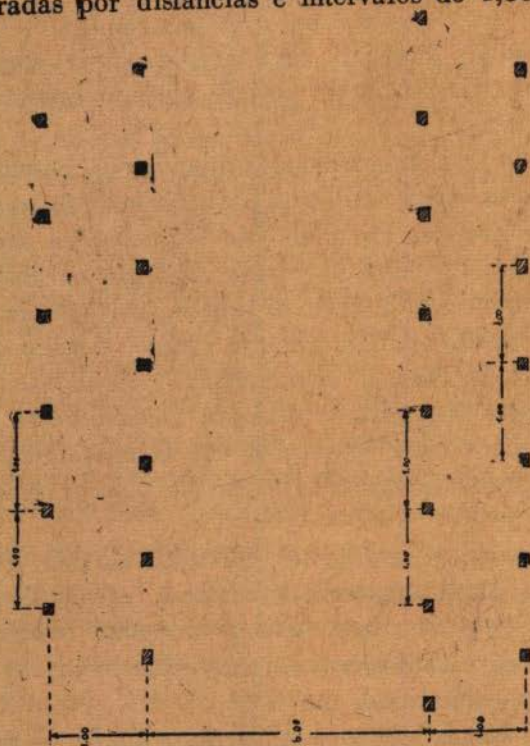


GRAFICO Nº 1

Caminho minado densamente

Campo densamente minado: Constituído por dois grupos de duas filas de minas cada um, separados por uma distancia de seis metros. Entre uma mina e outra de cada grupo deve existir a distancia e intervalo de um metro (ver grafico n.º 1).

MINAS DE PRESSÃO

Em geral são as que predominam nos campos minados, porque seu funcionamento é simples e seu preparo não acarretará maiores perigos.

Deverão ser colocados em buracos que se fazem no solo, cobrindo a tampa com leivas para formar o disfarce.

Nos areais esta tarefa se reduz a tapa-las com area, ficando assim imperceptíveis á vista.

Podem ter um quilo (cartucho) de trotil, e neste caso são considerados eficazes para atuar contra a Infantaria; e colocando-se seis quilos de trotil são proprias para avariar e imobilizar carros e veiculos blindados.

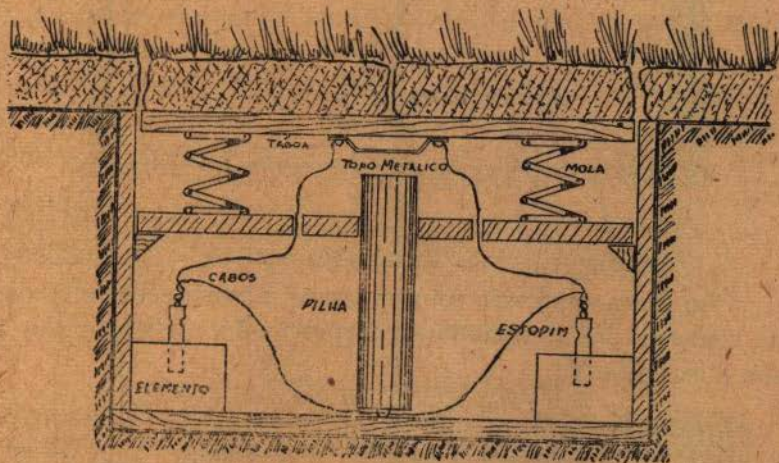


GRAFICO Nº 2

Mina eléctrica com molas

Ao ser pisada a tampa se contraem as molas até que o topo metálico fecha o circuito, com o que se produz instantaneamente a explosão.

A tampa é mantida por pequenos pregos caído ao ser pisada e rompendo os tubos de ensaio (de vidro) e pondo em liberdade o cloreto de potassio e o acido sulfúrico que se combinam com grande desprendimento de calor, que inflama a polvora contida em um pequeno envolvero e causando finalmente a explosão do explosivo.

As quantidades de acido e de clorato não são de grande influência, e as contidas nos dois pequenos tubos de ensaio comum bastam perfeitamente para iniciar o fogo.

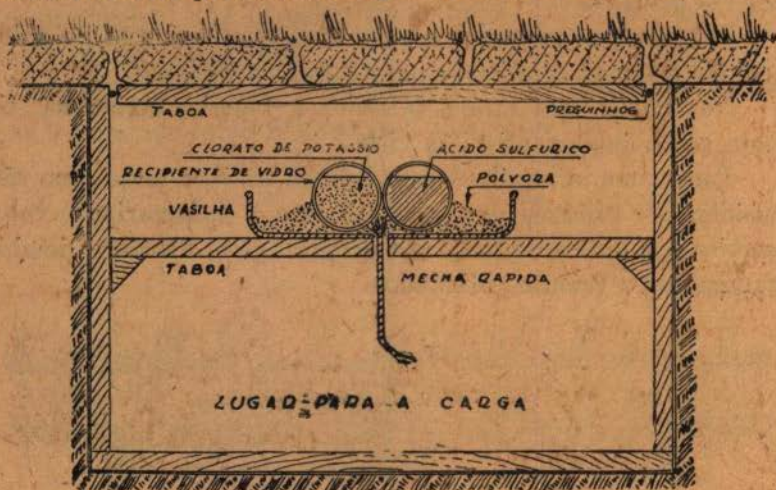


GRAFICO Nº 3

Mina com meios químicos

Ao fazer-se pressão sobre a tampa a goma cede soltando-se as chavetas dos inflamadores de percussão, originando-se assim a explosão.

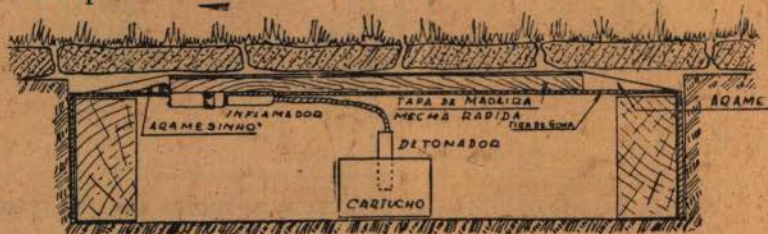


GRAFICO Nº 4

Mina com mato de madeira e tiras de goma

Os arames têm por fim assegurar a descida da tampa; convém colocar dois inflamadores para tornar mais sensível a mina.

As dimensões da tampa são variáveis podendo chegar até 0,60 x 0,30 (a dimensão comum é de 0,40 x 0,30).

A colocação dos fios de arame que fixam a chave do inflamador á tampa deve ser feita por ultimo e depois de ter colocado as leivas de terra para dar-lhes o afastamento necessario e assegurar a explosão no momento oportuno.

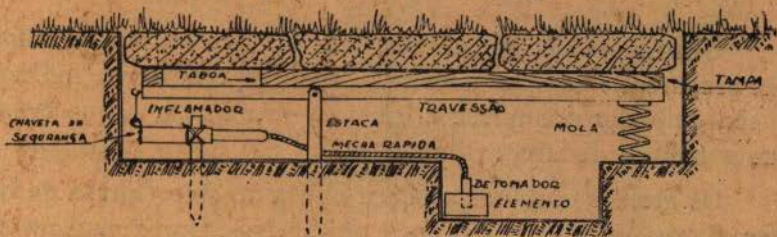


GRAFICO Nº 5
Mina a alavanca e mola

Com este dispositivo se pode aumentar até 0,80 x 0,30m. as dimensões da tampa sendo necessário colocar varias molas para aguentar o peso das leivas.

Ao se pisar na tampa, baixa a mola e se levanta o extremo do travessão que puxa a chave do inflamante de percussão dando-se a explosão do conjunto.

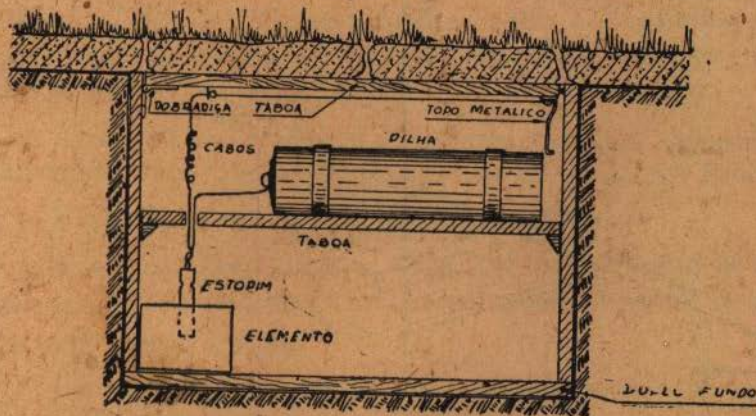


GRAFICO Nº 6
Mina com um colchão e uma pilha

Ao baixar a tampa da armadilha, o tope metalico desta fecha o circuito com a pilha, produzindo-se a explosão.

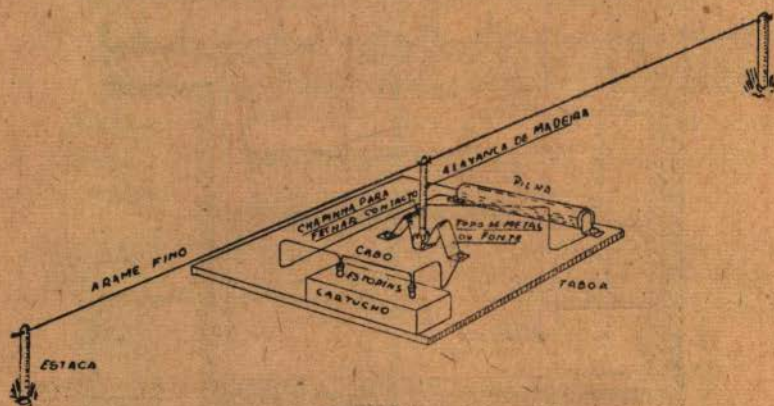
Com o fim de constituir este tipo de mina em grandes quantidades, convém simplificar o sistema suprimindo o segundo fundo do caixão e colocando o trotil na taboa onde se acha a pilha.

MINAS DE TRAÇÃO

Utilizam-se conjuntamente com os outros tipos de minas no preparo de campos minados, sendo especialmente indicado o seu emprego nos terrenos cobertos de macega, o que constitue o melhor disfarce.

Os arames cruzados a pouca altura do solo (altura de tropeçar) que se calcula em doze centímetros, aproximadamente, devem ser finos e foscos com o fim de não serem descobertos facilmente; um arame brilhante se vê facilmente de dia principalmente si há sol.

Os inflamadores de percussão devem ser colocados de modo bem dissimulado entre o pasto; as estacas que sustentam os arames devem estar pintadas da côr da vegetação ou do terreno onde estão colocadas.



Ao ser arrastado o arame por se ter tropeçado nele move-se a estaca de madeira com a chapa para produzir o contacto, tocando a chpa no topo metalico, ficando fechado o circuito e produzindo-se explosão da mina.

As estacas devem ser cravadas a uma distancia de metro e meio entre elas, devendo a mina ser colocada no centro.

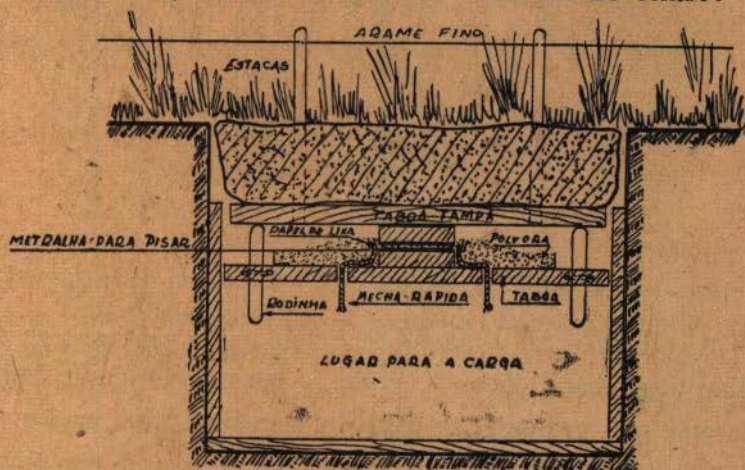


GRAFICO Nº 8
Mina a tração com rodinhas

Ao ser arrastado o arame e posta em movimento a taboa que serve de tampa e que desliza sobre as pequenas rodas, produzindo a fricção do papel de lixa contra a “metralha para pisar” que se inflama e acende a pólvora que inflama a mêcha, o detonador e o trotil.

A metralha para pisar é constituída por uns papeisinhos impregnados de uma substancia quimica que arde por fricção.

E' vendida nos negocios de fôgos e bazares.

As estacas serão fincadas no sólo a uma distancia de metro e meio entre elas, sendo preciso portanto seis metros de arame para formar a mina.

Em duas estacas, para garantir o funcionamento são colocados inflamadores de percussão, ligados por mêcha rápida á carga explosiva que se colóca no centro do quadrado.

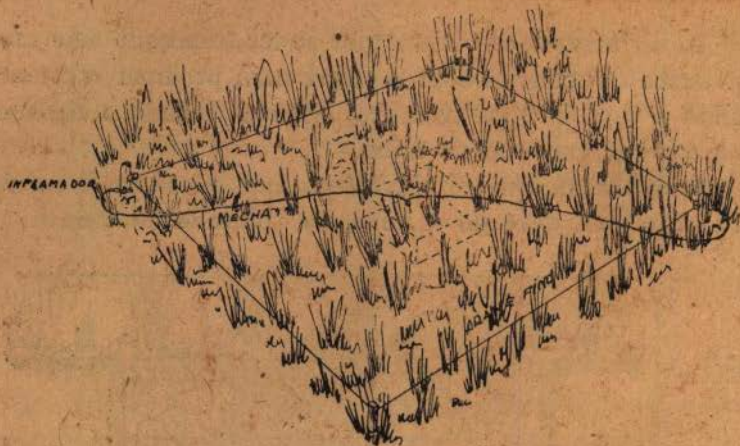


GRAFICO Nº 9
Mina a tração formando quadrado

A colocação das estacas deste modo tem a vantagem de aumentar as probabilidades de explosão porque são quatro linhas de arame que podem fazer explodir a mesma carga explosiva.

Como conclusão final favorável a esta especie de minas, podemos dizer com toda a segurança que não deixam nenhuma passagem ao inimigo, sempre que o terreno seja coberto pela macéga.

As minas de pressão são colocadas a uma distancia de um a dois metros entre si, ficando livre o espaço; em compensação com os arames se pode cobrir toda a frente, sem deixar claros, formando assim uma verdadeira barreira de minas.

Quando se dispõe grande quantidade destas minas em terreno coberto, se obtêm obstaculos quasi infranqueaveis ao inimigo, pois se pode cobrir toda a frente e é muito difficil efetuar o levantamento das minas, porque não se as pôde localizar rapidamente; para completar esta ação podem ser intercaladas, tambem, minas de pressão na proporção de uma para quatro destas e tres para quatro para as do grafico sete.

MINAS DE PRESSÃO E TRAÇÃO

Como seu nome indica pode funcionar ao ser pisada a tampa do caixão com a mina ou ao ser arrastado o arame fino colocado a pouca altura do sólo.



GRÁFICO Nº 10
Mina a pressão e tração

Dispositivo de tração — Funciona por meio de um inflamador de percussão que se coloca em uma estaca, como se pôde vêr no gráfico e ligado a um arame fino que se fixa a outra estaca situada a 1,50m. de intervalo; o fogo se transmite á mina por um pedaço de mecha de rápida inflamação.

Dispositivo de pressão — O peso da tampa e o das leivas que se põem em cima, é suportado por uma pequena chapa de segurança que cede ao descer a tampa por efeito da pressão sofrida, produzindo-se a saída da chaveta do inflamador ligada por um pequeno arame ao caixão da mina. Instantaneamente explode a mecha de rápida inflamação, o detonador e o elemento que está ligado á tampa que por influência transmite o fogo ao resto do explosivo depositado no fundo do caixão.

Este sistema é o mais indicado para ser usado em terrenos cobertos de macega alta, como sejam capinzaes, milharais, montículos, filas de arvores e todos os logares que possam ser ocupados pelo inimigo ou por onde se supõe que avançará.

Mina anti-carro e anti-blindados — Ao quebrar-se o pranchão que serve de tampa ou as espigas de madeira que o sustentam, se produz a quêda das varetas de ferro, que fazem saltar as chavetas dos inflamadores de percussão, originando a explosão da carga.

As dimensões do pranchão variam de acôrdo com os meios de que se dispõe e a finalidade desejada; assim, por exemplo, pode-se colocar um pranchão de 2,00x0,30x0,05m. com uma carga de dez quilogramas de trotil ou diminuir o comprimento do pranchão para 0,80m. colocando-se seis quilos.

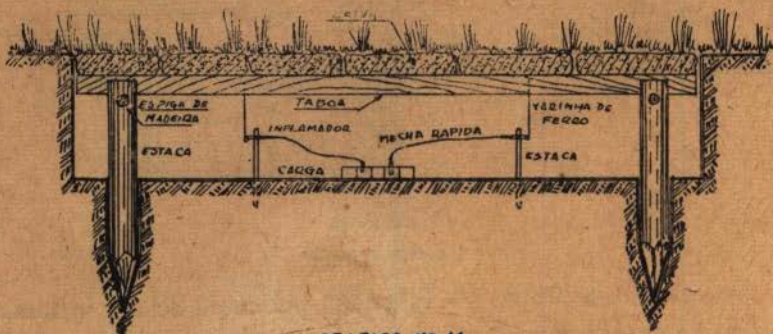


GRÁFICO Nº 11
Mina antitanque e antblindados

As espigas de madeira devem ser resistentes, para que possam suportar sem quebrar-se, o peso de um ou dois homens.

A explosão da mina não consegue destruir o cano de combate, porém se consegue estragar ou arrebentar as rodas das lagartas e eixos de suspensão do mesmo, com o que ele ficará anulado para tomar parte ativa no combate.

RASTILHOS DE POLVORA

Os rastilhos de pólvora são de grande utilidade e seu emprego não deve ser esquecido no estabelecimento de campos minados, já que uma armadilha em ligação com um rastilho de pólvora pode servir durante a noite para descobrir-se patrulhas inimigas que pretendam aproximar-se para assaltar ou reconhecer a posição.

São empregados frequentemente para produzir explosões sucessivas e neste sentido a aplicação mais importante que se pôde dar aos rastilhos de pólvora é emprega-los nos campos minados para produzir a desorientação ao inimigo, preparando-

do-se muitos destes rastilhos em diversas direções e ligando-os a cargas que vão explodindo á medida que passam por elas.

Convém, também, sincronizar seu emprego com mechas rápidas, de modo que se produzam explosões em direção contrária ás dos rastilhos, o que, como é claro, produzirá desorientação e paradas ao adversário, que ao atravessar um campo minado não saberá qual a surpresa que lhe foi preparada.

FOGUEIRAS NOTURNAS

Durante a noite o inimigo pode preparar golpes de mão contra casamatas, posições, etc., efetuar incursões com o fim de reconhecer as obras de defesa, preparação de ataques, seja cortando rêdes de arame e destruindo obstaculos ou também colocando cargas explosivas para fazer rebentar posteriormente durante o assalto.

Por isso para prevenir surpresas, é conveniente instalar-se um sistema de defesa ou de alarma baseado em fogueiras, que deverão ser colocadas nos logares mais favoraveis á aproximação do inimigo.

Estas fogueiras devem estar ligadas por meio de mecha rápida ou cabos ao sistema de ignição, que póde ser uma mina de pressão ou de tração, que provocará a explosão que originará o alarma e transmitirá o fogo ás fogueiras preparadas previamente colocando-se nelas combustiveis ou materiais de facil incendio.

Deve-se considerar que durante o dia prejudicarão um pouco o campo de tiro e poderão ser vistas pelo inimigo, e por isso devem ser pequenas e bem disfarçadas, usando-s dentro do possivel elementos naturais do terreno, ou em ultimo caso colocando-se tambores ou latas de gasolina enterrados, que iluminarão ao se queimarem.

Para aumentar o efeito para uma maior iluminação de campo, convem dispôr-se em combinação com as fogueiras, varios rastilhos de polvora que aumentarão a surpresa e a per-

turbação do inimigo, aumentando tambem a luz no campo (vêr grafico n.º 12).

Constituido por varias linhas paralelas á posição que são materializadas com rastilhos de polvora que se tenham ligado a minas de tração, de pressão e ás fogueiras, que além disso se ligam á posição por cabos, sendo eletrica sua inflamação.

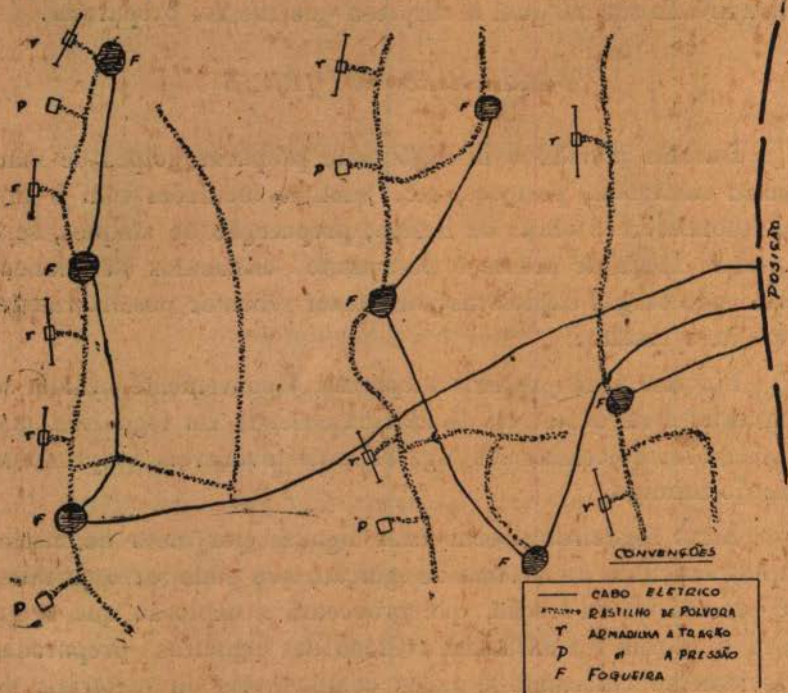


GRAFICO Nº 12

Sistema de iluminação para alarma noturna

Ao ser arrastado o arame de alguma das minas, produz-se a explosão transmitindo-se o fogo a um rastilho, que começa a se incendiar avançando até ás fogueiras, incendiando-as.

O começo do fogo pode ser feito tambem, por meio de algumas das minas de pressão e em ultimo caso pôde ser produzido por meios eletricos da propria posição de fogo.

O começo do incendio por meios eletricos é necessário quando chove ou o campo está molhado, pois que a agua hu-

medecendo a polvora a inutiliza, não se prestando pois, para o fim desejado.

MINA STANDARD

Com o fim de facilitar a tarefa de organizar um campo minado, convém utilizar um tipo de mina "Standard" de pressão, que se construirá em serie á retaguarda, para serem enviadas logo em veiculos ou de trem para as zonas onde serão empregadas.

As características de um tipo destas minas contra infantaria, podem ser apreciadas nos graficos treze e quatorze, têm um quilo de trotil e pedaços de pedra, ferro ou qualquer outro metal que serão projetados a grande distancia no momento da explosão; como se vê trata-se de um pequeno caixão de madeira, que pode ser construído em serie rapida e facilmente na zona da retaguarda e enviados logo para os depositos de sapadores, onde receberão a carga e o dispositivo de inflamação, com exceção do detonador, que será colocado no ultimo momento durante a instalação da mina.

Chama-se "colocação no local" ás tarefas inherentes á sua colocação nos campos e locais a minar.

As minas devem ser transportadas em carros ou caminhões segundo os meios de que se dispõe; como dado ilustrativo da capacidade de carga, declara-se que um carro cujas dimensões sejam 2,10 x 1, 15 x 0,60 póde transportar 154 minas prontas para serem colocadas.

Um caminhão tipo comum, de dimensões 3,30m x 1, 75 x 0,85, póde transportar 408 minas "Standard".

A colocação no lugar, em linhas gerais como método de trabalho, compreende as operações de receber o veiculo com as minas, proceder a descarga e em seguida um operador se encarrega de fazer os buracos, para o que, munido de pá de ponta, tira as leivas de terra e as coloca ao lado dos buracos, depois tira a terra de onde será localizada a mina e a coloca em um pedaço de barraca ou manta e continua repetindo esta operação, enquanto outro operador coloca as minas em seus loga-

res pondo por cima as leivas perfeitamente contadas, que formam o disfarce.

A terra que sobra deve ser retirada em veículos de ante-mão designados com o fim de leva-la para outros locais, podendo-se empregar uma parte da mesma na construção de minas simuladas para despistar o inimigo.

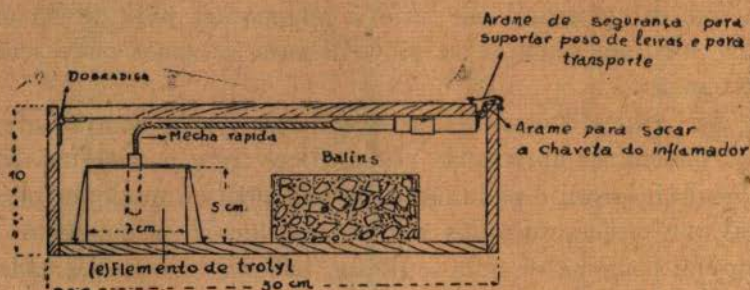


GRAFICO Nº 13

Corte vertical de uma mina Standard contra infantaria

Des. S. Buzaloni
SAR - S.E.D.

Ao ser tocada a tampa arrebenta-se o fio de “arame de segurança” que serve para firmar a mina durante o transporte e para aguentar o peso das leivas depois de instalada; em consequencia do exposto se produz a queda da tampa e do inflamador, saltando a chaveta de segurança deste ultimo, que está ligada por outro fio de arame a outro pequeno prego fixo a uma parede do caixão; quasi instantaneamente explodem a mecha rapida, o detonador e o cartucho de trotyl (1 quilo) ocasionando a projecção dos balins como outros tantos projetis.

Pode-se observar a disposição das partes que constituem a mina “Standard” contra infantaria e neste sentido se pôde ver o pequeno fio de arame que liga a chaveta do inflamador ao caixão onde se fixa a mina.

O cartucho de trotyl deve estar fixo com dois arames cruzados e fixados ao fundo do caixão, as dobradiças podem ser substituidas por duas tiras de couro pregadas.

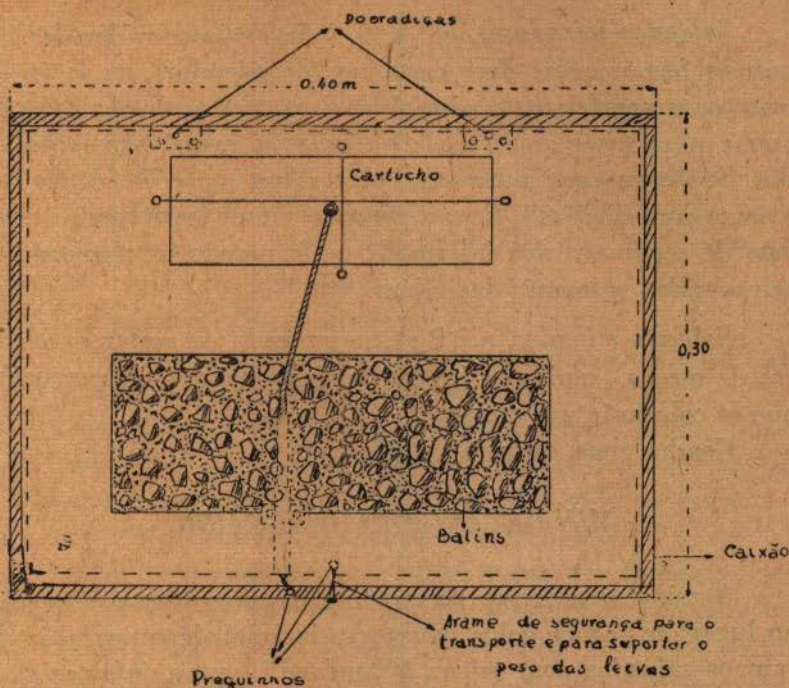


GRAFICO Nº 14

Vista de cima da mina Standard contra infantaria

GRUPO DE MINADORES. FORMA DE MINAR UM CAMPO COM MINAS STANDARD

Um sub-oficial chefe de grupo: É o encarregado de dirigir o trabalho de seus homens e manter a mais ampla colaboração entre os mesmos para assegurar com eficiência a execução das diversas operações de minagem, deve também manter estreita cooperação entre os diversos grupos de minadores.

Soldados minadores, n.º 1, 2, 3, e 4: têm o encargo de tirar as leivas de terra, fazer os buracos estraindo a terra que conduzirão em bolsas ou veículos para locais adequados.

Conduzem as seguintes ferramentas para o trabalho: tres pás de corte; tres bolsas ou lonas para o transporte da terra e um facão de mato.

Soldados minadores, n.º 5, 6, e 7: Estão providos das seguintes ferramentas: duas certeiras de minador, um facão de mato para aperfeiçoar o corte das leivas, tres pequenos rolos de arame para fazer amarrações e segurar a carga; são incumbidos de descarregar as minas, collocar-lhes a mecha, detonador e caixa com “balins”, tirar o pequeno arame que segura a chaveta de segurança dos inflamadores de percussão e collocar as leivas sobre as tampas das minas.

Soldado minador, n.º 8: encarregado de cortar os pedaços de mecha rapida e liga-los aos inflamadores de percussão que se collocarão nas minas.

Conduz uma carteira de minador.

MINA STANDARD ANTI-CARRO

A mina, o processo de construção, transporte e colocação no lugar, se regem pelos mesmos principios da preparação de campos minados com minas “Standard” contra infantaria; a differença é que são carregadas com seis quilos de trotil e não têm “balins”.

CAPÍTULO III

Minas fluviais. — Minas fluviais ancoradas

Prestam-se especialmente para impedir a navegação ao longo do curso d’agua e para dificultar ou impedir os desembarques de tropas nas costas maritimas e nas transposições dos cursos d’agua do interior.

Para impedir a navegação no sentido da corrente, em aguas tranquilas de correnteza fraca e de profundidades maximas até 5 metros, é muito pratica uma mina construida de acôrdo com os graficos ns. 15 e 16.

Visto como a carga está presa á estaca deve-se collocala na profundidade que se calcule necessária de acôrdo com o calado das embarcações e o regime do rio, para que produza seu efeito na máxima intensidade.

Para dissimular a colocação das minas, para variar o sistema e por algumas peculiaridades especiais do curso d'água, pode-se trocar os fixadores das minas por dois flutuadores, simulando espinheis.

Porém se deve levar em conta neste caso, que se deve considerar a velocidade da corrente e a profundidade do curso d'água com o fim de que o "cabo de ancoragem" e o "cabo disparador" tenham o comprimento necessário para afastar o perigo de fazer explodir as minas prematuramente.

Para proteger as costas contra desembarques e abordagens, pôde-se empregar arames estendidos sob a superfície, quasi a flôr d'água paralelos á margem e ligados por um arame fino a uma mina cheia de pedras e ferros (ver grafico n.º 17) de tal modo que ao dar-se o desembarque se projete contra as tropas uma chuva de pedras, pedaços de ferro, etc.

Podem ser empregadas também minas que funcionem sob pressão, como a da figura n.º 18, que também servem para minar os váus, o que é de grande importancia para dificultar a marcha das tropas, considerando-se que ao destruir-se ou inutilizar um váu cria-se um novo obstaculo que obriga a necessidade de mudar de local de passagem ou proceder o levantamento das minas.

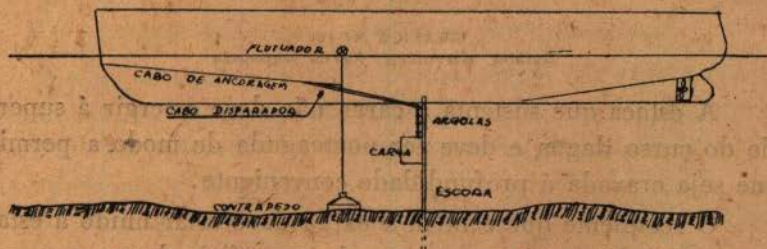


GRAFICO Nº 15

Mina fluvial ancorada

Constituída por quatorze quilogramas de trotil contidos em uma lata fixa a uma estaca no curso d'água e sob a superfície.

A tampa da lata é coberta por uma camada de parafina ou goma que não deixa penetrar a água e que se rompe ao ser arrastado o cabo de ancoragem que é conservado flutuando por

latas e é ele que começa a explosão ao ser arrastado e ocasiona a saída das chavetas dos inflamadores.

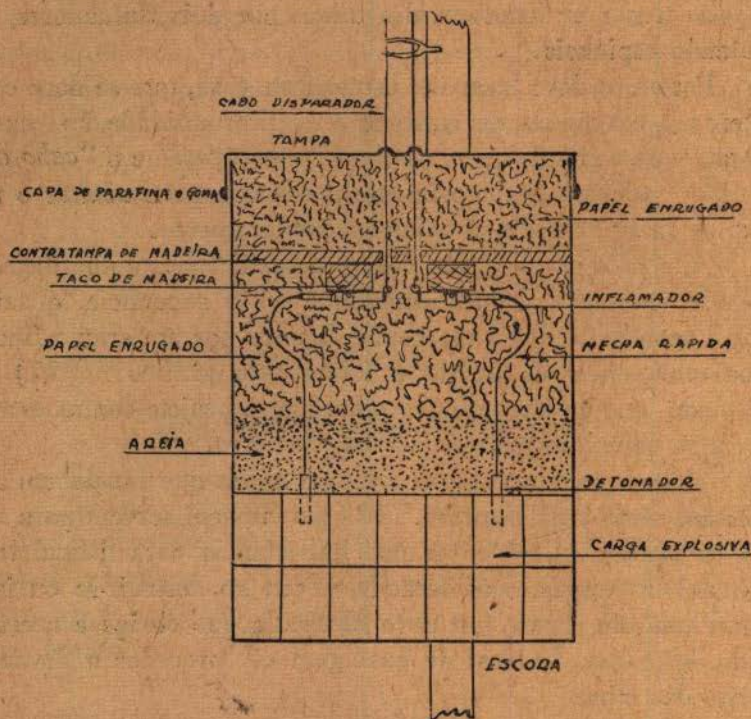


GRAFICO Nº 16
Detalhe da mina fluvial ancorada

A estaca que sustenta a carga não deve emergir á superfície do curso d'agua e deve ser ponteguda de modo a permitir que seja cravada á profundidade conveniente.

O recipiente que contém a carga deve estar unido á estaca e aproximadamente a um metro da superfície da agua.

A carga deve ser colocada no fundo do recipiente, e, pondo-se areia por cima para torna-la mais pesada e facilitar as operações de sua colocação no lugar.

O material de recheio, constituido por papel amassado deve ser posto para impedir que saia de seu lugar a mecha dos inflamadores, por causa de movimentos imprevistos.

A contra-tampa de madeira é destinada a fixar os tacos de madeira que permitem instalar os inflamadores da forma conveniente para começar o fogo do modo previsto.

O papel amassado que está colocado entre a tampa e a contra-tampa, deve estar bem "socado" para evitar que esta saia do lugar e para afastar a possibilidade de que pequenos esforços, por causas comuns, possam fazer saltar as chavetas de segurança dos inflamadores, antes da ocasião necessária.

Finalmente a "capa" de goma derretida, parafina, etc. que obtura os furos por onde passam os dois cabos "disparadores" deve ter uma consistência tal que se arrebente ao sofrer o esforço de tração produzido pela embarcação que passa.

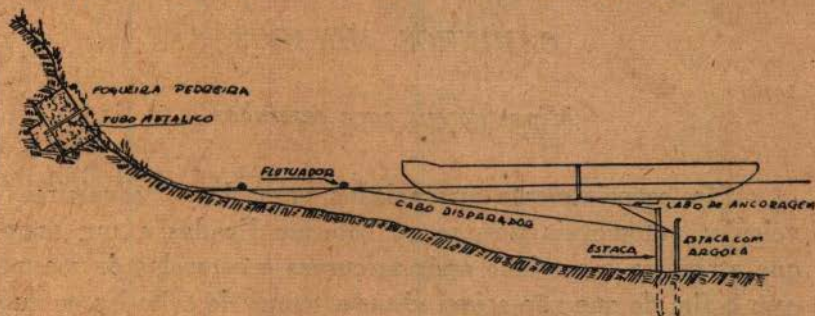


GRAFICO Nº 17

Mina fluvial ancorada unida a uma fogueira pedreira

Ao ser arrastado, o cabo de ancoragem faz correr o cabo disparador que passando por um tubo metalico, vai até um inflamador de percussão que possui uma mécha e que ao ser tirado produz a explosão.

O cabo de ancoragem deve ser disposto paralelamente à margem.

MINA ELETRICA PARA VAUS E COSTAS

Ao baixar o pranchão pelo peso de veiculos ou embarcações, produz-se a queda da vareta metalica que ao ser empurrada rompe a capa de parafina, goma, etc, e com o topo metalico fecha o circuito, produzindo a explosão da mina.

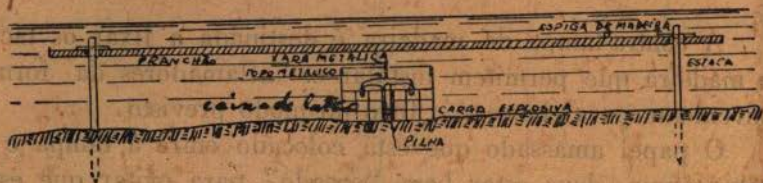


GRAFICO Nº 18

Mina elétrica para vaus e costas

A carga explosiva desta mina varia de acôrdo com o fim a que se destina. Para desembarques se deve colocar dez kilogramas de trotil e para minar vaus quinze.

CAPÍTULO IV

CAMINHOS MINADOS

Minas aéreas para caminhos

São especialmente apropriados para bater cavaleiros e veiculos automoveis pois se as colocam ligadas a um arame que atravessa o caminho após as curvas e cotovelos do mesmo, com o fim de que não sejam vistas a tempo de evita-las ou anula-las.

A carga explosiva e a mecha rapida devem ser disfarçadas, para o que se deve cobri-las com terra ou ramos, capim, etc. de acôrdo com o tom do sólo.

O arame deve ser fino e resistente, fosco e leve.

Ao ser levado por diante o arame que côrta o caminho, se produz o levantamento da alavanca que fecha o circuito, provocando a explosão.

Para evitar que o proprio peso do arame feche o circuito antes do tempo é necessário colocar um pequeno contrapeso que mantenha na horizontal o arame que deve estar situado a uma altura de 1,80m aproximadamente, do solo.

Ao ser arrastado o arame produz-se a saída da chaveta do inflamador de percussão que produz a explosão instantaneamente.

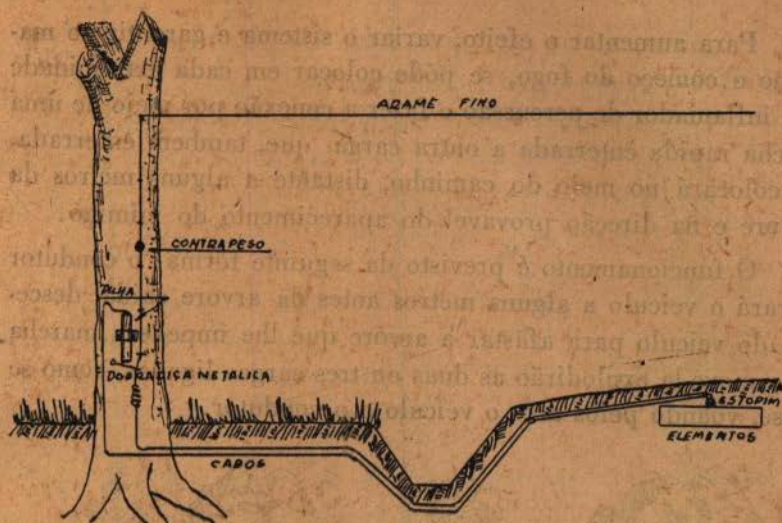


GRAFICO No 19
Mina elétrica para caminhos

ARVORES DERRUBADAS E LIGADAS A UMA MINA

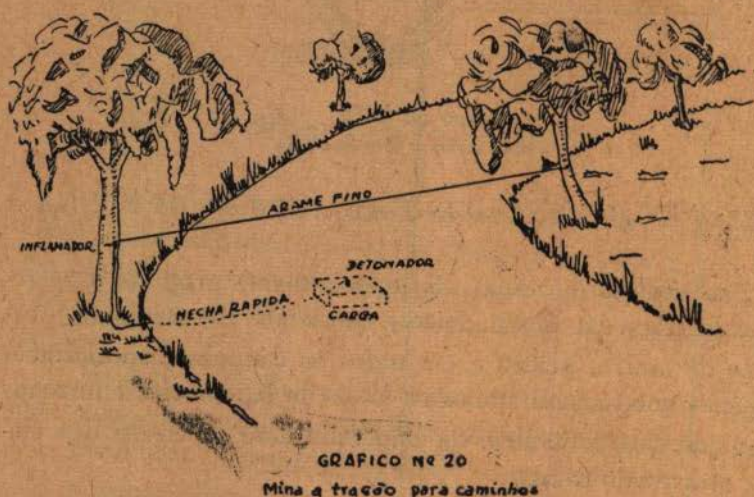
Esta espécie de minas são especialmente próprias para serem colocadas em desfiladeiros, caminhos de montanha, caminhos de aterro, pontes e em todos os caminhos, especialmente aqueles que tenham ambos os lados de banhados ou terrenos alagadiços, que dificultem ou impossibilitem a marcha dos veículos, através do campo.

Para produzir melhor efeito moral e poupar explosivos, convém colocar varias arvores com suas respectivas minas automaticas e intercalando entre elas algumas derrubadas e sem explosivos.

Uma arvore cruzada num caminho, ligada por um arame fino á chaveta de um inflamador de percussão, e ligada a uma carga explosiva colocada em um pequeno caixão num buraco feito no caminho, ao ser retirada a arvore funciona a mina e em qualquer direção que se mova a arvore se provocará a explosão (Ver grafico n.º 21).

Para aumentar o efeito, variar o sistema e garantir ao máximo o começo do fogo, se pôde colocar em cada extremidade um inflamador de percussão e fazer a conexão por meio de uma mécha rapida enterrada a outra carga que, tambem enterrada, se colocará no meio do caminho, distante a alguns metros da arvore e na direção provavel do aparecimento do inimigo.

O funcionamento é previsto da seguinte fórmula: o condutor parará o veiculo a alguns metros antes da arvore caída, descerá do veiculo para afastar a arvore que lhe impede a marcha e ao move-la explodirão as duas ou tres cargas ligadas, como se disse, voando pelos ares o veiculo e o condutor.



MINAS E MTERRENOS ADJACENTES À ESTRADA

Podem ser colocadas uma ou varias minas reais no meio da estrada e algumas simuladas, com o fim de enganar o inimigo e fazer com que se desloque pelo terreno adjacente previamente minado, de tal modo que, para evitar o obstaculo que encontra pela frente, procurará passar pelas margens, caindo assim numa cilada, provocando novas explosões, sofrendo atrasos, baixas, que pelo menos terão de dete-lo ou desorientar.

Este modo de proceder será de grande aplicação nas regiões de planície, porquanto os terrenos adjacentes á estrada permitem o transito pelas margens e evitar assim as partes do caminho que foram ou se supõe terem sido minadas.

MINAS PARA DESFILADEIROS, TERRAPLANOS, ESTRADAS MONTANHOSAS E TUNEIS

E' facil antever as grandes dificuldades criadas ao se obstruir um desfiladeiro, uma estrada de montanha, etc., produzindo-se quedas de terra, seja por explosões realizadas previamente, seja por meio de colocação de minas armadilhas de pressão, tração, etc.

Nas planícies minar um caminho produz serios inconvenientes, porém em ultimo caso se póde continuar por outros caminhos ou atravez do campo; enquanto que nas montanhas este mesmo fato adquire muito maior significação, porquanto os caminhos são cortados e não é possivel realizar deslocamntos laterais.

Para corresponder ás necessidades enumeradas precedentemente, podem ser usadas as minas dos graficos 11, 19, 20, 21 e 22.

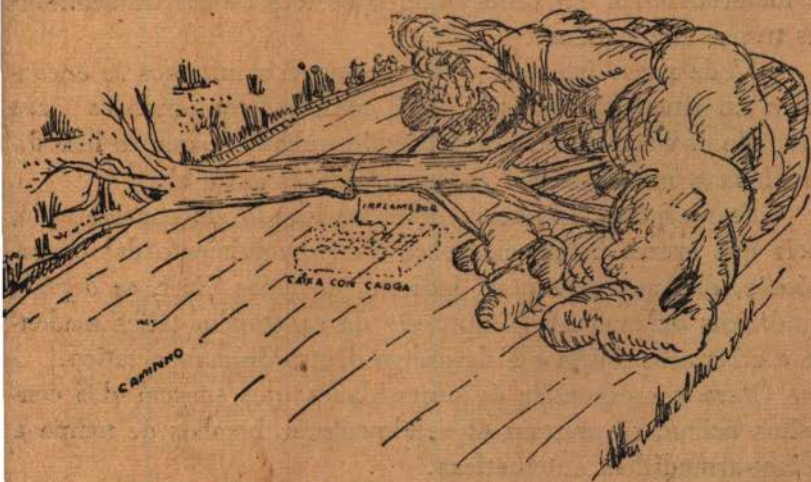


GRAFICO Nº 21

Arvore derrubada e unida a uma mina

A roda de um veículo ao fazer pressão sobre o arame fino, se produz a saída da chaveta do inflamador que inicia assim a explosão simultanea da mecha rapida, detonador e trotil.

Para o transporte deve-se leva-la dobrada aproveitando a articulação da dobradiça, facilitando assim a instalação da mina.

CAPÍTULO V

Sabotagem Tatica

De acôrdo com a moderna concepção da guerra, se deve procurar u ma ação harmonica sobre as tropas adversarias e sobre a moral dos encarregados de dirigir as operações do inimigo, isto é, seus comandos.

Tratar de causar-lhes toda a especie de contra-tempos, contrariedades e perdas.

Imagina-se facilmente que para um comando é muito mais conveniente que se possa instalar em edificios, lugares tranquilos nos quais se possa trabalhar sem preõcupações de carater pessoal, visto como isto influe direta e negativamente no estado de animo dos encarregados de conceber as operações e materializa-las em ordens que após têm de ser transmitidas ás tropas e comandos.

E' de nosso interesse que os comandos inimigos se encontrem em situações precarias, sem maiores comodidades para estabelecer suas oficinas ou locais de trabalho e que se lhes dificultem o mais possivel as comunicações entre si.

Este aspecto da guerra deve ser levado em consideração, pois que exerce influencia sobre o desenvolvimento das operações e, de um modo quasi indireto, podemos dizer, se o póde qualificar de uma nova expressão da sabotagem tatica tendente a criar a confusão e a desordem dentro do campo tatico.

Para corresponder ás necessidades que surgem dos conceitos acima, se prestam especialmente as bombas de tempo e minas-armadilhas automaticas.

Esta classe de minas devem ser deixadas localizadas em edificios que por sua situação possam ser aproveitados pelo

inimigo, especialmente aos comandos e chefes; também nos edificios importantes de uma aldeia ou cidade que se abandona ou entrega, podendo participar destas tarefas a população civil.

BOMBAS DE TEMPO

Que também podem ser empregadas para destruir embarcações navegando, podendo ainda ser utilizadas na destruição de obras de arte que possam cair nas mãos do inimigo e em geral para provocar qualquer explosão que se deseje fazer em determinadas circunstancias de tempo.

BOMBA DE TEMPO COM RELOGIO DESPERTADOR

Gradua-se o mecanismo do despertador para que funcione na hora desejada.

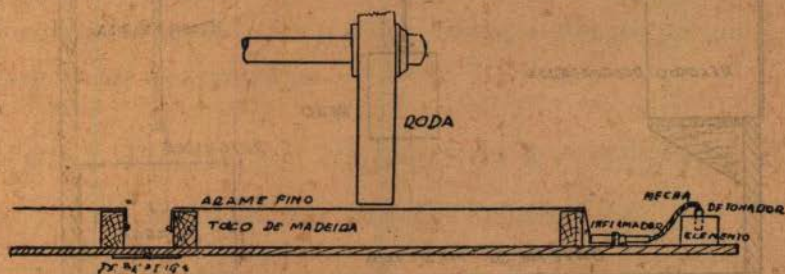


GRAFICO Nº 22

Mina a pressão para desfiladócios, terraplenagem, caminhos de montanha e túneis

Ao começar a tocar a campainha gira a manivêla da corda do despertador, que com a lamina de adorno que possui cõrta o fio que passando pelo travessão sustenta o peso de 250 gramas (no minimo) que ao cair pucha a chaveta do inflamador de percussão, produzindo-se a explosão da carga.

Para sustentar o peso se deve empregar o fio comum para costura número dezesseis.

O fio que liga o peso ao estopim de percussão deve ficar um pouco frouxo, afim de ser evitado que por algum movimento imprevisto, possa tirar a chaveta antes do tempo.

BOMBA DE TEMPO COM ACIDO E BÓLA DE GOMA

O acido nitrico ataca o arame de cobre o qual acaba por ser cortado ao cabo do tempo que se calcular para funcionar a mina, ficando solta a mola, que se contrae e tira a chaveta do inflamador de percussão que inflama a mecha rapida, detona-dor e carga instantaneamente.

O fim da travessa é sustentar o inflamador em posição conveniente, como o indica a figura.

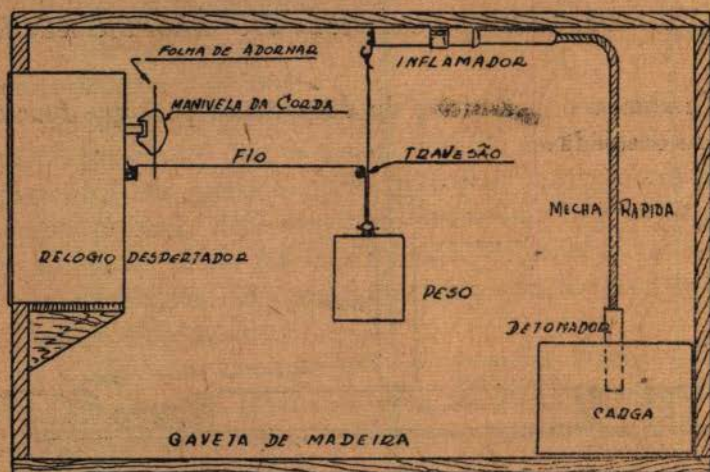


GRAFICO Nº 23

Bomba de tempo com um relógio despertador

O orifício feito na goma pelo cobre deve ser tapado com parafina, goma derretida, etc., ou qualquer outro meio com o fim de evitar a perda do acido.

Como dados indicativos que servem de base para determinação do tempo necessário para que o acido destrua o cobre, demonstrou-se em experiencias feitas em laboratorio e no terreno que o acido nitrico de densidade 1,38 leva nove minutos

e trinta e tres segundos, aproximadamente para destruir um arame de cobre de 1,2m.m. de diametro, e de nove minutos para destruir um arame de cobre de 2,2 m.m. de diametro.

MINAS ARMADILHAS AUTOMATICAS PARA MINAR EDIFICIOS

Estas minas devem conectar-se a objetos de uso frequente, ou que por suas caracteristicas sejam de grande aplicação nas atividades da vida diaria, por exemplo: um vaso de flôres, uma chaleira, uma cuia de mate, visto como o costume de tomar mate com bomba está muito difundido na nossa campanha e países limitrofes.

Ao colocar os objetos minados, se deve proceder com muita cautela e engenho, para que passem despercebidos e não provoquem suspeitas que possam chamar a atenção do inimigo para anular as armadilhas.

MINA ARMADILHA AUTOMATICA E CONECTADA A GAVETA DE UMA ESCRIVANINHA

O inflamador está ligado á gaveta da escrivaninha; liga-se a chaveta de segurança por um fio de arame a um prégio fixado no interior da escrivaninha; a mecha passa por um orificio feito numa das gavetas do citado movel, em cujo interior se aloja a carga.

Ao ser aberta a gaveta a chaveta de segurança fica suspensa pelo arame, e o percussor do inflamador em liberdade ocasiona a explosão instantanea da carga explosiva.

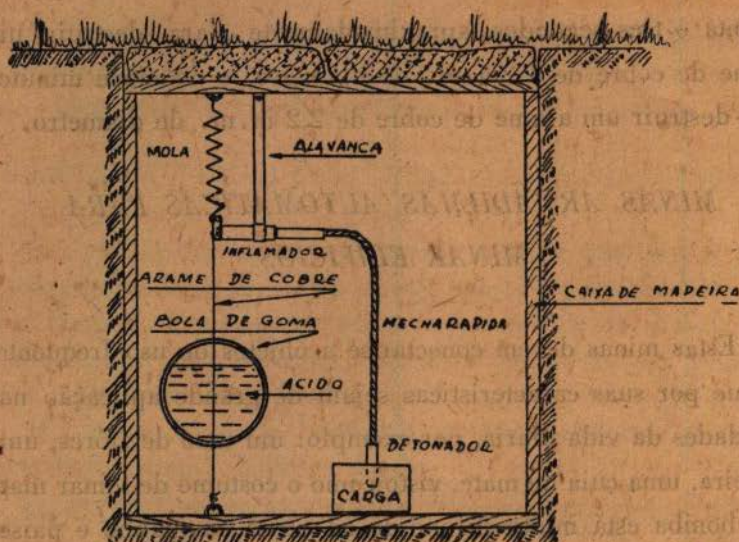


GRAFICO Nº 24

Bomba de tempo com ácido e uma bola de goma

MINA ARMADILHA AUTOMÁTICA CONECTADA A UMA PORTA

Quando se abre a porta, é posto em contacto o topo metálico com o pólo livre da pilha, fechando-se assim o circuito, produzindo-se a explosão da mina.

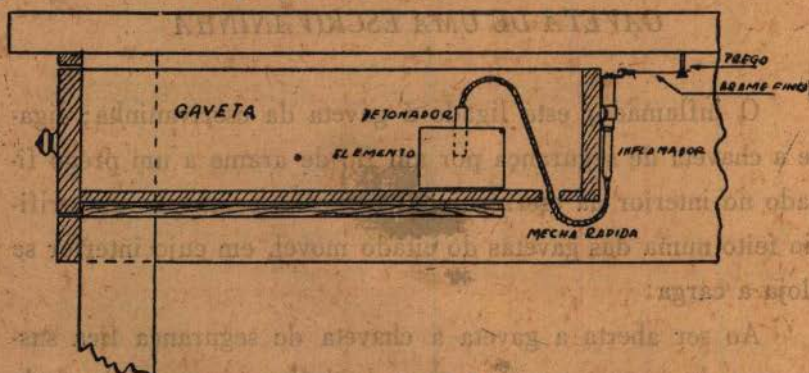


GRAFICO Nº 25

Mina armadilha automática ligada á gaveta de um escritório

MINA ELETRICA PARA DESTRUIÇÃO DE VIAS FERREAS

A mina electrica para via ferrea (ver grafico n.º 27) funciona quando a roda incide na junta dos trilhos e fecha o circuito.

Para que a explosão se produza no momento oportuno, é necessário tirar as chapas de união que existem entre os trilhos e se isto não fôr possível para evitar que seja descoberta a mina, será necessário isolar os trilhos das chapas de união por meio de uma pequena taboa, para o que se torna necessário tirar os parafusos, tirar a chapa de união e em seguida recolocalos.

Colocando uma só carga se fará voar a maquina ou o ultimo vagão quando a maquina marcha atraz.

Para aumentar o efeito deverão ser danificados varios vagões, e para isso basta colocar varias cargas ligadas por mecha rapida á que inicia o fogo.

Deve-se considerar qual a direção provavel de onde virá o trem, para determinar-se qual deve ser a carga que iniciará o fogo, de tal modo que as outras ao explodirem possam atuar eficazmente contra os outros vagões.

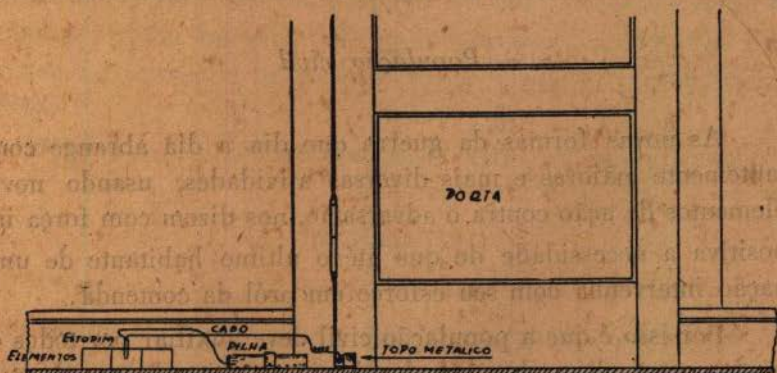
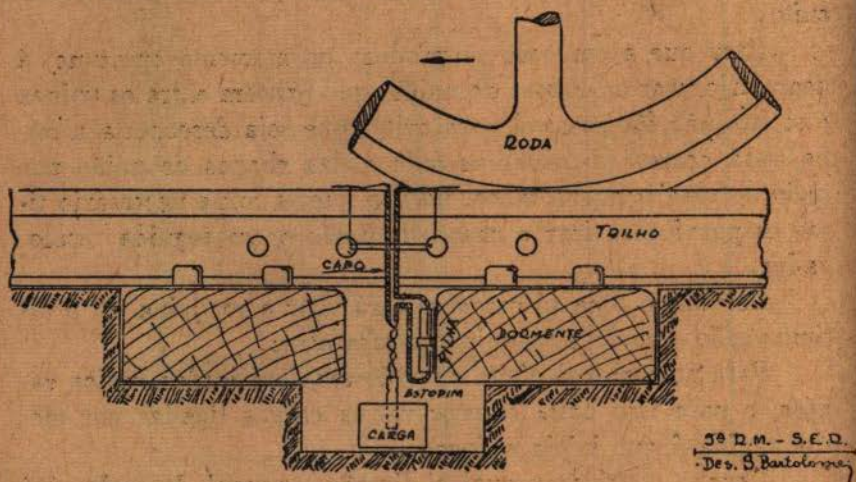


GRAFICO Nº 26

Mina armadilha automática ligada a uma porta

Quando não se puder determinar a direção de onde virão os trens, a melhor solução será colocar o dispositivo de infla-

mação na carga do centro, para se ter a segurança de que assim, pelo menos, a metade das cargas atuarão diretamente contra o trem.



3º D.M. - S.E.D.
Des. S. Bartolomeu

GRAFICO Nº 27

Mina elétrica para destruição de estradas de ferro

CAPÍTULO VI

População civil

As novas formas da guerra que dia a dia abrange constantemente maiores e mais diversas atividades, usando novos elementos de ação contra o adversário, nos dizem com força impositiva a necessidade de que até o ultimo habitante de uma nação intervenha com seu esforço em prol da contenda.

Por isso é que a população civil deve auxiliar por todos os modos possiveis a obtenção da vitoria cooperando em algumas das missões dos sapadores, como seja ao abandonar uma aldeia ou cidade, colaborar na instalação de minas automaticas, bombas de tempo, etc. para dificultar de todos os modos imaginaveis o avanço e a ocupação do inimigo.

Outra forma ativa de auxiliar o exercito é entregar minas flutuantes aos pescadores da zona para que estes, protegidos por sua situação, possam lançar minas fluviais contra embarcações e pontes inimigas durante a passagem de tropas.

Tambem podem cooperar minando as costas, para impedir ao inimigo os trabalhos dos desembarques ou para reforçar zonas fracamente defendidas ou protegidas deficientemente.

ALTERAÇÃO DE SINAIS OU INDICADORES

Os campos minados são marcados com bandeirolas indicadoras para que as proprias tropas ao se retirarem não façam explodir as minas prematuramente.

Aproveitando esta circunstancia, se pode deixar mal colocadas estas bandeirolas, de modo que onde existam bandeirolas não existam minas e vice-versa, para levar assim o inimigo a cometer erros que podem ter fatais consequências.

Outra forma de causar obstaculos, ainda que seja de modo indireto, á ação do adversário, é a que consiste em mudar os indicadores de estradas nos cruzamentos, colocando as direções erradas ou alterando os numeros indicativos das distancias, ou alterando os cartazes indicadores da resistencia das pontes.

Nestas tarefas a população civil pode cooperar ativamente.

INCENDIOS

E' um meio de grande importancia para a realização de interdições e por tal motivo sempre se deve considerar a possibilidade de seu emprego.

O começo do fogo pode ser realizado por alguma pessoa encarregada disso ou simplesmente utilizando qualquer dos sistemas estudados neste trabalho.

Sempre que a ocasião seja favoravel é de grande interesse utilizar como combustiveis elementos naturais do terreno, ou outros objetivos aproveitaveis que existam á mão, como por exemplo: capinzais, capins secos, ciscos, arvores secas, choupanas, construções, paiões de milho, etc.

Para dar maior efeito ao incendio, especialmente quando se queimem edificios, galpões, etc. e com o fim d diminuir a possibilidade de recuperação e salvação de documentos por parte do inimigo, deve-se colocar cargas explosivas que detonem com intervalos de tempo pela ação progressiva do fogo.

Si bem que seja certo que, sob o ponto de vista tatico é de grande conveniencia provocar incendios para dificultar a progressão do inimigo, não se deve esquecer as possibilidades de recuperar o perdido, parcial ou totalmente, e que tudo que se destruir será achado de menos e deverá ser reconstruido.

CAPÍTULO VII

MINAS SIMULADAS

Para melhor efeito moral e para poupar explosivos, convém que se coloquem minas simuladas que desorientem o inimigo e o induzam a erros, tomando-se como norma a seguir que tudo que possa importar em paradas e perda de tempo ao inimigo, é de grande valor.

Estas minas têm a apparencia de serem reais, porém não possuem explosivos; além disso se pôde fazer ligeiras remoções de terra que pareçam minas, como si se as tivessemos colocado e não pôr nada.

A missão de surpreender o inimigo deve ser cumprida de todas as formas possiveis e imaginaveis, para se conseguir o efeito de iludir o adversário e dete-lo o maior tempo possivel.

A expressão maxima desta ordem de idéias é que o inimigo não saiba onde fixar sua atenção:

1.º) — Não saiba onde estão colocadas as minas.

2.º) — Em caso de localiza-las não saiba si são reais ou simuladas.

3.º — Si forem reais, que ignore como funcionam ou como possam ser anuladas ou destruídas.

Também se pôde deixar bandeirólas simulando que existem cargas e que os sinais não foram retirados por esquecimento ou falta de tempo.

Árvores cruzadas na estrada, ferramentas, pranchões aparentando que foram deixados de segunda intenção.

Nas estradas e especialmente nas asfaltadas se devem colocar trechos cobertos de palha, ramos ou macega, de tal modo, que ofereçam contraste com a cor da estrada e que sejam visíveis de longe; o inimigo terá que parar para certificar-se si existem minas.

Convém colocar algumas minas como a da figura 22, para tornar mais perigoso o obstáculo; estas minas podem funcionar por pressão ou tração, no caso em que inadvertidamente seja acionado o arame ao serem tiradas as macegas e pasto.

Outro modo de preparar minas simuladas consiste em colocar arames estendidos no sólo e fixos a estacas de madeira, simulando cercas, ou cabos pertencentes a minas de tração e no meio deles colocar algumas cargas reais ou simuladas, podendo-se além disso colocar um dispositivo de tração como os que se mencionam no capítulo segundo e utilizar um pedaço de mecha lenta em lugar de mecha rápida, para retardar alguns movimentos a explosão.

BOMBA DE ESTRONDO

Só têm a finalidade de atuar sobre a moral do inimigo ao produzir uma forte detonação, para ocasionar desorientação e desordem, pois também se deve procurar influir sobre o sistema nervoso do inimigo.

Um meio simples de fabricar-se bombas de estrondo com os elementos de dotação regulamentar, “consiste em colocar

qualquer dos sistemas de inflamação de que se tratou no capítulo segundo com varios metros de mecha rapida.

Podem ser aproveitadas tambem as bombas de estrondo que se utilizam para simular o fogo da artilharia e que são de dotação regulamentar.

As bombas de estrondo podem ser adquiridas facilmente nas cidades, porque são de uso comum.

MINAS DE EXERCICIO PARA INSTRUÇÃO

Com o fim de se praticar a construção de campos minados, fazer experiências e fixar idéias, é conveniente instalar minas de exercicios; fazer exercicios com tropas com situações taticas no terreno e logo verificar quantas minas explodiram.

A construção de campos minados com minas e bombas de exercicio é de grande interesse, porque permite apreciar o modo como se faz o disfarce e após se póde executar o serviço de levantamento das minas, podendo assim ser praticada uma missão tão ardua como importante que cabe aos sapadores no campo de batalha e que no qual, se pode dizer, é desconhecida.

A construção, colocação e disfarce das minas deve ser feita como si fossem reais, porém colocando-se sómente o iniciador do fogo uns vinte centimetros de mecha lenta, com o que se poderá determinar o funcionamento das minas e obter ensinamentos sobre a fórmula em que devem ser dispostas o terreno e o rendimento que se pode esperar deste meio de combate.

MINAS DE EXERCICIO CONTRA VEICULOS

Estas minas devem ser construidas com os mesmos fundamentos que as anteriores, variando sómente o sistema no qual se deve acrescentar a cada uma, uma pequena bolsa de areia e mudar a mecha lenta por mecha rapida.

Curitiba, Julho de 1944.

1039

UMA SUGESTÃO

Major *JOSE' H. GARCIA*

E' comum sentir-se que há profissionais das armas que algam tudo no domínio da arte militar radicalmente modificado por esta última guerra e particularmente modificado pelo espírito prático, — inteligente e empreendedor dos americanos do norte.

Entretanto, isto não aconteceu, já foi explicado por muitos, mas apesar, perdura.

Muito tem cooperado para êste modo de vêr, as inúmeras traduções de livros e artigos, tratando de coisas velhas, de há muito sabidas por nós e apresentadas aos nossos companheiros menos avisados, não pelos americanos, como coisa nova.

Constatámos pelo estudo de alguns regulamentos americanos e pelas impressões dos companheiros que naquele país amigos estagiaram, que realmente não há modificações para assombrar.

Estudamos os regulamentos que tratam, por exemplo, das operações do G.C., do R.I. e nada ali vimos que não fosse bebido da fonte na qual também saciamos a nossa sede — a França.

Mesmo os processos de ensinar são os comuns, recomendados e aplicados há anos entre nós.

Portanto, diante disto, resolvemos sugerir às Revistas de assuntos militares que peçam a seus colaboradores tradutores que no fim de seus trabalhos, acrescentem, á guisa de observa-

ção, algumas notas sobre como o assunto tratado na tradução vinha sendo visto por nós, se há modificações e quais são elas.

Isto não será difícil, pois quem se aventura a fazer uma tradução é porque conhece o assunto que vai traduzir.

O que não se justifica de maneira nenhuma é lançarmos a confusão no espírito daqueles que se iniciam.

Também, outro ponto a prestar atenção nas traduções é o de dar nomes diferentes a coisas que querem expressar o mesmo: lá, os americanos chamam assim, nós aqui chamamos assado, portanto, na tradução deve constar *assado* e não *assim*.

Quando o tradutor por qualquer razão não atender a solicitação da direção, esta deve tomar a si a nota e, temos certeza, o fará muito bem uma vez que á frente de nossas revistas militares temos oficiais estudiosos, práticos e competentes.

Cerâmica São Caetano S/A

ESCRITÓRIO CENTRAL

Viaduto Boa Vista, 68 — 6.º andar

{ Secção de Refratários — 3.4952

{ Secção Interior — 2.4229

Fones: { Gerência e Compras — 2.7636

Caixa Postal 278 — Telegramas "ACIMAREC" — São Paulo — BRASIL

Fábrica em São Caetano (S.P.R.) — Rua Casemiro de Abreu, 4 —

Fone 1124 — Linha 140

TELHAS "BRILHANTES"

LADRILHOS — Vermelhos — Amarelos — Marrons e Pretos

TIJOLOS PRENSADOS para degraus — pingadeiras — pisos — colunas e outros

MATERIAIS REFRACTÁRIOS

de alta classe, para todos os fins industriais

Fornecedora das principais indústrias do País —

Fábrica peças especiais de qualquer formato

Os materiais refratários

"São Caetano"



se caracterizam pela sua qualidade e esmerada fabricação

AS ENXURRADAS NO RIO GRANDE DO SUL

ADVERTÊNCIA AOS "BAIANOS"

Major *Levy Ribeiro Bittencourt*

Muito se tem dito e escrito sobre os efeitos das grandes tormentas, provocadoras de violentas enxurradas tão comuns no Rio Grande, particularmente na região sul fronteiriça.

Não nos interessa saber que são devidas á pouca permeabilidade do solo que impede a agua de se infiltrar terra a dentro.

Basta-nos saber que elas surgem com grande rapidês e surpresa, como que mostrando que assim devem ser as ações das tropas que ha largos decenios guardam aquelas plagas.

O velho gaúcho já a conhece e não se deixa surpreender pelo imprevisto, porém o alienígena tem que ser avisado de seus efeitos tão desastrosos.

Sob o ponto de vista militar ela tem sua importancia e é sob um desses aspétos que vamos tratá-la.

Por ocasião de manobras, ou simples exercicios de campo é natural que, á falta de abrigos, nos imensos descampados gaúchos, procure a tropa as margens dos arroios e sangas para, á sombra de suas arvores ou simples espinilhos, não só ocultar-se ás vistas terrestres e aéreas do suposto inimigo como tambem cuidar da alimentação e descanso de seus homens.

Em dias de sol quente ou rijo vento, são aquelas poucas arvores agasalhadoras o oasis procurado com ansiedade por

quem venha de percorrer uma forte jornada por estradas corredores e bretes.

Porém, si a tormenta chega, aquele pacifico lugar, se transforma, rapida e bruscamente, num traiçoeiro e enorme lençol d'agua a cuja velocidade vertiginosa nada pode resistir.

Lembro aqui dois fatos passados com tropas de nosso Exército para que sirvam de advertencia aos que descuidadosamente acampam nas margens daqueles cursos.

O primeiro deles ocorreu em 1941, quando o 8.º R.C.I., de Uruguaiana, acampou nas margens do Arroio Carumbé para realizar a campanha de tiro do ano.

Dispôs-se o Regimento, sob barracas, cavalos atados ás arvores, para gozar o merecido repouso de fim de jornada.

Um jovem tenente, campeiro desde a infancia, participante das tropelias tão costumeiras daquelas plagas, apaixonado caçador, avisou aos seus companheiros de que seria prudente acampar mais afastado das margens, porque com o tempo inseguro como estava tudo podia acontecer de um momento para outro e, com o seu pelotão, assim procedeu.

Não chovia no local mas as negras nuvens acolá, denunciavam grande temporal nas cabeceiras.

Nada houve de anormal naquela noite e pela manhã já os pouco-avisados que se deixaram ficar onde tinham armado barracas, sorriam dos desnecessários cuidados daquele official, quando o doloroso fato teve inicio.

Como uma avalanche, uma onda d'agua se avizinhava com barulho assustador como que forte reprêsa houvesse sido rompida.

Tudo isso acompanhado de forte temporal.

Corre daqui, corre dali aos gritos de olhe a agua ! olhe a agua ! e aos poucos e com grande dificuldade foram as praças sendo salvas, umas milagrosamente, quando já suas barracas se achavam cercadas, outras ainda em tempo de carregar sua sela e seu mosquetão.

Porém tal foi o impeto das águas, o imprevisto e inopinado daquela cena que muitos animais não puderam ser salvos e uma bôa parte do armamento e arreamento foi tragada naquela voragem infernal.

Horas depois tudo serena, as águas se vão, baixando o nível, dando novamente passagem nos seus "passos" e todo aquele impressionante momento ficou na memória dos que o presenciaram e hoje, é assunto que vem á baila nas rodinhas de chimarrão quando a tropa acampa.

Outro fato quasi identico teve lugar agora em outubro do corrente ano, por ocasião das manobras das Guarnições de Alegrete e Uruguaiana.

Razões de ordem tática impeliram as diversas Unidades que tomavam parte nos exercicios a acamparem nas margens do Arroio Pindaí, desde a confluência deste com o Itajassú.

Ia o exercicio a meio quando certa tarde o tempo começou a mostrar-se ameaçador, presagiando chuva.

Entre os corpos de tropa achava-se o 8.º R.C.I. e dentro deste, algumas testemunhas do primeiro fato ocorrido em 1941 e que deram o alarme.

A noticia se espalhou célere e todos os comandantes se decidiram a mudar o acampamento para lugar mais seguro.

Não faltaram os descrentes que julgaram infantil a medida, afirmando que nada aconteceria.

A tormenta veio e com ela o mesmo espetaculo impressionante.

Noite escura, trovões ensurdecedores, relampagos que pareciam cegar e em baixo, as águas daqueles modestos arroios, crescendo assustadoramente com barulho de cachoeira.

Eu ainda não havia presenciado em pleno campo noite tão horrivel.

Felizmente todos já se haviam afastado das margens, porém os cavalos, presos aos cabos, não muito longe, se impacientavam e transmitiam uns aos outros o terror que deles se estava apoderando.

O crescer rapido das aguas e o estranho barulho de seu precipitar arroio a baixo, acabaram por exgotar o auto dominio da cavallhada e o estouro começou.

Como uma massa compacta, disforme, escura, cerca de mil cavalos lançaram-se alucinados, em correrias pelo campo, levando em sua frente lanços enormes do aramado que tombava á sua passagem.

A luz forte dos relampagos parecia alumiar propositadamente aquella onda a precipitar-se por sobre barracas, canhões, etc.

Em outro local, quatro praças da Cia. de Transmissões esforçavam-se por retirar os fios telefonicos que haviam estendido, presos ás arvores, por sobre o arroio.

Em dado momento se viram cercados pela agua que subia e não sabendo nadar gritavam por socorro.

O momento se tornava cada vez mais critico e os pobres homens para não serem tragados se agarravam aos galhos mais altos.

Difícil seria socorrê-los e já se pressentia o desfecho final quando alguém lembrou que o Tenente Lelio Facó do 6.º R. C. I. era exímio nadador.

Trazido para o local dispoz-se o Tenente a arriscar a vida para salvar as daqueles seus quatro camaradas.

Munido de uma corda lançou-se á agua, a montante, afim de aproveitar a correntêza, e auxiliado por algumas praças, ponde ao cabo de muito esforço em que coragem e valor fisico se misturavam, recolher um a um, aqueles homens transidos de terror.

E ao amanhecer, retornadas as aguas ao seu nivel costumeiro, só as cêrcas derrubadas e aqueles cavalos sacrificados lembravam aquella noite terrivel, vivida naquele inferno dantesco.

E será mais um caso a ser contado, á noite, nas classicas rodas do velho chimarrão, toda vez que a tropa acampar nas cochilhas gaúchas.

Uruguaiana, novembro de 1944.

RESUMO BIOGRÁFICO DO GENERAL CÂMARA

Pelo Cel. *RINALDO CÂMARA*

Ilm.^o Sr. Redator Chefe.

Atenciosas saudações

A “Defesa Nacional” sempre fiel ao seu patriótico programa de exaltação e culto do nosso passado, publicou, em seu “editorial” de Setembro, um resumo biográfico do General Câmara, aliás com algumas incorreções, que estão a exigir retificação.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que o General Câmara faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 18 de Agosto de 1893 e não em Porto Alegre a 19 de Agosto.

Outro ponto a elucidar — e este mais grave — refere-se á versão geralmente, tão adulterada sobre a morte do Marchal Lopes.

Julgamos do maior interesse histórico conhecer a propósito a palavra autorizada, por todos os títulos, do próprio General Câmara, testemunha ocular do fato que, várias ocasiões, teve necessidade de se externar de público sobre este episódio.

Já em sua circunstanciada parte de combate de 13 de Março de 1870, concluía o Visconde de Pelotas:

“A tão enrarnizada perseguição não pôde o tirano fazer face.

Abandonando-se á fuga, lançou-se para o interior do mato, onde de perto o seguiram um punhado de bravos,

que lhe juraram extermínio, até que ferido, desanimado, exausto, apeando-se de seu cavalo, dirigiu-s para aquele arroio, que tentou transpôr, caindo de joelhos na barranca oposta.

Foi nesta posição que, tendo-me apeado e seguindo no seu encalço, o encontrei. Intimei-lhe que se rendesse e entregasse a espada, que eu lhe garantia os restos de vida, eu o general que comandava aquelas forças.

Respondeu atirando-me um golpe de espada.

Ordenei então a um soldado que o desarmasse, *ato que foi executado no tempo em que êle exalava o último suspiro*, livrando a terra de um monstro, o Paraguai de seu tirano e o Brasil do flagélo da guerra.

Dois meses depois, em longa carta dirigida a "La Nacion" de Buenos Aires, agradecendo referências feitas á sua pessoa e á maneira pela qual o referido jornal focalisava êsse feito d'armas, escrevia o General Câmara:

..... "El eGneral Lopez fué sorprendido de dia por uno de esos accidentes tan felices como pueden ser adversas en la guerra. Tuve la ventura de ver tan rápida y habilmente ejecutadas las disposiciones que habia tomado, que la ejecucion no dió lufar á hacer percibir su deficiencia.

Lopez el hombre cauteloso y desconfiado por excelencia, Lopez, cuya minuciosa prudencia no perdonaba medios de precaucion y vigilancia, se vió cercado y acometido en su campo aun antes de haber podido sospechar que habiamos tomado sus avanzadas.

Viónos quando saliamos al campo raso sobre las mismas guardias de su campamento, quando rompiamos á través de la metralla de sus últimos cañones, cargando simultaneamente los bizarros lanceros del denonado coronel Silva Tavares, los bravos carabineros de los valientes

Martinez, Marquez Xavier y las pocas pero gallardas bayonetas del distinguido mayor Peixoto.

Asi se esplica que el Dictador comprometiese su persona no teniendo tiempo de huir; y cuando mandando cargar á sus briosos soldados, haciendo lucir al sol la hoja de su espada, dió vuelta y procuró salvarse, era ya tarde, se le habia conocido y la persecucion encarnizóse en él.

El Mayor Simeon de Oliveira, y otro oficial que el Sr. Redactor conoce personalmente, ha omitido estos detalles por su modestia, pero la justicia manda que aqui como en cualquier parte, proclame que á ellos especialmente se debe el tragico fin del decantado caudillo.

Cuando este fugó, persiguiéronlo ellos con algunos tiradores de caballeri: entonces aquel dejó su caballo para entrar al monte, apeáronse ellos tambien, empezándole á tirar casi sin descanso con los pocos soldados que los acompañaban; *Y ESAS BALAS FUERON LAS QUE PUSIERON TÉRMINO Á LOS DIAS DEL MARISCAL LOPEZ, HIRIÉNDO EN DOS PARTES MORTALMENTE.*

El Mayor Simon de Oliveira no pudo verificar hasta el fin la eficacia de aquel fuego tenaz y persistente. Alcanzado por mi, tuvo órden de acudir á otro punto; entonces fui de los primeros que, llegando á los barrancos de Aquidaniui, vi del otro lad caido y casi exánime al general Lopez.

Al pié de él, estaan dos oficiales; que murieron con la espada em mano, guardándole los últimos momentos, y algun outro que alcanzó á escapar tal vez de alli, para ser rendido mas tarde. aquellos los conocí despues: eran los mayores Estigarribia y Vargas, que fueron baleados por los tiradores que luego atras de mi llegaron á la barranca, y que hicieron fuego viéndome vadear solo y á pié el arroyo, y ser recibido no como un libertador, sino como un enemigo implacable y rencoroso.

Debo á mi honra de soldado, á mi nombre, como á mi patria, debo á la verdad de la historia y á mi concien-

cia el testimonio auténtico de que el Mariscal Lopes murió con grande entereza y presencia de espíritu.

Inclinándo-me para poder tomar la espada que conservaba en la mano desenvainada, hizo aun ademan de derirme com ella í me respondió com voz arrogantes y firme “que mariria con sua espada en mano í por sua patria!”.

MANDÉ ENTONCES Á UN SOLDADO DEL 9.º BATALLON QUE LO DESARMASE, Y ENTONCES FUÉ EN LA LUCHA CON ESTE QUE DIÓ EL ULTIMO SUSPIRO SIN RECIBIR NINGUNA OTRA HERIDA.

A vd. Sr. Redactor, mis agradecimientos una vez mas, por lo tanto, á vd. Sr., que haciéndome justicia, honra al mismo tiempo las mas altas virtudes de su patria.

Assuncion, Abril 21 de 1870

VISCONDE DE PELOTAS”.

(Publicado no jornal “LA NACION” de Buenos ires, em o nàmero 97, de 4 de maio de 1870).

Finalmente, 10 nos depois, a 8 de Março de 1880, replicando a versão emitida a respeito, na obra de Schneider — “A Guerra da Triplice Aliança” — acrescentava, textualmente, o General Câmara, de modo claro e incisivo:

“Se não visse no que escreveu o autor da obra — A guerra da tríplice aliança contra o governo do Paraguai, — uma injusta ofensa á honra do soldado brasileiro, sempre valente diante do inimigo, mas sempre nobre e generoso diante dos vencidos, d certo não refutaria a narração do conselheiro Schneider, sôbre a morte do marechal Lopez.

Não o faria, porquê a verdade acaba sempre por dominar na história, e ela há de afinal colher os documentos e as provas dadas pelo patriotismo e pela lealdade dos generais brasileiros que comandaram as nossas tropas.

UMA VEZ POR TODAS VOU NARRAR OS FATOS RELATIVOS Á MORTE DO DITADOR, COMO REALMENTE SE DERAM.

Na manhã de 1.^o de Março de 1870, a vanguarda das forças de meu comando encontrou-se com as tropas inimigas, achando-se á frente o marechal Lopez, nas margens de Aquidaban, resultando desse encontro, rápida derrota ao inimigo no combate que se feriu. O marechal, seguido por dois ou três oficiais, fugiu em direção ás matas de Aquidaban-Mingui, sendo perseguido pelo major José Simão de Oliveira e mais dois soldados de cavalaria da guarda nacional.

Aí, apeando-se, entranhou-se pela mata, e eu cheguei nesse momento ao lugar em que havia o marechal abandonado o cavalo em que montava, sendo então informado pelo referido major do que tinha ocorrido.

Segui na direção que me indicaram, só, e a pouco distancia encontrei dois soldados que ó haviam perseguido: deram-me êles a certeza de que por alí se encaminhara ele, parecendo ás referidas praças que estava ferido.

Ordenei-lhes que me acompanhassem, encontrando Lopez, com efeito pouco adiante, na margem esquerda de Aquidaban-Mingui, caído junto ao rio, apoiando o corpo sobre o braço esquerdo, e tendo na mão direita a espada desembainhada.

Os dois oficiais que o acampanhavam, estavam ao seu lado, com as espadas es punho.

Então, dizendo-lhe quem eu era, intimei-lhe que se considerasse prisioneiro, garantindo-lhe a vida.

O marechal respondeu-me que não se entregava, que moria pela sua patria, e atirou-me um golpe.

O oficial, que estava á sua direita, procurou ferir-me, sendo morto por um tiro dado por um dos soldados que me tinham acompanhado.

O outro oficial procurou fugir, sendo igualmente morto.

Dirigi-me de novo ao marechal, repetindo-lhe a mesma intimação, recebendo, porém, a mesma resposta.

Então chegando a seu lado um soldado do 9.º Batalhão de Infantaria, ordenei-lhe que lhe tirasse a espada: o soldado, obedecendo-me, pegou-a pelo punho para tirar-lha.

Era de certo preciso esforço, e pela posição em que se achava, o marechal caiu no rio, junto ao qual tinha os pés: o corpo ficou debaixo d'água, mas levantou ainda sobre ela a cabeça, morrendo em seguida.

Tinha o marechal um ferimento de bala no baixo ventre, que havia recebido, naturalmente, quando transpunha o rio, junto ao qual havia caído; êsse ferimento de certo o impediu de continuar na fuga. Mandeí conduzir o cadaver para o acampamento por êle ocupado pouco tempo antes.

Dispúz sobre o seu enterro, que verificou-se á vista de sua mãe e duas irmãs, debaixo do toldo de pano que ali existia.

DESTA EXPOSIÇÃO VERDADEIRA NINGUÉM TEM O DIREITO DE DUVIDAR, CONTESTANDO A MINHA PALAVRA, PARA CRER NO QUE DIZEM OS MAL INFORMADOS, COMO O CONSELHEIRO SCHNEIDER, E OS DETRATORES DA HONRA DO SOLDADO BRASILEIRO.

Pôrto Alegre, 8 de Março de 1880

VISCONDE DE PELOTAS”

Da leitura dêstes documentos verifica-se que não há a menor referência ao lançamento do cabo Chico-Diabo, nem ao tiro disparado, em sua presença, contra o Marechal Lopes.

Não ignoramos a existência histórica de um atestado firmado por 2 cirurgiões militares, os quais informam que o Marechal Lopes tinha um ferimento produzido por instrumento pérfuro-cortante no hipocôndrio esquerdo. Aliás, êste documento não confirma, nem destrói, o que afirmou o General Câmara, isto é, que *EM SUA PRESENÇA*, Lopes não recebeu nenhum ferimento.

Tais são, Sr. Redator, as observações que nos ocorre fazer á margem de vosso interessante editorial, qu tão lisongeira impressão deixou em nosso espírito.

De antemão, muito grato pela publicação desta, subscrevemo-nos atenciosamente.

Cél. Rinaldo Câmara

.. Pôrto Alegre, 28 de outubro de 1944

Indústrias "CAMA PATENTE L. LISCIO" S./A.

A maior fábrica de camas da América do Sul

Legítima só com a faixa azul!

Grande
fornecedora
dos Exércitos
Nacional
e Americano



Matriz : Rua Rodolfo Miranda, 97 - S. Paulo

Fillais : RIO DE JANEIRO - Rua Figueira de Melo, 307 — Loja :

— Rua 7 de Setembro, 177.

— BELO HORIZONTE, RECIFE, BAHIA, PORTO ALEGRE e

— PELOTAS.

Agências : MANÁUS, BELÉM DO PARÁ, FORTALEZA, NATAL e

— MACEIÓ.

Cousas Práticas

ADQUIRIR livros
pelo serviço de reem-
bolso postal da secção
de publicidade de
“A Defesa Nacional”.

CAIXA POSTAL N.º 32
MINISTÉRIO DA GUERRA
RIO DE JANEIRO

Serviço rápido e seguro

PONTE TARRON (*)

1.º Tenente Virgílio Fernandes Távora

INTROITO

Embora prometidas no Manual do Oficial Pontoneiro, as Instruções sobre Pontes Tarron nunca vieram à luz.

Ponte para cuja construção e lançamento é exigido um traquejo de Pontoneiro bem grande, mormente para os vãos maiores de 18 metros, tem sido ela a prova de fogo na Escola das Armas para as turmas que por lá transitam, dada a carência de documentação a respeito.

Tradução das correspondentes Instruções francesas sobre o assunto, os polígrafos atualmente distribuídos pela Escola das Armas dão de um modo geral os métodos de construção e lançamento, assim como de execução de certos detalhes.

Aquele Manual por sua vês fornece indicações em suas páginas 234 a 245. Para o "Troupier" que não dispõe de tempo para cálculo mais demorado como é o caso, interessa saber:

- | | | |
|---|---|--|
| a — Dados dimensionaes | { | — Comprimento e diâmetro das peças de madeira da estrutura da ponte e da armação para lançamento por contrapeso.
— Comprimento e números de fios de ferro de 3,9mm de diâmetro dos tirantes.
— Cóta H dos nós (para verificação da estrutura); |
| b — Dados ponderais sobre as ligações dos tirantes metálicos; | | |
| c — Posições em relação aos nós da estrutura da ponte dos quadros de transmissão; | | |
| d — Comprimento dos contra-ventos; | | |

(*) — O presente artigo, preparado em princípios de 1942, quando seu autor e eu servíamos no 1.º Btl. de Pontoneiros, em Itajubá, foi-me gentilmente oferecido para figurar como parte integrante da tradução do original francês, o qual apenas fornece as tabelas do Capítulo Sexto. N. T..

- e — Peso aproximado da estrutura;
 f — Peso aproximado do contra-peso necessário ao lançamento;
 g — Tensão nos cabos necessários ao lançamento por contra-peso;
 h — Dados sobre o lança-
 mento por cabo-guia: $\left\{ \begin{array}{l} \text{— altura das cábreas} \\ \text{— compressão das cábreas} \\ \text{— tração nos cabos.} \end{array} \right.$

Este trabalho, pretende, fornecendo esses dados, preencher a lacuna existente na documentação a respeito tornando o assunto acessível até a um graduado.

Procurou-se dar cumprimento a esse desideratum tendo, em vista a simplicidade e a concisão tanto quanto possível.

A grandeza tomada para termo de comparação foi o lance L da ponte (de eixo a eixo de dormente), o método, fórmulas aritméticas simples, as unidades kg e m .

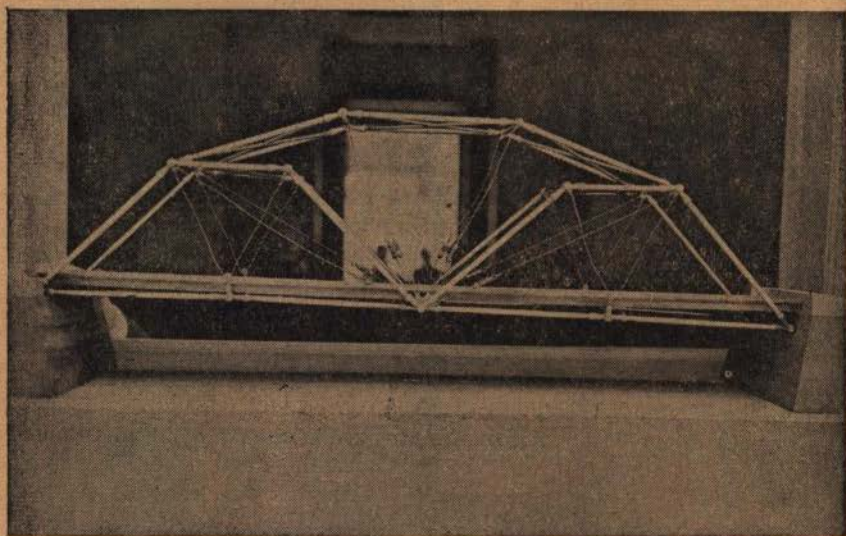


Fig. 1 — Miniatura metálica de uma ponte Tarron n.º 3 a ser construída em terrenos da Fábrica Presidente Vargas, em Piquete, Estado de São Paulo, segundo projeto do Tenente-Coronel de Engenharia, Q.T.A., José Pompeu Monte.

MOLDE DE UTILIZAÇÃO DAS FÓRMULAS

As fórmulas correspondentes aos itens a , b , c , d , não merecem outra observação: uma simples multiplicação aritmética, tendo-se sempre presente a adoção das unidades kg e m .

Mister se faz salientar a importância de serem observadas as distâncias dos quadros de transmissão aos nós (letra c). Muita ponte

Tarron na hora do lançamento já se partiu devido a tal inobservância, que por:

- excesso de trabalho nas peças compridas (Tirantes horizontais principalmente);
- inversão de esforços nas peças (tração nos montantes e compressão nos tirantes).

Quanto à letra *e* lembramos que o peso da estrutura é calculado para a densidade de madeira de 0,600.

Para madeira de outra densidade dever-se-á proceder da seguinte forma, chamando de *a* a nova unidade:

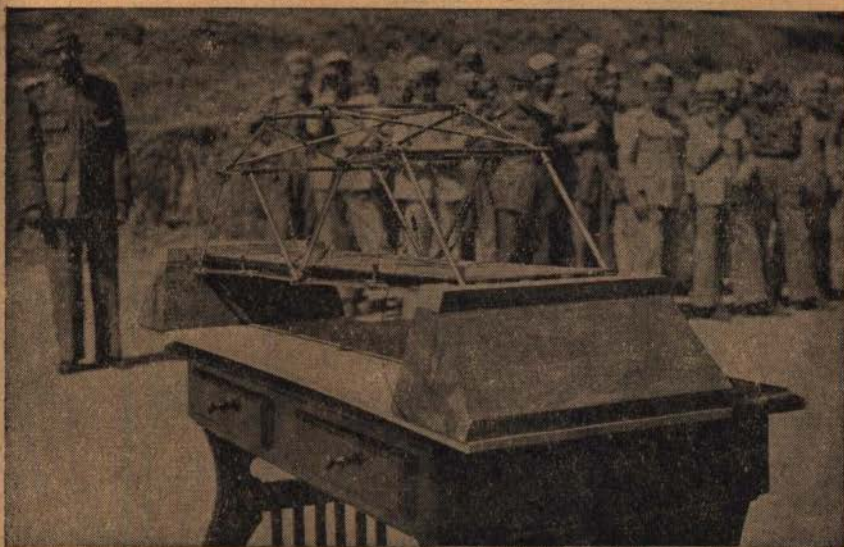


Fig. 2 — Mesma miniatura, vista em outro ângulo. Ao fundo os alunos da Escola Profissional daquela Fábrica.

- 1.º — Calcula-se o peso da estrutura *P* (vêr adiante);
- 2.º — Desse peso retira-se o do fio de ferro para a ligação e dos tirantes metálicos (dados ponderais);
- 3.º) — Multiplica-se o resultado pela relação $d_2/0,6$;
- 4.º) — Soma-se a esse produto o peso do fio de ferro para a ligação e dos tirantes metálicos (já achados pela letra *b*), e têm-se o peso desejado.

Quanto às letras *f* e *g*, proceder como abaixo:

- Calcula-se o peso e a tensão (vêr adiante);
- Multiplica-se o resultado pela relação P_1/P (no caso de densidade diferente de 0,600).

Finalmente a letra *h*.

— No lançamento por cabo-guia, não foi possível obedecer a regra até então seguida de tomar o lance como base, por não dependerem os valores pedidos do mesmo e sim da distância entre as cábreas *A* e *B* do lançamento: L_{AB} .

Da mesma forma tomaram-se para termos comparação os esforços correspondentes à suspensão de 1.000 kg. dos cabos.

Os correspondentes de uma ponte de vão *L* serão assim determinados:

- 1) — Tomar o dado L^{AB} no local.
- 2) — Calcular o peso da estrutura da ponte *P* (vêr adiante).
- 3) — Calcular as alturas das duas cábreas
 a compressão nas cábreas }
 a tensão no cabo } para 1.000 kgs.

levando-se em conta o dado.

- 4) — Multiplicar os dados achados em (3) pela relação $P/1000$.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

a) — O tipo de ponte em questão tem suas esquadrias calculadas para passagens de veículos normais (3.500).

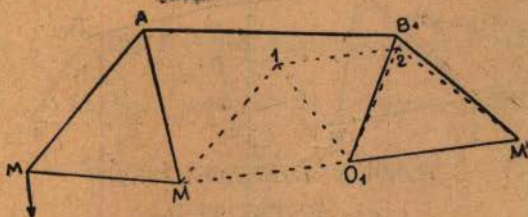
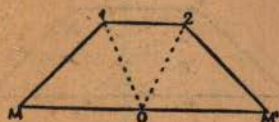
- b) — As aproximações obtidas são da ordem de:
- 0,005m nos comprimentos
 - 0,010m nos diâmetros
 - 10 kg nos dados ponderais
 - 100 kg nos pesos das estruturas e dos contra-pesos.

Trabalho essencialmente calculístico, não entramos aqui em discussão sobre a utilidade da ponte em questão...

Bibliografia suplementar a consultar: M.O.P. — (páginas 234 a 245).

Polígrafos da Escola das Armas: Conferência sobre a Ponte Tarron.

PONTE TARRON N.º 1



DADOS DIMENSIONAIS

a) ESTRUTURA

$M_1 = M_2 = 0,5 L$	$L < 11$ $d = 0,13$
	$L > 11$ $d = 0,15$
$1_2 = 0,295 L$	$L < 11$ $d = 0,09$
	$L > 11$ $d = 0,11$
$1_0 = 0,38 L + 0,02$	$L < 11$ $n = 8$
	$L > 11$ $n = 10$
$H_1 = 0,35 L + 0,03$	$L < 11$ $d = 0,08$
	$L > 11$ $d = 0,09$
$M O M' = L + 2,00$	

b) ARMAÇÃO PARA LANÇAMENTO POR CONTRA-PESO

$A M = 0,462 L$	$L < 11$ $d = 0,09$
	$L > 11$ $d = 0,11$
$D M = 0,462 L$	$L < 11$ $d = 0,12$
	$L > 11$ $d = 0,13$
$B_1 O_1 = 0,4 L$	$L < 11$ $d = 0,08$
	$L > 11$ $d = 0,09$

DADOS PONDERAIS

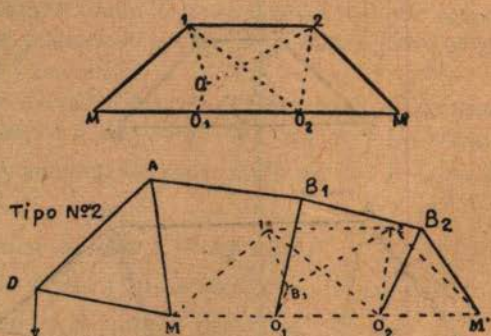
Peso do fio de ferro de 1,4 mm para ligação $P = L$

Peso dos tirantes metálicos (arame de ferro) $\varphi 3,9$ mm $P = 3 (L-5)$

Cabos de aço para lançamento:

— 2 cabos de 65 m $P = 22,750 (\varphi 7,2$ mm)

PONTE TARRON N.º 2



DADOS DIMENSIONAIS

a) ESTRUTURA

$M \ 1 \ M'2 = 0,415 \ L - 0,02$	$L < 15 \quad d = 0,17$
	$L > 15 \quad d = 0,20$
$1 \ 2 = 0,415 \ L - 0,02$	$L < 15 \quad d = 0,15$
	$L > 15 \quad d = 0,18$
$1 \ O_1 = 0,225 \ L$	$L < 15 \quad n = 12$
	$L > 15 \quad n = 14$
$2 \ O_1 = 0,41 \ L - 0,04$	$L < 15 \quad n = 10$
	$L > 15 \quad n = 12$
$O \ O_1 = 0,0833 \ L \frac{1}{12} \ L$	$L < 15 \quad n = 16$
	$L > 15 \quad n = 20$
$1 \ O_2 = 0,475 \ L$	$L < 15 \quad n = 8$
$2 \ O_2 = 0,3 \ L - 0,05$	$L > 15 \quad n = 10$
$1 = 2 = 4,60 \ m \ d \ 0,13$	$L < 15 \quad n = 10$
$M = M' = 6,00$	$L > 15 \quad n = 14$
$O_2 = O_1 = 5,00$	$L < 15 \quad d = 0,27$
$M \ O_1 O_2 \ M_1 = L + 2,00$	$L > 15 \quad d = 0,29$
$H_1 = 0,292 \ L$	$L < 15 \quad d = 0,10$
	$L > 15 \quad d = 0,11$

b) ARMAÇÃO PARA LANÇAMENTO POR CONTRA-PESO

$A \ M = 0,41 \ L + 0,62$	$L < 15 \quad d = 0,11$
	$L > 15 \quad d = 0,13$
$D \ M = 0,41 \ L + 0,62$	$L < 15 \quad d = 0,13$
	$L > 15 \quad d = 0,15$
$B_1 \ O_1 = 0,4 \ L$	$L < 15 \quad d = 0,09$
	$L > 15 \quad d = 0,09$
$B_2 \ O_2 = 0,32 \ L - 0,08$	$L < 15 \quad d = 0,12$
	$L > 15 \quad d = 0,10$

DADOS PONDERADOS

Peso do fio de ferro de 1,4 mm para ligação $P = L$

Peso dos tirantes metálicos (arame de ferro) φ 3,9 mm $P = 7 L$ — 47

Cabos para o lançamento (φ 7,2 mm) 4 cabos de 65 m $P = 45,500$

POSIÇÃO DOS QUADROS DE TRANSMISSÃO

Pos 1 $\rightarrow 0,08 L$ — 0,06 a contar partindo do nó 2 sobre os quadros 2 M'

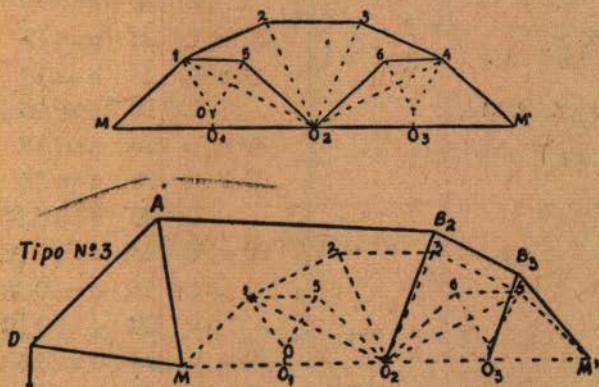
Pos 2 $\rightarrow 0,05 L$ a contar a partir do nó 1 sobre o quadro 1 2.

QUADROS DE TRANSMISSÃO

Largura do 1.º quadro: 3,20 m

2.º quadro: 1,80 m

PONTE TARRON N.º 3



DADOS DIMENSIONAIS

a) ESTRUTURA

$M 1 = M'4 = 0,25 L$	L	20	$d = 0,17$
	$20 < L$	23	$d = 0,20$
$5 O_2 = 6 O_2 = 0,25 L$	$23 > L$	26	$d = 0,22$
	L	20	$d = 0,13$
$1 5 = 6 4 = 0,1475 L = 148 L$	$20 < L$	23	$d = 0,14$
	$23 > L$	26	$d = 0,16$

$1\ 2 = 34\ 0,228\ L$	$L\ 20\ d = 0,09$
	$20 < L\ 23\ d = 0,10$
$2\ 3 = 0,228\ L$	$23 > L\ 26\ d = 0,11$
	$L\ 20\ d = 0,14$
$1\ O'_1\ 5 = 6\ O'_3\ 4 = 0,34\ L - 0,04$	$20 < L\ 23\ d = 0,16$
	$23 > L\ 23\ d = 0,18$
$1\ O_2 = 4\ O_2 = 0,185\ L - 0,02$	$L\ 20\ d = 0,15$
	$20 < L\ 23\ d = 0,16$
$2\ O_2 = 3\ O_2 = 0,28\ L + 0,14$	$23 > L\ 26\ d = 0,18$
	$L\ 20\ n = 10$
$O'_1\ O'_1 = O'_2\ O_2 = 0,025$	$20 < L\ 23\ n = 10$
	$23 > L\ 26\ n = 12$
$M = M' = 6,00$	$L\ 20\ n = 12$
	$20 < L\ 23\ n = 14$
$O_1 = 5,00$	$23 > L\ 26\ n = 16$
	$L\ 20\ n = 12$
$O_2 = 6,00$	$20 < L\ 23\ n = 14$
	$23 > L\ 26\ n = 18$
$M\ O\ M' = L\ 2,00$	$L\ 20\ n = 16$
	$20 < L\ 23\ n = 18$
$1 = 4,60$	$23 > L\ 26\ n = 22$
	$L\ 20\ d = 0,27$
$2 = 4,60$	$20 < L\ 23\ d = 0,28$
	$23 > L\ 26\ d = 0,30$
$5 = 4,00$	$L\ 20\ d = 0,29$
	$20 < L\ 23\ d = 0,30$
	$23 > L\ 26\ d = 0,32$
	$L\ 20\ d = 0,12$
	$20 < L\ 23\ d = 0,13$
	$23 > L\ 26\ d = 0,14$
	$L\ 20\ d = 0,12$
	$20 < L\ 23\ d = 0,13$
	$23 > L\ 26\ d = 0,15$
	$L\ 20\ d = 0,11$
	$20 < L\ 23\ d = 0,12$
	$23 > L\ 26\ d = 0,14$

	L	20	d = 0,10
	20 < L	23	d = 0,11
	23 > L	26	d = 0,12

$$H_1 = 0,175 \quad L + 0,015$$

$$H_2 = 0,262 \quad L + 0,04$$

b) ARMAÇÃO PARA O LANÇAMENTO POR CONTRA-PESO

A M = 0,4 L	L < 20	d = 0,14
	20 < L < 23	d = 0,16
	23 < L < 26	d = 0,18

D M = 0,4 L	L < 20	d = 0,16
	20 < L < 23	d = 0,17
	23 < L < 26	d = 0,19

B ₂ O ₂ = 0,2 L	L < 20	d = 0,09
	20 < L < 23	d = 0,10
	23 < L < 26	d = 0,12

B ₃ O ₃ = 0,3 L + 0,40	L < 20	d = 0,11
	20 < L < 23	d = 0,13
	23 < L < 26	d = 0,13

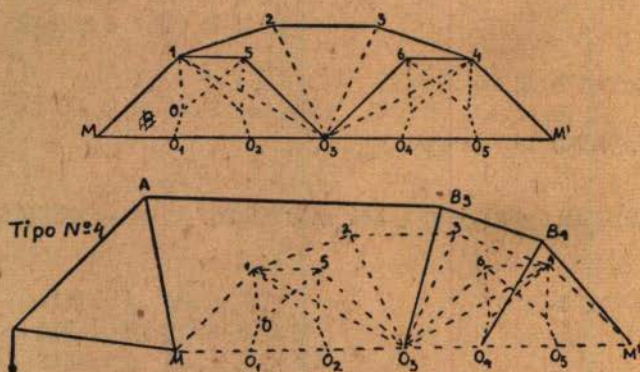
DADOS PONDERAIS

- 1) Pêso do fio de ferro de 1,4 mm para ligação $P = L$
- 2) Pêso dos tirantes metálicos (arame de ferro, \varnothing 3,9 mm)
 - A) Ponte só comportando tirantes de arame $P = 11 \quad L = 109$
 - B) Ponte comportando tirantes mistos $P = 4 \quad L = 23$
- 3) Cabos para os ritantes mistos (hipótese B): 8 cabos de 62 m.
 $P = 49,600 \text{ kg}$ (\varnothing 5,3 mm).
- 4) Cabos para o lançamento (de \varnothing 7,2 mm) 6 cabos de 65 m
 $P = 68,250 \text{ kg}$.

QUADROS DE TRANSMISSÃO

Largura do 1.º quadro: 3,40 m
 2.º quadro: 3,60 m

PONTE TARRON N.º 4



DADOS DIMENSIONAIS

a) ESTRUTURA

$$M\ 1 = M'\ 4 = 0,243\ L$$

$$L < 27,5\ d = 0,24$$

$$27,5 < L < 30\ d = 0,26$$

$$30 < L < 32\ d = 0,27$$

$$27,5\ d = 0,17$$

$$27,5 < L < 30\ d = 0,19$$

$$30 < L < 32\ d = 0,20$$

$$27,5\ d = 0,19$$

$$27,5 < L < 30\ d = 0,20$$

$$30 < L < 32\ d = 0,21$$

$$27,5\ d = 0,19$$

$$27,5 < L < 30\ d = 0,20$$

$$30 < L < 32\ d = 0,20$$

$$27,5\ d = 0,13$$

$$27,5 < L < 30\ d = 0,14$$

$$30 < L < 32\ d = 0,15$$

$$27,5\ n = 10$$

$$27,5 < L < 30\ n = 12$$

$$30 < L < 32\ n = 12$$

$$27,5\ n = 8$$

$$27,5 < L < 30\ n = 10$$

$$30 < L < 32\ n = 10$$

$$27,5\ n = 16$$

$$27,5 < L < 30\ n = 18$$

$$30 < L < 32\ n = 18$$

$$1\ O'_1 = 5\ O'_2 = 6\ O'_4 = 4\ O'_5 = 0,11\ L - 0,02$$

$$1\ O'_2 = 5\ O'_1 = 6\ O'_5 = 4\ O'_4 = 0,18\ L - 0,07$$

$$O_1 O'_1 = O_2 O'_2 = O_3 O'_3 = O_4 O'_4 = 0,065\ L - 0,045$$

$$O_3 = 4 \quad O_3 = 0,37$$

$$27,5 \quad n = 18$$

$$27,5 < L < 30 \quad n = 18$$

$$30 < L < 32 \quad n = 20$$

$$O_3 = 3 \quad O_3 = 0,285 \quad L = 0,005$$

$$27,5 \quad n = 18$$

$$27,5 < L < 30 \quad n = 20$$

$$30 < L < 32 \quad n = 20$$

$$H_1 = 0,173 \quad L = 0,085$$

$$H_2 = 0,26 \quad L + 0,01$$

$$M = \begin{cases} 6,00 & 1 < 27 \\ 5,00 & 1 < 30 \\ 5,50 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,27 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,29 \\ 30 < L < 32 & d = 0,31 \end{cases}$$

$$O_1 = O_2 = \begin{cases} 5,00 & 1 < 30 \\ 5,50 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,26 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,27 \\ 30 < L < 32 & d = 0,28 \end{cases}$$

$$O_3 = \begin{cases} 6,00 & 1 < 27 \\ 5,00 & 1 < 30 \\ 5,50 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,29 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,31 \\ 30 < L < 32 & d = 0,32 \end{cases}$$

$$M' = \begin{cases} 6,00 & 1 < 27 \\ 5,00 & 1 < 30 \\ 5,50 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,27 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,27 \\ 30 < L < 32 & d = 0,28 \end{cases}$$

$$1 = 4 \quad \begin{cases} 4,60 & 1 < 30 \\ 5,10 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,16 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,17 \\ 30 < L < 32 & d = 0,17 \end{cases}$$

$$2 = 3 \quad \begin{cases} 4,60 & 1 < 30 \\ 5,10 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,14 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,15 \\ 30 < L < 32 & d = 0,16 \end{cases}$$

$$5 = 6 \quad \begin{cases} 4,60 & 1 < 30 \\ 5,10 & 1 > 30 \end{cases} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,13 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,13 \\ 30 < L < 32 & d = 0,14 \end{cases}$$

$$M \text{ O } M' = L + 2,00 \text{ m} \quad \begin{cases} L < 27,5 & d = 0,15 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,15 \\ 30 < L < 32 & d = 0,12 \times 2 \end{cases}$$

b) ARMAÇÃO PARA O LANÇAMENTO POR CONTRA-PESOS

$$A \quad M = 0,4 \, L \quad \left\{ \begin{array}{ll} L < 27,5 & d = 0,20 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,10 \\ 30 < L < 32 & d = \begin{cases} 0,23 \\ 0,185 \times \end{cases} \end{array} \right.$$

$$D \quad M = 0,4 \, L \quad \left\{ \begin{array}{ll} 27,5 & d = 0,195 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,215 \\ 30 < L < 32 & d = 0,225 \end{array} \right.$$

$$B_4 \quad O_4 = 0,26 \, L - 0,20 \quad \left\{ \begin{array}{ll} 27,5 & d = 0,14 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,15 \\ 30 < L < 32 & d = 0,16 \end{array} \right.$$

$$B_3 \quad O_3 = 0,32 \, L - 0,10 \quad \left\{ \begin{array}{ll} L < 27,5 & d = 0,14 \\ 27,5 < L < 30 & d = 0,15 \\ 30 < L < 32 & d = 0,16 \end{array} \right.$$

POSIÇÃO DOS QUADROS DE TRANSMISSÃO

Pos 1 $\Rightarrow 0,07 \, L - 0,09$ a contar a partir do nó 4 sobre o quadro 3 — 4.
 Pos 2 $\Rightarrow 0,05 \, L$ a contar a partir do nó 3 sobre o quadro 2 — 3.

DADOS PONDERAIS

- 1) Pêso do fio de ferro de 1,4 mm para ligação $P = L$
- 2) Pêso dos tirantes metálicos (arame de ferro φ 3,9 mm).
 - A) Ponte só comportando tirantes de arame $P = 17 \, L - 255$
 - B) Ponte comportando tirantes mistos $P = 2,5 \, L - 17,5$.
- 3) Cabos para os tirantes mistos (hipótese B)
 $(\varphi \, 5,3 \, \text{mm})$: 10 cabos de 62 m e 6 cabos de 90 m $P = 116,000$
- 4) Cabos para o lançamento (de $\varphi \, 7,2 \, \text{m}$) 8 cabos de 65 m. $P = 91,000$.

QUADROS DE TRANSMISSÃO

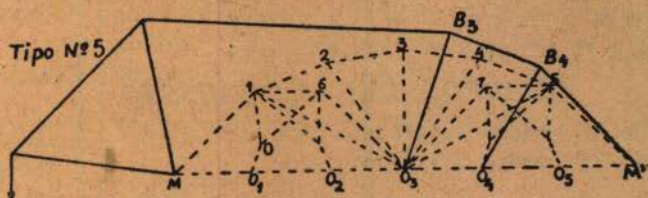
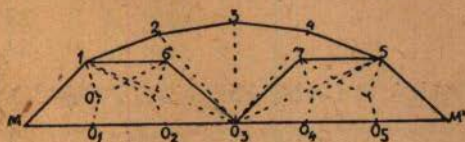
Largura do 1.º quadro:

$$\begin{array}{ll} L < 30 \, \text{m} & \Rightarrow 3,20 \\ L > 30 \, \text{m} & \Rightarrow 3,60 \end{array}$$

Largura do 2.º quadro:

$$\begin{array}{ll} L < 30 \, \text{m} & \Rightarrow 2,40 \\ L > 30 \, \text{m} & \Rightarrow 2,60 \end{array}$$

PONTE TARRON N.º 5



DADOS DIMENSIONAIS

a) ESTRUTURA

$1 = M' 5 = 0,206 L + 0,034$	$d = 0,27$
$2 = 4 5 = 0,182 L$	$d = 0,20$
$3 = 3 4 = 0,182 L$	$d = 0,21$
$6 = 7 5 = 0,19 L$	$d = 0,18$
$O_3 = 7 O_3 = 0,206 L + 0,034$	$d = 0,20$
$= 5 = 5,10$	$d = 0,18$
$= 3 = 4 5,10$	$d = 0,16$
$= 7 = 5,10$	$d = 0,14$
$O_1 = O_2 = O_4 = O_5 = 5,50$	$d = 0,30$
$O_3 = 5,50$	$d = 0,33$
$I = 5,50$	$d = 0,33$
$I' = 5,50$	$d = 0,30$
$I O_3 M' = L + 2,00 m$	$d = 0,13$
$O_3 = 5 O_3 = 5 O_5 = 0,37 L + 0,07$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 20 \\ 1 > 33,5 \quad n = 22 \end{array} \right.$
$O_3 = 4 O_3 = 0,28 L - 0,04$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 18 \\ 1 > 33,5 \quad n = 20 \end{array} \right.$
$O_3 = 0,24 L$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 18 \\ 1 > 33,5 \quad n = 20 \end{array} \right.$
$O_1 = 6 O_2 = 7 O_4 = 5 O_5 = 0,09 L$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 18 \\ 1 > 33,5 \quad n = 20 \end{array} \right.$
$O_2 = 6 O_1 = 7 O_5 = 5 O_4 = 0,18 L$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 14 \\ 1 > 33,5 \quad n = 14 \end{array} \right.$
$O_1 = O_2 O_2 = O_4 O_4 = O_5 O_5 = 0,06 L - 0,09$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 14 \\ 1 > 33,5 \quad n = 14 \end{array} \right.$
$I_1 = 0,145 L - 0,28$	$\left\{ \begin{array}{l} 1 < 33,5 \quad n = 14 \\ 1 > 33,5 \quad n = 14 \end{array} \right.$

$$H_2 = 0,215 L - 0,10$$

$$H_3 = 0,240 L$$

$$\left\{ \begin{array}{ll} 1 & 33,5 \text{ n} = 20 \\ 1 & 33,5 \text{ n} = 22 \end{array} \right.$$

b) ARMAÇÃO PARA O LANÇAMENTO POR CONTRA-PESO

$$A M = 0,4 L \quad d = 0,245$$

$$D M = 0,4 L \quad d = 0,235$$

$$B_4O_4 = 0,24 L - 0,04 \quad d = 0,17$$

$$B_3O_3 = 0,3 (L - 1) \quad d = 0,15$$

QUADROS DE TRANSMISSÃO

Largura do 1.º quadro: 4,00 m

Largura do 2.º quadro: 3,00 m

POSIÇÃO DOS QUADROS DE TRANSMISSÃO

Pos 1 \Rightarrow 0,08 L — 0,10 a contar a partir do nó 5 sobre o quadro 4 — 5

Pos 2 \Rightarrow 0,1 L a contar a partir do nó 4 sobre o quadro 3 — 4

DADOS PONDERAIS

1) Peso do fio de ferro de 1,4 mm para ligação $P = L$

2) Peso dos tirantes metálicos (arame de ferro φ 3,9 mm)

A) Ponte só comportando tirantes de arame $P = 15,5 L - 172,5$

B) Ponte comportando tirantes mistos $P = 2,5 L - 7,5$

3) Cabos para os tirantes mistos (hipótese B)

(φ 5,3 mm) 10 de 62 m e 8 de 90 m $P = 134$ kg.

4) Cabos para o lançamento (de φ 7,2 mm)

12 cabos de 65 m.

TODOS OS TIPOS

CONTRAVENTOS

$$d = 0,06$$

1) QUADROS DE ENCONTRO E SECUNDÁRIOS DE ENCONTRO

l_m , comprimento do montante

$$l_m > 5,50 \text{ m} \dots\dots\dots l_c = 4,60 \text{ m}$$

$$l_m < 5,50 \text{ m} \dots\dots\dots l_b = 5,70 \text{ m (provisório)}$$

2) QUADROS COMUNS

l_m , comprimento do montante

l_c , comprimento dos contraventos

$$l_b = \sqrt{1 + (4,00)^2 \cdot l_m} \quad (\text{exato})$$

$$l_m - 0,68$$

Aproximadamente:

Para	$1_m < 7$	$1_c = 1,25$	1_m
	$1_m < 6$	$1_c = 1,36$	1_m
	$1_m < 5$	$1_c = 1,48$	1_m
	$1_m < 4$	$1_c = 1,65$	1_m
	$1_m < 3$	$1_c = 1,74$	1_m

LANÇAMENTO POR CABO GUIA — PONTE TARRON

Distância			Cábrea de partida	Compressão para	Cábrea de chegada	Compressão para	Tração sobre o cabo
<i>A B L_{AB}</i>			(altura)	1.000 kg	(altura)	1.000 kg	para
			<i>H_{CP}</i>	<i>C_P</i>	<i>H_{CC}</i>	<i>C_C</i>	1.000 kg T
13,00			8,50	3000	5,00	2205	2205
14,00			8,69	3080	5,00	2270	2270
15,00			8,88	3160	5,00	2340	2340
16,00			9,07	3230	5,00	2400	2400
17,00			9,26	3300	5,00	2460	2460
18,00			9,45	3370	5,00	2520	2520
19,00			9,64	3430	5,00	2570	2570
20,00			9,83	3480	5,00	2620	2620
21,00			10,02	3530	5,00	2660	2660
22,00			10,21	3570	5,00	2700	2700
23,00			10,40	3610	5,00	2740	2740
24,00			10,59	3650	5,00	2780	2780
25,00			10,78	3690	5,00	2820	2820
26,00			10,97	3730	5,00	2860	2860
27,00			11,16	3770	5,00	2900	2900
28,00			11,35	3810	5,00	2930	2930
29,00			11,54	3840	5,00	2960	2960
30,00			11,73	3880	5,00	2990	2990
31,00			11,92	3920	5,00	3020	3020
32,00			12,11	3950	5,00	3050	3050
33,00			12,30	3970	5,00	3080	3080
34,00			12,49	4000	5,00	3110	3110
35,00			12,68	4020	5,00	3130	3130
36,00			12,87	4040	5,00	3150	3150
37,00			13,06	4060	5,00	3170	3170
38,00			13,25	4080	5,00	3190	3190
39,00			13,44	5000	5,00	3210	3210
40,00			13,63	5030	5,00	3230	3230
41,00			13,82	5050	5,00	3250	3250
42,00			14,01	5070	5,00	3270	3270
43,00			14,20	5090	5,00	3290	3290
44,00			14,39	5110	5,00	3310	3310
45,00			14,58	5130	5,00	3330	3330

FÓRMULAS PRÁTICAS

1) $H_{CP} = 0,19 L_{AB} + 6,03$

2) $H_{CC} = 5,00 \text{ m}$

3) C_P

$L < 18 \quad C_P = C_A + 10 \quad L_{AB} \quad 670$

$18 < L < 21 \quad C_P = C_A + 860$

$20 < L < 27 \quad C_P = C_A + 870$

$27 < L < 30 \quad C_P = C_A + 880$

$30 < L < 38 \quad C_P = C_A + 890$

4) $C_A = C_C = T$

$L_{AB} < 18 \quad C_C = T = 65 \quad L_{AB} + 1360$

$18 < L_{AB} < 20 \quad C_C = T = 50 \quad L_{AB} + 1620$

$20 < L_{AB} < 27 \quad C_C = T = 40 \quad L_{AB} + 1820$

$27 < L_{AB} < 34 \quad C_C = T = 30 \quad L_{AB} + 2090$

$34 < L_{AB} < 45 \quad C_C = T = 20 \quad L_{AB} + 2430$

PESO APROXIMADO DA ESTRUTURA DAS "PONTES TARRON"

(sem o Taboleiro) (ap. 100 kg)

$L < 14,00 \quad P = 200 \quad L - 500$

$14 < L < 17,00 \quad P = 262,5 \quad L - 1375$

$17 < L < 19,00 \quad P = 175 \quad L + 200$

$19 < L < 21,00 \quad P = 257,5 \quad L - 1392,5$

$21 < L < 27,00 \quad P = 325 \quad L - 2875$

$27 < L < 36,00 \quad P = 481,5 \quad L - 7150$

PESO APROXIMADO DO CONTRAPESO NECESSARIO AO
AO LANÇAMENTO

(ap. 100 kg)

TARRON N.º 1 $C_P = 250 \quad L - 1000$

TARRON N.º 3 $C_P = 225 \quad L - 525$

TARRON N.º 3

$L < 18$	$C_P = 400$	$L \text{ — } 2800$
$18 < L < 21$	$C_P = 275$	$L \text{ — } 550$
$21 < L < 25$	$C_P = 440$	$L \text{ — } 4040$

TARRON N.º 4

$25 < L < 28$	$C_P = 435$	$L \text{ — } 3975$
$28 < L < 32$	$C_P = 625$	$L \text{ — } 9300$

TARRON N.º 5 $C_P = 650 \quad L \text{ — } 10250$

TENSÃO DOS CABOS DE AÇO DESTINADOS AO LANÇAMENTO POR CONTRAPESO

(ap. kg)

TARRON N.º 1 $T = 275 \quad L \text{ — } 675$ TARRON N.º 2 $T = 300 \quad L \text{ — } 1100$

TARRON N.º 3 :

$L < 21$	$T = 433$	$L \text{ — } 2561$
$21 < L < 26$	$T = 480$	$L \text{ — } 3980$

TARRON N.º 4 :

$25 < L < 28$	$T = 600$	$L \text{ — } 7000$
$28 < L < 32$	$T = 800$	$L \text{ — } 12600$

TARRON N.º 5 : $T = 775 \quad L \text{ — } 12325$ **Banco do Comércio, S. A.**O MAIS ANTIGO DA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO
FUNDADO EM 1875

CAPITAL e RESERVAS Cr\$ 81.892.162,40

Sede: Rua Ouvidor, 93-95 — Telefone 43-8966 * — End. Telegr. :
"BANCOCIO" — Caixa Postal 633.

Agencia S. Cristovão: Rua S. Luiz Gonzaga, 45 — Telefone 28-3895

Agencia Meier: Rua 24 de Maio, 1355. — Telefone 29-5538

Agencia Tijuca: Praça Saenz Pena, 9 — Telefone 48-4015

REPRESENTAÇÃO
DE
A DEFESA NACIONAL

Ampliando a sua rede de sucursais em vários Estados do país **A DEFESA NACIONAL** desenvolve, também, a sua circulação e habilita-se a tornar mais eficiente a propaganda em suas páginas.

Tendo, outrossim, entregue a exclusividade de sua publicidade em todo o Brasil ao

BUREAU INTERESTADUAL DE IMPRENSA

a revista por excelência do Exército acha-se habilitada a receber anuncios e toda a demais matéria respectiva através dos representantes desta prestigiosa organização abaixo discriminados:

São Paulo — Mario Herédia, Rua Barão de Parana-
napiacaba, 61 — 4.º andar.

Curitiba — Percival Loyola, Rua 15 de Novembro,
573.

Porto Alegre — Arthur Batista Gonçalves, Rua
Shuller, 44.

Recife — Aristofanes da Trindade, Travessa Ma-
dre de Deus, 113.

Pará — Edgard Proença, Edificio Bern (1.º andar),
Avenida 15 de Agosto).

Anuncie nas páginas de

A DEFESA NACIONAL

que fará publicidade eficiente

50.000 LEITORES EM TODO O BRASIL

EXCERTOS

Études sur le combat. — Ardant du Picq. 1821.1870.

Trad. do Cel. R.B.N.

“E’ preciso saber como combatia o homem de ontem, para fazer uma idéia de como se comportará o homem de hoje, diante dos engenhos cada vez mais mortíferos da guerra moderna.”

A. du Picq.

I — O COMBATE ANTIGO

O combate é o objetivo final dos exércitos, e o homem é o instrumento, por excelência, do combate; nada poderá ser sãbiamente coordenado num exército — constituição, organização, disciplina, tática — cousas estas que se relacionam como os dedos da mão, — sem o conhecimento exato do instrumento primacial, o homem, e de seu estado moral, neste momento decisivo do combate.

Aconteceu muitas vezes, aos que tratam das cousas da guerra, tornarem a arma como ponto de partida, supondo, sem hesitar, que os homens a utilizarão sempre da maneira prevista e ordenada pelas regras e preceitos. Mas o combatente que se tem como ser racional, que abdica de sua natureza móvel e variável, para transformar-se em peão impossível e representar a unidade abstrata nas combinações do campo de batalha, é o homem das especulações de gabinete, não é absolutamente, o homem da realidade. Êste, é de carne e osso, é corpo e alma: e, por muito forte que esta seja, não pode dominar o corpo a ponto de evitar a revolta da carne e a turbção do espírito diante da destruição.

O coração humano, para empregar o termo do marechal de Saxe, é o ponto de partida em tôdas as cousas da guerra; para conhecê-las, é mister estudá-lo.

Os séculos não transformaram a natureza humana; as paixões, os instintos, e entre todos o mais poderoso, o instinto de conservação, podem manifestar-se de maneiras diversas segundo os tempos, os lugares, o caráter e o temperamento das raças... Mas no fundo, encontrase sempre o mesmo homem; e é dêste homem de fundo sempre igual que saem os peritos os mestres que coordenam com minúcia, u'a maneira de combater, e que adotam disposições gerais de ação. Os mais capazes, dentre êles, são os que conhecem melhor o combatente de hoje e o de toods os tempos. — Isto provém, evidentemente, da análise meticolosa das formações e dos grandes feitos de guerra antigos... Estudase o homem, estudando o combate.

... Aprenderemos a desconfiar da matemática e da dinâmica material applicadas às cousas do combate; a pôr-nos em guarda contra as ilusões dos campos de tiro e de manobras, onde as experiências se executam com o soldado calmo, confiante, repousado, farto, atento, obediente, numa palavra, com o homem instrumento inteligente e dócil, e não com aquêlê ser nervoso, impressionável, comovido, perturbado, distraído, superexcitado, inconstante, que escapa ao domínio de si mesmo, tal como é o combatente, do chefe ao soldado, salvante os fortes, que são muito raros.

Ilusões, entretanto, persistentes e tenazes, que reaparecem sempre, mesmo imediatamente após os mais absolutos desmentidos que as realidades lhes infligem, e cujo menor inconveniente seria conduzir a que se ordene o impraticável, como se ordenar o impraticável não constituísse atentado formal contra a

disciplina, e não produzisse o efeito de desconcertar chefes e soldados, ante o imprevisto e a surpresa do contraste entre a batalha e a educação do tempo de paz.

E' certo que a batalha é sempre susceptível de surpresas, mas tanto menos, quanto o senso e o conhecimento das realidades mais houverem presidido à educação do combatente, ou mais disseminados forem em suas fileiras. Estudemos, então, o homem no combate, pois êste é que dá a noção do real.

* * *

A princípio, o homem combatia o homem, cada qual por sua conta, à maneira das feras selvagens, procurando a quem matar e fugindo do que o mataria. Depois, a disciplina e a tática nítidamente formuladas, impõem a solidariedade do chefe e do soldado, a solidariedade dos soldados entre si. Além do progresso intelectual, há o progresso moral. Exigir a solidariedade no combate, adotar disposições táticas para torná-la praticamente possível, é confiar no devotamento de todos, é elevar os combatentes ao nível dos valentes dos combates primitivos. Aparece o ponto de honra. A fuga é a vergonha, porque não se está mais sózinho no combate contra o forte; já se é legião, e quem corre abandona chefes e companheiros. Por todos os motivos, o combatente vale mais. O raciocínio fez compreender o poder dos esforços judiciosamente combinados; a disciplina tornou-os possíveis.

* * *

O medo !...

Há chefes e há soldados que o desconhecem; são gente de rara têmpera. A massa treme; — porque não se pode suprimir a carne; — e êste tremor, sob pena de decepções, deve en-

trar como dado essencial em tôda organização, disciplina, dispositivos, movimentos, manobras, maneiras de agir, porque tudo isto concorre para dominá-lo, iludí-lo, fazê-lo desviar-se de nosso lado e exagerá-lo entre os inimigos.

Quando se estuda o efeito dêsse estremecimento nos combates antigos, verifica-se que, dentre os povos mais hábis na guerra, os mais fortes foram aquêles que compreenderam melhor a conduta geral, mas que também tiveram em alta conta a fraqueza humana e contra ela dotaram as melhores garantias. Observa-se que os povos mais aguerridos nem sempre são os que dispõem de melhores instituições militares, os que combatem da melhor maneira, ou os mais lógicos.

Com efeito, nos povos guerreiros há uma boa dóse de vaidade. Em sua tática, confiam unicamente na coragem; dir-se-ia que não queriam prever desfalecimentos.

O gaulês, apaixonado pela guerra, tem uma tática bárbara, mas depois da primeira surpresa, é sempre vencido pelos gregos ou pelos romanos.

O grego, guerreiro, mas também político, tem uma tática assaz superior à dos gauleses e dos asiáticos.

O romano, político antes de tudo, para o qual a guerra é apenas um meio, quer que êste meio seja perfeito, não alimenta ilusões, aceita a fraqueza humana, e cria a legião.

* * *

A tática dos gregos resume-se na falange, a tática romana na legião, e a dos bárbaros na falange em quadrado, cunha ou losango.

Intellectualmente, os gregos eram mais civilizados do que os romanos; sua tática, parece, devia ser mais bem raciocinada.

Mas não era. A tática grega procedia, principalmente, do raciocínio matemático; a romana, do conhecimento profundo do coração do homem. Isto não significa que os gregos não levassem na devida conta o moral, e os romanos a mecânica; mas as preocupações de princípio eram diferentes.

Por que disposição se pode obter o esforço mais poderoso de um exército grego?

Qual o meio de fazer com que todos os soldados de um exército romano combatam efetivamente

A primeira questão discute-se ainda. A segunda teve uma solução que satisfaz, seguramente, àqueles que a propuseram.

O romano não é essencialmente bravo; não produziu nenhum tipo guerreiro comparável a Alexandre; e a impetuosidade valorosa dos bárbaros, gauleses, cimbros, teutões, — coisa vulgar e sabida — fê-lo tremer por largo tempo. Entretanto, à bravura gloriosa dos gregos, ao temperamento intrépido dos gauleses, o romano contrapõe o dever rigoroso, exigido dos chefes por meio do sentimento extremado de patriotismo, e das massas, por uma disciplina terrível.

A disciplina dos gregos assenta nas penas e recompensas da opinião; a dos romanos igualmente e, além disso, na morte. Matam a bastonadas; dizimam.

Um general romano de que maneira vence o inimigo que aterroriza seus homens? — Exaltando-lhes o moral, não pelo entusiasmo, mas pela raiva. Torna miserável a vida de seus soldados, com excessos de trabalho ou de privações. Comprime a mola da disciplina a ponto de quebrar-se, num dado momento, ou de distender-se contra o inimigo.

Um general grego faz Tirteu cantar. (1)

A disciplina, porém, não basta para tornar uma tática superior. O homem no combate, repetímo-lo, é um ser no qual o instinto de conservação domina, em certos momentos, os outros

(1) — Os canticos de Sirtêu exaltaram o moral dos espartanos, que assim triunfaram dos messênicos. (N. do T.).

sentimentos. O fim da disciplina é dominar êste instinto por meio de um terror mais forte; mas não pode alcançar êste resultado de maneira absoluta; consegue-o apenas até certo ponto que não é possível ultrapassar. Certamente que são inegáveis os exemplos brilhantes de disciplina e devotamento que têm elevado o homem acima de si mesmo; mas são brilhantes porque raros, são admirados como exceções, e a exceção confirma a regra.

E' na determinação dêsse instante em que o homem perde a faculdade de raciocinar, para tornar-se instintivo, que reside a ciência do combate. E' de sua aplicação geral que resulta o poder da tática romana, e sua aplicação particular, num dado momento, a determinadas tropas, é que produz a superioridade de César, de Aníbal.

* * *

Os combatentes eram de massas contra massas mais ou menos profundas comandadas e vigiadas por chefes cujo papel era nitidamente determinado. Era, em cada massa, uma série de lutas individuais, justapostas, em que só o homem da primeira fileira combatia; se êste caísse, fôsse ferido ou se esgotasse, o homem da segunda fileira, que esperava sua vez vigiando-lhe os flancos, substituiu-o. E assim prosseguia o combate, até à última fileira, pois o homem fatigava-se depressa, física e moralmente, na esgrima corpo a corpo em que empregava todas as energias.

Os combates eram, de regra, curtos. Em igualdade de força moral, os mais resistentes à fadiga venciam.

Durante o combate da primeira fileira, — das duas primeiras, pode dizer-se, uma que combatia e outra que vigiava, de perto, — os homens das fileiras posteriores aguardavam, a dois passos, inativos, seu turno de combater, que chegaria quando os da frente fossem mortos, feridos ou extenuados; as flutuações mais ou menos violentas da luta dos primeiros atira-

vam-nos para um lado e outro; ouviam o som dos golpes recebidos e distinguiam, talvez, os que penetravam as carnes; viam os feridos e os extenuados arrastarem-se pelos intervalos e irem para a cauda; espectadores passivos e forçados do perigo, mediam com o olhar as eventualidades cada vez mais terríveis; todos êsses homens, numa palavra, sentiam de perto a comoção do combate sob uma forma cruciante, e, não se achando amparados pela animação da luta, sofriam a pressão moral da maior angústia; às vezes, não conseguiam manter-se em seu lugar, e fugiam.

A melhor tática, a melhor disposição, eram as que facilitavam a sucessão dos esforços, garantindo melhor a substituição das fileiras das unidades de ação e bem assim a substituição e o apôio dessas unidades, sem empenhar imediatamente mais do que o número necessário ao combate e conservando o restante como apôio e reserva afastados da pressão moral imediata. Consistia nisto tôda a superioridade tática dos romanos, e também na disciplina terrível que presidia à preparação e à execução. Mais do que ninguém, combatiam longamente, mercê da resistência à fadiga, que os rudes e constantes trabalhos lhes dava, e da renovação dos combatentes. Seu senso prático fazia que reconhecessem imediatamente as armas superiores às suas e que delas se apropriassem.

Por falta de raciocínio, os gauleses só viam as fileiras inflexíveis e ligavam-se entre si, tornando as substituições impraticáveis. Acreditavam, e os gregos igualmente, na potência da massa e do ímpeto das formações profundas, e negavam-se a compreender que as fileiras acumuladas são impotentes para impulsionar as primeiras, quando estas recalcitram e estacam diante da morte. Erro incompreensível! Pensar que as últimas fileiras sejam capazes de ir ao encontro do que faz as primeiras recuarem, quando o contágio do recuo é, ao invés disso tão forte que a parada da testa significa o recuo da cauda!

Certamente, os gregos viam também reservas e apôio na segunda metade de suas fileiras, acumuladas; dominando, porém, a idéia de massa, colocavam essas reservas e apôios muito perto da frente, esquecendo o homem.

Os romanos acreditavam na massa, mas do ponto de vista moral. Não reuniam as fileiras para constituir a massa, mas para dar aos combatentes a confiança no apoio e na substituição, e o número delas era calculado na medida da duração da pressão moral que os últimos podiam suportar.

Para além do tempo durante o qual o homem podia resistir à angustia do combate das fileiras que o precediam, sem se empenhar, os romanos cessavam de acumular fileiras. Esta observação e êste cálculo, não foram feitos pelos gregos que chegavam por vezes a constituir trinta e duas fileiras. As últimas, que em seu pensar, seriam sem dúvida as reservas, eram, ao contrário, infalivelmente arrastadas pela desordem material das primeiras.

Na formação por manípulas, da legião romana, os melhores soldados, os que tinham a coragem temperada pelo hábito dos combates, esperavam sòlidamente dispostos em segunda e terceira linhas, suficientemente afastadas para não serem atingidos pelos dardos, mas em situação de poder *ver claramente* e não serem arrastados pela linha anterior, que se acolhia para os intervalos da sua; ao mesmo tempo, perto bastante para apoiá-la a tempo, ou completar-lhe a obra, avançando.

Quando as três manípulas separadas e sucessivas da coorte primitiva, se reúnem para constituir a coorte unidade de combate de Mario e de César, a mesma compreensão coloca; nas últimas fileiras os soldados mais sólidos, isto é, os mais antigos; os mais novos, os mais impetuosos, nas primeiras fileiras. E nada existe na legião sòmente com o intuito de fazer número; cada qual tem seu turno de ação, — cada homem na manípula, — cada manípula na coorte, — e, quando, a unidade passa a ser a coorte, cada coorte na ordem de batalha.

Vimos qual era a idéia que regulava, entre os romanos, a profundidade das filas, a ordem e o número das linhas sucessivas de combatentes. O gênio, o tacto do general modificava estas disposições principais. Se os soldados eram aguerridos, bem exercitados, sólidos, tenazes, sempre alerta na substituição de seus chefes de fila, cheios de confiança em seu general e companheiros, o general diminuía a profundidade das filas, suprimia, até, algumas fileiras, afim de aumentar o número de combatentes imediatos, distendendo a frente. Se a tenacidade moral de seus homens, e às vezes também a física, eram superiores à do inimigo, o general sabia que as últimas fileiras adversárias não suportariam a angústia da espera durante o tempo necessário para preencher os claros das primeiras fileiras, ou para efetuar suas próprias substituições. E Aníbal; que tinha uma parte de sua infantaria, os africanos, armada e instruída à maneira romana, cujos infantes espanhóis tinham o fôlego forte dos espanhóis de hoje, e cujos soldados gauleses, endurecidos pela fadiga, eram igualmente aptos para os esforços prolongados, Aníbal, fortalecido pela confiança absoluta que inspirava à sua gente, formava uma única linha com a metade da profundidade do exército romano, e envolveu, em Canas, este exército duplamente superior em número. E o exterminou. César, em Farsala, por motivos idênticos, não hesitou em diminuir sua profundidade; enfrentou o exército duplo de Pompeu, exército romano como o seu, e o esmagou.

* * *

Estudando os combates antigos, vê-se que é quase sempre um ataque de flanco ou pela retaguarda, um efeito de surpresa qualquer, que decide das batalhas, sobretudo contra os romanos, cuja tática excelente, tão excelente que um general romano, às vezes valendo apenas a metade de seu adversário estava certo de vencê-lo, fracassava por vezes diante da surpresa: — Xantipo, Aníbal, sofreram os efeitos do aspecto, maneiras imprevistas de combater, dos gauleses, etc.

Xenofonte disse, com efeito: “Qualquer cousa agradável ou terrível, quanto menos foi prevista, maior é o prazer ou o terror que ela causa. Isto se observa melhor na guerra, onde tôda a surpresa infunde terror, mesmo aos que são muito mais fortes”.

* * *

A expressão “entrevero”, empregada pelos antigos, era mil vezes exagerada em relação ao fato que se queria traduzir: significava cruzamento de armas, e não entrevero de homem.

As perdas mútuas resultantes dos combates, bastam para demonstrá-lo, e um momento de reflexão evidencia o êrro do entrevero. Se durante a perseguição era possível lançar-se contra um bando de carneiros, no combate, cada qual cuidava muito do que o seguia e de seu vizinho, que lhe guardavam o flanco e as costas, e não ia, prazenteiramente, fazer-se matar, com certeza, no meio das fileiras adversas.

O *avanço isolado*, no combate moderno, entre projéteis cegos que não escolhem o alvo, é muito menos perigoso do que o *avanço* antigo, pois, a não ser raras vezes num assalto, jamais conduz até ao contacto com o inimigo.

O entrevero de combatentes só existiu na imaginação dos pintores e dos poetas.

Eis como as cousas se passavam:

A’ distância de carga, marchava-se para o inimigo com a maior velocidade compatível com a ordem necessária à esgrima e ao apôio mútuo dos combatentes. Muitas vezes, o *ímpeto moral*, esta resolução de ir até ao fim, que se manifesta também pela ordem e desembaraço do movimento, êsse ímpeto, por si só, punha em fuga o inimigo menos resoluto.

De ordinário, entre boas tropas, havia choque, mas não choque cego, de cabeça baixa e em massa; a preocupação de ordem era rigorosa, como atesta a conduta dos soldados de César, em Farsala, em marcha lenta e cadenciada, ao som das flautas dos batalhões lacedemônios. No momento da aborda-

gem, o impeto amortecia-se por si mesmo, porque o homem da primeira fileira, forçosamente, instintivamente, verificava a boa colocação de seus apoios, — os vizinhos da mesma fileira, os camaradas da segunda — reconcentrava-se, a fim de se tornar senhor dos próprios movimentos, para descarregar e aparar os golpes. Havia luta de homem com homem; cada qual se batia com o adversário que tinha diante de si e o atacava de frente, porque se penetrasse nas fileiras antes de o ter derribado, arriscava-se a ser ferido de flanco, perdidos os apoios.

* * *

Para a cavalaria, de cavalaria para cavalaria, a impulsão moral, representada pela velocidade e a boa ordem da massa, era de efeito considerável, mas se sabe quanto foi infinitamente raro que as duas cavalaria pudessem resistir a essa ação recíproca. Tessino e Canas são combates citados, porque constituem exceção muito rara. E ainda assim, não houve choque a toda velocidade, mas parada frente a frente, e combate.

Com efeito, furacão de cavalaria é poesia, jamais realidade. O choque violento despedaçaria homens e cavalos, o que nem uns nem outros desjam. As mãos dos cavaleiros, seu instinto, e o dos cavalos também, estão prontos para diminuir a velocidade, e até para deter-se, se o inimigo não parar antes, ou para fazer meia-volta, se este continuar a carga.

E se alguma vez se encontram, o choque é de tal maneira mortecido pelas mãos dos cavaleiros, pelo empinar dos cavalos, pelo desviar das cabeças, que se transforma numa parada frente a frente; trocam-se alguns golpes de sabre ou lançaços, mas o equilíbrio é muito instável, o ponto de apoio excessivamente móvel para a esgrima e o apoio mútuo; o homem sente-se muito isolado, a pressão moral é violenta, e, embora pouco mortífero, o combate dura apenas alguns segundos, precisamente porque não poderia durar sem o entrevero, e neste o homem se sente e se vê sózinho e cercado. Então, os primeiros homens que, não se julgando mais apoiados, se deixam empol-

gar pela inquietação, dão de rédeas, e o restante os segue. O inimigo pode perseguir à vontade — a menos que não tenha feito, igualmente, meia-volta — e perseguirá até encontrar nova cavalaria que o obrigue, por sua vez, a fugir.

* * *

Da cavalaria com infantaria, nunca houve choque. A cavalaria molestava-a com seus dardos, lanceava-a, talvez, de passagem e rapidamente, sem jamais empenhar a luta aproximada. A bem dizer, a luta de perto não existia. De fato, se o cavalo aumenta a mobilidade do homem, e lhe permite ameaçar e correr presto contra o inimigo, faculta-lhe também escapar-se com a mesma velocidade quando a ameaça não intimida o adversário; então, o homem a utiliza segundo seu pendor natural e o raciocínio sensato, para causar o maior mal possível, correndo o risco menor. Em suma, com cavaleiros sem estribos nem selas, para os quais era difícil lançar os virotes (Xenofonte), o combate não era mais que uma série de inquietações recíprocas, de demonstrações, ameaças, escaramuças com lançamento, de dardos, em que cada partido procurava o momento propício para surpreender, intimidar, aproveitar-se da desordem, e perseguir, quer a cavalaria, quer a infantaria; e então, aí dos vencidos! ; a espada entrava em ação.

O homem, em todos os tempos, sentiu pavor de ser espalhado pelos cavalos e, sem dúvida, este pavor derribou cem mil vezes mais gente do que o choque real, sempre mais ou menos evitado pelo cavalo. Quando duas cavalarias antigas queriam combater, combatiam forçosamente a pé — (Tessino, Canas).

O combate da idade média dá nova forma aos combates antigos, mas não à ciência. Os cavaleiros pelejam talvez mais do que a cavalaria antiga, pois que são invulneráveis; não basta desmontá-los, é preciso que sejam degolados. Sabiam, aliás, que seus combates a cavalo não tinham resultados sérios, e quando queriam combater de fato, se apeavam. (*Combate dos Trinta*, Bayard, etc.).

(Continúa)

LIVROS NOVOS

RIBEIRA DO SÃO FRANCISCO — TEN. M. CAVALCANTI
PROENÇA — Biblioteca Militar — 1944.

Estamos diante da obra que mereceu o “Premio Visconde de Taunay”, instituído pela “Biblioteca Militar”, como parte das comemorações do centenário do autor de “Retirada da Laguna e “Inocência”, para só citar as suas obras mais significativas em dois setores distintos — a história e o romance. Os originais de “Ribeira do S. Francisco”, deram entrada na secretaria da B. M. silenciosamente, e silenciosamente, pelo seu próprio mérito, impuseram-se à preferência da criteriosa e esclarecida comissão que julgou as obras concorrentes.

Valerá a pena fixar uns dados sobre a personalidade do autor premiado, um dos autênticos valores intelectuais do Exército, talento mais digno do nosso apreço quanto se impoz sem nenhuma interferência estranha aos seus predicados de inteligência e cultura.

Manuel Cavalcanti Proença é um puro caboclo da beira do Cuiabá, orgulhoso dessa condição e ainda hoje fiel à ela. Emigrou para ingressar no Colégio Militar. Aí lhe aconteceram graves coisas: interessou-se pelo latim, foi aluno distinto do Prof. Mario Barreto, deitou literatura em “Aspiração” e até dirigiu essa tradicional revista do “Colégio”.

Não eram esses, em todo caso, os melhores elementos para um itinerário vitorioso na Escola Militar, e eis Cavalcanti Proença, desligado e remetido à tropa. Foi ter ao 4.º R. C. D., em

Tres Corações, a cidade sul-mineira, cujo batismo foi inspirado nos especiais volteios que o rio Verde lhe descreve em torno. Pouco se demorou, todavia, o soldado Proença, naquele lindo quartel, massa arquitetônica dominadora, plantada em meio de jardins floridos, árvores antigas, páteos recortados de cercas vivas, e todo êle envolvido num abraço cordiano do rio inquieto, que já trouxe nadadores, cavalos e mais do que tudo isso, terá recolhido no ventre das suas águas fendidas pelos pilares da ponte metálica, com que a cidade o venceu, terá recolhido, naquele passar incessante e apressado, as máguas, os sonhos, as esperanças de muito soldado anônimo. De Cavalcanti Proença há de ter recolhido, pelo menos, um olhar longo, indefinível, dêesses que a gente lança às coisas familiares quando delas se aparta para algum mergulho no desconhecido.

Era em 1924, o nosso ex-cadete seguiu com o seu regimento para combater revolucionários no Paraná. Seria essa a sua maior Escola. Em numerosos meses de campanha, varando terras infinitas, ora nos densos pinheirais do Paraná, ora na rarefeita caatinga da Bahia, em contacto permanente com a natureza, com o perigo, com o sofrimento, com as dificuldades de tôda ordem, Cavalcanti Proença aprendeu a grande, aparelhou a sua inteligência, enriqueceu a sua sensibilidade com as mais variadas e profundas impressões da terra, da gente, da vida, em fim. Êle próprio depõe sôbre o valor dessa experiência, quando nos confidencia:

“Quasi dois anos vivi nas ribeiras do S. Francisco, alimentei-me com polpa de burití, aproveitei o jumento como animal de carga ou de sela e fui companheiro daqueles caboclos que são uma verdadeira enciclopédia de habilidades sertanistas, conhecendo desde a doma dos cavalos até a arte de salvar gente que está se afogando no rio. Caboclos de imaginação viva; que dão

nomes românticos aos cavalos de estimação, contam histórias do tempo em que os bichos falavam, e possuem soberano desapego pelas riquezas e pela vida. Com eles atravessei muitos rios, aprendi a trançar o couro e a cantar o romance do Rio Preto”.

E como cabo de um Esquadrão de Cavalaria, confessa, achava “muito mais interesse naquela rude lida de caserna do que em toda a transcendência da Física, Analítica e da Descritiva com que me degladiava na Escola. O rio (refere-se ao S. Francisco) me ensinou muito mais da vida e do Brasil que aquela fria cultura, lecionada sem objetivo — pelo menos sem humanidade — e da qual não posso lembrar-me sem associá-la ao título meio cabotino de um livro do abade Moreux: “A Ciência Misteriosa dos Faraós”.

Aí está, Cavalcanti Proença incorporou, destarte, com as antenas do seu agudo e sensível espírito, uma messe de conhecimentos diretos, que poucos terão, e menos ainda saberão valorizar ou utilizar.

E’ dessa quadra a sua escalada, degráu a degráu, na carreira militar. Usou as divisas de cabo, foi a sargento. Nesse posto decidiu-se a cursar a Escola de Veterinária do Exército. Não, porém, como uma solução circunstancial, como quem busca um arranjo na vida. Desinteressado, sem vaidade, aquêlê que abandonara a Escola Militar jamais forçaria um rumo com tais preocupações.

Então, por que se tornou Cavalcanti Proença veterinário? Ele o responde a quem perguntar :

— Oh! isso é uma história comprida. A resolução veio de conversas com um amigo. Mais a idéia era velha; eu sempre gostei de bichos.

De fato, conhecê-lo é verificar imediatamente que isso é verdade. Cavalcanti Proença nunca se abandonou a essa veteri-

nária medíocre, que se confina quasi exclusivamente em aplicar iodo e administrar arsênico aos cavalos. Êle desde o começo se consagrou à verdadeira veterinária, aquela que tem por base o exato conhecimento dos animais, não só na intimidade dos tecidos, não só no cego mecanismo das funções biológicas, mas também nos seus hábitos de vida, nas suas relações com a natureza, com os outros animais e com o homem.

Mas deve-se retificar a declaração de Cavalcanti Proença. Êle não foi veterinário unicamente porque gostasse dos bichos. Não. Há um fato mais geral e mais importante, responsável por essa escolha, e êsse fato é a sua vocação científica. O amor aos bichos teve, pois, apenas o papel de canalizar a sua vocação. Cavalcanti Proença havia de fazer ciência, então fê-la com os bichos, ao impulso de uma sensibilidade que é tão poderosa quanto a inteligência, e de cuja combinação resulta a sua obra múltipla, ora monografias graves, endereçadas a homens de laboratório, ora ensaios históricos do melhor teôr, ora mergulhos na etnografia, ora passeios pela linguística.

Seus títulos se adiantaram doidamente ao ronceiro itinerário hierárquico, que só concede acréscimo de valor a prazo fixo . . . Como 2.^o tenente veterinário obteve a medalha de Ouro do “Prêmio Muniz Aragão”, e tornou-se logo professor da Escola que vinha de diplomá-lo. Matriculou-se no “Curso de Aplicação do Instituto Osvaldo Cruz”, conquistou outra medalha de Ouro, isto é, o prêmio que tem o nome do fundador do Instituto, e todos sabem o que isso significa. Ficou então como assistente militar junto àquela alta instituição científica. Daí por diante nunca mais se desligou da equipe de Manguinhos. aquela sempre renovada equipe de puros cientistas, muitos dos quais se tem tornado nomes universais, como Artur Neiva, Evandro Chagas, Lauro Travassos.

E, recentemente mesmo, requisitado ao Exército pelo Instituto Osvaldo Cruz, através do Itamaratí, foi Cavalcanti Proença ao Paraguai, integrando uma comissão de cientistas brasileiros,

que lá ministraram um curso e empreenderam pesquisas do mais alto interesse. O exército cedeu prontamente o seu tenente . . .

Sôbre essa viagem ao Paraguai vale a pena referir uma insignificanciazinha: o nosso itinerante recusou a viagem aérea além de Corumbá; quis subir embarcado o rio Paraguai, no trecho até Assunção, que ainda não conhecia. Denuncia-se aí o observador guloso, o espírito cheio de curiosidade, interessado no documento humano, na paisagem, na terra. De certo conversou muito com a gente de bordo, conheceu o rio pelas indicações dos marujos, escutou as lendas que o cercam, investigou sôbre o povo das barrancas, informou-se sôbre os peixes, as aves, os insetos, as plantas, aprendeu cantigas, identificou os sítios históricos, comoveu-se muitas vêzes diante de muitas coisas — um canto de pássaro, uma flôr, uma ruína . . . e dar-nos-á novo livro, irmão dêsse “Ribeira do S. Francisco”, com que concorreu e conquistou o “Prêmio Alfredo Taunay”.

Cavalcanti Proença já produzira outros estudos de geografia e história. “Influencia do Cavalo no Povoamento de Mato Grosso” é de 1938, “Sôbre o Planalto de Maracajú — estudo histórico-geográfico do Sul de Mato Grosso e “Rio Abaixo” — ensaio sôbre o Rio Cuiabá, vieram depois. Nenhum, porém, com a extensão, a densidade, o valor documental e o acabamento literário que caracterizam “Ribeira do S. Francisco”. O “Prêmio Alfredo Taunay” incidiu sôbre um ensaio que se avantajará no quadro dos estudos brasileiros.

O rio S. Francisco tem sido, depois da Amazônia, a maior mina literária do Brasil. Escrevem-se, cada dia, mil coisas a seu respeito, suponho que até a verdade. Surgem às pencas soluções para aproveitá-lo; a única dificuldade é que não passam, às mais das vêzes, de puros exercícios de imaginação.

O trabalho de Cavalcanti Proença, representa uma vigorosa reação a essa vesga ou leviana imagem do S. Francisco.

Construído com material do melhor quilate, arrecadado nas fontes clássicas ou recolhido diretamente pelo autor, em diferentes épocas, pois Cavalcanti Proença perlustrou o S. Francisco três vêzes, no espaço de 17 anos, adota um método muito simples: dá-nos a conhecer o rio e o vale em todos os seus aspectos — geográfico, compreendendo o relêvo, a geografia, o clima, a vegetação, a fauna; histórico, fixando a ocupação da terra, as repercussões do domínio holandês, os enquistamentos negros, a invasão das boiadas, as lutas pela conquista, o povoamento das minas, até o isolamento do vale; por fim, o aspecto humano — a gente do rio, a religião, a poesia popular, o folclore, a vida nas suas cidades, nas suas barrancas, nos barcos que por êle transitam — desde o vapor opulento e cauteloso, até as barcas despreocupadas, pois que ostentam à prôa aquelas figuras mescladas de homem e bichos, que lhes garantem a boa sorte e gemem três surdos gemidos de aviso quando a barca, apesar de tudo, vai afundar ...

Ao cabo de percorrer êsse roteiro sem atavios para armar efeito, sem esbatidos dissimuladores de coisas menos risonhas, mas tão somente calcado na realidade histórica e atual, o leitor se encontraá aparelhado para compreender os problemas do S. Francisco, e se fôr um mortal humilde, e além de humilde sensato, imitará Cavalcanti Proença, isto é, não proporá nenhum método novo para salvar o S. Francisco, mas apenas encomendá-lo-á ao Bom Jesus da Lapa, êste sim, como diz Cavalcanti Proença, fechando o seu admirável livro, “um amigo fiel do povo de S. Francisco, guiando os práticos nas noites sem estrelas para que os navios cheguem a bom pôrto, salvando gente de morrer afogada, dando ânimo aos que têm impaludismo e não têm quínino, acudindo os caboclos nas suas desventuras, sorrindo para as suas alegrais”.

Livros recebidos: Getulio Vargas — “A Nova Política do Brasil” — Vol. X — Liv. José Olímpio — 1944.

REVISTAS EM REVISTA

da “REVISTA DE INFANTARIA” DO CHILE — “A GUERRA PSICOLOGICA”, pelo Cap. OSCAR GUSMAN SORIANO.

Continuando agora a acompanhar o curioso e atualíssimo trabalho do Cap. Soriano, vejamos o que ele fixa sob o título :

PROPAGANDA EXTERIOR DEFENSIVA — JUSTIFICAÇÃO DA AGRESSÃO — Ainda os povos de mais acendrado espirito bélico não poderão realizar uma agressão sem ter uma justificativa mais ou menos aceitavel. Muitas vezes o pretexto chega a ser infantil, mas é necessário expor algum. Dos pretextos utilizados nesta guerra os mais frequentes são : culpar o proprio agredido com a responsabilidade do ataque de que foi vítima, acusando-o de que “preparava” a agressão, à qual o verdadeiro agressor não fez mais que antecipar-se em defesa propria; outro pretexto ainda mais cinico é o de que o agressor se viu na necessidade de atacar para “proteger” o atacado da agressão de uma terceira potência; tambem da técnica dos agressores modernos é alegar o mau tratamento das “minorias raciais”, as quais se quer defender com a agressão. Em suma, tudo isso nós vimos, com repugnancia e estarrecimento, feito nos nossos dias pelos nazistas. Só que a última agressão lhes saiu fatal, resultou na desastrosa campanha da Russia . . .

DENUNCIA DO AGRESSOR — Por sua parte o agredido fará funcionar a sua propaganda para mostrar ao mundo a barbarie e espirito de conquista do agressor, o qual acusará dos mais horrendos crimes, escreve o Cap. Soriano. Nós preferiríamos enunciar que o agredido, na sua contra-propaganda, denunciara todos os crimes do agressor. Isto, sim, é justo e é o que vem acontecendo nesta guerra.

Mas o articulista estranhamente chega até a especificar certas alegações que o agredido deve formular, embora indevidamen-

te, contra o agressor. Diz ele: acusará o agressor de procedimentos inhumanos, dizendo que em seus bombardeios visa preferencialmente os hospitais, igrejas, colegios e nenhum objetivo militar; que executa fuzilamentos em massa de prisioneiros; e o culpará de todo ato, efetivo, ou imaginário, que o apresente como um verdadeiro monstro.

Não oferecerão essas linhas um sentido insinuativo de que são falsas, de que são simples termos de propaganda, os numerosos crimes contra a humanidade imputados aos nazistas nesta guerra? Acreditamos, porem, que ninguem de boa fé pode retirar ao credito nazista ou obscurecer a gravidade de fatos notorios: os bombardeios de terror desencadeados sobre Varsovia, Rotterdam, Londres, Coventry; a escravisação de massas de prisioneiros de guerra e de populações conquistadas; e a ação das recentissimas "bombas voadoras".

CONQUISTA DA OPINIÃO ESTRANGEIRA — Os beligerantes tratam de ganhar a opinião estrangeira justificando-se ou acusando o adversário. Também procurarão realçar a antiga e estreita amizade que une seu país ao vizinho neutro, procurando intensificá-la com elogios e atos que comprometam a gratidão dele. Porão em relevo a comunidade de interesses, de sentimentos, costumes e de laços raciais, quando estes existam. O melhor resultado, porem, se obterá quando os vizinhos tenham regimes de govêrno similares, pois será facil desfrutar uma neutralidade benevolente. Esse fenomeno, de fato, é muito sensível, e prevaleceu fortemente na Europa em favor da Alemanha, em torno de cujo poderio militar se aglutinaram prontamente todos aqueles paises submetidos a regimes ditatoriais.

A GUERRA DE NERVOS — Tem como finalidade quebrar a moral inimiga, para provocar enfraquecimento interno, e abrir caminho às proximas campanhas. Para conseguir esse efeito demolidor no espirito do adversário, recorre-se a todos os procedimentos imaginaveis, desde os de aparência ingenua, até os da mais refinada crueldade.

NO PROPRIO PAÍS — Pela imprensa e pelo radio dar-se-á noticia, em forma sensacional, de uma gigantesca produção de elementos bélicos. Falar de "armas secretas" em preparação é de grande efeito. Promover-se-á o descontentamento e a distancia entre os dirigentes e o povo fazendo saber que enquanto aqueles vivem regaladamente, a nação passa fome e frio; que tais chefes acumulam imensas fortunas pessoais à custa do que lucram com a guerra; que enquanto as crianças estão maltrapilhas, os dirigentes sustentam mulheres de luxo com peles custosas e joias riquissimas. E tudo isso, digamos de passagem, é facil dizer, porque constitue precisamente o quadro dos Estados totalitários. Denunciando esses fatos despertar-se-á no povo, aos poucos, senão a desconfiança, pelo menos a duvida em torno dos seus dirigentes.

A intranquilidade aumentará se se mencionam alguns nomes de soldados caídos, fornecendo dados exatos da sua residência e familia.

O sistema nervoso do povo sofre muito se se cria a expectativa de um ataque fulminante, se se insiste a cada momento na iminência do golpe. Esse aspecto da guerra de nervos, bem nos lembramos, foi abundante e habilmente utilizado pelos anglo-americanos na fase preliminar da chamada "invasão".

A tropa tambem é fortemente visada no seu moral, e como se sabe que os soldados se desalentam e se relaxam quando se sentem cercados de traidores, procurar-se-á fomentar suspeitas nesse sentido, anunciando pelo rádio, com detalhes, certas atiridades sigilosas do inimigo, conhecidas através de espiões. Nesse terreno relata o articulista o seguinte fato: certa vez, 5 minutos após chegar uma unidade francesa ao seu setor na frente, os alemães saudaram-na enunciando dados sobre seus chefes e oficiais, sobre o seu deslocamento até a frente, etc.; os soldados que escutavam a irradiação ficaram tão chocados, tão invadidos pelo desanimo, que foi preciso retirar a unidade do dito setor.

Em suma, pela propaganda que martela dia a dia, com uma desesperante insistência, se pretende semear a discordia, o desconcerto, a duvida, a suspeita, o desalento, o derrotismo, a des-

união, não só dentro de um país inimigo, senão também entre países aliados. Um caso conhecido desse ultimo tipo: de instante a instante o rádio alemão advertia os franceses de que os ingleses lutariam "até o último francês". E, como se sabe, na hora da "debacle" francesa havia uma grande animosidade dos franceses contra os ingleses.

Esse aspecto da guerra de nervos levada ao país inimigo, se completa com a propaganda feita através de milhões de folhetos lançados pela aviação. Ingleses e alemães, lembra o articulista, empregaram este sistema desde o principio da guerra, mas com uma diferença fundamental, porque enquanto os primeiros pretendiam sómente esclarecer o povo alemão sobre os erros e enganos em que o mantinham os seus governantes, sem atacar sua moral mesma, os segundos lançaram uma violenta ofensiva psicologica contra o povo francês. Por exemplo, a idéia de que os ingleses lutariam até o último francês era inoculada permanentemente através de caricaturas em que aparecia um francês afofando-se num banho de sangue, ao passo que um alegre "tommie" fumava tranquilamente o seu cachimbo; outras vezes atiravam papeis recortados em forma de folha de arvore e que traziam escrito: "Na proxima primavera, quando se desencadear a ofensiva, caireis como folhas no outono"; também lançavam papeis com a forma de ataúdes, com os seguintes dizeres: "Franceses, preparai vossos ataúdes !"

Tudo isso pode parecer ingenuo, observa judiciosamente o Cap. Soriano, mas era dirigido precisamente contra aquella parte ingenua e impressionavel do povo da França — meninos, mulheres, velhos e enfermos, que tanta influência exercem sobre os combatentes.

NO INTERIOR DO PAÍS INIMIGO — A forma mais efectiva da guerra de nervos é a que se realiza no interior mesmo do país inimigo, por meio da chamada "5.^a coluna". Tem a mesma finalidade que a propaganda ofensiva da imprensa e do rádio — demolir a moral inimiga, mas emprega procedimentos mais contundentes e de formas variadíssimas.

A "5.^a coluna" atua por meio de agentes e espões, preparados desde a paz minuciosamente, e muitos dos quais atuam já antes de começarem as operações militares.

Para aumentar a dor e o natural desalento que causam as baixas, empregou-se em Paris o recurso de apresentar numerosas agentes femininas vestidas de rigoroso luto, o que exacerbava o desconsolo e a aflição nos lugares mais concorridos.

Inversamente, mas buscando o mesmo resultado desmoralizante, se empregava contra os soldados da frente, a quem os agentes 5.^a colonistas enviavam cartas anônimas com más notícias da família, às vezes insinuando que sua mulher se fôra com algum oficial.

Outro procedimento de muito efeito no animo do povo é a divulgação de numerosos e sentidos avisos funebres.

Os boatos também costumam causar graves entorpecimentos no esforço inimigo. Na França, antes de estalarem as hostilidades, um grupo de elegantes agentes se dedicava a espalhar rumores nos mais prestigiosos salões. Eram dadas notícias e fornecidos dados, sob forma velada e misteriosa, como confidências só feitas a amigos de absoluta confiança. Murmurava-se, por exemplo, que a linha Maginot estava minada; que os alemães tinham um gás enervante e uma poderosa "arma secreta"; que o exército francês não estava bem preparado. E assim armou-se a dúvida e a desconfiança no poder defensivo francês.

O articulista acredita que certos conflitos entre negros e brancos, ocorridos ultimamente nos EE. UU. tiveram como origem as intrigas da 5.^a coluna.

Nas frentes de batalha, quando estas estão estabilizadas, como aconteceu no principio desta guerra, entre a França e a Alemanha, utilizaram-se audaciosos expedientes para minar a moral do adversário. Poderosos alto-falantes instalados nas linhas alemães lançavam dia a dia sua propaganda sobre os franceses. Coisas assim: certa vez, enquanto era servido o rancho numa unidade francesa, os alto-falantes do outro lado das linhas começaram a descrever com luxo de detalhes o que comiam no Casino os oficiais dessa unidade. O furo preveiu de que os alemães,

num golpe de mão, haviam aprisionado o chefe de cozinha de uma unidade francesa e, explorando habilmente a sua vaidade, lograram obter informações detalhadas sobre o "menu" dos oficiais em cada refeição.

Na retaguarda a atividade dos espões e agentes da 5.^a coluna pode ser muito eficaz para entorpecer os movimentos de tropas e os serviços. Paraquedistas vestindo o uniforme do inimigo podem desorganizar por muito tempo o transito com instruções erradas, ou trocando os indicadores de direção, ou com ordens falsas usando as linhas telefonicas militares.

Para preparar a invasão da Holanda e da Belgica o povo desses países foi submetido previamente a uma intensa guerra de nervos.

Grandes e constantes movimentos de tropas nas fronteiras, mantinham em permanente estado de nervosidade os habitantes dessas zonas, que, sem dar-se conta, serviam à finalidade dos alemães ao transmitir a parentes e amigos do interior os receios e apreensões derivados dessa situação.

Outras vezes algum avião germanico via-se "obrigado" a aterrisar em solo belga, e nele viajavam oficiais do Estado Maior que conduziam, "por casualidade", planos de ataque a Belgica.

Agentes alemães distribuíram bandeirinhas belgas, com suastica, entre os soldados e camponeses, dizendo-lhes que eram iguais às que os agentes nazistas tinham ocultas para identificar-se quando chegasse a invasão, e que, portanto, eles também poderiam salvar-se se as exibissem a tempo.

Como continuam intactas as relações diplomaticas da Belgica e Holanda com a Alemanha, foi possivel exhibir naquelles países os aterradores filmes da campanha da Polonia, e com eles se impressionava o povo, convidando-o a refletir sobre a sua impotencia anti a maquina militar do III Reich. Este expediente aliás, chegou até nós. Os filmes da campanha da Polonia foram mostrados metodicamente, como uma especie de cordial advertência...

Se esta propaganda alarmista não chega a causar o efeito desejado, então agentes, vestidos com uniformes de oficiais

soldados do proprio país, se encarregam de semear o panico ao atravessar correndo a s povoações, dizendo, aterrorizado, que são os únicos de seu regimento que se salvaram.

Toda essa comedia com aparência de realidade criará o pavor nas populações que se porão em fuga, conduzindo tudo que possam, em carros, cavalos e a pé, obstruindo os caminhos, o que corresponde ao interesse do inimigo, pois atrapalhará os movimentos de tropa.

Ordens falsas, transmitidas aos comandantes de tropa por audazes agentes disfarçados, podem fazer com que certas unidades fiquem inativas ou mesmo marchem em sentido oposto ao que lhes cabia.

Outras ocasiões, ainda esses agentes conseguem que timidas populações de alguns vilarejos reünam viveres e outras utilidades para as tropas que estão para chegar e essas tropas são, no fim de contas, inimigas.

Falsos camponeses teem a seu cargo desviar as unidades inimigas dando informações completamente erroneas, quando essas transitam por zonas desconhecidas. A desmoralização das tropas é irreparavel quando adiante se descobre que foram burladas.

A "5.^a coluna" não despreza a ação terrorista. Um modelo dessa sua forma de intervenção consiste em fazer aparecer, num sitio público, o cadaver de um infeliz cidadão, bastante mutilado, e com um aviso pregado às suas vestes: "assim morrerá todo aquele que não preste ajuda ou se oponha às tropas que veem "salvar" o país".

Além de aterrorizar as populações, que se convencem da inutilidade de toda resistência, os agentes se encarregam de açular os animos contra o Govêrno, acusando-o de se ter lançado em tão funesta luta, sem ter os meios necessários para afrontá-la. E os dirigentes, colocados entre a espada e a parede, teem por fim que renunciar, dando lugar aos politicos "colaboracionistas", que se empenham em anular toda a resistência organizada, consumando-se de tal modo a conquista. Todos nós reconhecemos sem custo esse quadro, que foi, limpidamente, o da França.

LUTA PSICOLOGICA NO INTERIOR — *Dirige-se em primeiro lugar contra os que continuam lutando secretamente, sob a forma de resistência subterrânea. O sistema mais comum consiste em proclamar pelo rádio que sua mulher, seus pais, seus filhos serão encarcerados e fuzilados se os membros da resistência não se entregarem.*

Para completar sua tarefa os agentes da luta psicologica devem contrabalançar os efeitos da guerra de nervos que, por sua vez, o inimigo lança no seu território. A principal coisa a fazer em tal sentido é descobrir e destruir os focos de desmoralização que possam servir de base ao inimigo para uma propaganda ofensiva.

A's vezes fazem-se experiencias. Na Alemanha, por exemplo, quiz-se saber que efeito moral produziria a devolução dos mortos e feridos aos seus parentes; então foi anunciada com antecipação a chegada de um trem hospital conduzindo vítimas da frente russa. O povo encheu a estação, e quando começaram a ser retiradas as padiolas com o seu conteúdo macabro, desencadearam-se lamentações e até gritos de horror.

Imediatamente os oradores discursaram concitando o povo à vingança, a conter as lagrimas e lutar com maior vigor. A reação popular foi, porem, tão fria e fraca que os agentes informaram ser contraproducente devolver os mortos e feridos aos seus parentes. Eliminou-se assim um fator de desmoralização.

A guerra psicologica, parte da guerra total, adquire em si mesma um aspecto total, porque nenhum elemento espiritual ou moral escapa a sua ação, tanto no proprio país como no território inimigo, seja para robustecê-los, seja para destruí-los.

A Alemanha nazista levou a guerra psicologica aos ultimos limites, fazendo taboa rasa de todos os principios morais consagrados, uma vez que estes se apresentassem dificultando os seus designios. E não era outra coisa o que estava implicito nas palavras de Hitler ditas a Hermann Rauschning em 1933:

"Nossa tatica ha de consistir em acabar com o inimigo aniquilando-o interiormente, em vencê-lo fazendo com que seja ele mesmo quem se derrote. . . A confusão de idéias, o panico, os impulsos contraditorios, a irresolução — eis aí as nossas armas."

BOLETIM

Regressaram ao Uruguai os oficiais daquele país amigo que se achavam cursando a nossa Escola de Moto-Mecanização. Eram eles: Majores Juan B. Curutchet, Ademar E. Felipone, Roberto Tomaz Bonilla, Capitães André F. Gomes, José C. Lopes, Florencio Gravina.

Na cerimônia de encerramento dos cursos falou em nome dos camaradas uruguaios o Major Curutchet, que teve palavras de teor altamente elogiante para nós outros:

"El Comando y cuadro de Instrutores guiaron solícitos nuestra labor y nos transmitieron generosamente, sin reservas ni reticencias, con la autoridad de verdaderos maestros que otorga el Saber, un caudal de conocimientos técnicos profesionales quizá superior a nuestra capacidad de asimilación, pero cuyo sedimento constituye una sólida base para estructurar en cada uno al profesional capaz de comprender y seguir en su permanente evolución el arma cuya presencia en los campos de batalla ha modificado los métodos y procedimientos guerreros de otrora".

"Pero esta casa no fué solo una fuente generosa de conocimientos técnicos, ella es, por sobre todo, una escuela de formación espiritual del Oficial Moto-Mecanizado. Desde el Gabinete de Comando hasta la oficina mas modesta, la luz potente de la Fé irradia profusa de los rostros que mandan e instruyen. En esta atmosfera de Fé y del poder de la convicción que da la posesión de la verdad, el espíritu se nutre y el cerebro se ilumina".

"Recogimos aqui, el bagaje intelectual que nuestra mentalidad es capaz de albergar e imbuimos nuestro espíritu de la fé y confianza en los medios de su aplicacion".

Foi perfeita, na verdade, a integração dos camaradas uruguaios no ambiente da Escola de Moto-Mecanização, e por isso mesmo esperamos de par com o aprendizado técnico, alcançamos transmitir-lhes a fiel expressão dos nossos sentimentos fraternais, alicerçados na compreensão, no respeito e na admiração que nos merece um povo que reproduz a América a Suíça, no que esta representa em equilíbrio e adiantamento no concerto das nações européias.

* * *

Falando ao povo russo, no 27.º aniversário da Revolução Soviética, Marechal Stalin fez o elogio dos exércitos anglo-norte-americanos:

"A Conferência de Teheran não foi em vão. Com incrível exatidão foi levada à realidade a estratégia ali ajustada para atacar a Alemanha do oeste, do sul e do leste. As tropas de nossos aliados, com uma organização sem paralelo na história, iniciaram gigantescas operações

na França e com maestria insuperável esmagaram as fortificações nazistas".

* * *

As mais recentes edições da Biblioteca Militar: "Jonini, ou o adi-
vinho de Napoleão", por Jacques Bainville, em tradução do Cel. Renato
B. Nunes; "Aspectos de Direito Público e Constitucional", pelo Ten. Cel.
Sergio Marinho, professor da Escola Militar.

* * *

Alberto Lima, esse sensível e habil artista, está fortemente vin-
culado ao Exército. Desenhista do Gabinete Fotográfico tem sido múl-
tiple e valiosíssima a sua obra naquele setor. Ilustra assiduamente as
nossas revistas militares "Nação Armada", a "Revista do Instituto de
Geografia e História Militar", e também "A Defesa Nacional".

E', pois, um artista que tem constantemente associado as suas ati-
vidades à própria atividade do Exército. Constituiu assim motivo de es-
pecial regosijo, para todos nós, o belo êxito da sua 1.ª exposição de
aquarelas, realizada recentemente no "Pálace Hotel".

O escritor paraguaio eopoldo Ramos Gimenez, escrevendo sobre
os quadros de Alberto Lima, teve palavras que caraterizam admiravel-
mente o mérito do artista nessa nova expressão da sua arte. Diz ele:
"Lima vê o que outros não vêem, sente o que vive no silêncio das
coisas, e ouve a palavra sem sílabas e sem eco que os lábios do tempo
modulam nos cenários da solidão".

Um outro importante aspecto da pintura de Alberto Lima merece o
seguinte louvor do crítico: "O Brasil histórico, com sua roupagem de
sol eterno ardendo nas paredes antigas, diz mais que muitos livros, nas
aquarelas de Alberto Lima".

* * *

Aspectos da agonia nazista: "O povo — falou recentemente o
dr. Goebbels — deve respeitar os seus chefes. As decisões sem conta
que têm de ser tomadas diariamente, e mesmo de hora em hora, em todas
as esferas da conduta da guerra, inevitavelmente contêm certa propor-
ção de erros. Estes erros são causados por deficiências humanas e de
outra espécie e podem trazer consigo lamentáveis consequências".

E mais adiante: "Há alguns fanáticos entre nós que gostam de es-
palhar, no estrangeiro, todos os detalhes dos horrores sofridos com o
pesados bombardeios aéreos. Devemos advertir ao povo que aprenda
política de silêncio dos britânicos".

Que humildade, que tocante humildade nessa nova linguagem de
propaganda germânica! Se dúvida houvesse sobre o estado desespera-
dor da frente interna alemã, aí teríamos um documento altamente co-
vincente... Já erram os chefes intangíveis! E, pasmem todos, recomen-
da-se que o povo alemão imite os britânicos...

De diferente teor é este outro flagrante da agonia nazista. Anun-
ciou-se que o Gen. Leclerc pretendia tomar severas represálias contr
os franco-atiradores alemães, fuzilando 5 prisioneiros de guerra por
cada soldado francês morto por esse processo anti-militar. Os germâ-
nicos prontamente se assanharam, prometendo contra-represálias ain-
mais violentas, utilizando os prisioneiros franceses em seu poder. A
aí nada de mais. Os nazistas, em toda esta guerra, vêm cumprindo n

táveis "performances" em violências e assassínios de gente inerte, como recurso de guerra. Que utilizem agora em larga escala os franco-atiradores, quando os seus pelotões recuam desastrosamente, e quiseram defender-se contra a reação do Gen. Leclerc, não pode surpreender. O que é delicioso, e se não fosse delicioso seria irritante, é que falem seriamente em nome do "direito internacional". Há mesmo na declaração alemã uma tirada assim: "Nas condições atuais, já está sendo feito um inquérito oficial sobre se a Alemanha deverá ou não continuar a se considerar presa às Convenções de Genebra e de Haia, e às demais festivações internacionais, uma vez que essas leis internacionais estão sendo rompidas por nossos inimigos".

Nós que tivemos torpedeados os nossos inofensivos navios de cabotagem, repletos de pacíficos e indefesos passageiros, muitos dos quais mulheres e crianças, quando nem sequer estávamos envolvidos no conflito, bem sabemos que os alemães nunca praticaram na sua guerra as regras elementares de humanidade quanto mais as leis internacionais.

Do ponto de vista militar a ameaça dos nazistas pouco significa. Só lhes falta recorrer aos gases, e se ainda não o fizeram não foi certamente por escrúpulo ou por razões de ordem jurídica, mas porque temem as consequências...

* * *

De um editorial intitulado "Braços para o Brasil", de "O Observador Econômico e Financeiro", de agosto último, extraímos o seguinte:

"Sem o contingente emigratório muito pouco poderá elevar-se a nossa densidade demográfica. A maior parte do Brasil continuará semi-deserta. O despovoamento do campo em benefício das cidades é um fato de constatação fácil, cada vez mais acentuado desde que se acelerou o surto de industrialização urbana. A primeira decepção do recenseamento de 1940 — os presumidos 45 milhões de habitantes reduzidos a menos de 42 milhões — pode-se multiplicar muitas vezes, se formos contar somente com o crescimento vegetativo das populações nativas. Sem correntes emigratórias apreciáveis há muito tempo, o rápido aumento demográfico das cidades brasileiras só se tem feito à custa do campo".

* * *

Ivan Danilovich Cherniakovsky tem 37 anos e é Coronel-General desde março deste ano. É o mais jovem e também um dos mais destacados chefes do Exército soviético. Fez-se ao lado de Vatutin, que acompanhou na extraordinária campanha através da Ucrânia, e tem, como General, as mesmas características do valoroso libertador de Kiev. Chamam-lhe mesmo o "outro Vatutin".

Seus hábitos são singulares: desloca-se sempre num "jeep", que ele próprio dirige e do qual é muito amigo; por vezes pode-se vê-lo falando ao veículo com palavras carinhosas...

Quando Cherniakovsky visita a sua esposa, uma linda jovem de Moscou, seu passatempo favorito é cantar com ela músicas ucranianas.

* * *

Tereis idéia precisa sobre o valor da contribuição militar do índio dos Estados Unidos nesta guerra?

Pois o Ten.-Cel. Lima Figueiredo, louvando-se em dados da revista "Indians at Work", editada pelo United States Department of the In-

terior — Office of Indian Affairs — Chicago”, escreveu recentemente um excelente artigo a esse respeito, publicado em “O Jornal”.

Depois de explicar a posição dos índios norte-americanos e referir alguns dos seus feitos militares na guerra atual, o ilustre autor de “Índios do Brasil”, estabelece um paralelo entre as duas soluções do problema indígena, a dos Estados Unidos e a brasileira, aquela conduzida à base da violência, e não obstante “concluída gloriosamente”, ao contrário de nós que, aplicando métodos suasórios, buscando apenas proteger em vez de dominar, pouco conseguimos praticamente até agora. Mas as razões desse resultado aparentemente paradoxal dá-no-las o próprio indiófilo brasileiro: “Aqui a civilização não acompanhou os desbravadores e lá sim. Na América, na alheta dos conquistadores seguia o progresso com o seu sequito: escola, engenharia sanitária, assistência social. . . No Brasil, atrás dos desbravadores apenas marchavam os padres e os aventureiros, uns para ganharem almas para o reino do céu, outros em busca da cornucópia da Fortuna. E, por isso, os nossos índios ainda vivem nus, uns fugindo de nós e outros chumbados pela sífilis e pela tuberculose, únicas heranças herdadas da civilização”.

* * *

A propósito de um filme amavel — “Brasil To Day” — feito pela R K O., o sr. Origenes Lessa cronista de cinema de “O Globo” acentuou os novos estímulos ao chamado “porque me ufanismo” que a dita película viria inocular-nos.

Vai a sra. Maria Eugénia Celso e protesta, defendendo Afonso Celso, autor do livro “Porque me ufano do meu país”, que deu lugar à expressão designativa dessa mentalidade embalzadora que, como observa o cronista, “nos afasta da realidade objetiva e, apesar do seu nobre lado construtivo,, tem igualmente o seu aspecto negativo”.

A resposta do sr. Origenes Lessa, depois de mostrar que as suas considerações nada têm propriamente com Afonso Celso, mas apenas se entendem com a mentalidade do “porque me ufanismo”, fixa de forma clara e justa a posição que devemos assumir nessa questão. Distinguir e valorizar as nossas coisas, sem entretanto, renunciar ao espírito crítico. E são realmente grandes e verdadeiros os motivos de ufania que ele nos aponta:

“Motivos de ufania? Temos. Claro que temos. Pense, por exemplo, nessa rapaziada magnífica da FEB que está agora lutando na Itália contra o fascismo na Europa. Não é grande? E’ soberba! Eu tenho um amigo que é médico de bordo. Foi duas vezes torpedeado, por submarinos fascistas. Num desses torpedeamentos, muita gente morta, horrores sem conta, sua baleeira deu à costa do Espírito Santo. Duas horas antes, arribara lá um primeiro bote salva-vidas. Ele põe o pé em terra. Pergunta pelos companheiros. Os rapazes que haviam perdido tudo, irmãos, amigos e bens, batiam bola. . . Haviám improvisado um jogo de foot-ball. O meu amigo se espanta: “Mas vocês têm coragem, de, depois de tudo isso, ainda jogar foot-ball?”. Um deles respondeu: “Ah! seu doutor! Tristeza é besteira. . .” Eu vejo nesse pequena episódio algo de muito maior que todos os motivos de superioridade até agora enumerados. Não nos faltam coisas para alimentar o gosto e o orgulho de ser brasileiro. Principalmente na gente, com sua capacidade de sobrevi-

vência, com seu poder de superação. Muito mais na gente do que na beleza casual da Guanabara ou nas apressadas incorporações da zona sul".

* * *

Em conferência recentemente pronunciada na Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, o Ten.-Cel. Edmundo Macedo Soares encareceu as questões de planejamento econômico entre nós. Considerou essa orientação não só perfeitamente praticável como necessária ao nosso desenvolvimento. Eis a síntese-programa que formulou em torno dos principais problemas do Brasil:

"I — Problema de energia, abrangendo: a) — combustíveis; b) — carburantes; c) — eletricidade. II — Problemas das indústrias de base: a) — mineração; b) — metalurgia; c) — química; d) — transformação (indústrias mecânicas, principalmente). III — Problemas das comunicações: a) — transportes; b) — portos; c) — telefonia; d) — telegrafia; e) — correios. IV — Problemas de agricultura e pecuária: a) — solo (erosão, irrigação, adubos); b) — grandes culturas (trigo, fibras, borracha, etc.); c) — pecuária; d) — reservas florestais; e) — indústria extrativa florestal. V — Problemas do homem: a) — eugenia; b) — povoamento e colonização; c) saneamento; d) — habitação; e) — formação profissional. VI — Problemas de crédito e moeda.

THE CALORIC COMPANY

Matriz: RIO DE JANEIRO

AVENIDA PRESIDENTE WILSON, 118, 4.º andar

Telefone 22-5133

ÓLEO
COMBUSTÍVEL
para indústrias e
navegação



ÓLEO
DIESEL
para motores e
tratores

ÓLEOS LUBRIFICANTES
DEPOSITOS:

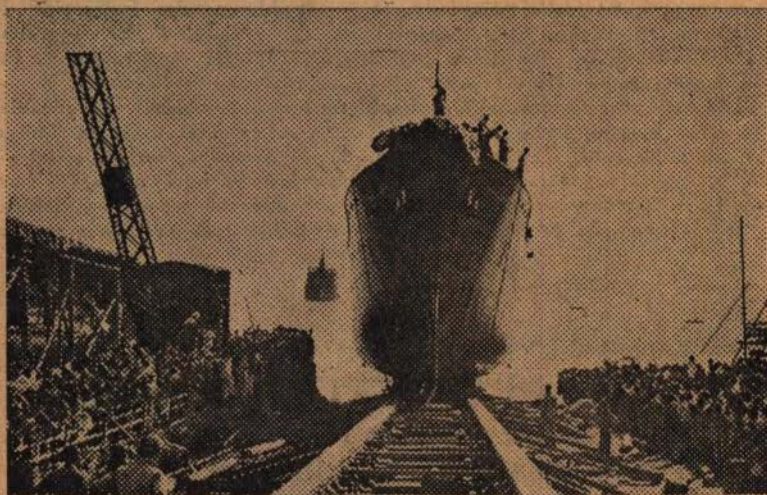
Rio—S. Paulo—Santos—Cde. do Salvador—Recife e Belém

Representantes em todas cidades do país

Solene entrega da corveta "Barreto de Menezes", construída pela Organização Lage

Cresce e cobre-se de glórias a Marinha de Guerra do Brasil, sob o comando desse ilustre marinheiro que é o Almirante Aristides Guilhem, a cuja clarividência e capacidade de trabalho o Presidente Getulio Vargas confiou a importante tarefa de remodelar e engrandecer a gloriosa Marinha de Tamandaré e de Barroso, de Greenhalg e de Marcilio Dias.

A última e moderna unidade, que se veiu untar á valente frota de guerra do Brasil, que patrulha os mares e desperta aplausos calorosos do comando aliado, foi a corveta "Barreto de Menezes", construída nos estaleiros da "Organização Lage", na ilha do Viana. Ao ato do lançamento ao mar da bonita e poderosa corveta realizou-se com toda solenidade, estando presentes o representante do Chefe da Nação, comandante Otavio de Medeiros; o Ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhem; altas autoridades civis e militares, diplomatas, a Missão Militar



O lançamento ao mar da corveta «Barreto de Menezes» construída nos estaleiros da «Organização Lage»

Mexicana e o dinamico superintendente da "Organização Lage", dr. Pedro Brando, a cuja extraordinária capacidade realizadora deve o Brasil a construção de varias unidades, hoje prestando excepcionais serviços no patrulhamento de nossas aguas. A cerimonia foi iniciada com a palavra do dr. Pedro Brando, que em magnifico discurso, pôs em relevo a ação do Ministério da Marinha, louvando a idéia de dar-se nomes de vultos da nossa história ás novas unidades de nossa Marinha de Guerra. Prosseguiu louvando o acerto da escolha do nome de Barreto de Menezes — herói de duas pátrias — que teve seu berno no glorioso Portugal. O embaixador Martinho Nobre de Melo, em expressivo improviso, agradeceu a homenagem a um dos grandes valores de sua pátria.

A emocionante solenidade encerrou-se com o esplêndido discurso do titular da pasta da Marinha que, entre palmas entusiasticas, assim o terminou:

"Aproveito o ensejo para congratular-me com a "Organização e Henrique Lage" pelo empenho e eficiencia com que se vem destacando, não só na construção de navios como em outros empreendimentos de notavel relevancia, todos muito necessarios ao crescente desenvolvimento do Brasil. Tenho certeza de que os diretores engenheiros e operarios deste importante arsenal, multiplicarão seus esforços no sentido de atender ás suas necessidades, porque, cada um de nós tem o dever de pôr todas as suas energias ao serviço da Patria. A dedicação de cada um e a cooperação de todos constituem poderosa alavanca para remover todas as dificuldades. Espero, pois, que aqui neste parque de construções, seja sempre assim, a fim de que a "Organização Henrique Lage" esteja presente na obra de reconstrução da grandeza do Brasil".

1105

O 1º Aniversário da Escola Técnica de Aviação de São Paulo

**A valiosa cooperação do governo de
S. Paulo — Como discursaram o Ministro
da Aeronáutica e o Interventor Fernando
Costa.**

O primeiro aniversário da Escola Técnica de Aviação de São Paulo marcou um acontecimento na vida bandeirante, tão expressivas foram as comemorações que ali se realizaram com a presença do Ministro Salgado Filho, titular da pasta da Aeronáutica.

A eficiência do importante estabelecimento de ensino aeronáutico tem sido verdadeiramente notável, agigantando-se, de maneira especial, nesta hora em que o País exige de seus filhos o máximo de esforço. E isso de tal maneira que, em um ano apenas de atividades, a modelar Escola Técnica desenvolveu um trabalho gigantesco, preparando nada menos de oito turmas de sargentos-aviadores, encontrando-se num ritmo de progresso cada vez maior, graças ao apoio do Governo Federal, através do Ministério da Aeronáutica, e à cooperação do senhor Interventor Federal Fernando Costa que, em sua ampla visão administrativa, não tem poupado esforços no sentido de amparar amplamente essa importante organização de ensino técnico.

As cerimônias foram presididas pelo Sr. Salgado Filho, Ministro da Aeronáutica, que veio da Capital da República especialmente para esse fim, e tiveram lugar no pátio da Escola, magnificamente ornamentado e completamente tomado pelos alunos, instrutores, oficial da Escola e grande massa popular. No palanque de honra achavam-se presentes o Sr. Interventor Fernando Costa, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Arcebispo Metropolitano; a Sr. Coronel João Mendes da Silva, representante da senhora Berta Grandmasson Salgado, esposa do Ministro

da Aeronáutica paraninfa da turma ontem graduada, e numerosas autoridades civis, militares e eclesiásticas, entre as quais a reportagem da Agência Nacional anctou o Sr. Tenente-Coronel Valdemar Pio dos Santos, representante do General Horta Barbosa, Comandante da 2.ª Região Militar; Brigadeiro do Ar, Apel Neto, Comandante da 4.ª Zona Aérea; Dr. Marrey Junior, Secretário da Justiça; Dr. José Gonçalves Barbosa, Secretário da Viação; Cascio Raposo do Amaral, representando o Secretário da Educação; Tirso Martins Filho, representando o Secretário da Agricultura; representantes dos Srs. Secretário da Segurança Pública e da Fazenda; Dr. Tito Franco da Rocha, representante do Prefeito da Capital; Antonio Feliciano, membro do Conselho Administrativo do Estado; Sr. Mario Guastiani, Diretor Geral do DEIP; Djalma Forjaz, Diretor do Departamento de Estatística; Gabriel Monteiro da Silva, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades; representantes dos demais diretores de departamentos; Sr. Cecil M. P. Cross, Consul Geral Americano em S. Paulo; Frank Gram, representante do Coordenador dos Assuntos Inter-Americanos; Dom João da Mata, Bispo de Manáus; Coronel Anisio Botelho, Comandante da Base Aérea; Coronel Julio Américo dos Reis, Diretor do Parque de Aeronáutica; Sr. John Paulo Riddle, Diretor-Presidente da Escola Técnica; Sra. James Blackeley, Tenente-Coronel João Mendes da Silva e Capitão Joaquim Bueno Brandão, respectivamente, diretor, comandante e assistente da Escola Técnica; Eng. Cesar Grilo, Diretor da Aeronáutica Civil; Coronel Casimiro Montenegro Neto, Diretor dos Parques de Aeronáutica; Brigadeiro Sá Earp, Comandante da 3.ª Zona Aérea; Coronel Pinheiro de Andrade, Comandante da Escola Especialistas de Aeronáutica; Dr. Lacio Morais Junior, representante da Federação das Indústrias; Carvalho Sobrinho, Prefeito de Santo André; Dr. Nova Gomes, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária; Coronel Armando Arariboia, Sub-Chefe do E. M. Ae.; Coronel Ismar Brasil, Comandante do 1.º Regimento de Aviação; representantes da Missão Naval Americana no Brasil, outras autoridades civis e militares e numerosas pessoas gradas.

INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO INTERVENTOR FERNANDO COSTA

Após as solenidades de formatura, o Ministro Salgado Filho, o Interventor Fernando Costa e demais autoridades presentes se dirigiram para a sala do comando da Escola Técnica, onde se realizou a inauguração do retrato do Sr. Fernando Costa, oferecido à escola pelo Ministro Salgado Filho, em reconhecimento pelo muito que tem feito o chefe do Executivo paulista pelo desenvolvimento do importante estabelecimento de ensino.

Antes da inauguração do retrato os alunos da 8.^a turma da Escola Técnica efetuaram a entrega de uma pequena lembrança à sua paraninfa, a Exma. Sra. Ministro Salgado Filho.

COMO FALOU O MINISTRO SALGADO FILHO

Procedeu-se em seguida à cerimônia da inauguração do retrato do Interventor Fernando Costa. Oferecendo o retrato, o Ministro da Aeronáutica pronunciou as seguintes palavras:

“Sr. Interventor Federal:

A Escola Técnica de Aviação não podia esquecê-lo neste edifício que lhe foi cedido pelo espírito de colaboração de V. Excia., colaboração essa que se manifestou não só nesse ato, mas também em outros serviços relevantes prestados à Aeronáutica.

Não se diga que a Aeronáutica tem trazido o que há de melhor para S. Paulo, o que só justificaria o ato de V. Excia.. Entretanto,, o que V. Excia. tem feito com o seu alto descortínio de administrador e de bom brasileiro, merece o nosso reconhecimento.

E, para revelá-lo, vamos inaugurar, neste instante, o seu retrato, para que jamais saia do espírito dos alunos desta Escola o quanto devem ao Interventor Fernando Costa, que dirige os destinos deste Estado, parcela preciosa do nosso Brasil. Todos prestamos, também, neste momento em que homenageamos o seu Interventor, a nossa homenagem ao grande Estado de São Paulo.

Tem sido este Estado, no setor da aviação, como em diversos outros da vida nacional, um dos seus destacados pioneiros. E nós, da Aeronáutica, queremos revelar a S. Paulo que também para aqui trazemos as nossas Escolas de formação de pilotos militares, de técnicos de aviação e estamos construindo um dos maiores parques aeronáuticos do Brasil, talvez da América, uma das grandes bases que à aviação militar pertence, que é em Cumbica onde, como dádiva generosa da família Guinle e do Dr. Samuel Ribeiro nomes sempre lembrados por todos nós, foi concedido um pedaço de terra valiosíssimo, em que acabamos de edificar uma das nossas melhores bases.

Assim, pois, Sr. Interventor, neste momento em que convido o Sr. Arcebispo desta Arquidiocese para descerrar a Bandeira que encobre o retrato do Interventor Fernando Costa, queremos saudá-lo com uma salva de palmas”.

Tendo pronunciado essas palavras, o Sr. Salgado Filho convidou o Sr. Arcebispo Metropolitano a descerrar a Bandeira Brasileira que cobria o retrato do Sr. Interventor Fernando Costa, o que foi feito sob aplausos da assistência.

MAGNÍFICA ORAÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO PAULISTA

Serenadas as palmas vibrantes e espontâneas, que se ouviram por minutos, o Interventor Fernando Costa ergueu-se, e, visivelmente emocionado, pronunciou a seguinte oração:

"Exmo. Sr. Ministro, Senhor Diretor da Escola Técnica de Aviação, Exmas. Senhoras, meus Senhores:

Quisestes, Sr. Ministro Salgado Filho, e senhores dirigentes da Escola Técnica de Aviação, por uma excessiva generosidade homenagear-me, colocando o meu retrato no Salão Nobre desta Casa.

Agradeço, profundamente sensibilizado, a vossa gentileza que é mais uma demonstração da vossa estima pessoal e da vossa consideração pelo Governo de São Paulo.

O pouco que fizemos no sentido da obra grande que realizais, nada mais é senão o cumprimento de um dever cívico, qual seja o de cooperar com o ilustre Ministro da Aeronáutica Dr. Salgado Filho, nos esforços realizados por S. Excia., com a supervisão patriótica do Sr. Presidente da República, para a efetivação de meios e recursos com que havíamos de estabelecer e desenvolver a aviação nacional, em conformidade com as necessidades da Pátria brasileira.

Realmente, senhores o problema da aeronáutica tomava, para nós proporções de interesse capital. não só como elemento do nosso progresso social mas também como condição da nossa preparação e como fator da nossa capacidade militar.

O ponto de vista econômico-social, eu já tive ocasião de afirmar aqui, repetindo conceito de ilustre técnico patricio, que a história do transporte brasileiro se reduz "ao ciclo da navegação, ao ciclo das estradas carroçáveis, ao das ferrovias, ao ciclo do pneu e da rodovia e ao ciclo da navegação aérea".

Todos esses ciclos acompanharam a marcha do nosso desenvolvimento influenciando indiscutivelmente na evolução do progresso social do país.

A extensão considerável do nosso território, a distribuição das nossas cidades e povoações e, a disseminação da nossa população rural, criaram-me o problema sério de comunicações que só a aviação poderia, rápida e satisfatoriamente resolver, no momento.

O primeiro passo decisivo dado em favor da aviação nacional foi a instituição do "Correio Aéreo Militar" que, aí por fins de 1937, pôe em tráfego a sua linha aérea mais importante — a "Rota Aérea do Tocantins".

Essa linha, como “uma nova Tordesilhas”, traçou, na expressão de um ilustre escritor nacional, o “meridiano axial do país”, demarcando a região trabalhada pela civilização da zona nova inexplorada e inculta.

Desde então, Senhores, cidades, vilas povoados, fazendas, sítios surgidos ao longo das estradas sertanejas e que não conheciam nem o trem de ferro e nem o automovel habituaram-se a vêr o pássaro monstro — “o avião do Correio Aéreo Militar”, que lhes levava “progresso, vida, civilização”, e que, sobretudo, lhes levava a certeza de que todo esse imenso território é o Brasil, e que todos os seus habitantes são irmãos porque todos são brasileiros.

Quando em 1941 o Governo do preclaro Presidente Vargas criou o Ministério da Aeronáutica, confiando-o ao patriotismo, à competência e à dedicação de Salgado Filho, deu-se um grande passo no sentido da sistematizaçã de nossas atividades para consolidação da mentalidade aeronáutica brasileira e para a efetivação de esforços que haveriam de conseguir uma poderosa aviação para o Brasil.

Intensifica-se, então, o trabalho metódico do Ministério e a nossa aeronáutica que, como se disse, “progredia em razão aritmética, ganhou novo impulso passando a se desenvolver no ritmo da progressão geométrica”.

No setor militar o progresso aeronáutico acentua-se ainda mais rapidamente, processando-se a uma reorganização da Arma da Aviação de que já se orgulhava o nosso Exército.

Fundem-se as atividades e os esforços na convicção de que o Brasil teria que ser uma potência aérea respeitavel e, conjugando-se elementos de escol de nossa aviação militar, naval e civil, estrutura-se a F. A. B. — a gloriosa Força Aérea Brasileira que, encarnando o espírito patriótico, o espírito de sacrifício, de bravura e dedicação dos grandes heróis nacionais, constituiu-se, desde logo, como um dos expoentes que consolidam o prestígio militar no Brasil.

A esta Escola, Meus Senhores, esta Escola que é fruto do esforço do Governo Federal, conjugado à coperação do Governo Americano e à colaboração dos seus técnicos é a grande oficina onde se preparam os nossos mecânicos e os nossos pilotos para o progresso crescente e acelerado da nossa aviação, pondo-a em condições de satisfazer a todas as nossas necessidades sociais, e a todos os imperativos dos nossos compromissos militares, na grande luta pelo ideais da civilização.

Tenho dito, repetidamente, que o ensino profissional assume, em todos os países adiantados, uma importância igual à sua desejada eficiência, como condição indispensável ao progresso das atividades técnicas.

No ramo da vossa escola, esse ensino cresce na sua importância quando verificamos que ali se apresentam os técnicos da aviação brasileira, e que essa aviação representa, sem nenhuma dúvida, um fator de capital importância nos dias futuros do Brasil.

Quando terminar esta guerra tremenda e o mundo voltar para o regime de paz e de tranquilidade, permitindo aos homens o trabalho ordeiro e produtivo, então, principalmente no Brasil, a aviação civil entrará m fase de grande eficiência como meio de comunicação facil e rápida.

Então veremos, singrando os céus do Brasil, e da América, aviões gigantes, encurtando as distâncias num intercâmbio rápido, entre todos os centros do território pátrio, e entre todos os entrepostos comerciais do continente, e estreitando as relações sociais que consolidam os laços de fraternidade pan-americana.

Para obra de tal vulto tudo quanto fizermos é pouco, muito pouco. Para obra de tal projeção aquilo que fizemos, no desempenho de nosso dever de Chefe do Executivo Estadual, foi apenas, uma pedrinha juntada à alvenaria gigantesca que o vosso trabalho vem realizando.

Para recompensa nossa, basta a honra de colaboração na obra patriótica que vindes realizando.

As vossas palmas, os vossos aplausos, o vosso reconhecimento devem se endereçar primeiramente ao Sr. Presidente da República, o Dr. Getulio Vargas, e depois ao seu ilustre Ministro da Aeronáutica pela obra que realizam, com a vossa cooperação, em favor de tão grandes interesses nacionais.

O Governo de S. Paulo, como sempre, reafirma o seu desejo e o seu propósito de trabalhar ao vosso lado, de cooperar, sob a orientação segura do Presidente Vargas, para a crescente prosperidade do Brasil.

De minha parte, profundamente comovido, devo dizer que a vossa generosidade excedeu de muito o meu apoucado merecimento, contudo, a minha gratidão há de ser grande como é grande o vosso coração".

UMA CONSAGRAÇÃO JUSTA

Grande e sincero amigo das Classes Armadas, cooperando eficiente e continuamente com seus chefes, o Interventor paulista tornou-se, desde há muito, merecedor dessa estima que lhe dedicam sejam os homens do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, como agora, mais uma vez, se verificou nas esplêndidas solenidades que marcaram o 1.º aniversário da Escola Técnica de Aviação de São Paulo.

A Situação Econômica e Financeira do Pará

O exercício de 1934 e as atividades do governo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — Detalhes do relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Federal no grande Estado nordestino

Magnífica e realizadora vem sendo a administração do Coronel Magalhães Barata á frente dos destinos do Estado do Pará. O correto militar e homem público levou para o importante posto, que o Chefe da Nação lhe confiou pela segunda vez, um programa de empreendimentos notáveis, como o propósito patriótico de sanear as finanças paraenses, — objetivos que felizmente está colimando, conforme se depreende do impressionante relatório que, dando conta de suas atividades no exercício de 1943, acaba de enviar ao preclaro Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA

No período referente á situação econômica, o ilustre governante do Pará escreve:

“Há um contraste flagrante entre a grandeza e a exuberância do meio e a situação de insuficiência econômica em que vive o homem por estas terras marginais dos grandes rios que formam o sistema amazônico e de florestas sem fim. Não é pequeno o número dos pessimistas que atribuem a um clima desfavorável a causa da estagnação em que tem ficado o acervo mais pomposo do patrimônio nacional, num quadro de magnificências que constituíram sempre motivo de atração universal. Desse preconceito não fugiu Euclides da Cunha. Para ele o homem amazôniso é o intruso que chega antes da terra ter realizado a sua formação cósmica e terá de ser absorvido irrecorivelmente pelos fatores geográficos. Não faltaram, em prognósticos desanimadores, outros sociólogos sem objetividade, que entendem não ser possível o desenvolvimento da civilização nas regiões equatoriais, como se não fosse um desmentido a tais generalidades o próprio esforço vitorioso de uma população que vai realizando a ocupação econômica do hinterland a despeito de todas as vicissitudes e condições adversas, numa desproporção numérica que só encontra paralelo nas zonas dos grandes desertos.

Não é hoje objeto de dúvida em antropogeografia que essa ocupação depende das faculdades de adaptação que possa o homem desenvolver na conquista da terra e no aproveitamento das riquezas desta. Em qualquer clima ou latitude.

O caso amazônico é um problema de povoamento antes de tudo. Não há mais lugar para o derrotismo do clima, em que por vezes, se comprazem observadores apressados ou mal avisados. Não fosse o testemunho de um sábio como Wallace, grande naturalista inglês, que por aqui andou no meado do século passado, que

considerava o clima do vale amazônico o melhor do mundo, ou de Humboldt, que fez o prognóstico de um dia vir a ser o nosso hinterland a sede da maior civilização do futuro, para não nos perdermos em divagações a que chegou a missão brasileiro-americana, dirigida por William Schurz, em 1923 e 1924, depois de um exame completo das nossas condições peculiares de meio físico, social e econômico no sentido do aproveitamento das nossas matérias primas tropicais, principalmente d borracha. Conclue aquele especialista americano, em seu relatório: "O vale do Amazonas não justifica a reputação que se criou de um clima essencialmente quente, húmido ou insalubre. Goza, muito ao contrário, para uma região equatorial, de clima relativamente agradável, de forma nenhuma mortífera ao colono ou viajante que procure países tropicais. De uma forma geral deve considerar-se o clima de toda a bacia hidrográfica muito uniforme e regular". Continua, para mostrar que estamos em condições mais favoráveis para a produção da borracha que o Extremo Oriente: "A bacia amazônica possui menor humidade atmosférica do que as regiões do Oriente, produtoras de borracha, sendo o ar consideravelmente mais seco. Por conseguinte, o europeu é capaz de maior trabalho e esforço mais demorado no Amazonas" (*Rubber Production in the Amazon Valley*, pág. 77).

O povoamento do vale amazônico, como dos vales adjacentes do Tocantins e outros caudais que confluem para a formação do grande delta, processou-se por uma penetração desordenada, fora de qualquer método sistemático de colonização, com tendência para os grandes latifúndios. Pequenos núcleos de população esparsos, no isolamento de espaços que a floresta preenche. Só o rio é fator de unidade nesse arquipélago de ilhas econômicas, para lembrar a observação de Vossa Excelência no discurso de Goiania. Por isto é que o problema do transporte tem uma importância tão capital para a nossa economia.

A fixação do homem à terra havia que envolver um programa de colonização, tendo em vista todos esses fatores e peculiaridades do meio, no sentido de uma adaptação conveniente, para que a ocupação econômica não viesse a sofrer o retrocesso que teve quando o colapso da nossa borracha, depois da primeira década deste século, deu em consequência o êxodo dos trabalhadores dos seringais e o abandono destes. O seringueiro nordestino, que, em regra, deixava a sua família na gleba nativa, não era um colono radicado ao seringal. Quando secou a fonte que alimentava as esperanças que o tinham impellido à aventura da selva, voltou à sua terra de origem, sózinho como tinha vindo. O despovoamento era o resultado da falta de organização da economia extrativa da borracha, deixada ao livre jogo dos agentes e fatores da exploração, sem planificação ou controle.

Por isto é que estamos certos que um novo ciclo — que se poderá denominar com justeza de ciclo Getúlio Vargas —, abriu-se para o nosso hinterland, depois que Vossa Excelência traçou o programa de recuperação do vale amazônico, que teve a sua primeira expressão no discurso do Amazonas, de 10 de Outubro de 1940. O Estado Nacional não podia deixar à margem um dos problemas mais instantes da economia brasileira, qual o do aproveitamento do incomparável potencial de riqueza de que somos detentores.

A colonização das nossas terras é um problema que foge às possibilidades financeiras atuais do Estado, toda a vez que ela tenha de ser feita com a técnica rigorosa a que deve obedecer, pela localização de famílias de imigrantes que venham encontrar desde logo condições de adaptação, de bem-estar e conforto, que as radiquem ao solo que vão fecundar com o seu trabalho. Certamente que não seria possível exigir que os trabalhadores da borracha, na emergência da guerra, que essa imigração provocada atendesse, desde logo a todos os requisitos necessários à fixação do imigrante. Entretanto, cabe-me aqui destacar a orientação e o

método que segue o Departamento Nacional de Imigração, sob a direção do Doutor Doria de Vasconcelos, no louvável intuito de realizar um serviço de povoamento do vale amazônico, tendo em vista as nossas condições próprias, com aproveitamento do trabalhador nordestino por famílias isoladas ou grupo de famílias.

A despovoação de nosso Estado atingiu a cifras impressionantes, pelas circunstâncias especialmente precárias em que temos vivido estes últimos trinta anos. O recenseamento de 1940 assinalou uma grave diminuição de nossa população. Estamos, assim, como uma deplorável redução no valor no potencial humano, como fator de trabalho na produção da riqueza, agravada ainda mais pela desnutrição de nosso trabalhador, quer da cidade, do campo ou da floresta, que vive num constante regime de carência econômica.

Temos de pôr um paradeiro a esse retrocesso, de uma população que já afirmou na história da economia nacional a sua capacidade de sobreviver e produzir em escala ascendente. Basta ver a contribuição que demos por quase um século para a balança de contas do Brasil, com a produção amazônica, sobretudo da borracha, que, como produto de exportação, se constituiu por muitos anos fator preponderante de sustentação de nosso câmbio.

A defesa da população tem de ser feita, para a preservação do seu desenvolvimento e a elevação do seu padrão de vida, pela saúde e pela produção econômica. Os problemas da produção e da saúde são, assim, conexos e devem ser considerados em primeiro lugar na estruturação de um plano de governo que tenha por fim melhorar as condições biológicas e sociais do homem e a valorização da terra, na qual vive em tão difíceis condições de adaptação. Não tem sido outra a minha preocupação, depois que assumi as responsabilidades que me impôs a confiança de Vossa Excelência. Compreendi que era preciso antes de tudo atacar os problemas fundamentais que atendem essencialmente com as condições primárias de vida, para dar a essa massa uma maior capacidade de produção e de resistência."

A BORRACHA

Longos períodos merece o estudo da situação da borracha. O coronel Magalhães Barata aborda todos os aspectos da questão, para acentuar por fim:

"Já em Agosto último, eu fazia sentir pessoalmente a Vossa Excelência as minhas apreensões quanto à produção da borracha desse primeiro ano de 1943, que não podia corresponder às esperanças que o esforço e a cooperação de todos deviam justificar, mesmo porque as estatísticas até aí mostravam, paradoxalmente, uma certa diminuição quanto ao ano anterior.

Um reajustamento se impunha, tendo em vista a situação peculiar do trabalho regional, que, embora deprimido pelos preços baixos, começou a reagir logo que, com a guerra na Europa, a procura do nosso produto determinou uma alta animadora, a ponto de em Março de 1942 o produto seco amazônico já atingir o preço de treze cruzeiros o quilo. Verificara-se, então, uma reação igual nas estatísticas de produção e podíamos em 1940 produzir 13.875 toneladas, em 1941, 15.241 e 20.180 em 1942. Isto indicava que, a despeito de tudo, ainda tínhamos condições próprias de vida nos seringais que haviam registado à decadência. Era questão de aproveitar os quadros remanescentes da produção e desenvolvê-los, no mesmo plano em que já tinham florescido. Não foi por outra razão que as Associações Comerciais do Amazonas e do Pará se bateram para que a intervenção que se processava na economia do vale tivesse em consideração essas condições existenciais, e

fossem mantidas certas práticas de comércio da borracha, que teriam de desaparecer com os novos métodos contidos naquele plano, principalmente quanto ao financiamento do seringueiro e venda do produto.

D e outra parte, era preciso, como estava nos moldes da intervenção planejada, alargar esse financiamento às justas possibilidades do produtor, preservar o seringueiro da exploração patronal do seringalista e do latifundiário, assegurar o transporte por meio de embarcações apropriadas aos nossos altos rios e igarapés, ampliando os quadros do SNAPP, além de atender ao regime variável das águas dos diversos rios, para a drenagem da produção nas épocas próprias, além da assistência sanitária.

Não faltaram os recursos financeiros, que o Banco de Crédito da Borracha, com reserva suficiente de numerário, distribuiu por todos os quadrantes do vale e a assistência que a R.D.C. dava de suprimentos em gêneros de alimentação e utensílios ao nível dos preços de Março de 1942, ou no serviço aéreo de ligação dos centros de produção embora não fossem ainda suficientes os meios disponíveis de transporte, para a distribuição de trabalhadores e mercadorias ao longo de nossa dilatada rede fluvial, certamente devido aos retardamentos que a guerra determinava.

Medidas posteriores vieram permitir maiores possibilidades ao trabalho de produção da borracha, com um melhor reajustamento do plano de intervenção à situação, pela concessão de franquias substanciais aos intermediários, comerciantes e seringalistas e, principalmente, de um preço compatível com o custo dessa produção, como estavam a reclamar os que tinham seus interesses ligados ao nosso principal produto e as vozes mais autorizadas no estudo do problema amazônico, neste caso, o Instituto Agrônomo do Norte, por seu ilustre diretor e economistas do valor do Sr. P. Chermont de Miranda, que, embora em divergência sobre outros pontos de vista em torno da borracha, se conciliavam naquele, em concordância com o que pleiteavam as Associações Comerciais do Pará e do Amazonas.

Foi assim, que com a revisão do convênio de Washington a nossa borracha passou a ser cotada por preço mais remunerativo do esforço nacional, o que seguramente vai concorrer para que possamos melhor atender às necessidades de suprimento de nossa matéria prima estratégica, honrando os compromissos que o governo de Vossa Excelência, assumiu com os nossos aliados.

Ao preço básico de 45 centavos por libra peso FOB-Belém, ajustado no convênio de Washington, de Março de 1942, pelo ilustre Ministro da Fazenda, Dr. Souza Costa, para a borracha tipo Acre fina, foi acrescido o prêmio de 33½ por cento, extensivo a todos os demais tipos de goma elástica constante das tabelas em vigor. Esse aumento se destina a compensar o produtor pela elevação do preço das utilidades e constituirá, certamente, maior estímulo ao desenvolvimento da produção, ficando assim, atendidos os apelos gerais quanto a esse aspecto do problema amazônico.

Para que o Estado desse uma colaboração mais direta ao esforço de produção e no objetivo de facilitar a ação dos órgãos de execução do plano estabelecido, propuz ao SAVA que essa cooperação, no setor da localização de trabalhadores nos seringais e do abastecimento, fosse prestada por intermédio dos prefeitos dos municípios produtores de borracha, que passariam a agir em conexão com os agentes daquele serviço, no que fosse concernente: a) ao alojamento temporário dos trabalhadores destinados aos centros de distribuição do interior; b) à alimentação dos trabalhadores, mediante o fornecimento de gêneros a serem remetidos desta capital ou de onde melhor conviesse; c) à assinatura dos contratos de trabalho entre

os seringalistas e os seringueiros, e com os representantes do SAVA nos casos em que ditos contratos não houvessem sido assinados nesta capital pelo seringalistas ou seus representantes.

Dêsse modo, pôde o Estado assegurar maior eficiência a êsse serviço de importância substancial para a campanha da borracha, ao mesmo tempo que dava assistência ao trabalhador e concorria para a manutenção da ordem no trabalho dos seringais."

A SITUAÇÃO FINANCEIRA

No capítulo referente á situação financeira do Estado, o Coronel Magalhães Barata expõe tudo com absoluta clareza, com quadros bastante expressivos sobre a Receita e a Despesa, assim concluindo :

"Pela análise do movimento de fundos, em face da execução orçamentária, verifica-se que as nessas disponibilidades somavam, em 31 de Dezembro de 1943, a Cr\$ 19.150.782,17, com um aumento sobre as do encerramento do balanço financeiro de 1942, de Cr\$ 10.609.734,42, assim distribuídas (Balanço Financeiro — Anexo número 44) :

	Cr\$
Tesouraria Geral	1.428.046,41
Bancos e repartições	13.685.788,29
Fundos especiais	4.036.947,47
	<hr/>
	19.150.782,17

O movimento extraorçamentário acusou uma receita superior à despesa no valor de Cr\$ 839.738,40, que, adicionada ao saldo verificado na execução orçamentária, de Cr\$ 9.769.996,02, eleva a Cr\$ 10.609.734,42 o aumento sobre as disponibilidades em 31 de Dezembro de 1942, como já foi indicado.

Os balanços financeiro e patrimonial, as demonstrações do movimento financeiro e da execução orçamentária; as relações dos créditos adicionais, suplementares e especiais, devidamente discriminados; os quadros demonstrativos da receita orçada e arrecadada, da classificação da receita pela sua incidência e o comparativo da despesa fixada e efetuada; as demonstrações da despesa pelos seus elementos em cada serviço; da despesa por serviços em cada órgão administrativo e da verba de eventuais; a demonstração das contas patrimoniais, de bens moveis e imoveis, da dívida externa, da dívida interna fundada, de exercícios findos e restos a pagar das diversas contas do Banco do Brasil e do montepio dos funcionários do Estado, são os elementos informativos que dão a medida da exatidão financeira do governo no exercício de 1943, dentro dos princípios e normas da contabilidade pública e da legislação em vigor (Anexos ns. 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48) ."

a

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

O relatório do brilhante administrador do Pará conclui com o parecer do Conselho Administrativo estadual, aprovando o balancete e exaltando a atuação do Interventor Magalhães Barata no cumprimento do dever, no respeito às leis e no afan de engrandecer o Pará e, conseqüentemente, o Brasil.

ACABA DE APARECER:

Biblioteca Clássica de Cultura Militar

(Dirigida pelo Cel. J. B. Magalhães)

I V O L U M E :

A ARTE DA GUERRA -- Maquiavel

(Tradução do Cel. R. B. Nunes.)

A seguir :

- II — *A arte da Guerra* — Frederico o Grande.
- III — *A Guerra Antiga* — Socrates, Xenofonte, Políbio, Végécio e Sun Tsé.
- IV — *A Guerra no Mar. A Doutrina* — G. Darrieus.
- V — *Economia de Guerra* — E. Piattier.

SÃO LIVROS QUE INTERESSAM A CULTURA DO OFICIAL MODERNO
E DO INTELECTUAL CIVIL.

Apresentação esmerada da Editorial Peixoto S. A.

Preço: broch. Cr\$ 25,00 — Enc. Cr\$ 35,00
Pelo Correio, mais Cr\$ 1,00.

Pedidos: A Defesa Nacional — (Palácio do Ministério da Guerra, 4.º pavimento, fundos. Rio) Ou, Caixa Postal 32. Rio.
Remessa mediante vale postal, ou pelo Serviço de Reembolso Postal.

Mais mil casas para os funcionários da Central

A Caixa Econômica financiará a construção—
O contrato ontem assinado entre a Estrada e
aquele estabelecimento de crédito

Tendo instituído, na Central, toda uma larga série de serviços em benefício dos ferroviários, o major Alencastro Guimarães, que já lhes havia dado refeições sadias e baratas, escolas profissionais, um Ginásio para ensino de humanidades, crèches, assistência médico-dentária, ci-



O major Alencastro Guimarães quando assinava o contrato para construção de mil casas para os ferroviários da Central

nema educativo, gênero alimentícios e produtos farmacêuticos através do Serviço de Subsistência Reembolsável, vem agora, de promover a construção de mais mil casas para residência dos servidores da Estrada. De mais mil casas, dizemos, porque, recentemente, já a Central havia entregue 114 apartamentos a seus funcionários, dando-lhes, a preço módico, habitação decente e confortável. Os referidos aparta-

mentos, levantados no Engenho de Dentro, deram, de certo, origem a um plano mais vasto, ou seja o que determinou a assinatura, ontem, no gabinete do Sr. Carlos Luz, presidente da Caixa Econômica, de importante contrato entre aquele estabelecimento de crédito e a Central do Brasil, contrato pelo qual a Caixa Econômica emprestará á nossa maior ferrovia a importância de Cr\$ 15.000.000,00, destinados ao financiamento da construção das sobreditas mil casas para o funiconalismo da Estrada. O ato realizou-se em presença dos diretores das partes contratantes,, sendo a escritura assinada, respectivamente, pelo major Alencastro Guimarães e pelo Sr. Carlos Luz. Ao ato, que se revestiu de solenidade, estiveram, ainda, presentes, entre outras figuras de relevo na administração da Central, o major Eurico de Sousa Gomes, vice-diretor da Estrada; dr. Gontran de Sousa, assistente geral; dr. Valdemar Magno de Carvalho, chefe do Departamento Imobiliário da Estrada; dr. Astolfo Serra, chefe do Departamento de Turismo e Publicidade; drs. Bernardo e Ascanho, da Secção Juridica, e outros.

PALAVRAS DO MAJOR ALENCASTRO

Após a assinatura do contrato e referindo-se ao alcance social da medida, disse-nos o major Alencastro Guimarães:

“Essa transação é uma realização que reafirma a política social do presidente Getúlio Vargas de melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro. Dentro de uma casa confortavel e compativel com a dignidade humana, o trabalhador vai encontrar estímulo para produzir as melhores tarefas em benefício da coletividade”.

FALA O SR. CARLOS LUZ

Ouvido pela reportagem, assim se manifestou o presidente da Caixa Econômica:

“Conforme declarei, agradecendo a saudação do major Alencastro Guimarães, a sua administração deu mostras de grande visão ao iniciar com a colaboração da Caixa Econômica a construção de vilas operárias destinadas a melhorar as condições de vida do pessoal. E’ esse o notável serviço que o grande administrador presta aos seus colaboradores na obra de remodelação de nossa principal ferrovia”.

O FINANCIAMENTO DA CAIXA ECONOMICA

O contrato de empréstimo ontem assinado monta, como dissemos, a Cr\$ 15.000.000,00 que serão pagos no prazo de 20 anos, a juros de 8%, em prestações trimestrais de Cr\$ 187.500,00.

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

"A DEFESA NACIONAL"

Proposta para Associado:

(Art. 13 do Cap. II)

Nome: -

Natural de

Cidade

Estado Civil

Data do Nascimento

Profissão

Guarnição

Data:

Assinatura: -

(Firma reconhecida)

OBSERVAÇÕES:—

- Remeter 2 fotografias 3x4.
- Tabelião em que tem firma reconhecida, aqui no Rio, caso não possa reconhece-la no local onde está servindo.
- A importância das QUOTAS-PARTES deverá ser remetida em vale po tal.

Assinantes – Atenção

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de Fevereiro p. p., deliberou que, a partir dessa data, sejam os seguintes os preços das assinaturas:

Associados da Cooperativa . .	Cr\$ 30,00 — ano
Assinaturas renovadas	Cr\$ 45,00 — ano
Assinantes novos	Cr\$ 60,00 — ano

—x—

Leiam o Cap. II e o artigo 11.º dos Estatutos da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intellectual “A DEFESA NACIONAL”, os quais foram publicados na Revista do mês de Setembro de 1943, e nos remetam a fórmula no verso deste, devidamente preenchida, para que possam auferir das vantagens do sistema cooperativista e também se constituírem como parte integrante de uma associação que edita a mais bem cuidada Revista sobre assuntos militares.

Não vacile, mande-nos sem demora a sua proposta.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

ATOS OFICIAIS DO MINISTERIO DA GUERRA DE 20
DE OUTUBRO A 20 DE NOVEMBRO DE 1944

ACESSÓRIOS DE MATERIAIS BELICOS — (Aquisição).

O "Diário Oficial" n.º 259 de 7-11-944 — (página n.º 18953) publica a Portaria n.º 7396, do Ministro da Guerra, aprovando as instruções destinadas a regular as aquisições de sobressalentes e acessórios de materiais bélicos e de motomecanização, nos Estados Unidos da America do Norte.

ALISTAMENTO — (Solução de consulta).

— I — Tendo a Chefia da 29.^a Circunscrição de Recrutamento (Manáus) verificado que outras chefias de C. R. dão interpretações diversas aos arts. 32 e 34 da Lei do Serviço Militar, consulta:

a) se prazo igual ou regulamentar e o período compreendido entre a idade de 18 anos e a de 19 anos e 8 meses (art. 32 da L. S. M.) ou o período de 4 meses, anuais do funcionamento das Juntas de Alistamento Militar art. 65 do Regulamento do Serviço Militar — Decreto n.º 15.934, de 22 de janeiro de 1923).

b) se prazo legal ou regulamentar foi o período compreendido entre as idades a que se refere a letra a, se deve ser cobrada a multa a que aludem os arts. 34 e 201 da L. S. M. aos maiores de 20 anos, mesmo quando estes procurem a Junta de Alistamento Militar e façam espontaneamente seus alistamentos.

c) se ainda deve ser considerado como "à revelia" o alistamento de brasileiros de vinte anos de idade, feito pela Junta de Alistamento Militar com base em notas do cartório do registro civil, ficando assim enquadrados no que estabelece a segunda parte do item I do Aviso numero 185-X, 3 de 25 de janeiro de 1941.

II. Em solução declaro:

1. O alistamento pode ser espontâneo ou à revelia.

Alistamento espontâneo é o realizado entre 18 anos e 19 anos e 8 meses de idade, por iniciativa do alistando.

Alistamento à revelia é o efetuado depois de 19 anos e 8 meses de idade, quer seja ou não por iniciativa do alistando.

As Juntas de Alistamento Militar não podem alistar individuos com idade compreendidas entre 18 e 19 anos e 8 meses, senão quando elles se dirijam às mesmas Juntas para esse fim.

São equivalentes as expressões "prazo legal" e "prazo regulamentar", citadas nos artigos 34 e 201 da Lei do Serviço Militar, e designam o período compreendido entre 18 anos e 19 anos e 8 meses de idade.

2. A 2.^a e a 3.^a parte da consulta estão implicitamente respondidas pela afirmativa, em face do que dispõe o item I anterior.

(Aviso n.º 3.413 de 31 — X — D.O. de 3-11-944).

Edições da A Defesa Nacional

As Condições Geográficas e o Problema
Militar Brasileiro — Coronel Mario

Travassos 6,00

A Defesa Nacional (Número Avulso) 5,50

Cartilha da Mocidade — Cap. Micaldas

Corrêa 7,00

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter)

— A Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos passa a ter autonomia administrativa, de acôrdo com o disposto no artigo 25, do Regulamento da Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 3397 de 30 — X — D.O. de 1-11-944).

CERTIFICADO DO CURSO DA E. TRANSMISSÃO — (Aprovação).

— Aprovo o modelo de certificado de curso da Escola de Transmissões.

(Aviso n.º 3.433 — de 4. — D.O. de 7-11-944).

CIDADÃOS CHAMADOS AO SERVIÇO MILITAR E DIPLOMADOS —
(Estágio).

— I — Os cidadãos chamados à prestação inicial do serviço militar e diplomados em medicina ou veterinária por escola oficial ou reconhecida devem realizar, na primeira oportunidade, o estágio exigido para admissão nos quadros de oficiais da reserva de 2.^a classe dos serviços de saúde e de veterinária, de conformidade com o disposto no Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942.

Esses cidadãos terão a incorporação adiada. Se já estiverem incorporados deverão ser excluídos dos corpos ou formações de serviço, sete dias antes da convocação para o referido estágio, ficando também considerados de incorporação adiada.

Os que não concluírem com aproveitamento o referido estágio devem ser imediatamente apresentados aos corpos ou formações de destino, a fim de prestarem nas fileiras (ou de completarem) o serviço militar a que estavam obrigados.

II — Fica revogado o Aviso n.º 772, de 24 de outubro de 1938.

(Aviso n.º 3.436 de 6. — D.O. de 8-11-944).

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES DO EXÉRCITO — (Redação)

O artigo 73 do Decreto-lei n.º 2.186, de 13 de maio de 1940 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército) passa a ter a seguinte redação:

O militar da ativa que servir em guarnição considerada especial perceberá uma cota adicional sobre os seus vencimentos. Essa cota será de:

— 30 % para as guarnições de 1.^a categoria

— 20 % para as de 2.^a.

Parágrafo único. Essa vantagem será abonada:

a) durante o tempo que o militar permanecer regularmente na guarnição; e fora desta só quando o seu afastamento for em objeto de serviço;

b) quando, por qualquer motivo, haja perdido o direito à gratificação, mas permaneça na localidade em que estava servindo.

Art. 2.º Ao artigo 231, letra a, do referido Decreto-lei é acrescido o item VI, com a seguinte redação:

VI — quando em gozo de férias concedidas para serem utilizadas fora das guarnições especiais de 1.^a categoria, de ida e volta, inclusive para a família, até o local de residência habitual do oficial.

Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 7.041 de 10-11-944. — D.O. de 13-11-944).

BANCO DO BRASIL S. A.

TAXAS PARA AS CONTAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a. a.
Depósito inicial mínimo, Cr\$ 1.000,00. Retiradas livres. Não rendem juros os saldos inferiores àquela quantia, nem as contas liquidadas antes de decorridos 60 dias a contar da data da abertura.	
DEPÓSITOS POPULARES (Limite de Cr\$ 10.000,00)	4 % a. a.
Depósitos mínimos, Cr\$ 50,00 Retiradas mínimas, Cr\$ 20,00.	
Não rendem juros os saldos:	
a) inferiores a Cr\$ 50,00;	
b) excedentes ao limite;	
c) das contas encerradas antes de decorridos 60 dias da data da abertura.	
DEPÓSITOS LIMITADOS (Limite de Cr\$ 50.000,00)	3 % a. a.
Depósitos mínimos, Cr\$ 100,00 Retiradas mínimas, Cr\$ 50,00.	
Não rendem juros os saldos inferiores a Cr\$ 100,00.	
Demais condições idênticas às de Depósitos Populares.	
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	
Por 6 meses	4 % a.a.
Por 12 meses	5 % a.a.
Com retirada mensal da renda, por meio de cheque:	
Por 6 meses	3-½ % a. a.
Por 12 meses	4-½ % a. a.
Depósito mínimo — Cr\$ 1.000,00	
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO	
Para retiradas mediante prévio aviso:	
De 30 dias	3-½ % a. a.
De 60 dias	4 % a. a.
De 90 dias	4-½ % a. a.
Depósito inicial mínimo — Cr\$ 1.000,00	

LETRAS A PRÊMIO

Sêlo proporcional. Condições idênticas às de Depósito a Prazo Fixo.

O BANCO DO BRASIL S. A. faz todas as operações Bancárias — Descontos, Empréstimos em Conta Corrente garantida, Cobranças, Transferências de fundos, etc.

NA CAPITAL FEDERAL, além da AGÊNCIA CENTRAL à RUA 1.º DE MARÇO n.º 66, estão em pleno funcionamento as seguintes AGÊNCIAS METROPOLITANAS, que fazem, também, todas as operações acima enumeradas.

GLÓRIA — Praça Duque de Caxias, n.º 23
 MADUREIRA — Rua Carvalho de Souza, n.º 299
 MEYER — Av. Amaro Cavalcanti, n.º 95
 BANDEIRA — Rua do Matoso, n.º 12
 RAMOS — Rua Leopoldina Rego, n.º 78
 TIRADENES — Rua Visc. Rio Branco, n.º 52

COMPANHIA DE INTENDENCIA REGIONAL — (Organização).

— I — Fica organizada a 2.^a Companhia de Intendência Regional (São Paulo), com o efetivo consignado no quadro aprovado pela Portaria reservada n.º 30-28, de 7-5-1943.

II — E' tornado sem efeito o Aviso n.º 137 Q. 3, de 21 de janeiro de 1941, que mandou ficar sem efetivo a referida unidade.

(Aviso n.º 3.463 de 8 — D.O. de 10-11-944).

COMPANHIA DE INTENDENCIA REGIONAL — (Efetivo).

— E' dado efetivo tipo constante da Portaria reservada n.º 30-28, de 7-5-1943, levada em consideração a observação do quadro pela mesma aprovado, à 5.^a Companhia de Intendência Regional.

(Aviso n.º 3.462 de 8. — D.O. de 10-11-944).

COMPANHIA DE GUARDAS Q. G. DO MINISTÉRIO D AGUERRA —

(Ordens).

— A Companhia de Guarda do Quartel General do Ministério da Guerra passa a depender diretamente das Diretorias Técnicas (Intendência, Moto-mecanização, Material Bélico, Engenharia, Transmissões e Saúde), das quais receberá ordens e insinuações no tocante aos assuntos de ordem técnica.

(Aviso n.º 3.516 de 17. — D.O. de 20-11-944).

COMPANHIA LEVE DE MANUTENÇÃO — (Quadros).

— Enquanto não forem aprovados, os quadros de efetivos da 1.^a Companhia Leve de Manutenção, criada pelo Decreto-lei n.º 6.899, de 25 de setembro de 1944, para todos os efeitos essa unidade reger-se-á pelo efetivo previsto no Aviso n.º 2.998, de 25 de setembro de 1944.

(Aviso n.º 3.264 de 20. — D.O. de 23 — X — 944).

COMPANHIA RODOVIÁRIA — (Criação).

E' criada, para instalação imediata, com sede em Cuiabá (Estado de Mato Grosso), a 3.^a Companhia Rodoviária Independente, com a transformação da IV/4.^o Batalhão Rodoviário.

A 3.^a Companhia Rodoviária Independente encarrigar-se-á, no momento, da construção da Rodovia General Rondon, ligando Cuiabá a Vitlhena.

(Decreto-Lei n.º 16.921 de 23. — D.O. de 25 — X — 944).

CONCESSÃO DE MEDALHAS CRIADAS NO EXÉRCITO — (Regulamento).

O Diário Oficial n.º 249 de 25-10-944 — (página n.º 18331) publica o Regulamento para a concessão de Medalhas criadas no Exército pelo Decreto-Lei n.º 6.795 de 17-8-944).

CONCORRENCIAS ADMINISTRATIVAS — (Alterações).

— Ficam revigoradas para o ano de 1945 as Normas Reguladoras das Concorrências Administrativas para Fornecimentos no ano de 1944, aprovadas por Aviso n.º 905, de 29 de novembro de 1943, observadas as seguintes alterações:

Edições da A Defesa Nacional

Contribuição para a História da Guerra
entre Brasil Buenos Aires — Gen.

Bertoldo Klinger 13,00

Estratégio do Terror — Trad. Cel J. B.

Magalhães 15,00

Formulário Processual — Ten. Cel. Niso

de Viana Montezuma 16,00

A DEFESA NACIONAL A DEFESA NACIONAL

A letra *d* do número 3 passa a ter a seguinte redação:

"quitação dos impostos: sindical, desconto dos respectivos empregados, sobre a renda, municipais, estaduais e federais, sempre os últimos";

O número 27 passa a ter a seguinte redação:

"Dentro de cinco dias, a contar da data da realização das concorrências, os Estabelecimentos deverão remeter, via aérea, os mapas de apuração das mesmas, acompanhadas do edital, cópia da ata da concorrência, primeiras vias das propostas e respectivo relatório".

Ao número 38 será acrescentado:

(Aviso n.º 3.455 — de 7. — D.O. de 9 — 11 — 944).

CONTINGENTE DA C. DA REDE ELETRICA DE PIQUETE-ITAJUBA' —

Fica criado o Contingente da Comissão de Melhoramentos da Rede Elétrica Piquete-Itajubá, com a seguinte composição:

2.º Sargento de Engenharia, 1. — 3.º Sargento de Engenharia, 2. — Cabo de fileira, 2. — Soldados de fileira, 6. — Total — 11.

(Aviso n.º 3376 de 25. — D.O. de 30 — X — 944).

CONTINGENTE DE SORTEADOS — (Incorporação).

I — O contingente de sorteados em 1.ª chamada e o contingente suplementar, a incorporar a partir de novembro do corrente ano (1.ª Zona Militar), ficam a disposição das Regiões Militares a que se destinam para incorporação à medida das necessidades (preenchimento dos claros existentes ou que se verificarem as unidades e serviços).

Esses contingentes ficarão nessa situação até 31 de outubro de 1945, caso não venham a ser, antes de expirado esse prazo, absorvidos pelos claros que ocorrem por qualquer razão. Os conscritos que não forem chamados para incorporação até esse dia 31 de outubro, serão, então, considerados reservistas de 3.ª categoria.

II — O disposto no item anterior se aplica aos citados contingentes e conscritos da 2.ª e 3.ª Zonas Militares, para incorporação em 1945, alteradas as datas de conformidade com a respectiva Zona Militar.

(Aviso n.º 3.296 de 20. — D.O. de 23 — X 944).

DENTISTAS CIVIS — (Estágio).

— Autorizo os comandantes de Região Militar a conceder o estágio previsto nos arts. 2.º, 3.º e 4.º do Decreto-lei nº 5.314, de 11 de março de 1943, aos dentistas civis que, tendo concluído com aproveitamento o respectivo Curso de Emergência, hajam completado 30 anos de idade e satisfaçam os demais requisitos exigidos.

(Aviso n.º 3.264 de 20. — D.O. de 23 — X — 944).

DEPOSITO CENTRAL DE MATERIAL DE TRANSMISSÕES — (Dotação).

— Por lhe haver sido concedida autonomia administrativa pelo Aviso número 1.805, de 21 de julho de 1943 e em aditamento ao Aviso n.º 3.123 de 11 de outubro findo, fica o Depósito Central de Material de Transmissões dotado de um 1.º ou 2.º Tenente I. E. para as funções de Almoxeiro e Tesoureiro.

(Aviso n.º 3.507 de 14. — D.O. de 17 — 11 — 944).

EFETIVO DOS QUADROS OFICIAIS DO EXÉRCITO — (Fixação).

Os Quadros de Oficiais das Armas e Serviços do Exército passam a ser constituídos:

Publicações Recebidas

A «A Defesa Nacional» recebeu no período de 20 de Outubro a 20 de Novembro de 1944, as seguintes publicações:

- 1 — “Revista Genealogica Brasileira” — N.º 7 e 8 de 1943 e 9 e 10 de 1944 — S. Paulo.
- 2 — “Arquivo de Direito Militar” — N.º 2 e 3 de Janeiro a Abril e Setembro a Dezembro de 1944 — Rio.
- 3 — “Revista Nação Armada” — N.º 59 — Outubro de 1944 — Rio.
- 4 — “Revista Cruz Vermelha Brasileira” — N.º 5 — J. Agosto e Setembro de 1944 — Rio.
- 5 — “Liga Maritima Brasileira” — N.º 5 — Agosto e Setembro de 1944 — Rio.
- 6 — “Visão Brasileira” — N.º 75 — Outubro de 1944 — Rio.
- 7 — “Revista Militar del Peru” — N.º 7 — Julho de 1944 — Lima.
- 8 — “Tiro Nacional del Peru” — N.º 135 — Janeiro a Abril de 1944 — Peru.
- 9 — “Revista Militar” — N.º 4 e 5 — Abril e Maio de 1944 — Lisboa.
- 10 — “Fuerzas Armadas Ecuatorianas” — N.º 12 — Julho de 1944 — Quito — Equador.
- 11 — “Memorial del Ejercito de Chile” — N.º 19 e 197 — Julho e Agosto de 1944 — Chile.
- 12 — “Memorial del Estado Mayor” — N.º 3 — Março de 1944 — Colombia.
- 13 — “Revista Militar Alerta” — N.º 283 — Agosto de 1944 — Uruguay.
- 14 — “Revista Orientacion” — N.º 2 — 1944 — Montevideo.
- 15 — “Boletin Juridico Militar” — N.º 1 e 2 — Janeiro e Fevereiro de 1944 — México.
- 16 — Revista “Patria” — N.º 32 e 33 — Julho e Agosto de 1944 — México.
- 17 — Revista Oficial “Ejercito” — N.º 101 e 102 — Maio e Junho de 1944 — Cuba.
- 18 — “Revista de la Escuela Militar de Chorrillos” — N.º 222 e 223 de Junho e Julho de 1944 — Perú.

Infantaria:

59 Coroneis; 94 Tenentes-Coroneis; 286 Majores; 909 Capitães; 798 Primeiros Tenentes; — Segundos Tenentes (Quadro aberto).

Cavalaria:

29 Coroneis; 45 Tenentes-Coroneis; 149 Majores; 362 Capitães; 491 Primeiros Tenentes; — Segundos Tenentes (Quadro aberto).

Artilharia:

35 Coroneis; 92 Tenentes-Coroneis; 185 Majores; 442 Capitães; 517 Primeiros Tenentes (Quadro aberto).

Engenharia:

23 Coroneis; 41 Tenentes-Coroneis; 81 Majores; 171 Capitães; 221 Primeiros Tenentes; — Segundos Tenentes (Quadro aberto).

Intendência:

14 Coroneis; 31 Tenentes-Coroneis; 56 Majores; 269 Capitães; 401 Primeiros Tenentes — Segundos Tenentes (Quadro aberto).

Médicos:

9 Coroneis; 24 Tenentes-Coroneis; 62 Majores; 219 Capitães; 235 Primeiros Tenentes.

Farmacêuticos:

1 Coronel; 2 Tenentes-Coroneis; 11 Majores; 28 Capitães; 74 Primeiros Tenentes; 23 Segundos Tenentes.

Veterinários:

2 Tenentes-Coroneis; 13 Majores; 54 Capitães; 142 Primeiros Tenentes; 89 Segundos Tenentes.

São transferidos para o Quadro Ordinário e computados nos efetivos fixados no artigo anterior todos os oficiais superiores dos Quadros "A" e "Q. A.", os quais serão colocados nos quadros das Armas e Serviços a que pertencem, rigorosamente por antiguidade de pòsto.

Os oficiais dos Quadros "A" e "Q. A." das Armas e Serviços, à medida que forem sendo promovidos a Major, serão incluídos no Quadro Ordinário, que ficará correspondentemente aumentado.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Decreto-Lei n.º 7.040 de 10 — 11 — 944. — D.O. de 16 — 11 — 944.)

ENGAJAMENTO DE RESERVISTAS

— I — Segundo dispõe o aviso número 3.174, de 14 de outubro de 1944, aos reservistas de 1.ª categoria convocados não se permite engajamento.

II — Pode ser concedido engajamento aos reservistas de 2.ª categoria (soldados, cabos e sargentos) e de 3.ª categoria, convocados, desde que satisfaçam os requisitos legais, inclusive, percentagens fixadas no aviso então vigente, e, no mínimo, contem doze meses de serviço e sejam mobilizáveis.

III — O prazo do engajamento deve ser contado do dia em que êle realmente se efetuar (data do boletim em que for publicado).

(Aviso n.º 3.413 de 31 — X — D.O. de 3-11-944).

ESCOLA FÍSICA DO EXÉRCITO — (Funcionamento).

— De acòrdo com o que faculta o art. 59 da Lei do Ensino, Decreto n.º 4.130, de 1942, determino que a Escola de Educação Física do Exército, não funcione no proximo ano de 1945.

Deverá permanecer no quartel da Escola, para sua guarda e conservação, um contingente, com o mínimo compatível de praças, sob o comando de um oficial subalterno, o qual poderá ser, por conveniência, pertencente ao quadro de um dos serviços.

(Aviso n.º 3.415, de 31 — X. — D.O. de 3 — 11 — 944).

Edições da

A Defesa Nacional

Guerra de Secessão Separata n.º 53 —

Ten. Cel. Arthur Carnauba 5,00

Instrução na Cavalaria Separata n.º 54 —

Maj. José H. Garcia 5,00

Limites do Brasil — Ten. Cel. Lima

Figueiredo 11,00

FUNCIONAMENTO DO CURSO E. DE TRANSMISSÃO — (Autorização).

— Autorizo o funcionamento do Curso C, na Escola de Transmissões, para cabos, nas seguintes condições:

1.º) Número de candidatos — 30.

Limite de idade — 26 anos.

Ter pelo menos dois (2) anos de serviço em corpo de tropa e menos de três (3) anos de praça, estar na boa conduta e conseguir juízo favorável do Comandante da Unidade a que pertencer.

Possuir o curso B1 ou B da Escola de Transmissões ou do C.I.T.R.

Não possuir curso de outra especialidade.

2.º) — O curso terá início em 3 de novembro próximo.

3.º) — Os candidatos à matrícula deverão ser indicados pelas 1.ª, 2.ª, 4.ª, 5.ª e 9.ª R.M. à Diretoria das Armas que, satisfeitas as condições acima enumeradas, designará os que devem ser matriculados à Diretoria de Ensino do Exército.

(Aviso n.º 3.300 de 23. — D.O. de 25 — X — 944).

HOMENS QUE SERVEM À METRALHADORA — (Equipamento).

— Declaro-vos que o equipamento dos homens que servem à metralhadora n.º 1.935.F é o equipamento regulamentar de lona verde-oliva, acrescido de um guarda-costas de couro e das seguintes peças de lona, idênticas às de couro que acompanham o dito armamento:

— suspensório duplo, com ombreiras de feltro;

— dispositivo para fixação da bolsa de água.

As peças conduzidas no equipamento de couro passam a fazer parte do regulamentar de lona que o substitui.

Em consequência, determino:

a) o recolhimento ao S.M.B. das seguintes peças de couro distribuídas às unidades:

— cinturão;

— dispositivo para fixação da bolsa de água;

— suspensório duplo com ombreiras de feltro;

b) a suspensão de novos fornecimentos dessas peças;

c) o fornecimento de guarda-costas de couro pelo S.M.B., mediante pedido das unidades interessadas;

d) que as unidades providenciem no sentido de serem alargados de 2 mm os dispositivos de metal para fixação da bolsa de água, a fim de que se adaptem ao cinturão regulamentar;

e) que os E.M.I. confeccionem uma certa quantidade de suspensórios de lona verde-oliva, com ombreiras de feltro, para o transporte da metralhadora e do respectivo reparo;

f) que os estojos destinados ao transporte dos acessórios da metralhadora sejam confeccionados em lona verde-oliva pelos E.M.I.

Fica por esta forma solucionada a consulta formulada pelo Comandante do 9.º R. C. I. em Ofício n.º 544, de 18 de julho de 1942, dirigido ao Comandante da 3.ª D.C.

(Aviso n.º 3.506 de 14 — D.O. de 17-11-944).

INGRESSO INICIAL DO EXÉRCITO — (Altura).

— Tendo surgido dúvidas na aplicação do disposto nos Avisos ns. 564, de 19 de outubro de 1936, 345-A, de 30 de abril de 1938, 1.169, de 7 de dezembro de 1939, e 548, de 1 de março de 1943, declaro:

Edições da A Defesa Nacional

Memento do Artilheiro — Cap. Amir oBrges Fortes	11,00
Morteiro — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda	11,00
Noções de Topografia em Campanha — Gen. Paes de Andrade	13,00

a) Para ingresso inicial no Exército, convocação de reservistas e matrícula nas Escolas de Formação de Oficiais, prevalecem as alturas fixadas nos Avisos ns. 548, de 1 de março de 1943, e 1.169 de 7 de dezembro de 1939.

b) Por ocasião das inspeções de saúde para fins de promoção, matrícula nos centros de instrução especializada, engajamentos e reengajamentos de praças atualmente no serviço ativo, por si só não deve incapacitar a circunstância de ter o inspecionado altura inferior à fixada no Aviso n.º 548, acima citado, desde que o interessado tenha sido incluído na vigência de legislação que permitia essa altura inferior.

Essa circunstância deve constar da ata de inspeção, citando-se o dispositivo que a admite.

c) A inclusão dos militares na Fôrça Expedicionária Brasileira é regulada pelas disposições especiais em vigor.

(Aviso n.º 3.479 de 13. — D.O. de 15 — 11 — 944).

INSPECTORES DE TIRO DE GUERRA — (Ordem)

— Atendendo à falta de oficiais do posto de Capitão, passam a ser desempenhados por Majores os cargos de Inspectores Regionais de Tiro de Guerra.

(Aviso n.º 3.377 de 25. — D.O. de 30 — X — 944).

LICENCIAMENTO DE CABOS E SOLDADOS — (Adiamento)

— Em face da solicitação da Diretoria de Transmissões que diz não ter como substituir as praças que se acham à disposição dos Serviços de Transmissões Regionais como operadores radiotelegrafistas, autorizo os comandantes de Região Militar a adiar até 31 de março de 1945, o mais tardar, o licenciamento dos cabos e soldados de que trata o radio n.º 236-S, de 18 de agosto de 1944 e Nota n.º 555, de 5 de setembro de 1944 à Diretoria das Armas e se encontrem na referida situação.

(Aviso n.º 3.372 de 25. — D.O. de 20 — X — 944).

MILITARES DO EXÉRCITO — (Gratificação)

— I — De acordo com o § 2.º do art. 205 do Código de Vencimentos e Ventagens dos Militares do Exército, modificado pelo Decreto-lei número 6.869, de 14 de setembro último, são fixadas para o próximo exercício de 1945 as gratificações mensais abaixo, a que terão direito os militares compreendidos no aludido artigo e seu § 1.º:

Generais, 500,00. Oficiais Superiores, 400,00. Capitães e Tenentes, 350,00.

II — Para controle da dotação orçamentária própria a Diretoria de Recrutamento deverá remeter com urgência à Comissão de Orçamento deste Ministério uma relação contendo postos, nomes e repartições em que servem oficiais e sargentos da inatividade em exercício de qualquer função neste Ministério e que recebam gratificações à conta da Sub-consignação 12-n) da Verba 1 — Pessoal, do orçamento analítico deste Ministério.

III — A partir de 1.º de janeiro de 1945 qualquer proposta de nomeação deverá ser encaminhada pela Diretoria de Recrutamento ao meu Gabinete, sempre por intermédio da Comissão de Orçamento, que informará afinal quanto à existência de saldo suficiente.

Edições da

A Defesa Nacional

O Tiro de Grupo nas I. Rápidas — Cap. Breno Borges Fortes	6,00
O Serviço de Informações e de Transmis- sões em Campanha — Cap. Geraldo de Menezes Cortes	11,00
Os Pombos Correios e a Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima	6,00

IV — Quaisquer alterações (falecimentos, exonerações, etc.) que importem em modificações do saldo da dotação deverão igualmente ser comunicadas à referida Comissão de Orçamento, em caráter de urgência.

(Aviso n.º 3.454 de 7. — D.O. de 9 — 11 — 944).

MILITARES PARA INCLUSÃO NA FORÇA E. BRASILEIRA — (Inspeção).

de Saúde).

— Em aditamento ao Aviso n.º 3.460, de 8 do corrente mês, declaro que os militares julgados incapazes para inclusão na Força Expedicionária Brasileira serão, obrigatoriamente, submetidos a nova inspeção pela Junta Militar de Saúde Permanente, completa, que emitirá seu parecer de acordo com as I.R.I.S. e a "Relação de doenças, afeções e síndromas que motivam a isenção definitiva, a baixa ou a reforma no Exército".

(Aviso n.º 3.501 de 14 — D.O. de 17 — 11 — 944).

MOVIMENTAÇÃO DOS QUADROS — (Regulamento).

O Diário Oficial n.º 264 de 13 — 11 — 944 (pág. n.º 19253) publica o Decreto-Lei n.º 7039 de 10 — 11 — 944, que regula a movimentação dos Quadros e dá outras providências.

OFICIAIS CLASSIFICADOS EM UNIDADES RECEM-CRIADAS — (Solução

de consulta).

— Consulta o Diretor das Armas, em Ofício n.º 332, de 12 de agosto último, se aos oficiais classificados em unidades recém-criadas, que não se encontrem em suas sedes definitivas ou provisórias, deve ser computado como arregimentado o tempo passado na fase de organização e, em caso afirmativo, a partir de quando.

Em solução, declaro:

a) as unidades recém-criadas e que tenham autonomia administrativa devem ser consideradas corpos de tropa para todos os efeitos;

b) que a classificação de oficiais pelas Diretorias deve ser restrita a um núcleo inicial de administração, bem como a de sargentos e praças auxiliares compatível com a fase de organização e proporcionalmente acrescido à medida das necessidades, até seu completamento e início da instrução, que pode independer da sede da guarnição;

c) aos oficiais classificados e apresentados aos comandantes interessados deve ser computado o tempo de arregimentação, desde o dia de sua apresentação;

d) que na contagem do tempo de serviço em zona deve prevalecer o previsto no art. 17 da Lei de Movimentos de Quadros.

(Aviso n.º 3.459 de 8. — D.O. de 10 — 11 — 944).

OFICIAIS DA RESERVA — (Aplicação).

— Aplica-se aos oficiais da Reserva o disposto no art. 92, alínea a, do Decreto-Lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941.

(Aviso n.º 3.481 de 13. — D.O. de 15 — 11 — 944).

A Defesa Nacional

em

SÃO PAULO

A representação exclusiva desta revista no Estado de São Paulo, capital e interior, está a cargo do Bureau Interestadoal de Imprensa, cuja sucursal se acha instalada na Rua Barão de Piranapiacaba, 61 - 4.º andar, — Telefone 2-5841.

Os interessados pôdem dirigir-se ao endereço supra para anuncios, assinaturas, etc.

Chefe da Sucursal: — Mario Herédia.

Só podem efetuar recebimento de contas de A DEFESA NACIONAL os cobradores devidamente autorizados pelo chefe da Sucursal do B.I.I.



**Anunciar na A Defesa Nacional é fazer
publicidade eficiente.**

ATOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

De 25 de Outubro a 25 de Novembro de 1943

ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS (militares).

O art. 16 do decreto-lei n. 5.839, de 21-9-43, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Aos militares que forem mandados servir na administração dos Territórios serão concedidas as vantagens asseguradas por lei ao exercício da comissão militar nas regiões de fronteira”.

Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-lei n. 5.950, de 29-10 — D.O. de 1-11-943).

AFORAMENTO DE TERRENOS (recomendação).

Afim de acautelar os interesses da segurança nacional na concessão de aforamento de terrenos, recomendo que as informações prestadas nas consultas feitas a este Ministério na forma do art. 7.º do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941, quando já tiverem sido iniciados os estudos ou projetos relativos à organização da defesa da costa ou região interessada ou ao aproveitamento desta para qualquer outro fim militar, estipulem, de acordo com o § 3.º, do artigo citado, o prazo necessário à resposta definitiva a ser dada pelo Ministério da Guerra, levando na devida conta o tempo provável para a conclusão daqueles estudos ou projetos.

(Aviso n. 2.772, de 13 — D.O. de 17-11-943).

ALMANAQUE DO EXÉRCITO (denominação).

1) O Almanaque do Exército, denominação que passará a ter o antigo Almanaque Militar, é uma publicação anual que reúne todos os oficiais da ativa do Exército, dispondo-os pelas suas armas e serviços e relacionando-os pela rigorosa antiguidade de seus postos hierárquicos.

2) A sua finalidade é trazer o Exército sempre ao par, embora de modo sucinto, da situação de seus oficiais, isto é, conhecedor dos seus nomes por extenso, idades, colocações hierárquicas, tempos de serviço, etc.

3) Pela sua feitura resumida, só poderá prestar ligeiros esclarecimentos; outras informações mais minuciosas, quando necessárias, serão obtidas das autoridades competentes que as extrairão dos assentamentos dos oficiais e das leis e regulamentos que fundamentaram a sua organização.

4) Tendo em vista a sua finalidade e tornar mais fácil a sua impressão, fica estabelecido que só deverão constar do Almanaque, como imprescindíveis, os seguintes dados, na ordem apresentada:

a) número de ordem;

b) as anotações dos quadros extraordinários, a que pertencerem os oficiais, em lugar ou logo abaixo do número de ordem;

c) nome;

d) medalhas e condecorações brasileiras;

e) data de nascimento;

f) data de praça;

g) data das sucessivas promoções e respectivos princípios;

h) cursos militares feitos em escolas brasileiras, com os regulamentos que os orientaram;

i) tempo dobrado com indicativo da comissão que o originou;

DOEM-LHE OS PÉS?

Quando os seus pés são normais, não apresentando a estrutura óssea nenhuma anomalia, somente a fôrma imprópria e o ajuste imperfeito são responsáveis pelo seu sofrimento. Os calçados Dr. Scholl, fabricados sob o *princípio científico da linha reta* e ajustados aos seus pés por peritos treinados no sistema do Dr. Scholl, são elegantes e cômodos.



Em 84 medidas diferentes, para homens, e outras tantas para senhoras. Garantimos conforto. DR. SCHOLL o calçado de renome mundial, fabricado em fôrmas patenteadas.

Visite-nos sem compromisso de compra.

PEDICUROS E PRATIPÉDICOS À DISPOSIÇÃO

Rua São José, 114 — Rio

Rua do Arouche, 71 — São Paulo

Lojas Dr. Scholl

RESERVATÓRIOS E CAIXAS DE ÁGUA

Eternit

**IMPERMEÁVEIS,
MAIS RESISTENTES,
MAIS LEVES!**

Em casas residenciais ou em grandes edifícios, é sempre aconselhável a colocação de caixas e reservatórios de água Eternit. Os reservatórios de cimento amianto Eternit são mais leves, mais resistentes e conservam a água sempre fresca.



OUTROS MATERIAIS ETERNIT: Chapas Onduladas para coberturas • Chapas Lisas para revestimentos e forros • Calhas e Tubos • Tubos para ventilação de ar e gás • Peças moldadas de qualquer espécie para todos os fins • Eletrodutos de Cimento Amianto.

ETERNIT DO BRASIL CIMENTO AMIANTO S. A.

FABRICA EM OSASCO — SÃO PAULO — FONES: 57 e 58 — CAIXA POSTAL 44-A

DISTRIBUIDORES EM TODO O BRASIL

VENDAS NO RIO DE JANEIRO:

SOCIEDADE COMISSARIA E INDUSTRIAL
MONTANA LTDA.

Rua Visconde de Inhaúma, 64-4.º andar
Tel. 43-8861 — Caixa Postal, 3598



SERVA RIBEIRO & CIA. LTDA.

Rua Teófilo Ottoni, 137
Tel. 32-1952 e 43-7268

j) tempo de serviço perdido (lei, regulamento. Ex.: Perde 2.^a ac. de decreto-lei n. 3.940, art. 93, letra f).

l) tempo de serviço;

m) motivo de agregação (citar o dispositivo de lei).

5) As demais alterações que figuravam no Almanaque, julgadas necessárias à sua organização e aos fins informativos previstos no número (3) dessas instruções, deverão constar nos respectivos livros de anotações, sem nelle serem transcritas.

6) A nenhum official será permitido requerer para que conste do Almanaque do Exército, dados que não se refiram aos citados no número (4) das presentes instruções.

7) Antes do publicação definitiva do Almanaque, deverá ser enviada uma prova à C.P.E. para os devidos fins de verificação da colocação hierárquica dos officiaes, tempo de serviço perdido, etc.

(Aviso n. 2.641, de 20 — D.O. de 28-10-943).

AUMENTO GERAL DE VENCIMENTOS (lei).

O "Diário Oficial" n. 264, de 13, publica na íntegra o decreto-lei número 5.976, de 10-11-943, que concede aumento geral de remunerações, vencimentos e salário e institue o regime de salário-família.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (concessões).

O II-20. Regimento de Infantaria passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.724, de 6 — D.O. 9-11-943).

— E' concedida autonomia administrativa à Comissão de instalação de Escola Militar de Resende, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 2.251, de 9 de novembro de 1938, desde a data de sua criação até ultimação de seus trabalhos.

(Aviso n. 2.590, de 23 — D.O. de 26-10-943).

— O Q.G. do General de Divisão João Batista Marcarenhas de Moraes, passa a ter autonomia administrativa de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado pelo decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.574, de 20 — D.O. de 22-10-943).

— A 8.^a Companhia do 3.^o Batalhão do 5.^o Regimento de Infantaria passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.564, de 19 — D.O. de 21-10-943).

— A administração dos Estabelecimentos Mallet passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.783, de 17 — D.O. de 19-11-943).

— O 1.^o Grupo do 1.^o Regimento de Obuzes Auto-Rebocado passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado pelo decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.788, de 17 — D.O. de 19-11-943).

MAQUINA DE ESCREVER IMPERIAL

Desmonta-se toda em suas 3 partes em menos de 3 segundos

A mais perfeita — A mais completa — Mimeografos Edison-Dick — Duplicadores Ormig (operando estes sem Stencil, sem Tintas, sem Gelatina). Máquinas de Calcular Odhner e de somar R. C. Allen — Arquivos

JOHN ROGER

BUENOS AIRES, 59

TELEFONE 23-3760

SELARIA E CORREARIA NEVES

DE

CANROBERT DE FIGUEIREDO NEVES

Fabrica de artefatos de couro

Arrelamentos — Selas e Serigotes — Cintos e Coldres — Molas e artigos para viagem
— Consertos em geral — MATERIAL PARA AEROMODELISMO

Cruz Voluntarios da Patria, 14 — PORTO ALEGRE — Rio Grande do Sul

Correa Ribeiro & Cia. Ltda.

Exportadores de Cacau, Café e Mamona

Matriz:

Edificio Correa Ribeiro

Caixa Postal 600 - Tel. "CARLO"

BAHIA - (Brasil)

Filial do Rio de Janeiro

RUA DA CANDELARIA, 9

CAIXA POSTAL 1549

Tels. 23-6204 e 43-0023

End. Tel.: "FERCORRI"

Henrique Tadday

Representante de Fabricas Nacionais

PORTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

Caixa Postal, 443 — End. Teleg. "HENRY"

Rua Vigario José Inácio, 247

CADERNOS DE ENCARGOS (aprovação).

Aprova o Caderno de Encargos para Cama de Campanha com Armação de Ferro.

Aprova os Cadernos de Encargos para Perneira de Lona Verde Oliva Boné Verde Oliva e Capacete de Lona Verde Oliva.

(Avisos n. 2.722 e 2.723, de 6 — D.O. de 9-11-943).

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE DEFESA ANTI-AEREA (dependência)

O Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea é mandado ficar na dependência direta do Centro de Instrução Especializada, também no que respeitar aos assuntos de caráter administrativo e disciplinar, além do estabelecido no aviso n. 2.515, de 13-X-943.

(Aviso n. 2.563, de 19 — D.D. de 21-10-943).

P. P. O. R. E N. P. O. R. (exames).

Atendendo a que, por força da redução dos períodos de instrução nos C.P.O.R. e N.P.O.R., o ano letivo não coincide com o calendário previsto no regulamento, resolvo:

a) permitir que os exames de 2.^a época, previstos nos arts. 77 e 78 do decreto n. 8.887, de 2 de março de 1942, sejam realizados nos períodos de férias desses estabelecimentos.

b) a obrigatoriedade da convocação dos alunos para um período suplementar de instrução (art. 78, letra b, § 1.^o) seja facultativa, conforme as disponibilidades de tempo que ainda dispuserem.

c) a notificação dos alunos para esses exames deverá ser feita com uma antecedência nunca inferior a uma semana, no caso de não haver período suplementar.

(Aviso n. 2.332, de 8 — D.O. de 16-11-943).

CERTIDÕES DE TEMPO DE SERVIÇO (modelo)

Em face de entendimento havido entre este Ministério e a Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, as certidões de tempo de serviço militar, quando destinadas à instrução de processo de aposentadoria de serventuários públicos civis (funcionários e extranumerários), quer dêste quer de outro Ministério, deverão obedecer ao modelo que a este acompanha.

As certidões em apêço serão passadas em papel de formato de 33cm x 22cm., deixada as margens de 2,5 cm. e 1,5, cm. respectivamente, à direita e à esquerda, não poderão conter abreviaturas nem números e datas em algarismos, a não ser que se faça à repetição, por extenso, e mencionarão, também, o período total do respectivo tempo de serviço, discriminadamente em anos, meses e dias.

(Aviso n. 2.584, de 23 — D. O. de 26-10-943).

CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO (adjunto)

Passa a ser de onze o número de adjuntos da Sexta Circunscrição de Recrutamento (Baurú).

(Aviso n. 2.651, de 27 — D. O. de 29-10-943).

— São transferidos para a jurisdição da Sexta Circunscrição de Recrutamento (Baurú) as 16.^a, 17.^a, 18.^a e 19.^a Zonas de Recrutamento da Quarta Circunscrição, bem assim, as 3.^a, 4.^a, 21.^a e 22.^a Zonas de Recrutamento da Quinta Circunscrição de Recrutamento (Ribeirão Preto).

(Aviso n. 2.650, de 27. — D. O. de 29-1-943).



Oriente

A CERVEJA
DE TODA GENTE

CERVEJARIA
Continental

PEDIDOS: PELOS TEL. 5086-5969-5648



Alegria

disposição, para o
trabalho, memória
prontamente alerta, são coisas im-
possíveis quando não se têm re-
guladas as funções digestivas.

O "Sal de Fructa" ENO é o regu-
lador ideal do sistema intestinal.
Não sendo em vidros, não é
"Sal de Fructa".

ENO "SAL DE FRUCTA"



COMISSÃO DE LIMITES — (sobreviço de consulta).

Em officio n. 650, de 7 de junho de 1942, consulta a Diretoria das Armas sobre se aos oficiais em comissão de limites do Ministério do Exterior, que forem ao estrangeiro em objeto de serviço das respectivas comissões assiste o direito de perceberem as vantagens previstas no artigo 19, letra a, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

Em solução declaro:

O artigo 19 do C. V. V. M. E. somente cogita dos "Militares do Exército" que estiverem no estrangeiro em "comissão" d'este Ministério e não dos que se acharem à disposição de outros Ministérios.

Nessas condições os militares das Comissões de Limites do Ministério das Relações Exteriores que forem ao estrangeiro em objeto de serviço das respectivas comissões não assiste direito, por este Ministério, às vantagens previstas na letra a do artigo 19 já citado.

(Aviso n. 2.691, de 30-10. — D. D. de 4-11-943).

CONTINGENTE — (criação)

I — Fica criado na 10.^a Região Militar, a título precário, o contingente do Depósito Regional de Material Bélico e Oficina de Reparos de Material Bélico, de emergência, até sua definitiva organização.

II — Esse contingente terá:

3.^o sargento — 1 (um).

Cabos — 4 (quatro).

Soldados — 10 (dez).

Serventes civis — 2 (dois).

(Aviso n. 2.733, de 9 — D.O. de 11-11-943).

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS INTENDENTES — (matrícula)

E' fixado em sessenta (60) o número de matrículas no 1.^o ano do Curso de Formação de Oficiais Intendentes, em 1944.

(Aviso n. 2.778, de 16 — D.O. de 18-11-943).

CURSO DE MOTORISTA MILITAR — (matrícula)

É permitida a matrícula no Curso de Motorista Militar aos reservistas convocados, sem a obrigação de engajamento.

(Aviso n. 2.587, de 23 — D. O. de 26-10-943).

ESCOLA DE INTENDENCIA — (Curso de Aperfeiçoamento).

O ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as Instruções para a "Matrícula no Curso de Aperfeiçoamento da Escola de Intendência do Exército". (Portaria n. 5.520, de 26 — D.O. de 28-10-943).

ESCOLA DE INTENDENCIA DO EXERCITO — (admissão).

Fica a Diretoria autorizada a conceder inscrição para admissão à Escola de Intendência do Exército, aos candidatos que, na data de matrícula, não excederem de um ano o limite máximo da idade exigida.

(Aviso n. 1.304, de 9 — D.O. de 11-11-943).

ESCOLA MILITAR — (concurso de admissão)

Autorizo a inscrição de civis no concurso de admissão à Escola Militar, no ano de 1944, desde que satisfaçam as condições exigidas pelas Instruções baixadas com a portaria n. 5.347, de 1 de setembro de 1943, sejam reser-

O BRASIL PRECISA
de SANGUE
BOM!

TOME

ELIXIR DE NOGUEIRA



MEDICAMENTO AUXILIAR NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS

ANDRÉ SANTOS & CIA.
REPRESENTAÇÕES

Caixa Postal 399 — Avenida Julio de Castilhos 89 e Vigário José Ignacio 119

PORTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL

Telegr. "Adosinda" — Telefone 5075

Lonas, artefatos de lona e correias laminadas. — Fornecedores do Exército Nacional

Industria Metalurgica Porto Alegrense
SCHMELING & HERZFELDT

Fábrica de Tesouras ♦ Fábrica de Artefatos de Ferro e Metal ♦ Fundição e Estamparia ♦ Moderna instalação de banhos em cromo, níquel, latão, cobre, ouro, prata, etc.

Caixa Postal 353 — End. Teleg.: "Impa"

Rua Almirante Barroso 285 — **PORTO ALEGRE**
 Rio Grande do Sul (Brasil)

José Adão da Rosa

RUA OLAVO BILAC, 329 -:- PORTO ALEGRE

Fabrica de armações para selas e selins

Além dos tipos comuns executa-se todo e qualquer tipo, desde que o mesmo venha acompanhado da respectiva amostra.

vistas de 1.^a e 2.^a categoria e não estejam inscritos para admissão em outra escola.

Os candidatos inscritos em consequência desta autorização, que não lograrem matrícula das Escolas Preparatórias, no Curso de Revisão, se satisfizerem as exigências de idade e não tiverem obtido grau inferior a três em nenhuma prova do concurso.

Os requerimentos deverão dar entrada na Secretaria da Escola Militar até 30 de dezembro do corrente ano.

(Aviso n. 2.789, em 17 — D. O. de 19-11-943).

ESCOLA MILITAR DE REZENDE — (Tesoureiro).

O cargo de tesoureiro da Comissão de Instalação da Escola Militar de Rezende, passa a ser desempenhado, cumulativamente, pelo tesoureiro da Escola Militar. O cargo de almoxarife da mesma Comissão de Construção da Nova Escola Militar de Rezende, sem prejuízo das suas funções na mesma.

(Aviso n. 2.771, em 13 — D. O. de 17-11-943).

ESCOLAS PREPARATÓRIAS — (curso normal).

De acôrdo com o que faculta o art. 59 do decreto-lei n. 4.130, de 26-2-942, resolvo permitir matrículas nos 2.^o e 3.^o anos do Curso Normal, nas Escolas Preparatórias de Pôrto Alegre e de Fortaleza, aos candidatos que satisfaçam os requisitos estabelecidos pela portaria n. 5.280, de 28 de agosto de 1943 (Instruções para o concurso de admissão às Escolas Preparatórias para o ano de 1944), com as seguintes alterações:

a) Para o 2.^o ano normal:

Idade — 18 anos para os civis e 20 para as praças, no máximo.

— Possuir o certificado de aprovação no 1.^o ano do Curso Científico.

— Para o 3.^o ano normal:

Idade — 19 anos, se civil; ou 21, se praça, no máximo.

— Possuir o certificado de aprovação no 2.^o ano do Curso Científico.

b) Os certificados de aprovação nos 1.^o e 2.^o anos do Curso Científico, poderão ser apresentados até 31 de janeiro de 1944.

c) Os requerimentos deverão ser dirigidos aos comandantes das Escolas, devendo dar entradas nas respectivas secretarias até o dia 30 de novembro do corrente ano.

d) Os candidatos serão submetidos à provas de exame intelectual de matemática e português, cujos assuntos serão:

— os do 1.^o ano científico para os candidatos ao 2.^o ano;

— os do 2.^o científico para os candidatos ao 3.^o ano.

(Aviso n. 2.719, de 5 — D. O. de 8-11-943).

ESCOLA PREPARATÓRIA DE S. PAULO — (alunos).

Fixo em 250 (duzentos e cinquenta) o número de alunos da Escola Preparatória de São Paulo para o ano de 1944.

Deverá funcionar nessa Escola, paralelamente ao Curso de Revisão, o 3.^o ano do Curso Normal.

(Aviso n. 2.731, de 8 — D. O. de 10-11-943).

ESCOLA DE TRANSMISSÕES — (monitores).

E' fixado em vinte o número de monitores para a Escola de Transmissões, os quais deverão posuir um dos cursos da referida Escola.

(Aviso n. 2.589, de 23 — O. O. de 26-10-943).

A ação de um governante esclarecido

Desde que se encontra, por honrosa escolha do Presidente Getúlio Vargas, à frente da administração paraense, — e êsse prazo não atinge ainda a um ano — o coronel Magalhães Barata já fez meia dúzia de viagens de inspeção ao interior do grande Estado que lhe coube governar.

Vocação irresistível de administrador moderno, cioso de suas responsabilidades, o chefe do Executivo paraense desdobra-se no sentido de atender aos reclamos de todos os seus governados, residentes nos mais arredios recantos do solo estadual. E é para isso que, em menos de um ano de permanência à frente dos destinos do Pará, já o coronel Magalhães Barata percorreu todos os municípios, tantos os do sul como aqueles que limitam com Mato Grosso, Goiás e até à fronteira da Guiana.

Em todos os pontos percorridos, o interventor federal do Pará auscultou as necessidades locais, ouviu as figuras centrais e os modestos moradores, a todos dando a certeza de uma solução pronta para os problemas locais.

Uma dessas longas viagens foi a que o coronel Magalhães Barata fez ao Amapá, onde foi ativar os trabalhos públicos e determinar, em pessoa, várias e acertadas providências. Aí, nesse importante setor, encontra-se em obras a importantíssima base aérea, facultando trabalho a centenas de operários nacionais. Poude, durante sua visita, o interventor Magalhães Barata, testemunhar o quanto é querido pelos seus governados, através da ruidosa e festiva recepção que lhe fizeram os macapaenses.

De regresso dessa viagem, o coronel Magalhães Barata demorou-se pouco em Belém. Uma vez despachados os assuntos urgentes, logo o dinâmico administrador rumava para o sul, afim de tomar contacto com a marcha dos serviços da construção do trecho paraense da rodovia trans-brasileira, que ligará Belém ao Rio e Rio Grande do Sul, — obra essa começada já por iniciativa e às expensas do próprio governo paraense.

E' essa capacidade de trabalho, são nobres e patrióticos propósitos que fizeram unidos todos os filhos do Pará ao lado do seu laborioso e honesto dirigente, com êle cooperando sincera e eficientemente.

ESTABELECIMENTOS FABRIS — (interesse militar).

São considerados de interesse militar para todos o fins do disposto no decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942, os seguintes estabelecimentos fabris: "Indústrias Técnicas Ltda.", em Juiz de Fora e "Fábrica Eletro-Aço São Caetano S. A.", em São Paulo.
(Decreto n. 1.824, de 29-10-943).

FISCAL ADMINISTRATIVO — (D. M. M.)

Fica criado na Diretoria de Moto-Mecanização o cargo de Fiscal Administrativo, a ser desempenhado por um major, que terá como auxiliares dois sargentos e um cabo.
(Aviso n. 2.754, de 11 — D.O. de 13-11-943).

FORMAÇÕES REGIONAIS DE SAÚDE — (cursos).

Autorizo o funcionamento, nas Formações Regionais de Saúde, de cursos de Cabos e Sargentos, mediante programas aprovados pelos Comandantes de Região Militar, nos quais, além da instrução especializada, conste a de Infantaria, nos termos do aviso n. 900, de 19 de setembro de 1939.
(Aviso n. 2.634, de 25 — D.O. de 27-10-943).

FUCIONÁRIOS CIVIS — (classificações).

Na classificação por antiguidade, quando ocorrer empate, terá preferência o funcionário que tiver mais tempo de serviço no Ministério; em caso de novo empate, o que tiver mais tempo de serviço público federal; havendo ainda empate, sucessivamente, o funcionário com prole, o casado e o mais idoso.

Em igualdade de condições de merecimento, proceder-se-á ao desempate, em primeiro lugar, pela antiguidade de classe e, a seguir, pela forma determinada no artigo 1.º.

As atuais classificações por ordem de antiguidade e as listas tríplexes, referentes às promoções do segundo quadrimestre do corrente ano, organizadas na conformidade da legislação anterior, não serão alteradas.
(Decreto-lei n. 5.938, de 28-10-943).

HOSPITAL MILITAR — (criação).

E' criado, a título provisório, um Hospital Militar de 4.ª classe, com sede em Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.
(Decreto-lei n. 5.948, de 29-10 — D.O. de 1.º-11-943).

MATERIAL ÓTICO — (recolhimento).

Tendo em vista as dificuldades de aprovisionamento em material ótico, as repartições, estabelecimentos, comissões e corpos de tropa devem recolher diretamente ao Serviço Geográfico e Histórico do Exército, para a devida recuperação ou aproveitamento de elementos, todo o material em desuso que contenha lentes, prismas ou outros elementos óticos.

Esse recolhimento deve ser feito mediante guia, em três vias, sendo uma encaminhada ao Gabinete do Ministro e as demais, acompanhando o material a que se referem ficarão em poder do Serviço Geográfico do Exército, que passará recibo em uma delas e a enviará ao mesmo gabinete, para o acompanhamento das operações, que a remeterá, posteriormente, ao seu ponto de origem.

Biblioteca de "A Defesa Nacional"

Livros à venda :

Caderneta do Capitão de Infantaria	Cr\$ 13,00
Cinalização a Braço e Ótica — Cel. Lima Figueiredo	Cr\$ 3,00
Coletânea de Leis e Decs., 1544-1938 — Maj. Bento Lisboa	Cr\$ 13,00
Combate e Serviço em Campanha — Cel. Araripe	Cr\$ 13,00
Contribuição para a História da Guerra entre o Brasil e B. Aires — Trad. Gen. Bertoldo Klinger	Cr\$ 13,00
Código de Justiça Militar — Cel. José Faustino da S. Filho	Cr\$ 27,00
Curso de Topografia Militar — Cap. Olívio Gondin de Uzeda	Cr\$ 27,00
Do Brasil à Itália — Gen. Newton Braga	Cr\$ 7,50
Ensaio sobre Instrução Militar — Trad. Cap. J. Horácio Garcia	Cr\$ 13,06
Escola de Pelotão — Cel. Araripe	Cr\$ 13,00
Equitação em Diagonal — Major Oswaldo Rocha	Cr\$ 13,00
Exemplo de Sessões de Estudo de Elemento — Cap. José J. Ramos	Cr\$ 3,00
Estudos sobre Granadas de Mão e Fuzil — Cap. M. N. Assumpção	Cr\$ 11,00
Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos	Cr\$ 3,00
Educação Física Militar — Major Guttenberg Ayres de Miranda	Cr\$ 10,00
Educação Moral do Soldado — Cap. Frederico Trota	Cr\$ 8,00

O destino do material recuperado será objeto de decisão ulterior e os elementos aproveitados pelo referido Serviço serão utilizados a seu critério.

(Aviso n. 2.763, de 13 — D.O. de 17-11-943).

OBRAS MILITARES — (verbas).

I — Com o fim de evitar solução de continuidade na execução de obras, desapropriação e aquisição de imóveis (Verba 5.^a), ligeiros reparos em edifícios e reparações e conservação de edifício (Verba 2.^a — Material — Consignação III — Subconsignação 40-54 e 40-55), assim como nas aquisições de Material de transmissão e engenharia militar (Verba 2.^a — Material — Consignação I — Subconsignação 11-45), fica determinado sejam recolhidas à Caixa Geral de Economias da Guerra, as importâncias que, tendo sido distribuídas aos Quartéis Gerais das Regiões Militares, Diretorias e Comissões Especiais de Construção, não tenham tido aplicação até 31 de dezembro do corrente ano.

II — Tais importâncias, provenientes das citadas dotações orçamentárias, deverão ser escrituradas, na referida Caixa de modo a permitir que sejam redistribuídas logo no começo do ano vindouro, para a mesma finalidade a que se destinavam.

III — Os recolhimento de que trata a presente resolução deverão ser feitos diretamente pelas unidades administrativas, à Caixa Geral de Economias da Guerra, até o dia 15 de janeiro, mediante guia (modelo 23 — B.E. n. 22, de 20-4-1938, pág. 1.301), devidamente discriminados pelas verbas, consignações e subconsignações do orçamento analítico deste Ministério, para o corrente exercício.

(Aviso n. 2.975, de 20 — D.O. de 28-10-943).

OFICIAIS CONVOCADOS — (combatentes ou de serviços).

As disposições do decreto-lei n. 5.485, de 14 de maio de 1913, são extensivas aos oficiais que, em 1 de janeiro de 1942, já se encontravam convocados e incorporados, sejam eles combatentes ou de serviço.

(Aviso n. 2.581, de 21 — D.O. de 23-10-943).

OFICIAIS GERAIS — (comissões).

— Foram nomeados :

O General de Brigada Salvador Oscar Obino, para o cargo de Diretor do Ensino do Exército.

O General de Brigada Alcio Souto, para o cargo de Comandante de Artilharia Divisionária da 1.^a Região Militar.

O General de Brigada Ângelo Mendes de Moraes, para o cargo de Diretor de Armas.

(Decreto de 8 — D.O. de 10-11-943).

O General de Brigada Isauro Reguera para o cargo de Comandante interino da 9.^a Região Militar.

(Dec. de 5 — D.O. de 8-11-943).

O General de Divisão Júlio Caetano Horta Barbosa Comandante da 2.^a Região Militar.

(Decreto de 22 — D.O. de 25-10-943).

OFICIAIS GERAIS — (exonerações).

Foram nomeados: O General de Brigada Alcio Souto do cargo de Comandante da 1.^a Divisão de Cavalaria.

FABRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
 no
 Brasil




BANGÚ

Grande
 sucesso
 em
 Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
 BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA

Não Desperdice!



Deposite suas Economias na
PRUDENCIA CAPITALIZAÇÃO

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "DEFESA NACIONAL" recebeu, no período de 20 de Outubro a 20 de Novembro, as seguintes publicações:

- 1 — REVISTA MILITAR — ns. 4, 5, 6 — Abril a Junho de 1943 — Portugal.
- 2 — NAÇÃO ARMADA — n. 46 e 47 — Setembro e Outubro de 1943 — Rio.
- 3 — REVISTA DE LA ESCUELA MILITAR — n. 210 — Junho de 1943 — Chorillos — Perú.
- 4 — CULTURA POLITICA — n. 33 — Outubro de 1943 — Rio.
- 5 — REVISTA DEL SUBOFICIAL — n. 295 — Setembro de 1943 — Argentina.
- 6 — REVISTA MILITAR OEL PERÚ — n. 7 — Julho de 1943 — Lima Perú.
- 7 — REVISTA MILITAR — n. 3 — Setembro de 1943 — Argentina.
- 8 — MEMORIAL DEL ESTADO MAIOR — ns. 3, 4 — Março e Abril de 1943 — Bogotá — Colombia.

O General de Brigada Anôr Teixeira dos Santos, do cargo de Comandante da Artilharia Divisionária da 3.^a Região Militar.

O General de Brigada Canrobert Pereira da Costa, do cargo de Comandante da 3.^a Divisão de Cavalaria.

O General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, das funções de Comandante da 2.^a Região Militar, por ter tido outra comissão. (Decreto de 22 — D.O. de 25-10-943).

OFICIAIS DO QUADRO DO ESTADO MAIOR — (classificação).

Afim de que fique perfeitamente regulada a questão da classificação dos Oficiais do Quadro do Estado Maior da Ativa, bem como dos que possuam o curso da Escola de Estado Maior e estejam fora do Quadro ou ainda como estagiários, resolvo:

a) para classificação de capitães diplomados em Estado Maior, a Diretoria das Armas, antes de fazer qualquer proposta, deverá ouvir o Estado Maior do Exército;

b) para proposta de classificação de oficiais superiores diplomados em Estado Maior, a Diretoria de Armas entrará, previamente, em entendimentos com o Estado Maior do Exército e em seguida com o meu Gabinete;

c) toda vez que o E.M.E. desejar lançar mão de Oficiais diplomados em Estado Maior e que estejam fora do quadro, entrará em entendimento com a D.A., antes de encaminhar a proposta ao meu Gabinete.

(Aviso n. 2.573, de 20 — D.O. de 22-10-943).

OFICIAIS DA RESERVA — (interstício para promoção).

O interstício mínimo em cada pôsto para a promoção dos oficiais da Reserva de 2.^a classe e do Exército de 2.^a Linha passa a ser de: 2.^o Tenente, 2 anos; 1.^o Tenente, 3 anos; Capitão, 4 anos.

Não perdem o direito à promoção os oficiais da Reserva de 2.^a classe ou do Exército de 2.^a Linha que, na data da publicação do presente decreto-lei, já tiverem feito jús àquela promoção, na conformidade do disposto no artigo 2.^o, letra c, do decreto-lei n. 5.485, de 14 de maio de 1943.

(Decreto-lei n. 5.957, de 1.^o — D.O. de 4-11-943).

OFICINA DE ALFAIATE — (organização).

E' organizada a título precário uma oficina de alfaiate na 9.^a Região Militar que, sob a direção do seu Serviço de Intendência, terá a seguinte organização: um segundo sargento contador, um segundo sargento artífice, um terceiro sargento furriel, um cabo contador, dois cabos artífices, cinco soldados artífices e um soldado auxiliar.

(Aviso n. 2.770, de 13 — D.O. de 17-11-943).

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DE CASAS — (aumento).

Declara que o Plano de Distribuição de Casas para a Guarnição de Vila Militar e Deodoro, aprovado pela Nota n. 350, de 16 de março de 1942, fica aumentado das seguintes residências, ora construídas: Q. G. da 1. D./1 — Adjunto, 1; Regimento Sampaio: — Comandante de Companhia, 1; 2.^o Regimento de Infantaria: — Comandante de Companhia, 2; Batalhão-Escola: — Subalterno, 1; Regimento Floriano: — Comandante de Bateria, 1; Escola de Moto-Mecanização: — Subalterno, 1.

(Aviso n. 1.277, de 3 — D.O. de 5-11-943).

Cousas Práticas

ADQUIRIR livros
pelo serviço de reem-
bolso postal da secção
de publicidade de
“A Defesa Nacional”.

CAIXA POSTAL N.º 32
MINISTÉRIO DA GUERRA
RIO DE JANEIRO

Serviço rápido e seguro

POMBAIS MILITARES — (assistência médico-veterinária).

Fica assegurada a assistência médico-veterinária aos pombais militares por parte do oficial ou órgão do Serviço-Veterinário que mais perto funcionar, o qual deverá, para isso, organizar uma pequena ambulância de medicamentos urgentes, com os recursos próprios, que serão, quando consumidos, descarregados da respectiva carga.

(Aviso n. 1.738, de 9 — D.O. de 11-11-943).

QUADRO DE RADIOTELEGRAFISTAS DO EXÉRCITO — (constituição).

Em adiantamento ao aviso n. 2.215, de 10 de setembro último, determino que o Quadro de Radiotelegrafistas do Exército passe a ter o Quadro de Radiotelegrafistas do Exército passe a ter a seguinte constituição: Subtenente RTE, 25; Sargentos-ajudantes RTI, 43; Primeiros sargentos RT2, 77; Segundo sargentos RT3, 121; Terceiros sargentos, RT4, 251; Cabos AE, 183.

(Aviso n. 8.586, de 23 — D.O. de 26-10-943).

REGIMENTO DE OBUSES AUTO-REBOCADO — (criação).

E' criado, para instalação imediata, com sede nesta Capital, o 1.º Regimento de Obuses Auto-Rebocado.

(Decreto-lei n. 5.951, de 29 — D.O. de 1-11-943).

REQUISICÃO DE NUMERÁRIO — (modelos).

O ministro de Estado da Guerra resolve aprovar a substituição dos modelos 1, 2, 3 e 4, para requisição de numerário, aprovados pela Portaria n. 23, de 3 de dezembro de 1936, pelos de ns. 1 e 2, anexos, e as Instruções para a respectiva escrituração.

(Portaria n. 5.541, de 30-10 — D.O. de 4-11-943).

RESERVISTAS CONVOCADOS — (comportamento).

O comandante da 8.ª Região Militar, em radiograma n. 3.678, de 25 do mês findo, consulta sobre o modo por que deve ser classificado o comportamento dos reservistas convocados para o serviço ativo do Exército e incorporados.

Em solução, declaro que o reservista convocado e incorporado deve ter seu comportamento considerado de acordo com a classificação que tiver no ato da exclusão.

A melhoria de comportamento se fará como estabelece o n. 2 do art. 6 do decreto n. 8.835, de 23 de fevereiro de 1942 (R. D. E.), levando-se porém, em consideração, para o cômputo dos tempos previstos nas letras do referido artigo, a data da última punição.

(Aviso n. 2.715, de 5 — D.O. de 8-11-943).

SECÇÃO MOBILISADORA — (praças).

Declaro que deve ser incluído em aditamento às observações do quadro anexo ao aviso n. 929, de 9 de abril de 1943, publicado no Boletim do Exército n. 16, de 17 de abril de 1943, o seguinte: "A 8.ª Região Militar não terá praças para a Secção Mobilisadora".

(Aviso n. 2.769, de 13 — D.O. de 17-11-943).

SERVIÇO DE JUSTIÇA — (quadro).

— Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo: 1 Auditor de 1.ª entrância

(J.M.), padrão M; 1 Promotor da 1.^a entrância (J.M.), padrão F; 1 Advogado de 1.^a entrância (J.M.), padrão F; 1 Escrivão de 1.^a entrância (J.M.), padrão F; 1 Oficial de Justiça de 1.^a entrância (J.M.), padrão C.

(Decreto-lei n. 5.987, de 11 — D.O. de 13-11-943).

SERVIÇO DO MATERIAL AUTOMÓVEL DO EXÉRCITO — (criação).

E' criado o Serviço do Material Automóvel do Exército, subordinado à Diretoria de Moto-Mecanização.

Compete ao Serviço do Material Automóvel do Exército:

a) prover o Exército de viaturas automóveis, bem como, de sobressalentes, lubrificantes e combustíveis para os mesmos;

b) fornecer às unidades moto-mecanizadas, além do consignado na letra anterior, o armamento, o material de observação e tiro e o de transmissão, inerentes ao equipamento das viaturas, assim como os respectivos materiais de conservação, acessórios e sobressalentes;

c) proceder aos trabalhos de manutenção que lhe incumbem;

d) fiscalizar e completar o trabalho de manutenção orgânica a cargo das unidades;

e) recolher o material inservível que dêle depende e recuperar as peças e a matéria prima das viaturas automóveis, quando aproveitáveis.

Os órgãos de execução do Serviço do Material Automóvel do Exército (Unidades e Estabelecimentos) serão criados na medida das necessidades, consoante os quadros de efetivo e dotação de material que forem fixados em lei.

(Decreto-lei n. 5.958, de 1.^o — D.O. de 4-11-943).

SERVIÇO VETERINÁRIO REGIONAL — (medicamentos).

I — Dando corpo às notas ns. 988 e 1.040, respectivamente, de 31 de julho e 5 de agosto do corrente ano, dirigidas ao diretor da Remonta e Veterinária, caberá aos Serviços Veterinários das 2.^a, 4.^a, 5.^a e 7.^a Regiões Militares a estocagem de medicamentos e material de ferragem, bem como a distribuição desses artigos pelos corpos de tropa. II — Esta nova incumbência ficará a cargo de um oficial designado pelo chefe do Serviço Veterinário, o qual terá à sua disposição um segundo sargento, um cabo e três soldados, que, por êste, são mandados acrescer ao efetivo dos Quartéis Gerais das supra referidas Regiões Militares.

(Aviso n. 2.739, de 9 — D.O. de 11-11-943).

SERVIÇO DE TRANSMISSÕES — (solução de consulta).

Consulta o chefe do Serviço de Transmissões da 9.^a Região Militar, em radiograma n. 514, de 6 de setembro último, se o fiscal administrativo do Quartel General Regional está obrigado a apôr o "conferido" nos livros referentes à escrituração do material de transmissões que se encontram sob a responsabilidade daquele Serviço.

Em solução, que cabe àquele fiscal administrativo, escriturar, em seu livro *carga*, todo o material do Serviço de Transmissões Regional, bem assim apôr o "conferido" no livro *carga* do mesmo Serviço.

(Aviso n. 2.760, de 12 — D.O. de 16-11-943).

SERVIDOR PÚBLICO — (dia)

O dia 28 de outubro será consagrado, em todo o País, ao "Servidor Público".

(Decreto-lei n. 5.936, de 28 — D.O. de 28-10-943).

SORTEIO MILITAR — (validade).

— E' válido, para todos os efeitos, o sorteio militar iniciado, no corrente ano, na 1.^a Zona Militar, em data diversa da que estabelece o Decreto n. 10.399, de 11 de agosto de 1942.

(Decreto-lei n. 5.988, de 11 — D.O. de 13-11-943).

SUNGA E GORRO DE BRIM MESCLA — (distribuição).

Atendendo ao que expõe o subdiretor de Material de Intendência, e ofício n. 34-2/2, de 30 de setembro findo, declaro que a distribuição de sunga e gorro de brim mescla azul, prevista pela tabela n. 1, das Instruções para Distribuição de Fardamento, para as praças especialistas, artifices de arsenais e outros estabelecimentos, é extensiva também a cabos e soldados de todas as unidades de Engenho e sub-unidades encorparadas.

As referidas praças passarão a vencer anualmente, de acordo com a observação 7.^a da tabela em apêço, apenas dois calções, duas túnica, uma camisa de brim verde-oliva e um gorro sem pala.

(Aviso n. 2.582, de 11 — D.O. de 23-10-943).

TAXA MILITAR — (guias).

Os chefes de Circunscrição de Recrutamento devem extrair mais uma via das guias destinadas à aquisição de selos da taxa militar, além da que estabelece o art. 9.^o do "Regulamento para a arrecadação da taxa militar", a qual se destinará à repartição vendedora, como documento de receita.

(Aviso n. 2.643, de 20 — D.O. de 28-10-943).

TESOURARIA DO Q. G. DA 9.^a REGIÃO MILITAR — (Pagamentos).

Atendendo ao que expõe o comandante da 9.^a Região Militar, em radiograma n. 284/SIR, de 19 de outubro findo, concedo autorização para que os pagamentos, de que trata o aviso n. 2.207, de 6 de setembro último, sejam feitos na Tesouraria do Quartel General da mesma Região Militar excepcionalmente.

(Aviso n. 2.690, de 1.^o — D.O. de 4-11-943).

TIROS DE GUERRA — (idade).

Atendendo ao que expõe o capitão inspetor dos Tiros de Guerra da Região Militar, em ofício n. 645, de 14 de julho último, autorizo a dispensa do requisito de idade exigida pelo n. 7, letra b, da portaria n. 3.782, de 30 de setembro de 1942.

(Aviso n. 2.588, de 23 — D.O. de 26-10-943).

VANTAGENS — (concessão).

Fazem jus, com as limitações do art. 2.^o deste decreto, à vantagem prevista no art. 73 do decreto-lei n. 2.186, de 13 de maio de 1940 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército), os militares ativos e os convocados para o serviço ativo pertencentes às guarnições dos Estados da Bahia e Sergipe.

O militar que ocupe próprio nacional, como residência, perde, em benefício do Estado, a metade da vantagem concedida pelo artigo anterior. A idêntica redução fica sujeito o militar que, em virtude do Plano de Distribuição de Casas, tenha direito a próprio nacional para residência, e, por conveniência pessoal, não o ocupe.

(Decreto n. 17.959, de 8 — D.O. de 10-11-943).

1875

1875

1875

1875

1875